

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS**

POESIA E EXPERIÊNCIA (RIO DE JANEIRO, 1822-1825)

BRUNO GOMES RODRIGUES

São Paulo

2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS**

POESIA E EXPERIÊNCIA (RIO DE JANEIRO, 1822-1825)

BRUNO GOMES RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes

São Paulo

2023

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

R696

Rodrigues, Bruno Gomes
Poesia e experiência (Rio de Janeiro, 1822-1825) / Bruno Gomes
Rodrigues ; Marcos Antonio de Moraes, orientador -- São Paulo, 2023.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de
Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação em Culturas e
Identidades Brasileiras. Área de concentração: Estudos Brasileiros. Linha
de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da realidade.

Título em inglês: Poetry and experience (Rio de Janeiro, 1822–1825) –
São Paulo, SP.

Descritores: 1. Poesia 2. Poética 3. Periódicos 4. Brasil Império 5.
Independência do Brasil - História I. Universidade de São Paulo. Instituto
de Estudos Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Moraes, Marcos
Antonio de, orient. III. Título.

IEB/SBD124/2023

CDD 22.ed. 981.815

Bibliotecária responsável: Daniela Piantola - CRB-8/9171

RESUMO

Esta dissertação analisa, em uma construção alinhada à história da poesia em suas acepções contemporâneas, os meios de articulação poéticos em composições produzidas ou remetidas ao Rio de Janeiro durante os anos de 1822 e 1825, entre os processos de independência da América portuguesa e de formação inicial do Império do Brasil. O foco do estudo está na relação dos objetos com o conceito de experiência, dominante no discurso político da época, e com o poder instituído do Estado. O trabalho é baseado em uma coleção de 50 objetos poéticos (sonetos, hinos, odes, elogios, epístolas, entre outros) geralmente anônimos, encontrados nos periódicos *A Estrela Brasileira*, *Correio do Rio de Janeiro*, *Diario Fluminense*, *O Spectador Brasileiro* e *O Volantim. Periodico Diario*. Eles são analisados tanto em conjunto como em leituras que ressaltem suas especificidades e diferenças, buscando a elaboração de uma narrativa coerente e que permita novas maneiras de reflexão historiográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Poesia. Poética. Brasil Império. Periódicos. Independência do Brasil. História.

ABSTRACT

This Master's thesis analyzes, through the prism of history of poetry, poetic articulations in compositions produced or sent to Rio de Janeiro, Brazil, during 1822 and 1825, during the processes of independence of the Portuguese America and the early formation of the Empire of Brazil. The main focus of this study is the relation of those objects with the concept of experience, a prime source for the political discourse of the time, and with formalized power of the state. This work is based on 50 poetic objects (sonnets, hymns, odes, eulogies, epistles, among others), most of them anonymous, found in the periodicals *A Estrela Brasileira*, *Correio do Rio de Janeiro*, *Diario Fluminense*, *O Spectador Brasileiro*, and *O Volantim. Periodico Diario*. The objects are analyzed as a conjunct and in readings which highlight their specificities and differences, pursuing the elaboration of a coherent narrative that allows newer ways of historiographical thinking.

KEY WORDS: Poetry. Poetics. Empire of Brazil. Periodicals. Independence of Brazil. History.

Penso através dele num largo país rendido.
Morre um país? Quem, mãos limitadas, o mata?
Logra de fato ou apenas engana em agonia de
agosto? O relojoeiro envelheceu devorado pelo
ofício.

— Edimilson de Almeida Pereira, “Caderno de
notas”

Lista de figuras

Fig. 1 – Página de *O Volantim. Periodico Diario* (n. 10, 12.7.1822, p. 37), com a peça “Não mais escravidam: oh Patria exulta!”.

Fig. 2 – Página de *Correio do Rio de Janeiro* (n. 28, 11.5.1822, p. 116), com a peça “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”.

Fig. 3 – Página de *Correio do Rio de Janeiro* (n. 82, 22.7.1822, p. 354), com a peça “Se acaso eu commettêra algum delicto”.

Fig. 4 – Página de *O Spectador Brasileiro* (n. 64, 29.11.1824, p. 4), com a peça “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”.

Fig. 5 – Página de *Diario Fluminense* (n. 7, 11.1.1825, p. 26), com a peça “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e gratidão a S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil”. A composição continua na página seguinte.

Fig. 6 – Página de *Diario Fluminense* (v. 5, n. 20, 27.1.1825, p. 79), com a peça “Em louvor do Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor D. Pedro I. Augusto Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do vasto Imperio do Brasil”.

Fig. 7 – Página de *Diario Fluminense* (v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242), com a peça “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”.

Fig. 8 – Página de *O Volantim. Periodico Diario* (n. 10, 12.9.1822, p. 38), com a peça “Exultai Pernambucanos!”.

Fig. 9 – Página de *Diario Fluminense* (v. 6, n. 17, 20.7.1825, p. 66), com a peça “Hymno ao Imperador”.

Fig. 10 – Página de *O Spectador Brasileiro* (n. 9, 17.7.1824, p. 3), com a peça “Hymno marcial”. A composição continua na página seguinte.

Fig. 11 – Página de *O Volantim. Periodico Diario* (n. 34, 10.10.1822, p. 134), com a peça “Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos”. A composição continua na página seguinte.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais.

Às instituições que possibilitaram, de uma forma ou de outra, a feitura deste texto, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, Biblioteca Nacional e suas respectivas equipes.

Ao meu orientador, Marcos Antonio de Moraes, pelas colocações precisas que moldaram este trabalho, e aos membros da minha banca de qualificação, Luciana Suarez Galvão e Sérgio Alcides, cujas sugestões e críticas se provaram fundamentais para a escrita final desta dissertação.

Aos professores Miriam Dolhnikoff, Samuel Barbosa e Monica Dantas, pelas disciplinas de pós-graduação que introduziram este historiador acidental aos temas principais deste estudo.

Aos professores Gínia Maria de Oliveira Gomes, Carlos Augusto Bonifácio Leite e André Luís Rodrigues (que orientou a Iniciação Científica da qual muitas destas ideias partiram), pelas aulas e conversas durante a minha longa graduação.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Vertigem.....	12
Método?.....	15
A coleção.....	18
Tópicas.....	21
1 Metamorfoses do Rio de Janeiro.....	32
1.1 Impressos.....	34
1.2 Guerras de gigantes.....	38
2 Vozes.....	41
2.1 O afastamento.....	42
2.2 O meio.....	48
2.3 A proximidade.....	55
3 Poderes.....	72
3.1 O desejo de controle.....	77
3.2 O controle estabelecido.....	90
4 Corpos.....	101
4.1 O fundo do poço.....	110
4.2 Depois do fundo do poço.....	121
Considerações finais.....	127
Bibliografia.....	131
Fontes primárias.....	131
Peças poéticas da coleção principal.....	131
Demais livros e peças poéticas.....	134
Livros, artigos, folhetos e documentos.....	137
Fontes secundárias.....	141
Apêndice.....	150
Apêndice 1: a coleção.....	150

Introdução

Em 3 de maio de 1823, dom Pedro I discursa na abertura da Assembleia Constituinte do Império do Brasil. Os deputados, reunidos desde às nove horas da manhã, esperam até por volta do meio-dia e meio para ouvi-lo por cerca de noventa minutos.¹ A fala começa por saudar a independência recém-conquistada, colocando-se contra o Império Português (tratado como inimigo) e sua Constituição, aprovada no ano anterior, afirmando que esta buscava “converter repentinamente [...] homens livres, em vis escravos”.² De fato, a situação nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (em atividade entre janeiro de 1821 e novembro de 1822) não fora das mais favoráveis para os 45 deputados luso-americanos de diferentes províncias, que por lá chegaram com as discussões avançadas³ e foram constantemente achincalhados pelos seus pares luso-europeus e pelo público das galerias.⁴ O pior, porém, seria o resultado final dos trabalhos, deixando o “[Brasil] sem leis apropriadas ao seu clima, e circunstancias locais, sem promptos recursos às suas necessidades”.⁵

De volta ao discurso, dom Pedro I comemora seus próprios feitos: reforma financeira e controle de gastos estatais, reorganização e reforço material ao Exército, obras e educação públicas, cuidado pessoal para com os órfãos.⁶ Após a longa listagem, ele se explica por ter tomado, após a formalização da independência, decisões legislativas. Seu argumento é de que não havia “Representação Nacional”,⁷ e sua intenção fora a de “salvar o Brasil” do “perigo [...] imminente” e dos “inimigos”, afirmando não desejar arrogar “um poder, em o qual somente [deve ele] ter parte”.⁸ Depois de mais uma vez relembrar suas ações generosas, agora para as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Bahia,⁹ ele chega, enfim, ao ponto que me interessa, que sintetiza o principal conceito que mobilizará este ensaio, a experiência:

¹ “Sessão de 3 de maio de 1823”. *Diário da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, n. 3, 1823, p. 15, 19.

² Idem, p. 15.

³ BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 1999, p. 84.

⁴ Idem, p. 130, 152-54.

⁵ DOM PEDRO I. *Manifesto de S.A.R. o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1822?, sem página.

⁶ “Sessão de 3 de maio de 1823”, 1823, op. cit., pp. 16-17.

⁷ Idem, p. 17.

⁸ Idem, pp. 17-18.

⁹ Idem, p. 18.

Todas as Constituições, que á maneira das de 1791, e 92, tem estabelecido suas bases, e se tem querido organizar, a experiencia nos tem mostrado, que sam totalmente *theoreticas* e *metaphysicas*, e *por isso inexequiveis*; assim o prova a França, Hespanha, e ultimamente Portugal. Ellas não tem feito, como deviam, a felicidade geral; mas sim, depois de uma licenciosa liberdade, vemos, que em uns Paizes já appareceô, e em outros ainda não tarda a apparecer o Despotismo em um, depois de ter sido exercitado por muitos, sendo consequencia necessaria, ficarem os Povos reduzidos á triste situação de presenciarem, e soffrerem todos os horrores da Anarchia.

Longe de nós tão melancolicas recordações; ellas enlutariam a alegria, e jubilo de tão fausto Dia. Vós não as ignorais, e Eu certo, que a firmeza dos verdadeiros principios Constitucionaes, que tem sido sancionados pela experiencia, caracteriza cada um dos Deputados, que compoem esta Illustre Assembléa, Espero, que a Constituição, que façais, mereça a Minha Imperial Aceitação, seja tão sabia, e tão justa, quanto apropriada á localidade, e civilização do Povo Brasileiro; igualmente, que haja de ser louvada por todas as Nações; que até os nossos inimigos venham a imitar a santidade, e sabedoria de seos principios, e que por fim a executem.¹⁰

A Carta constitucional do Império do Brasil seria composta, portanto, por meio da contemplação daquilo que, em outras pátrias, não fora funcional. Assim, o observar é um mecanismo fundamental para se estabelecer uma experiência (isto é, um sentido político processual de compreensão do mundo). A recorrência do conceito valida sua centralidade – ele será utilizado, nas falas dos deputados e nos documentos da Assembleia Constituinte de 1823, em cerca de 60 outras ocasiões (comumente como um substantivo que precede o verbo “mostrar”, mas também recebendo os títulos de “a unica mestra em Politica”; “o melhor farol”; mãe das “boas Leis”; “Sabia Mestra dos Povos, e dos Governos”; e “melhor Mestra das cousas”¹¹). Apenas por meio da observação e do sancionamento da experiência é que se alcança “a firmeza dos verdadeiros principios Constitucionaes” – ou, em outras palavras, uma verdade absoluta, a ser louvada por “todas as Nações” e imitada até pelos “inimigos”. Esta se confunde, no embate hierárquico, com as dimensões de controle e de poder (“Espero, que a Constituição, que façais, mereça a Minha Imperial Aceitação”), que, por sua vez, por mais que se queiram crer como nucleares e organizados, tendem, no começo do decênio de 1820, bastante ainda imbuídos das práticas do Antigo Regime, a uma fragmentação difusa e a uma dificuldade de

¹⁰ Idem, *ibidem*. Grifos do original.

¹¹ “Sessão de 9 de maio”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 7, 1823, p. 44; “Sessão de 28 de junho”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 35, 1823, p. 326; “Sessão de 10 de agosto”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 58, 1823, p. 585; “Sessão de 10 de setembro”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 70, 1823, p. 748; e “Sessão do 1. d’Outubro”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 11, 1823, p. 145.

entendimento de si (tão bem representada pela dissolução, cerca de seis meses depois, da Constituinte, calcada pelas “tensões polarizadoras em momentos específicos, dentro e fora de seu espaço”¹²). Essas duas questões, a experiência, derivada da observação, e as árduas tratativas confusas do controle e do poder, são essenciais, porém, não apenas à formação do Estado no Império do Brasil em seus primeiros anos, mas também à poesia produzida ou remetida aos periódicos da capital, a cidade do Rio de Janeiro – da qual o tema único, obsessivo, é a política.

Vertigem

É 24 de agosto de 1820, e o fim do verão se aproxima no hemisfério norte. Na cidade litorânea do Porto, parte do território luso-europeu, uma comunicação breve circula:

Soldados! – Uma só vontade nos [una]: caminhemos á salvação da patria. Não ha males que Portugal não soffra; Não ha soffrimento, que nos Portuguezes não esteja apurado. Os Portuguezes, sem segurança em suas pessoas e bens, pedem o nosso auxilio, elles querem liberdade regrada pela ley. Vós mesmos, victimas dos males communs, tendes perdido a consideração, que o vosso brio e vossas virtudes tem merecido. He necessaria uma reforma, mas ésta reforma deve guiar-se pela razaõ e pela justiça, não pela licenciosidade. Coadjuvai a ordem, cohibi os tumultos; abafai a anarchia, è criemos um Governo Provisorio, em que confiemos; elle chame as Cortes, que séjam o orgão da Naçaõ, e ellas preparem uma Constituiçaõ, que assegure os nossos direitos. O nosso Rey D. Joaõ VI, como bom, como benigno, ha de abençoar nossas fadigas, como amante de um povo, que o idolatra. Viva o nosso bom Rei. Vivam as Côrtes, e por ellas a constituiçaõ.¹³

Assim, em pouco mais de 150 palavras, começa, de maneira formal, a incrivelmente rápida ruína do Antigo Regime no jovem Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e no velho Império Português, com motivações em todos os níveis sociais, econômicos e políticos.¹⁴ Menos de um mês depois, Lisboa entra na briga. A Junta Provisional do Supremo Governo do Reino é formada, substituindo, em meio à revolta, o Conselho de Regência, escolhido a dedo pelo rei dom João VI.¹⁵ Este, vivendo do outro lado do Atlântico, pouco pode fazer. Desde maio daquele ano sabe da possibilidade de sublevação, confirmada quando as novas começam a chegar por volta de 17 de outubro,

¹² SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Ed. Hucitec/Fapesp, 2009, p. 87.

¹³ “1. Proclamação. Publicada na revolta da cidade do Porto”. *Correio Braziliense*, set. 1820, pp. 317-18.

¹⁴ HESPANHA, António Manuel. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 67.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

com informações mais apuradas em novembro.¹⁶ O ritmo dos acontecimentos, então, se acentua. No começo do janeiro seguinte, as províncias do Pará e da Bahia aderem ao movimento; em 26 do mesmo mês, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa lisboetas são inauguradas no Palácio das Necessidades; exatos trinta dias depois, a população do Rio de Janeiro e os militares luso-europeus ali estacionados cobram uma posição real sobre os eventos, em um “efeito inteiramente produzido pelo desejo de fazer Causa commum com os seus Companheiros d’Armas de Portugal, procurando por este modo chamar o Brasil á mesma Causa, e salva-lo da Anarquia”;¹⁷ em 21 de abril, uma nova cobrança pública carioca acaba em repressão e violência, deixando mortos e feridos. Menos de uma semana após esse fato, dom João VI volta para sua terra natal, deixando dom Pedro I como regente, o que não diminui a inquietação. No ano seguinte, em 9 de janeiro (menos de vinte meses depois da declaração portuense), o príncipe se recusa a abandonar a vista do Pão de Açúcar, colocando em movimento os processos que desaguarão na independência setembrina, na construção do Império do Brasil e no discurso proferido cerca de dois anos e meio mais tarde.

A celeridade dos eventos é marca crucial para o panorama. Os atores mal têm tempo para pensar e refletir sobre suas ações, com o encadeamento veloz das ocorrências corroendo a sua lógica. Apesar das distâncias físicas, há certa imediatez, grau ansioso, quase que caótico, moderno em demasia. Em maio de 1822, o perspicaz, ainda que desinteressado das coisas da poesia, Luís Moutinho Alves e Silva, redator de *O Papagaio*, divide com seus leitores a mesma sensação:

Os successos extraordinarios que apenas de seculos a seculos apparecem no grande theatro do Mundo, produzem geralmente no homem sensações tão fortes, absorvem de tal maneira a nossa attenção que, occupada ella em os considerar no seu todo, não póde examinar cada uma das suas partes. Depois que nos familiarisamos com aquelles acontecimentos, he que elles principiam a perder o imperio que sôbre nós exerciam; ao despotismo do enthusiasmo que nos arrebatava, succede o tranquillo dominio da rasão que analisa os objectos por todas as suas faces, e então descobrimos erros, que nem tinhamos visto, nem ao menos suspeitado.¹⁸

Disso, talvez, do acúmulo ligeiro de mecanismos, do “despotismo do enthusiasmo”, que decorra o longo impasse que a historiografia possui em torno da interpretação da independência. Hoje, duas posições antagônicas, sobretudo em torno de

¹⁶ NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003, pp. 239-40.

¹⁷ *Protesto da tropa a Sua Magestade*. Rio de Janeiro: Typographia Regia, 1821, sem página.

¹⁸ “Reflexões”. *O Papagaio*, n. 1, 4.5.1822, p. 2.

quem a verdadeiramente mobilizou, elite ou massas urbanas, me parecem as principais. Para Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, afinando-se com posições críticas de sua orientadora Maria Beatriz Nizza da Silva,

o processo [...] não foi uma revolução, nem produto de uma consciência nacional forjada por misteriosas forças anônimas. Ao contrário, envolveu apenas um público reduzido, formado pelos membros das elites e por um pequeno número de homens livres, com acesso mais ou menos direto à cultura escrita em que eram vinculados os principais debates.¹⁹

Já, para Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira,

[tanto] a derrubada do absolutismo quanto o processo de emancipação política do Brasil foram movimentos de massas urbanas, como se constata nos relatos de época, e não uma transação que só dizia respeito a uma fração da elite [...]. O que unia a tropa e o povo em praça pública era o bolso, tanto quanto o anseio por Constituição. Duas coisas que, de resto, dificilmente podiam ser separadas: os problemas materiais, a falta de pagamentos e o encarecimento da vida eram consequência dos abusos políticos.²⁰

Dessa disputa não tomo parte, matéria para bem-informados historiadores. Porém, vejo na intriga exatamente o grosso de minha discussão: a oposição entre elites e massas urbanas ressalta as propriedades da experiência. Quando Neves afirma que a situação envolve “apenas público reduzido”, com “acesso mais ou menos direto à cultura escrita em que eram vinculados os principais debates”, ela diz, de outra maneira, que essas pessoas agem empiricamente por meio da contemplação daquilo que é discutido. Quando Cariello e Pereira afirmam que “o que unia a tropa e o povo em praça pública era o bolso, tanto quanto o anseio por Constituição”, também marcam a observação das condições materiais. Em ambas proposições, o poder aparece fragmentado, disjuntado – na primeira, restrito a poucos; na segunda, tomado por aqueles que estavam hierarquicamente abaixo. Desse modo, as duas hipóteses se unem, por mais que estabeleçam uma divergência objetiva no discurso historiográfico.

Assim, a centralidade desse modo específico de experimentar é ponto essencial para se pensar esses acontecimentos. O que está em jogo, além da vida de centenas de milhares de pessoas e o futuro dos territórios, é a definição de verdade. Há, nesses processos, portanto, uma dimensão que supera o cotidiano. Acredito que ela não pode ser

¹⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos das, 2003, op. cit, p. 22.

²⁰ CARIELLO, Rafael; PEREIRA, Thales Zamberlan. *Adeus, senhor Portugal: crise do absolutismo e a Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 213.

alcançada em plenitude nas histórias social, política, econômica ou cultural, mas que pode ser tocada por um elemento, em aparência, completamente periférico ao quadro: a poesia – que, ao praticar seu adensamento da linguagem, adensa também a realidade, permite a leitura de relações menos diretas, o vislumbre de conceitos abstrativos, como experiência e poder.

Método?

Durante a escrita deste estudo, me peguei refletindo muitas vezes sobre exatamente o que eu estava fazendo. A ideia de estar realizando uma história da poesia era forte e, ao mesmo tempo, excêntrica. Curvado sobre um monitor lendo documentos e páginas velhas corroídos por bichos e mofo, não me sentia um crítico ou um teórico. Estudando uma poesia tão pequena, tão insignificante que nem pode ser chamada de “não canônica”, há dois séculos esquecida debaixo do tapete, me sentia como um historiador. Vivia na angústia de refletir se ainda existiria uma forma de escrever uma história da poesia, sobretudo pela sua recente negação total ou parcial por parte de professores da faculdade que me formou, como Murilo Marcondes de Moura, Vagner Camilo e Viviana Bosi, todos pesquisadores da lírica brasileira. Moura, ao investigar as relações entre aquela e a Segunda Guerra Mundial, afirma estar fazendo uma “investigação crítica”, apesar do tom histórico;²¹ Camilo, ao falar sobre a inflexão neoclássica entre meados dos anos 1940 e 1950, escolhe um meio-termo, o tracejado de uma narrativa “histórico-crítica plausível”;²² Bosi, por fim, trabalhando com a produção dos anos 1970, vai além, ao dizer que não postula “o caminho do historiador, cuja investigação sobre os acontecimentos de uma época sedimenta-se em um tipo determinado de reflexão”, optando por “somente indicar tendências gerais”.²³ Um enorme matagal sem cachorro para mim. Porém, apesar de reconhecer a importância de seus trabalhos, os quais admiro, faço a escolha de retornar para a história, sobretudo quando penso em dois textos fundamentais para este ensaio: um de Hans Ulrich Gumbrecht, publicado quinze anos atrás, e outro de Márcia Abreu, recente.

²¹ MOURA, Murilo Marcondes de. *O mundo sitiado: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. 34, 2016, pp. 9-10.

²² CAMILO, Vagner. *A modernidade entre tapumes: da poesia social à inflexão neoclássica na lírica brasileira moderna*. Cotia: Ateliê Editorial, 2020, p. 29.

²³ BOSI, Viviana. *Poesia em risco: itinerários para aportar nos anos 1970 e além*. São Paulo: Ed. 34, 2021, p. 11.

No primeiro, o crítico alemão afirma não saber como os novos meios de experienciar a historicidade da literatura irão se relacionar, afirma não possuir um plano ou um programa, afirma que sequer sabe se o futuro da história literária virá. Defende, porém, que, se desejamos ainda construir esse campo, devemos pensar, experimentar e aguardar, sem esperar soluções vindas de nossos predecessores.²⁴ No segundo, Abreu vale-se de uma formulação parecida, mas diferente, daquela de Gumbrecht: “Examinar, duvidar, pesquisar”. Acabou o tempo da espera. Ela defende o uso e a análise de fontes primárias, coligidas em arquivos públicos e digitalizados (como o da Biblioteca Nacional, base do meu trabalho), lidas em conjunto com os aspectos materiais que envolvem os objetos, estabelecendo, assim, um cenário que permita a superação dos “parâmetros traçados na Europa, sobretudo na França”.²⁵ A suspeição e o chamado à ação de ambos escritos marcam estas páginas.

Ao coletar estas dezenas de peças, elas começaram a dialogar comigo. Seus padrões e conexões emergiram, com pontos brilhando no mapa mental que eu construía para me guiar. Este é um estudo, como desejam Gumbrecht e Abreu, profundamente experimental e perquiridor, no qual assumi o risco de que talvez nada acontecesse, uma vez que não tinha ideia, ao começar, se o rio daria pé. Pode ser que o caminho para o futuro da história da poesia seja o de uma experimentação incessante, ensaística, que coloque sob dúvida os pressupostos íntimos da tradição, como a periodização e a elaboração do discurso nacional (pois creio na importância da síntese por meio de “*um* movimento e não [*d*]o movimento geral”²⁶). Se há algo que quero provar é que existe um mundo de objetos a nossa espera que nunca foram lidos com atenção e afeto, que estão loucos para também falar mais uma vez. Talvez esse seja, de fato, também o papel do historiador da poesia hoje: recuperar, olhar com carinho, intuir. Disso se elabora a forma deste trabalho, ligeiramente não cronológica, sinuosa, repleta de reentrâncias e de ressonâncias, idas e vindas, de ritmos, estrofes e versos quebrados, entre visões macro e micro.

Parto de um ponto que evita o sentido de valor das obras, pois entendo que este é uma categoria crítica, não histórica. Rejeito, dizendo de outra maneira, a verticalidade em

²⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Shall We Continue to Write Histories of Literature?”. *New Literary History*, v. 39, n. 3, verão de 2008, p. 531.

²⁵ ABREU, Márcia. “Os arquivos, as ideias assentes e o elogio da desconfiança”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 24, n. 46, jan.-abr. 2022, pp. 124-28.

²⁶ BUENO, Luís. “Depois do fim: ainda história de literatura nacional?”. *Matraga*, v. 19, n. 31, jul.-dez. 2012, p. 214. Grifos do original.

prol da horizontalidade, colocando todas as composições em um mesmo patamar. Fecho-me em uma única cidade (que, felizmente, me proveu uma boa visão), em um curto espaço de tempo, trabalhando sempre com fontes primárias. Analiso a materialidade da comunidade poética, atento, sobremaneira, às relações com outras histórias (social, política, cultural, econômica, do livro e dos impressos), pois compreendo que não há jeito de produzir uma boa história da poesia afastada das realidades material e intelectual que a cercam. Uso de diferenças funcionais entre “estrutura” (o modo de organização geral de uma composição, baseado na tradição, como soneto ou ode) e “forma” (aquilo que, por meio de usos sonoros, lexicais, semânticos, sintáticos e pragmáticos, dá um sentido único a cada objeto e elabora a sua sociabilidade²⁷), entre “compositor” (a pessoa que produz uma peça ou uma maneira discursiva política) e “persona” (sua figura na arena pública). Todavia, o pequeno método que estabeleci é pessoal e intransferível. Talvez não funcione em outros cenários e para outros objetos, talvez não funcione para outros historiadores. Ao contrário dos cariocas do começo do século 19, não me preocupo tanto assim com a verdade.

Nesta dissertação, faço uso de alguns léxicos que podem soar incomuns, mas que, a mim, são essenciais em minha construção teórica. Entendo “poesia” como um conceito radicalmente indeterminado, do qual não é possível extrair uma explicação objetiva, da maneira que tem sido percebida no aspecto filosófico do campo. Mesmo as tentativas mais instigantes, como a de Anna Christina Ribeiro, baseada nas técnicas de repetição,²⁸ ou a mais recente múltipla acepção de construções históricas e teóricas de Jonathan Culler,²⁹ ainda não me são satisfatórias. “Poesia” é uma palavra que utilizo apenas por falta de termo melhor, pensando na compreensibilidade de meus pares – reconheço nela dimensões de uma normatividade excessiva do pensamento europeu, que adjunta, em um mesmo bloco e com certa violência impositiva, sentidos cosmológicos distintos. Penso, por exemplo, no *Shijing*, produzido onde hoje se encontra a China antes mesmo de existir a noção grega, ou nos cantos ameríndios. Por essas razões, evito, sempre que possível, termos derivados de “poesia”, como “poeta” (optando por “compositor”, “produtor”, “fazedor” – “autor”, por sua vez, é uma categoria jurídica que não me parece válida no

²⁷ LEVINE, Caroline. “Introduction. The Affordances of Form”. In: *Forms: Whole, Rhythm, Hierarchy, Network*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2015, pp. 1-24.

²⁸ RIBEIRO, Anna Christina. “Intending to Repeat: A Definition of Poetry”. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v. 65, n. 2, primavera de 2007, pp. 189-201.

²⁹ CULLER, Jonathan. *Theory of the Lyric*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2015.

caso deste estudo) ou “poema” (utilizando os nomes explícitos das estruturas, como “soneto” ou “ode”, “peça”, “composição”, “objeto”).

A coleção

Esta coleção é composta de 50 peças, todas publicadas em periódicos na cidade do Rio de Janeiro entre 1821 e 1825, correndo, tematicamente, entre o 26 de fevereiro do primeiro e o 29 de agosto do último, quando a independência do Império do Brasil é reconhecida internacionalmente. O evento inicial é comemorado em um hino difundido poucos dias depois,³⁰ enquanto o posterior recebe cinco composições.³¹

Ela, porém, não esgota a ampla produção circulada naquela cidade no período. Estimo que haja, pelo que pude notar em minha busca documental, ao menos outras dezenas de objetos impressos do mesmo modo, excluídos deste estudo por motivo de coesão. Escolhi também por não abordar outros tipos de materiais que trazem composições, como folhetos (os quais somam mais de 50, apenas entre 1820 e 1823, felizmente já coligidos³²) ou manuscritos, estabelecendo foco, sobretudo, em dois nexos centrais. O primeiro é *O Volantim. Periodico Diario*, do qual extraí 26 peças, redigido anonimamente e circulado entre setembro e outubro de 1822. O segundo é *Diario Fluminense*, no qual colhi 16 objetos, que tinha como redator, nesse período, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães. Essa folha começa a ser publicada em janeiro de 1823, com o nome de *Diario do Governo*, com a alteração no título em maio de 1824. Seu início não traz composições e, em seus primeiros meses de vida sob o novo nome, ela imprime apenas dez objetos, variando entre hinos, décimas e sonetos.³³ Por essa razão, trago neste

³⁰ “Votos patrióticos no seguinte HYMNO”. *O Conciliador do Reino Unido*, n. 2, 12.3.1821, p. 20.

³¹ FERNANDES, José Pedro. “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242; “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I. pelo feliz, e sempre memoravel Tratado do reconhecimento de Independencia do vasto Imperio do Brasil, publicado nesta corte do Rio de Janeiro no dia 7 de Setembro de 1825. Congratulação, e respeito por hum anonimo em 8 do mesmo mez, e anno”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 66, 19.9.1825, p. 268; “Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 68, 21.9.1825, p. 274; PORTO, Manoel Joaquim da Silva. “Ao faustissimo Reconhecimento da Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 75, 29.9.1825, p. 302; “Em o memoravel dia 7 de Setembro de 1825, em que se reconheceu a Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 81, 6.10.1825, p. 326.

³² Ver “Poesias”. In: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823). Volume 4. Poesias, relatos, Cisplatina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, pp. 17-312.

³³ “Portugal em fim/Debalde se aprestão”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 19, 22.7.1824, pp. 81-82; SILVA, Martianno José de Andrade e. “O mundo ha de ver hum dia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 62, 11.9.1824, p. 262; “Pelo Brasil dar a vida”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 71, 22.9.1824, pp. 297-98; “Salve dia feliz, augusto dia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 88, 12.10.1824, p. 369; “Soneto. Dedicado a S. M. o Imperador

estudo apenas o material vinculado nela após janeiro de 1825. Os outros 8 objetos, inseridos pela sua importância pontual para as discussões, provêm de *A Estrela Brasileira* (1); *Correio do Rio de Janeiro* (3); *O Conciliador do Reino Unido* (1); e *O Spectador Brasileiro* (3).

A escolha geográfica é realizada sob os fundamentos da importância política e social da cidade do Rio de Janeiro (sede da monarquia lusa e, posteriormente, capital do Império do Brasil) e da facilidade de acesso ao material digitalizado, via o banco de dados da Biblioteca Nacional. Pelo aspecto do tempo, fiz a delimitação por avaliar que o intervalo me permitira articular minhas reflexões sem prejuízos ao desenvolvimento das hipóteses que busco elaborar. O colhimento do material foi manual, página por página, tomando-me cerca de seis meses, além de alguns acidentes de percurso. Nem todas as produções presentes na coleção são abordadas, uma vez que a ideia principal não é a exaustão analítica, mas o compartilhamento com outros pesquisadores interessados e o entendimento de guias gerais. Meu foco está em onze delas, as quais mais me chamam a atenção e me parecem representativas, por motivos que devem ficar claros ao longo do texto. Discuto também outros poucos objetos pertinentes.

Das peças, que costumam não receber títulos, 36 são anônimas ou trazem apenas iniciais (em decorrência de uma portaria de 15 de janeiro de 1822 que proíbe a circulação, pela Impressão Régia, de volumes “sem que o nome da pessoa que deve responder pelo seu conteúdo, se publique no impresso”³⁴). O alto índice reflete a insegurança jurídica dos compositores, mesmo após o fim da censura oficial em março de 1821.³⁵ O decreto é “manobra puramente diversionista”, pois proíbe escritos “contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, a pessoa do soberano e a tranquilidade pública”.³⁶ A Carta constitucional de 1824 não melhora muito a situação, ao afirmar que “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura”, com, ao fim, um leve tom de ameaça: “Com tanto que

no dia 12 de Outubro”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 90, 14.10.1824, p. 378; “Não temas, ó Monarca, Pai da Patria”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 93, 18.10.1824, p. 389; “Defender os Patrios Lares”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 95, 20.10.1824, p. 396; “Estrangeiro, que á Barra agora apontas”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 105, 2.11.1824, p. 436; “As nova Irmãs, que o berço t’embalarão”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 105, 2.11.1824, p. 436; SOUZA, Bernardo Avellino Ferreira e. “Pelo Brasil dar a vida”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 135, 7.12.1824, p. 556. Peças não transcritas nesta dissertação.

³⁴ “Rio de Janeiro. Artigo d’Officio. Para a Junta Directoria da Typographia Nacional”. *Gazeta do Rio*, n. 8, 17.1.1822, p. 48.

³⁵ BRASIL. “Decreto de 2 de março de 1821. Sobre a liberdade de imprensa”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-2-3-1821.htm. Acesso em 24.7.2022.

³⁶ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 106.

hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fôrma, que a Lei determinar”.³⁷ Não é claro quais seriam esses “abusos”, em uma vagueza comum ao documento. A censura estatal tem muitas faces, algumas recobertas por certa legalidade.³⁸ Essa dimensão talvez explique o fato de não haver, ao menos em meu conjunto, composições que se posicionem abertamente contra as governanças da América portuguesa e do Império do Brasil, já que, fora as medidas legais, há ainda casos de tentativas de homicídio contra redatores, como ocorrido com Luís Augusto May, de *A Malagueta*, em 1823.³⁹ Por outro lado, o anonimato cria, para o leitor que as vê em conjunto, um sentido de voz coletiva, que apaga individualidades e ressalta o caráter da produção como um todo.

As assinaturas são, por ordem alfabética, de: Antonio Aureliano Rolam, E. M. [Eugênio Maria] de Azevedo, Firmino Guedes Monteiro, Francisco Ferreira Barreto, Joaquim de Santa Anna Mazinho, José Augusto Passolo, José Eloi Ottoni, José Pedro Fernandes, Luiz Paulino Pinto da França, Manoel Joaquim da Silva Porto e Vicente da Costa Taques Goes e Aranha. Grupo eclético, reúne desde padres, como o pernambucano Barreto, até o capitão-mor da vila de Itu, o paulista Aranha, passando por um compositor bem consolidado, o mineiro Ottoni, além de militares e de funcionários burocráticos. A coleção é variada, tanto em geografia como em sociabilidade. Muitas das peças, apesar de sua publicação no Rio de Janeiro, são enviadas de outras províncias, como Goiás, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Cisplatina, cobrindo todas as regiões.⁴⁰ Lembro que os territórios que formam, desde 1772, o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí, possuem grau de independência administrativa em relação ao restante da América portuguesa, permanecendo, até sua anexação ao Império do Brasil em 1823, sob a influência de Lisboa. As informações provenientes de lá sofrem com a distância e as dificuldades marítimas e não surgem com

³⁷ BRASIL. *Constituição politica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1824, p. 41.

³⁸ DARNTON, Robert. *Censors at Work: How States Shaped Literature*. Nova York: W.W. Norton & Company, 2014, p. 230.

³⁹ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., pp. 307-17.

⁴⁰ De Goiás: “Votos patrioticos no seguinte HYMNO”. *O Conciliador do Reino Unido*, n. 2, 12.3.1821, p. 20; do Espírito Santo: “Se acaso eu commettêra algum delicto”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 82, 22.7.1822, p. 354; de Pernambuco: BARRETO, Francisco Ferreira. “Não mais escravidam; oh Patria exulta!”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 10, 12.9.1822, p. 37; da Bahia: “Não a Magnates, menos a Guerreiros”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, pp. 45-46; de Minas Gerais: J. A. S. M. “Os Mineiros, que não sabem”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 48, 26.10.1822, p. 19; de São Paulo: ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e. “Aurea sorte Luzo neste hemisferio”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 20, 27.1.1825, pp. 78-79; e da Cisplatina: MONTEIRO, Firmino Guedes. “Hymno ao Imperador”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 17, 20.7.1825, p. 66.

frequência nos periódicos pesquisados,⁴¹ explicando, assim, a sua ausência no espaço poético carioca.

Se podemos entender, ao menos em parte, quem escrevia os objetos, fazer o mesmo por quem os lia é tarefa mais complicada. Considerando a existência perceptível de compositores engajados em seu ofício e o alto volume de publicações, os leitores não são tão poucos. O primeiro público, claro, é formado por pessoas letradas com algum grau de conhecimento adquirido por meios formais ou informais sobre a arte. A questão da alfabetização, entretanto, não é limitadora, uma vez que “havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura [...] não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos”.⁴² Suponho, portanto, que havia um segundo público, consumidor da poesia da época não pelos olhos, mas pelos ouvidos.

Na raiz estrutural da coleção, há um predomínio do soneto, com 15 peças, enquanto que hinos somam 9 e outras 26 composições variam entre odes, elogios, epístolas, quadras, oitavas e décimas. Um ecossistema estrutural equilibrado. Apesar de muitos dos objetos indicarem em seu título sua estrutura, por vezes essa dinâmica aparenta confusão, como no caso em que o produtor afirma que sua obra é “Hymno, Lyra, Ode, ou o que lhe quizerem chamar, que eu, sem levantar-lhe grande aleive, chamo-lhe Improvizo”.⁴³ Por essa razão, evito, exceto quando me parece óbvio por demais, catalogar objetos que não afirmam explicitamente sua filiação. As ausências de sátiras e de epigramas, comuns no século anterior, são curiosas, sobretudo o primeiro caso, que pode ser explicado pelo espectro da possibilidade de processo legal.

Tópicos

As tópicos utilizadas na coleção são essencialmente absorvidas da produção luso-europeia publicada em periódicos e em folhetos após agosto de 1820, sob o impacto da Revolução Liberal do Porto. As composições cantam, celebram, louvam ou criticam “os momentos revolucionários e seus principais actores”,⁴⁴ em um rápido desenvolvimento

⁴¹ CARIELLO, Rafael; PEREIRA, Thales Zamberlan, 2022, op. cit., p. 258.

⁴² MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 45-46.

⁴³ “Musa d’antes lacrimosa”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 52, 31.10.1822, p. 205.

⁴⁴ VARGUES, Isabel Nobre. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997, pp. 324-25.

de algumas tópicas que serão fundamentais do outro lado do Atlântico, como neste soneto, que circulou em um panfleto assinado por José Daniel Rodrigues da Costa:

Portugal, Portugal, eu lastimei-te!
 Não pude mais fazer, que com verdade
 Mostrar a tempo a tua enfermidade,
 Sem reбуço, lisonjas, sem enfeite:

Eu dizia: O Ceo queira qu' aproveite,
 Que o Medico de mais capacidade
 Vendo a febre, e huma tal debilidade,
 O mande confessar, e que receite:

Botarão-lhe humas bixas, não pegarão!
 Nem mudou com a Junta de figura,
 A comer caracóes he que o deixarão;

Hia-se entisicando com a cura;
 Os Medicos do Porto receitarão;
 Eis o enfermo escapou da sepultura.⁴⁵

A imagem da pátria como corpo antes adoecido e agora em convalescença por ação dos “Medicos do Porto” renderia por si só alguns parágrafos, mas é reação ligeira do aparato poético à situação política e social em sua percepção da transformação ocorrida que destaco. Nos meses que seguem, o discurso se intensifica, como neste outro soneto, assinado por J. A. F., e saído no periódico *Lysia Degenerada* por volta de fevereiro de 1821:

Fuja da terra já o Despotismo,
 Só a doces Leis Lysia curve o joelho Augusto;
 Levante o braço gentil, forte, e rebusto,
 Despedace a tyrannia, e o fanatismo!

Exemplo dê ao Mundo de Heroismo;
 Apezar de sacrificios, e de custo;
 Triunfe entre as Nações já sem susto,
 E resurja Portugal do tenebroso abysmo!

Tomem delle exemplo os Reis para serem humanos,
 E o Povo para restaurar a liberdade,
 E reclamar seus direitos, e vingar seus damnos.

E fique em memoria para a eternidade;
 O valor dos grandes Lusitanos,
 Que soberão triunfar da crueldade.⁴⁶

⁴⁵ COSTA, José Daniel Rodrigues da. “Portugal, Portugal, eu lastimei-te!”. In: *O prazer dos lusitanos na regeneração da sua patria*. Lisboa: Impressão Regia, 1820, p. 15.

⁴⁶ J. A. F. “Fuja da terra já o Despotismo”. *Lysia Degenerada*, n. 9, fev. 1821?, p. 4.

Nele, o tratamento é mais direto, sem o subterfúgio de uma imagem ampla. Em seu primeiro quarteto, termos surgem, que, na luso-América, tornar-se-ão comuns: “Despotismo”, “Leis”, “tyrannia”. No primeiro terceto, algumas noções importantes se somam, como a humanidade dos reis e a liberdade. Também em 1821, folhetos político-poéticos escritos originalmente no território luso-europeu começam a ser republicados no Rio de Janeiro pela Imprensa Régia local. Saliento dois: *Continuação dos sonetos de Ignacio José Correia Drummond em applauso ao feliz successo da completa regeneração da nação portugueza. &c. &c. &c.*, composto por dez sonetos, e *Endexas patrioticas e constitucionaes*, com uma composição em quadras e um soneto.

O primeiro insere dom Pedro I, determinante ao ambiente luso-americano, como figura:

Quem á Intriga cruel ouvidos presta,
E cauto não reprime o fero engano,
Illudido protege o crime insano,
Estima sempre o máo, o bom detesta.

Qual negra corrupção, que o ar impesta,
E cauza nos Mortaes estrago, e damno,
Assim esparge o mal peito inhumano,
Assim o máo conselho o Throno infesta.

Mas, graças á Razão, que T ilumina!
Tu Es PEDRO imortal entre os Sob’ranos
Adorado Senhor, que em nós domina!

Delicia da Nação, e dos Humanos,
Tu Soubeste atalhar nossa ruina,
O Ceo Te descobrio os seus arcanos!⁴⁷

Seus quartetos lançam luz aos maus conselhos de governança ao avisar sobre a “Intriga cruel” e a importância de reprimir o “fero engano”, sobrepondo a esses perigos a figura do regente, “Delicia da Nação, e dos Humanos”, iluminado por outro termo determinante: “Razão”. O segundo panfleto permanece no tom dos anteriores, saudando a mudança política. Friso-o, porém, por dois motivos: sua escrita pela mão de “huma senhora desta Capital (Lisboa)” (o que parece ser referido em uma quadra luso-americana posterior, publicada em *O Volantim*, atribuída a uma “Senhora patriota, e Amante da Causa do Brasil”⁴⁸) e pela sua ligação com tópicos provenientes do setecentismo:

⁴⁷ DRUMMOND, Ignacio José Correia. “Quem á intriga cruel ouvidos presta”. In: *Continuação dos sonetos de Ignacio José Correia Drummond em applauso ao feliz successo da completa regeneração da nação portugueza. &c. &c. &c.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821, p. 9.

⁴⁸ “Quadras. Feitas por huma Senhora patriota, e Amante da Causa do Brasil, offerecidas a SUA ALTEZA REAL”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 33, 9.10.1822, p. 129.

Pastoras do Tejo,
Cuja graça, e modo
Tem sido applaudido
Do Parnaso todo.

Os vossos encantos,
Que a dor escondia,
Fazei aparecer
Em tão fausto Dia.

Em vez do borel
Cingi vestes finas:
Ornai vossas frentes
De frescas boninas.

Tecei cuidadasas
Mil festoes de flores,
Mas não p'ra enfeitar
Os vossos Pastores.

Ah! vinde offerece-las
A bravas Falanges,
Que o Têjo admira
E respeita o Ganges.

São nossos Patricios,
São nobres guerreiros,
Fieis ao seu Rei,
Lusos verdadeiros.

Que tem defendido
De vis inimigos
As vossas Aldeias,
Rebanhos e trigos.

Se na tosca Chóça
Em paz descançais,
E o gado no Campo
Hoje apascentais.

[Devais] tanta dita
Ao seu braço forte,
Braço, que despreza
O braço da morte.

São suas virtudes,
He seu heroismo,
Quem livrou a Aldeia
De hum vil Egoismo.

Elles nos conservão
Nos mesmos altares
Os nossos antigos,

Deoses [Tutelares].

[ilegível] amigos,
Tudo lhe devemos:
Costumes nocivos,
Reformados temos.

Novos maiores,
Já tem nossa Aldeia,
Os quaes sabiamente
Regerão Astreia.

Seus raros talentos,
E luzes sublimes
Premeião virtudes,
Castigão os crimes.

Ah! vinde apressados
Render mil louvores,
A quem felicita
Os vossos Pastores.

Sou tambem Pastora
Do placido Tejo,
Ah! vinde Pastoras
Cumprir meu desejo.

Hymnos cantaremos
Do Eterno no Templo,
Que o Mundo não tem
Hum igual exemplo.

Mudou-se o Governo:
E seus Maioraes
Juntarão-se as Tropas
Á Patria leaes.

Em toda esta Aldeia
Não houve hum cajado,
Que altivo offendesse
A gente, ou o seu gado.

As nossas Pastoras
Alegres contentes,
Andavao no meio
Das armas luzentes.

Belicosas gentes,
Nunca fostes tanto,
Como quando á Patria
Tributas teu pranto.

Pranto de alegria
Muitos derramaão:
Ao Ceo por tal dita

Mil votos mandarão.

Eia; todas juntas
Roguemos ao Ceo,
Que termine a obra,
Que elle protegeo.

Sejamos constantes
Na opinião
De estabelecemos
A Constituição.⁴⁹

De estruturação e de compleição mais simples do que os anteriores, essas quadras buscam traçar um caminho entre os séculos 18 e 19. Logo em sua abertura, ele faz uma invocação às “Pastoras do Tejo”, cujos encantos, “que a dor escondia” (em uma referência indireta ao despotismo), agora podem “aparecer”. Todavia, elas não mais tecem ornamentos para os “Pastores”, mas sim às “bravas Falanges, / Que o Téjo admira / E respeita o Ganges”, “nobres guerreiros, / Fieis ao seu Rei, / Lusos verdadeiros”. Essa passagem indica, de maneira astuta, algum grau de negação da observação, transferindo-a para um universo de ação, perceptível mais ao final da peça: “Mudou-se o Governo: / E seus Maioraes / Juntárão-se as Tropas / Á Patria leaes / [...] As nossas Pastoras / Alegres contentes, / Andavao no meio / Das armas luzentes”. Pastoras caminhando por entre armamentos que irradiam luz é uma imagem incrivelmente potente que demonstra a força da Revolução Liberal do Porto diante da organização intelectual daquele território. A peça se encerra com o termo “Constituição” (o qual, como atrator da matéria poética, é anterior aos lusos acontecimentos, sobretudo logo em seu nascimento, no contexto estadunidense⁵⁰), fechando, neste breve apanhado, o ciclo conceitual pós-1820.

Ainda em 1821, um hino, escrito por um “natural de Goiaz”⁵¹ em fevereiro e publicado em 12 de março pelo periódico *O Conciliador do Reino Unido*, demonstra que o diálogo poético interatlântico se encontra maduro:

Reja a Lei; a Nação viva,
O Rei, Familia Real;
O Brasil e Portugal
Liguem-se em firme UNIÃO.
Dai-nos PEDRO segurança;
Cesse de todo a opressão;

⁴⁹ “Pastoras do Tejo”. In: *Endexas patrioticas e constitucionaes*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1821, sem página.

⁵⁰ CAVITCH, Max. “American Constitutional Elegy”. In: WEISMAN, Karen (Org.). *The Oxford Handbook of the Elegy*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 224-37.

⁵¹ “Votos patrioticos no seguinte HYMNNO”. *O Conciliador do Reino Unido*, n. 2, 12.3.1821, p. 20.

Sejamos livres, felizes
 Por Santa CONSTITUIÇÃO.
 A Justiça a Paz beijando
 Traçarão Sociedade;
 A Moral e Probidade
 Entre nós florecerão
 Dai-nos PEDRO segurança; &c.
 Livres dos males antigos
 Hymnos alegres cantemos;
 Viver ditozos podemos
 Brilhando a luz da Razão.
 Da-nos PEDRO segurança; &c.

Nessa peça, relacionada, como visto, aos eventos do dia 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro, ocorre a introdução, no aparato da poesia luso-americana, de uma série de termos e de elementos que irão receber pleno desenvolvimento nos meses e anos seguintes. Primeiro, há a defesa da ordem legal da lei e da nação, encarnadas pelas figuras do rei (posteriormente do imperador) e da família real; após, o pedido por liberdade e pelo estabelecimento constitucional como meio de alcançar a “Moral e Probidade”; por fim, surge o desejo pelo fim dos “males antigos” para que se possa viver “brilhando a luz da Razão”. Essas três tópicas – lei, nação e governante; liberdade e Constituição; abandono do passado e razão – são dominantes ao longo de toda a coleção que aqui apresento.

Elas sofrem com alterações de fundamento, reagindo, em tempo real, aos velozes eventos políticos e sociais ocorridos nos territórios da América portuguesa e do Império do Brasil. Pouco mais de um ano e meio após a publicação do hino acima, com a independência realizada, um “mote improvisado”, assinado por J. P. F. e circulado no *Correio do Rio de Janeiro*, retrabalha as três tópicas, adicionando a elas, pela primeira vez, uma quarta, a formulação “independência ou morte”, que repetida, com pequenas variações, ao longo do conjunto, tornando-se elemento inescapável:

Patria, Pedro, e Carolina
 Protestamos defender;
 Eis a divisa da Gloria,
 Independencia, ou morrer.

Da brasilica assemblea
 Supremas Leis vão nascer;
 Tem por base inalteravel
 Independencia ou morrer.

Para existir feito Escravo,
 Que pode a vida valer?
 Antes morte do que ferros,
 Independencia, ou morrer.

O Brazil não retrogada,
Ou expirar, ou vencer;
Eia, avante, ó Brasileiros,
Independencia, ou morrer.

Este Reino outr' ora Escravo,
Escravo não torna a ser;
Emancipou-se, está livre,
Independencia, ou morrer.

Tocamos no grande termo
Prescripto pelo dever;
Execração aos tirannos,
Independencia, ou morrer.

Corajosos Brasileiros,
Vosso juz deveis manter;
Sois Nação, deveis ser livre,
Independencia, ou morrer.

Os pendões da liberdade,
Tu, Brasil, soubeste erguer,
Sabe agora sustenta-los,
Independencia, ou morrer.

Ao DEFENSOR do Brasil
He tempo de conceder
Throno, Sceptro... o véo se rasgue,
Independencia, ou morrer.

Que prestão Leis promulgadas,
Sem Rei, que as faça exercer;
Novas Leis pedem Rei novo,
Independencia, ou morrer.⁵²

É perceptível o quanto essa peça retoma a anterior, com sua fixação pelas leis, pelo governante e por liberdade – agora em contexto político distinto. “Independência ou morte” surge inicialmente em um decreto assinado por José Bonifácio e datado de 18 de setembro de 1822,⁵³ e parece acompanhar a formulação “Constituição, ou Morte”, transcrita, por exemplo, em *A Malagueta*, em maio do mesmo ano.⁵⁴ Apesar de sua origem clássica, no “*Dulce et decorum est pro patria mori*” (“Doce e belo é morrer pela pátria”⁵⁵) horaciano (como pode ser visto em outros dois hinos, em citações quase literais:

⁵² J. P. F. “Mote improvisado. Independencia, ou morrer”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 133, 21.9.1822, p. 598.

⁵³ BRASIL. “Decreto”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

⁵⁴ *A Malagueta*, n. 26, 18.5.1822, p. 109.

⁵⁵ HORÁCIO. “III, 2”. In: *Odes*. Trad. Pedro Braga Falcão. São Paulo: Ed. 34, 2021, p. 335.

“Morrer pela Patria / He nobre morrer”;⁵⁶ “Por PEDRO, pelo Seu Throno / He doce a morte afrontar”⁵⁷) e de seus usos por britânicos (em *Cato, a Tragedy* [1713], de Joseph Addison: “It is not now a Time to talk of aught / But Chains, or Conquest; Liberty, or Death”⁵⁸ [“Não é Tempo de conversas vazias / Mas de Correntes ou de Conquista; Liberdade ou Morte”, em tradução literal]) e por estadunidenses (em uma fala atribuída, em 1817, a Patrick Henry: “Give me liberty, or give me death!”⁵⁹ [Me entregue liberdade, ou me entregue a morte!”, em tradução livre], a qual teria sido feita em 1775), ela aqui assume um papel radical de diferenciação, uma vez que a poesia luso-europeia, fonte inicial, é incapaz de atuar de modo espelhado, já que seu território não veio a se tornar independente de si mesmo. Mais do que isso, a formulação constrói o grau de tensão das oposições irreconciliáveis. Ao utilizar-se da ideia de “morte”, ela aponta para uma dimensão que confabula um tudo ou nada, sem espaço cinzento ou meio-termo possível – uma espécie de caráter último do poder. Em adição às três tópicas centrais, “independência ou morte” gera uma dureza, uma impenetrabilidade na dimensão daquilo que pode ser manipulado, feito de outro jeito. É comum que ela seja utilizada em hinos e em outras composições idealizadas para o canto ao coletivo, sendo repetida ao final dos estribilhos.

Além da formulação, outro elemento de repetição é a figura do imperador, dom Pedro I. Sua enorme presença pode ser compreendida por ele ser o “único símbolo que representava ao mesmo tempo a unidade do país e uma instituição política sólida, a monarquia”.⁶⁰ Como tópica, a figura firma-se, em setembro de 1822, de maneira tímida, em algumas referências (“Isto feito, bem posso assegurar-te, / Que no Mundo terá grão excelente; / Porque Pedro te ama ha de elevar-te”;⁶¹ “Isto dizia entre sonhos embebido / Recordando-me eu, assas vaidoso, / De Pedro, que nos he tão amoroso, / Que o ficar entre nós ha preferido”⁶²), ganhando força e assumindo, por vezes, posto quase divino (“PEDRO he Dadiva dos Ceos, / He Mimo do Grande Ser; / Por Elle todos juramos /

⁵⁶ “Hymno. Patriotico brasílico”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 31, 7.10.1822, p. 122.

⁵⁷ “Hymno Marcial ás Tropas Brasileiras, em expedição para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 121, 23.11.1825, pp. 489-90. Grifo do original. Peça não transcrita nesta dissertação.

⁵⁸ ADDISON, Joseph. *Cato, a Tragedy*. Londres: J. Tonson, 1713, p. 26.

⁵⁹ WIRT, William. *Sketches of the Life and Character of Patrick Henry*. Filadélfia: James Webster, 1817, p. 123.

⁶⁰ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., p. 61.

⁶¹ “Oh Brasil, tu a quem a forte amiga”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 20, 24.9.1822, p. 79.

⁶² “Em honra de PEDRO, e em seu louvor”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 22, 26.9.1822, p. 86.

Independencia, ou Morrer”;⁶³ “Mortal exerce acções quasi divinas; / E se no terreo Globo hovessem Deoses, / De Deos o nome fôra dado a PEDRO”⁶⁴), por vezes mais terreno, como em um soneto em que estabelece-se uma ligação entre dom Pedro I e o czar homônimo russo, que governou entre 1682 e 1721:

Soprando as Tubas cem com ar garboso,
Gloria da Russia, e da Suecia damno,
Eleva a Fama o Pedro Russiano,
De Petersburgo o Fundador famoso,

Ora na guerra o mostra bellicoso,
De Louros immortaes cingido ufano;
Ora em paz sobre o Throno, egregio, humano,
Sabio, experiente, justo, e cauteloso;

Mas hoje Imperador, que felicita
De Santa Cruz o solo prasenteiro,
Sendo-lhe em Nome igual, lhe excede em dita.

Do onde existe Alcáçar Sobranceiro,
Sente pasmado o Pedro Moscovita
Murchar-lhe a fama o Pedro Brasileiro.⁶⁵

O uso dos adjetivos “egregio, humano, / Sabio, experiente, justo, e cauteloso” para a descrição do czar evidencia que a composição não segue a noção de de um caráter sobre-humano do imperador. Seus dois últimos versos, “Sente pasmado o Pedro Moscovita / Murchar-lhe a fama o Pedro Brasileiro”, apresentam uma noção de certa história duplicada, notada na função de ambos Pedros, na qual a capacidade de determinado governante pode “excede[r] em dita” a de outro.

Essas tópicas, formulações e figuras são os elementos de organização básicos das composições que apresento. Destaco sua mobilidade espacial (do ambiente luso-europeu para o luso-americano e imperial) e sua adaptabilidade em resposta aos eventos que ocorrem – dados que reforçam um dos pontos centrais deste estudo: a intensa capacidade de entendimento comunitário de si que a poesia de idos dos anos 1820 detém. De modo algum ela pode ser entendida como algo fixo, fechado, mas sim como um objeto em desenvolvimento, aberto.

⁶³ “Quadras. Feitas por huma Senhora patriota, e Amante da Causa do Brasil, offerecidas a SUA ALTEZA REAL”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 33, 9.10.1822, p. 129.

⁶⁴ J. P. F. “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”. *A Estrela Brasileira*, n. 20, 3.12.1823, pp. 77-78.

⁶⁵ AZEVEDO, E. M. de. “Soprando as Tubas cem com ar garboso.”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 38, 15.10.1822, p. 151.

1. Metamorfoses do Rio de Janeiro

Uma poesia não se faz apenas com processos de empréstimo e de passagem de estruturas e de tópicos – ela se faz, essencialmente, pelos meios materiais locais que possibilitam a sua existência. O caso carioca é, nesse sentido, emblemático. A cidade do Rio de Janeiro, fundada no século 16, é elevada, em 1763, à condição de sede do vice-reinado, em decorrência de seu status de “*cabeça* ou *locus* articulador de vastos territórios, interesses, negócios e políticas na América e no Atlântico-Sul”.⁶⁶ Em 1808, torna-se o espaço de poder institucional maior em todo Império Português, após a transferência da Corte durante sua fuga na ocasião da invasão napoleônica do território luso-europeu.

Em um nível municipal, esse evento desencadeia mudanças. Entre 1799 e 1821, 36 mil novas almas tomam como residência a cidade, destas contabilizando 26 mil pessoas livres.⁶⁷ No mesmo período, cerca de 400 mil africanos, apenas pelos dados oficiais, desembarcam nos portos, rumando, dali, para sua escravização em diferentes partes da lusa-América.⁶⁸ O movimento de gentes, riquezas e misérias, entre reis, ouros, açúcares e banzos, gera um pequeno caos urbano, contrastando a beleza da paisagem natural com odores pouco florais.⁶⁹ Alguns outros cheiros podres, mais metafóricos do que literais, inundam o espaço, já que “ali se encontrava uma escravaria social e demograficamente disseminada [...]. Além disso, o tráfico atlântico constituía-se em variável fundamental para a reprodução física da mão-de-obra cativa”.⁷⁰ Essa escravaria serve como os braços que efetivamente crescem a cidade em seus limites geográficos e a tornam “uma espécie de grande nó nas redes de conexão global”.⁷¹ Desse modo, é bem possível imaginar a cidade do Rio de Janeiro nesse período como um território atravessado por poder e terror, este tão bem representado pelo naturalismo dos açoitamentos públicos e das crianças negras tratadas como animais de estimação das ilustrações de Jean-Baptiste Debret.

⁶⁶ BICALHO, Maria Fernanda. “A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)”. *História*, v. 30, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 53.

⁶⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil. v. 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 13.

⁶⁸ SLAVE VOYAGES. *Slave Voyages* v2.2.13. Disponível em <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em 26.7.2022.

⁶⁹ MALERBA, Jurandir. “O tráfico nas maneiras”. In: *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 125-94.

⁷⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 27

⁷¹ SANTOS, Ynaê Lopes dos. “Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815”. *Almanack*, n. 24, 2020, p. 13, 28.

O município, porém, mesmo circunscrito na complexidade das trocas interatlânticas e casa de uma Corte própria, não era um exato polo de produção poética. Nos séculos e décadas anteriores, ambientes como Salvador e a então Vila Rica-tinham obtido essa primazia, apesar de um eventual Cláudio Grugel do Amaral (nascido no Rio de Janeiro e falecido em Lisboa, em 1752)⁷² ou da Academia dos Seletos⁷³ (que dura apenas uma sessão, realizada em no mesmo ano da morte de Amaral, mas que lega volumosa publicação⁷⁴) e de algumas produções posteriores dispersas, como a do seguidor da agudeza conhecido como Sapateiro Silva.⁷⁵

Um dos principais compositores setecentistas nascido em berço carioca é Domingos Caldas Barbosa – que, entretanto, faz sua carreira muito longe da Guanabara, embarcando para Lisboa aos 23 anos, em 1763, sem jamais retornar.⁷⁶ Caso semelhante ao de Inácio José de Alvarenga Peixoto, que volta ao Rio de Janeiro brevemente para cumprir pena após ter sido preso na devassa da Inconfidência Mineira.⁷⁷ Um terceiro vulto destacado é o de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, de educação coimbreense, que, ao contrário de Barbosa e de Peixoto, opta, em meados de 1770, pelo papel de filho pródigo.⁷⁸ Além de sua produção letrada, serve também como professor régio de retórica e de poética local entre 1782 e 1814, ano de seu falecimento (sendo substituído, em 1815, por João José Vahia).⁷⁹ Alguns de seus alunos, como Januário da Cunha Barbosa e frei Francisco do Monte Alverne,⁸⁰ acabam tendo atuação decisiva no cenário poético local da primeira metade do século 19. É também secretário da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, instituição fundada em 1786, mas de curta vida em decorrência da devassa

⁷² TOPA, Francisco. “Cláudio Grugel do Amaral e Frei Bernardo de Brito: sentidos da paródia”. *O Eixo e a Roda*, v. 29, n. 3, 2020, pp. 19-35.

⁷³ CAVALCANTE, Berenice. “Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII”. *Acervo*, v. 8, n. 1-2, 1995, pp. 53-66.

⁷⁴ SÁ, Manoel Tavares de Sequeira e (Org.). *Jubilos da América, na gloriosa exaltação, e promoção do illustrissimo e excellentissimo senhor Gomes Freire de Andrada...* Lisboa: Officina do Dr. Manoel Alvares Sollano, 1754.

⁷⁵ SÜSSEKIND, Flora; VALENÇA, Rachel Teixeira. *O Sapateiro Silva*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

⁷⁶ BARBOSA, Domingos Caldas. *A doença*. Org. Lúcia Helena Costigan e Fernando Lima e Morato. São Paulo: Ed. 34, 2018, p. 109.

⁷⁷ PEIXOTO, Alvarenga. *Obras poéticas de Alvarenga Peixoto*. Org. Caio Cesar Esteves de Souza. Cotia: Ateliê Editorial, 2020, pp. 227-28.

⁷⁸ MORATO, Fernando Lima e. *Um mestre na periferia da Arcádia: a obra poética de Manuel Inácio da Silva Alvarenga no contexto do Império português do século XVIII*. Tese de PhD. Ohio State University, 2019, p. 227.

⁷⁹ CARDOSO, Tereza Fachada Levy. “As Aulas Régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática. 1759-1834”. *História da Educação*, n. 6, out. 1999, p. 129. Não consegui encontrar mais informações sobre o teor da disciplina.

⁸⁰ DURAN, Maria Renta da Cruz. *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746 a 1834*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013, p. 84

ocorrida em 1794, fundamentada, em parte, por uma investigação relacionada à circulação de uma sátira atribuída ao próprio.⁸¹ Seu *Glaura* (1799), uma das últimas obras do dito arcadismo luso-americano setecentista, carrega dimensões políticas intrincadas.⁸²

1.1 Impressos

O Rio de Janeiro é, no começo do século 19, uma cidade em transformação. Isso não implica apenas em transferências geográficas de poder, em aumento populacional ou em dinâmicas econômicas, mas também em mudanças mais sutis. Para o campo da produção letrada poética, a mais importante é a introdução, após 1808, com séculos de atraso em relação à Europa, da possibilidade da feitura de impressos locais, via a monopolista Imprensa Régia, a qual continua em funcionamento até 1822, publicando mais de mil títulos ao longo do período,⁸³ dos quais cerca de 90 tratam de matéria poética⁸⁴ e 31 são romances.⁸⁵ O índice relativamente alto de impressos voltados à poesia revela que havia uma comunidade em gestação.

Até então, as composições luso-americanas seguiam três destinos possíveis: a transmissão oral declamatória, a circulação por manuscritos (coordenados, posteriormente, em códices, que, muitas vezes, compilavam as declamações)⁸⁶ ou a edição além-mar (reservada, porém, para aqueles com o dom de tecer uma boa rede de contatos – a publicação em terras estrangeiras, entretanto, manteria sua importância, pelo menos, até a década de 1830, como atesta a edição parisiense de Domingos José Gonçalves de Magalhães). Nesse cenário, o impresso apresenta duas novidades: uma maior circulação (visto que a reprodução técnica não necessita de copistas e pode produzir milhares de volumes idênticos com facilidade e rapidez) e um papel de controle maior ao produtor (considerando que alterações na transmissão se tornam mais raras). Desse modo, eles atuam no aumento de certa imediatez no fazer poético (um compositor conseguirá

⁸¹ MOREIRA, Marcello. “Litterae Manent: louvor, vitupério e política na Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Reel – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, ano 4, n. 4, 2008.

⁸² MORATO, Fernando Lima e, 2019, op. cit., pp. 356-65.

⁸³ HALEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012, pp. 112-14.

⁸⁴ CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (Orgs.). *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. v. 1. São Paulo: Edusp/Livraria Kosmos Editora, 1993. Falo em “cerca de noventa” por infelizmente não ter tido a possibilidade de consultar todos os materiais, baseando-me, muitas vezes, nos títulos ou em breves descrições.

⁸⁵ SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. “Adaptações e livros baratos para a Corte: folhetos editados na Imprensa Régia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822”. Manuscrito. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 8-11.11.2004.

⁸⁶ MOREIRA, Marcello. “Manuscritura e produção poética”. In: *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011, pp. 289-334.

ler o trabalho de outros com mais agilidade e segurança, absorvendo ou rejeitando as propostas e tornando o espaço poético mais vívido) e no começo de uma passagem do “fazedor” para a categoria de “autor”, com as ideias jurídicas que subjazem a esse papel, como propriedade intelectual e, por consequência, plágio (noção inexistente na poesia luso-americana).

Além de composições, a Impressão Régia publica materiais teóricos de relevância para o ambiente intelectual. Em 1810, Fernando José de Portugal e Castro, o conde de Aguiar, imprime sua tradução ricamente anotada de *An Essay on Criticism* (1711), de Alexander Pope. No “Prefação” da obra, ele deixa claro sua intenção de complementar uma série de escritos vertidos para o português, voltando-se para “os que desejão saber as regras, e preceitos de escrever bem em verso, e julgar com acerto das composições poéticas”.⁸⁷ O longo ciclo de traduções de poéticas e tratados, com foco em autores latinos, é iniciado, no território luso-europeu, por volta de 1779, com Aristóteles, prosseguindo nas décadas seguintes com Cícero, Horácio (várias vezes), Ovídio, Anacreonte, Longino, Quintiliano, Virgílio e Nicolas Boileau-Despréaux, entre outros. Isso evidencia que há, em ambos os lados do Atlântico, um interesse crescente nas artes da poesia e da retórica. É um evento “metromaníaco”, em um pressuposto que leva a prática poética a participar

de um modo aberto nas trocas informacionais que se avolumam ao longo da segunda metade do século [18]. O verso começa a participar numa economia comunicacional que o implica no corpo social de uma nova forma, capitalizando as suas vantagens específicas, no que diz respeito à sua brevidade, portabilidade e economia simbólica.⁸⁸

Em 1813, Silvestre Pinheiro Ferreira apresenta sua visão particular da filosofia continental europeia, tendo em vista sua educação com filósofos como Johann Gottlieb Fichte e Friedrich Wilhelm Joseph Schelling e sua amizade com Johann Gottfried Herder,⁸⁹ e introduz ao público luso-americano um termo que, em certo futuro mais

⁸⁷ POPE, Alexander. *Ensaio sobre a critica de Alexandre Pope traduzido em portuguez pelo Conde de Aguiar. Com as Notas de José Warton, do Traductor, e de outros; e o Commentario do Dr. Warburton*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810, p. i.

⁸⁸ OLIVEIRA, Fernando Matos. *Poesia e metromania: inscrições setecentistas (1750-1820)*. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2008, p. 5.

⁸⁹ DURAN, Maria Renata da Cruz. “Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858)”. *Almanack*, n .9, abr. 2015, p. 117.

distante, viria a se tornar central: “Esthetica”.⁹⁰ A definição de poesia por ele apresentada é radicalmente distinta do universo até então trabalhado:

Poesia: Da-se este nome ás composições, em que o estilo tropologico, e figurado he transcendente: não servindo as expressões empregadas aqui e alli em sentido proprio, e em dicção ordinaria, senão como claro-escuro para mais realçar o figurado [...].⁹¹

Porém, sua reflexão em torno de transcendentais e figurados não é, ao menos naquele momento, internalizada na produção local.

Além de livros, panfletos e decretos governamentais, a Impressão Régia também publica periódicos. O primeiro, *Gazeta do Rio de Janeiro*, existe entre 1808 e 1822, sendo redigido por um dos nomes mais importantes para este estudo: Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.⁹² Ele igualmente é o redator de *O Patriota*, que, ao longo de suas 18 edições, trazidas ao público entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814, apresenta consistentemente peças poéticas. Elas permitem a visão de que algo mais profundo começa a ocorrer, algo que terá, em parte, implicações centrais para a prática poética dos primeiros anos da década de 1820:

Não é por acaso que, no “mundo” luso-brasileiro de princípios do século XIX, já parecesse anacrônica a ideia de uma Arcádia, uma academia dedicada ao bom gosto nas letras e na eloquência, como espaço de sociabilidade para a afetação pastoril de letrados curiais e urbanizados que pouco tinham a ver, de fato, com as pastagens e suas respectivas atividades. Ficara para trás a malograda Arcádia Lusitana, fundada em 1756. Em se tratando de práticas acadêmicas, o padrão que agora se impunha era o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1779, nos moldes do reformismo ilustrado e da sua perspectiva pragmática, mais ligada ao controle da natureza e à exploração do que à imitação dela. [...] Os pressupostos agora são o serviço e o Império, e a poesia pode prescindir da academia, porque o lugar que ela passou a almejar mais é a imprensa: seja o livro, seja o periódico, mas de preferência ambos.⁹³

A superação do sistema das academias e as noções de controlar e de explorar como formas de suplantarem a imitação se configuram determinantes no novo feitio das práticas

⁹⁰ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Prelecções philosophicas sobre a theórica do discurso e da linguagem, a esthetica, a diceósyna, e a cosmologia por Silvestre Pinheiro Ferreira*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813, p. 8.

⁹¹ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. “Índice”. In: Idem, p. 56.

⁹² MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de, 2003, op. cit., p. 18.

⁹³ ALCIDES, Sérgio. “O lado B do neoclassicismo Luso-Brasileiro: patriotismo e poesia no ‘poderoso império’”. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007, p. 118.

poéticas cariocas, as quais lidam, no começo do século 19, com o intenso rol de mudanças que descrevo aqui.

Entretanto, após o fim de *O Patriota*, a presença da poesia na imprensa passa por um hiato de sete anos, sobretudo pela ausência, na cidade, de folhas não relacionadas diretamente à governança. Em 1821, o editor do então futuro periódico *O Compilador Constitucional, Politico, e Literario Brasiliense* afirma que “a Poezia, que parece ter sido banida de todos os Periodicos desta Cidade”, teria um “benigno acolhimento” na sua publicação, pedindo que os compositores depositem suas obras nas lojas em que as assinaturas estavam sendo feitas⁹⁴ – ironicamente, nenhuma edição das quinze produzidas entre janeiro e abril de 1822 traz qualquer composição. A observação não passa em branco, levando em conta que a prática volta a constar, naquele mesmo ano, em diversas publicações, estas coordenados por uma “verdadeira explosão” de impressos que corre a cidade entre 1821 e 1822.⁹⁵ Como explica, em 1824, um anônimo que assina como “Hum Francez Brasileiro”,

Naõ se escreve hum Jornal com a mesma precizaõ, que exige a Historia, e eu espero que concordareis commigo que se nós fossemos obrigados, a faser annuncios, depois de termos as provas necessarias, e o grão possivel de certeza, nós naõ teriamos que annunciar mais do que accotencimentos antigos.

Hum Jornal he a exposiçaõ diaria daquillo que se passa, ou se passou em tal, ou tal Paiz sobre este, ou aquelle objecto; sendo esta folha o éco da opiniaõ publica, basta que ella conste por canaes fidedignos, para que a annunciemos.⁹⁶

Ou seja, os “Jornais” são ambientes em que a agilidade do tempo, voltada ao passado muito próximo, é marcada por uma incerteza constitutiva, que ecoa a “opinião publica”. Esse grau incerto se provará, ao longo deste ensaio, como um mecanismo fundamental no diálogo com a poesia, vindo a se incorporar nesta.

Outra alteração relevante é a expansão das livrarias, apesar da circunstancial falta de dados.⁹⁷ Em 1794, o público leitor carioca, antes mesmo da fundação da casa tipográfica oficial, via-se contemplado com um “promissor” mercado de oficinas de

⁹⁴ *Prospecto de hum novo periodico intitulado O Compilador Constitucional, Politico, e Literario Brasiliense para o Anno de 1822*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

⁹⁵ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de, 2003, op. cit., p. 25.

⁹⁶ HUM FRANCEZ BRASILEIRO. “Correspondencias”. *O Spectador Brasileiro*, n. 34, 17.9.1824, p. 3.

⁹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “Booksellers in Rio de Janeiro: The Book Trade and Circulation of Ideas from 1808 to 1831”. In: SILVA, Ana Cláudia Suriani da; VASCONCELOS, Sandra Guardini (Orgs.). *Books and Periodicals in Brazil 1768-1930: A Transatlantic Perspective*. Abingdon/Nova York: Modern Humanities Research Association/Routledge, 2014, pp. 35-51.

livreiros,⁹⁸ que atendia sua crescente curiosidade sobre as novidades vindas da Europa. Em 1800, Paulo Martin, posterior apoiador da Impressão Régia, abre sua loja, com remessas vindas de Lisboa feitas por seu pai, ajudando a estabelecer com mais firmeza o comércio.⁹⁹ Por meio de catálogos tardios, datados entre 1820 e 1822, é possível vislumbrar a circulação de nomes como Horácio, Virgílio, Ovídio, Dante, Ariosto, Tasso, François-René de Chateaubriand e Johann Wolfgang von Goethe (estes dois em suas vias romanescas), além de luso-europeus que vão de Camões a Almeida Garrett,¹⁰⁰ revelando, desse modo, o dinamismo de ideias com o qual a comunidade poética da cidade é apresentada. Nos periódicos, é possível ainda encontrar referências espalhadas à Germaine de Staël, Samuel Butler, William Shakespeare, Gregório de Matos, Sá de Miranda, Antonio Pereira de Souza Caldas, Antonio Diniz da Cruz e Silva e Santa Rita Durão.¹⁰¹ As ausências também são reveladoras, sobretudo da poesia britânica contemporânea – aparentemente, William Wordsworth, Samuel Taylor Coleridge e suas *Lyrical Ballads* (1798/1805) são desconhecidos do público local. Entretanto, Lord Byron, em 1824, redime seus companheiros pátrios.

Assim, entre alterações sociais, políticas, econômicas e conceituais dentro do próprio campo poético, a poesia feita no começo da década de 1820 começa a ganhar corpo. Uma série de proposições triangulares transatlânticas, entre África, Europa e América, desde o comércio de pessoas a livros, atua como sua mola propulsora, em uma formação disposta em um jogo dialógico entre o interno e o externo.

1.2 Guerras de gigantes

Em 1822, Januário de Cunha Barbosa, antigo aluno de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, publica, em Londres, uma curta composição épica, “bella descrição poetica

⁹⁸ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. “A livraria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794”. *Acervo*, v. 8, n. 1-2, 1995, pp. 183-94; ABREU, Márcia. “Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro joanino”. *Floema*, ano 3, n. 5, out. 2009, pp. 7-30.

⁹⁹ BOMPARD, Jean-Jacques. *Livreiros do novo mundo: de Briançon ao Rio de Janeiro*. Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/Edusp/Ed. Unesp, 2021, p. 73.

¹⁰⁰ *Catalogo de livros gregos, latinos, hespanhoes, italianos, ingleses, etc. que se achão de venda em casa de P. C. Dalbin e C.* Rio de Janeiro: 1820; *Catalogo de livros portugueses, que se achão de venda em casa de P. C. Dalbin e C.* Rio de Janeiro: 1820; *Noticia de algumas Obras modernas e Constitucionaes chegadas modernamente à Loja de Paulo Martin. Rua da Quitanda n. 33.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821?; *Catalogo de algumas obras que se vendem na Loja de Paulo Martin, Rua da Quitanda n. 33. Vinds neste ultimo Navio de Lisboa.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822?.

¹⁰¹ Respectivamente: “Annuncio”. *O Spectador Brasileiro*, n. 19, 11.8.1824, p. 4; “Correspondencia”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 69, 22.10.1823, p. 275; “Correspondencia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 17, 20.7.1825, p. 72; “Policia”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822; *O Tamoyo*, n. 5, 2.7.1822, p. 21; “Annuncio”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 80, 19.7.1822, p. 346; *Sabbatina Familiar de Amigos do Bem-Commum*. n. 5, 5.1.1822, pp. 41-43.

da povoação e progressos” da cidade carioca,¹⁰² chamada *Nicteroy: Metamorphose do Rio-de-Janeiro*, na qual narra, com ovidiana afinidade e próximo de uma tópica utilizada anteriormente por Inácio José de Alvarenga Peixoto e frei Francisco de São Carlos,¹⁰³ muito do que brevemente descrevi nestas linhas.

Sua epígrafe e sua dedicatória ressaltam os elementos de sua época. A primeira, de safra horaciana na *Arte poética*, “*Aut famam sequere, aut sibi convenientia finge*”¹⁰⁴ (“Siga a fama firmada ou forje um papel coerente”¹⁰⁵), refere-se à composição em si, no translado das personagens míticas da antiga Grécia para o trópico. A segunda aponta ao “Amigo, e Patricio” José Marcelino Gonçalves,¹⁰⁶ filho do escravizador e negociante de grosso trato Tomás Gonçalves. Após a morte de seu pai, em 1816, José, junto de sua mãe, dona Maria Angélica, toca os negócios da família e constitui uma reputação, chegando ao cargo de diretor da junta do Banco do Brasil.¹⁰⁷ Barbosa escreve, portanto, entre a razão clássica de Horácio, o patamar mais elevado para um letrado luso-americano pós-reformismo pombalino, e uma sociabilidade escravista da elite local, em um trânsito que liga a exata complexidade do tecido poético naquele momento.

A peça, talvez, se trate da última publicação da luso-América antes de seu rompimento para a efetivação do Império do Brasil. Em seu argumento, ela afirma:

Nicteroy filho do Gigante Minas e de Atlantida, era nascido de poucos dias, quando seu Páe foi morto por Marte na guerra dos Gigantes. Neptuno tocado das lagrimas de Atlantida, o fez criar em terras desconhecidas, que depois se chamáraõ Brasil. Nicteroy, crescendo, tentou vingar a morte de seu Páe renovando a guerra. Com este fim, com muita antecipação e segredo, juntou pedras sobre pedras, que ainda fôrmaõ a Serra chamadas dos Orgãos. Jupiter, conhecendo os seus intentos, o matou com um raio, quando ele estava sobre aquelle cumulo de penedos meditando na empresa. O seu corpo tombou sobre um valle, que hoje he bahia do seu nome, porque Neptuno o converteu em mar, cedendo ás supplicas de Atlantida, e marcando a sua separaçãõ do Oceano, com o grande rochedo, que fora arrancado por Nicteroy para ser arremessado á Marte, e que com ele desabára da Serra. Glauco, para consolar Atlantida, prophetiza a gloria do Brazil, e com especialidade a do lugar, em que seu filho fora convertido em mar, principiando pela descobérta de Pedr’

¹⁰² “Literatura e sciencias”. *Correio Braziliense*, jun. 1822, p. 623.

¹⁰³ ALVAREZ, Beethoven. “The Metamorphosis of the Giant Nicteroy in Brazilian Conservatism since 1822”. In *Gremium: Studies in History, Culture and Politics*, n. 15, 2021, p. 209. Agradeço ao professor Alvarez pela conversa sobre a peça.

¹⁰⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. *Nicteroy: Metamorphose do Rio-de-Janeiro*. Londres: R. Greenlaw, 1822, p. 4.

¹⁰⁵ HORÁCIO. *Arte poética*. Trad. Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 51.

¹⁰⁶ BARBOSA, Januário da Cunha, 1822, op. cit., p. 1.

¹⁰⁷ PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lucia V. “O inventário Maria Tomásia: liberalismo e distinção”. In: SANTOS, Amanda Basilio; AIRES, Anderson Pires; SANTOS, Carlos Alberto Ávila (Orgs.). *Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*. Pelotas: Claec, 2017, pp. 457-58.

Alves Cabral, athe o nascimento da Serenissima Senhora Princeza da Beira, enlaçados os Troncos de Bragança e d' Austria. Finda.a Prophecia, Atlantida he reconhecida Nimpha Maritima.¹⁰⁸

Nicteroy: Metamorphose do Rio-de-Janeiro, cujo manuscrito data do ano de 1820,¹⁰⁹ transmuta o cenário social para sua ação, embebida em guerras de gigantes, pedregulhos enormes, assassinatos e profecias de glória, por mais que haja uma série de elementos retóricos em movimento. Em meros dois anos, entre sua escrita e sua publicação, o futuro vislumbrado por Barbosa, da glória concentrada de “Bragança e d’Austria”,¹¹⁰ transforma-se em passado. Sua obra já não faz mais sentido – a metamorfose se prova incontrolável. Com o começo da dissolução dos mecanismos que fundamentavam o domínio centralizador da monarquia luso-europeia, as ondas de choque auferem uma nova disposição poética, a qual, ainda que confusa no princípio, lentamente se transforma e busca novos caminhos entre velhos e novos futuros.

¹⁰⁸ BARBOSA, Januário da Cunha, 1822, op. cit., pp. 3-4.

¹⁰⁹ ALVAREZ, Beethoven. “Por uma edição crítica e um estudo do poema *Nicteroy*, de Januário da Cunha Barbosa”. *Revista Confluência*, n. 51, 2016, pp. 92-107.

¹¹⁰ BARBOSA, Januário da Cunha, 1822, op. cit., p. 25.

2. Vozes

Vencidas as fraquezas materiais que dificultavam a existência de uma comunidade poética carioca e com o recebimento estabelecido das estruturas e das tópicas luso-europeias liberais e constitucionalistas, a poesia pode, enfim, conceber sua maturação no Rio de Janeiro. Isso, porém, ocorre de modos bastante diversos.

O velho soneto, estrutura predominante na coleção que exponho nesta dissertação e de história vasta na poética de língua portuguesa desde Sá de Miranda, é, quase que por contradição, um dos principais catalizadores do novo. É um equívoco, porém, considerá-lo como estrutura estável e irrefletida, por mais que sua normatividade básica (catorze versos, separados em dois quartetos e dois tercetos) seja aqui respeitada. Ele “tal como é concebido no século XVIII e no limiar do século XIX, esconde [...] uma estrutura bem diversa: não é tanto uma demonstração como uma descrição. [...] A lírica reclama-se agora de uma intensidade que recusa a narrativa e a própria discursividade silogística”.¹¹¹ Desse modo, a estrutura se encontra em um momento de passagem, aberta para jogar com seus limites. Ao recusar a narrativa pedestre e o discurso silogístico em um espaço de transformações políticas e sociais, ela se vê na necessidade de constituir outros modos de ação sua sobre a realidade.

No conjunto que exponho, são notáveis as três maneiras de uso da voz em sua lógica interna: afastada, à meia-distância e próxima. Eles revelam, assim, tanto tensões e limites que os compositores se veem colocados (que, por vezes, forcem soluções menos convencionais), quanto o aspecto do conceito de experiência modulando a forma. As três vozes são, em sua essência, três modos de elaborar a experiência – modos de contemplar e de observar o mundo. No discurso proferido por dom Pedro I em 1823, a observação é o elemento que organiza as perspectivas em torno da Carta constitucional; aqui, ela age do mesmo modo organizativo, porém sobre outro tipo de composição – as peças poéticas.

¹¹¹ BORRALHO, Maria Luísa Malato Borralho. “Metamorfoses do Soneto: Do ‘Classicismo’ ao ‘Romantismo’”. In: SILVA, Jorge Bastos da; CASTANHEIRA, Maria Zulmira (Orgs.). *Entre Classicismo e Romantismo. Ensaios de Cultura e Literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p. 21.

2.1 O afastamento

Após a Revolução Liberal do Porto, um processo de “intensa atividade política [...], carregad[a] de antagonismos de vários tipos”,¹¹² toma o território que viria a se tornar o Império do Brasil, circulando, sobretudo, por meio de periódicos, panfletos e folhetos. Esse evento é marcado, na historiografia recente, por títulos que transparecem seu acirramento: “papéis incendiários”, “insultos impressos”, “guerra literária”.¹¹³ Pode parecer singular, portanto, que a notícia sobre a muito recente independência da até então América portuguesa, proclamada extraoficialmente em 7 de setembro de 1822 na província de São Paulo, tenha tomado sua pequena cota de dias para finalmente circular estampada nos periódicos cariocas, ainda que tenha chegado sem a grande pompa que hoje poderia ser suposta. A razão é simples: a independência é um processo de média duração, começado entre janeiro e junho de 1822 (quando correspondências das câmaras municipais com o príncipe aventam explicitamente a ideia¹¹⁴) e terminado em agosto de 1825, com seu reconhecimento internacional. Na época, a data levaria alguns anos até ser assentida.¹¹⁵

Quando, portanto, o grito institucional é dado, pouco *frisson* corre pela capital. A independência da antiga lusa-América já estava dada, ao menos no nível do discurso. O independente *Reverbero Constitucional Fluminense* opta pela via indireta, quando, em 17 de setembro, começa a publicar sua tradução de “Solución a la cuestión de derecho sobre la emancipación de América” (1820), do advogado hispano-cubano Joaquín Infante.¹¹⁶ Já seu antigo oponente,¹¹⁷ *O Espelho*, no dia 20, anuncia as novas com uma reconstrução breve, entre lusas conspirações e revoltas nordestinas, de algumas das minúcias do processo, carregando citações de Gabriel Bonnot de Mably e do onipresente Camões¹¹⁸ (em uma curiosa, ainda que comum, junção entre iluminismo e quinhentismo praticada por alguns vários letrados locais).

¹¹² JANCSÓ, István. “Independência, independências”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec/Fapesp, 2005, p. 45

¹¹³ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de, 2003, op. cit., p. 11; CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Orgs.), 2014, op. cit.; e LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit.

¹¹⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 128.

¹¹⁵ CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Orgs.), 2014, op. cit., v. 1, p. 31.

¹¹⁶ “Solução da Questão de Direito sobre a emancipação da America por Joaquim Infante, natural de Cuba”. *Reverbero Constitucional Fluminense*, n. 17, 17.9.1822, pp 209-18.

¹¹⁷ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., p. 149.

¹¹⁸ *O Espelho*, n. 88, 20.9.1822, sem página.

Todavia, a primeira menção à independência é bem provável que seja de *O Volantim*, que, em 12 de setembro, fez correr o soneto “Não mais escravidam: oh Patria exulta!” (fig. 1) (com a inscrição “O Brasil nam torna a ser nem Colonia, nem escravo” acima), originalmente não intitulado, dedicado à “Sua Alteza Real O PRINCIPE REGENTE, e Defensor Perpetuo do Brasil”,¹¹⁹ assinado por Francisco Ferreira Barreto, padre pernambucano com experiência no meandro dos periódicos (tendo ele próprio, pouco antes, dirigido seu quinhão em *Relator Verdadeiro*). O restante da publicação não traz informações apuradas sobre o evento.

Fig. 1 – Página de *O Volantim. Periodico Diario* (n. 10, 12.7.1822, p. 37), com a peça “Não mais escravidam: oh Patria exulta!”.

¹¹⁹ *O Volantim. Periodico Diario*, n. 10, 12.7.1822, p. 37.

O VOLANTIM.

PERIODICO DIARIO.



RIO DE JANEIRO. QUINTA FEIRA 12 DE SETEMBRO DE 1822.



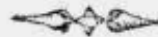
 Inimiga n o ha tão dura , e fera
 Como a falla virtude da sincera.

Com. Lus. Cant. 10. est. 113.

A' Sua Alteza Real O PRINCIPE REGENTE , e Defensor Perpetuo do Brasil.



O Brasil nam tórna a ser nem Colonia , nem escravo.



SONETO.

Não mais escravidam : oh Patria exulta !
 Principe Egregio Baseou teus Muros ,
 Nova Glor a nos Da , novos futuros ,
 Refrêa o Crime , os Despotas insulta.

Prospera , oh Liberdade ! Cresce , avulta :
 Longe , longe de nós , Fados escuros :
 Já és Livre , oh Brasil !... Tremei Prejuros !...
 Nam mais escravidam , oh Patria exulta !

Oh Joven Immortal de Gloria Infinda !
 Bustos Te preste o Marmore Espartano ,
 Cultos e Insensos Te prepare Olinda.

Se nam Es Galileo , Ser s Trajano :
 És o Gento do Bem , És mais ainda ,
 És o Leos do Brasil ! Eu nam me engano.

Francisco Ferreira Barreto.

Assim, o fato não é inicialmente exposto por um texto editorial ou por uma correspondência opinativa, como seria esperado e comum, mas por uma peça poética. Os versos de “Não mais escravidam: oh Patria exulta!” configuram também o começo do longuíssimo conjunto de objetos da ideia de “Brasil” independente, sendo a peça inicial por mim localizada a falar explicitamente sobre a separação dos Estados. Diz ela:

Não mais escravidam: oh Patria exulta!
 Príncipe Egregio baseou teus Muros,
 Nova Gloria nos da, novos Futuros,
 Refrêa o Crime, os Despotas insulta.

Prospera, oh Liberdade! Cresce, avulta;
 Longe, longe de nós, Fados escuros;
 Já és Livre, oh Brasil!... Tremei Prejuros!...
 Nam mais escravidam, oh Patria exulta!

Oh Joven Immortal de Gloria Infinda!
 Bustos Te preste o Marmore Espartano,
 Cultos e Insensos Te prepare Olinda.

Se nam Es Gallileo, Seras Trajano;
 Es o Genio do Bem, Es mais ainda,
 Es o Deos do Brasil! Eu nam me engano.

O soneto segue com um desenho de rimas finais e internas bem desenvolvido, ainda que rígido, em especial em seus quartetos, os quais constroem um sentido rítmico baseado no uso das vogais, com predominância da letra /u/ na última palavra de cada verso (exulta, Muros, Futuros, insulta, avulta, escuros, Prejuros, exulta). Ele é dividido em duas partes retóricas. Na primeira, ambos quartetos, é exposta a noção de que a pátria veio a se tornar livre; na segunda, ambos tercetos, a persona se volta a dom Pedro I, o “Joven Immortal de Gloria Infinda”. Há nele três questões que particularmente me movem: o uso dos termos “escravidam” e “Liberdade”; o trecho no qual o compositor pede que a pátria proveja “Nova Gloria” e “novos Futuros”, deixando implícita, portanto, a existência de velhas glórias e de velhos futuros agora ultrapassados; e o verso peculiar em que declara que o novo imperador “nam Es Gallileo”, mas que “Seras Trajano”.

Sobre o uso dos termos, revela-se a absorção, nas formulações poéticas, do léxico da nova linguagem política,

estruturada sobre os princípios básicos da Ilustração portuguesa [e que] veio à tona no Brasil após a eclosão do movimento do Porto de 1820. [...] Ao longo do ano de 1821, os escritos, que documentavam esse ideário esclarecido, pautavam-se em dois conceitos opostos que

definiam a cultura política luso-brasileira: de um lado, o de despotismo e, de outro, o de liberalismo/constitucionalismo.¹²⁰

Nesse sentido, a “escravidam” deve ser lida como “a própria negação da liberdade [...], termo [...] relacionado ao passado e ao despotismo”¹²¹ (logo, sem qualquer tipo de relação subjetiva ou objetiva com o processo homônimo ao qual os africanos eram submetidos). Assim, o soneto joga, em seus quartetos, com polos conceituais opostos, criando, em seu tecido, um embate do passado e do futuro.

O conflito entre “escravidam” e “liberdade” é estendido na formulação “Novos futuros”, que traz implícita a noção de haveria um “velho futuro”, agora abandonado. Mais do que mera elaboração mental, essa colocação se encontra inserida, de modo firme, no “processo [...] de temporalização dos discursos políticos”, “fenômeno [...] engendrado pela consciência crescente da imanência do tempo como fator impulsionador das mudanças históricas”,¹²² algo que vinha em desenvolvimento desde 1808, nas páginas do londrino-luso-americano *Correio Braziliense*.¹²³ Dessa maneira, a persona de Barreto demonstra uma internalização, exposta por meio de uma expressão de aparente banalidade retórica, da relação entre tempo e situação. A criação do “Novo futuro” no ato da declaração de independência compete com o “velho futuro” ao qual a pátria estava destinada, continuada a força institucional da colonização. O controle do futuro é elemento de importância na construção político-historiográfica do período, partindo de teorias relacionadas à percepção da colônia como uma “etapa” em certo progressismo.¹²⁴ A ruptura de separação dos Estados abre margem, então, para que o novo se oponha ao velho.

Por fim, há o ameaçador verso “Se nam Es Gallileo, Seras Trajano” (o qual, cerca de dois anos mais tarde, irá se refletir em uma décima que afirma “Não he Claudio relaxado / Nem o feroz monstro Nero”,¹²⁵ em uma pequena tópica de comparação entre imperadores). Ele participa, em determinado modo, das tensões essenciais que vimos acima entre o choque de núcleos distintos (escravidão/liberdade, velho/novo). É verdade

¹²⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos das, 2003, op. cit., p. 119.

¹²¹ Idem, p. 131

¹²² FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2015, p. 1.

¹²³ DIAS, Eurico José Gomes. “A paixão pela história nos primórdios da imprensa periódica no Brasil e a Revolução Liberal Portuguesa (1808-1820)”. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*. Lisboa: Icnova, 2020, pp. 25-40.

¹²⁴ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 207.

¹²⁵ SILVA, Martianno José de Andrade e. “O mundo ha de ver hum dia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 62. 11.9.1824, p. 262. Peça não transcrita nesta dissertação.

que dom Pedro I não será aquele que, feito um Galileu, reavaliará a posição do homem e das estrelas e que definirá leis universais – não será um homem do exato, mesmo sendo “Genio do Bem” e, mais do que isso, “Deos do Brasil”. Porém, o imperador pode muito bem ser como Trajano – um administrador que reforme fraquezas estruturais e que atue sem piedade com a força de seu espírito bélico e dominante para “Refrêa[r] o Crime” e insultar “os Despotas”. A crença da espada em preferência da pena (afinal, Barreto diz ele mesmo não se enganar no verso final), imortalizada pelo “Marmore Espartano” que recobre os templos gregos e banhos latinos, revela o grau de tensionamento que o soneto se encontra.

Apesar da aparência superficial comemorativa e encomiástica, presente de maneira clara em sua dedicatória, é possível perceber que a composição carrega uma série de marcas distintivas que a encaixam em uma configuração restrita. A presença de uma nova retórica do discurso político e a abertura para a incerteza dos tempos, na qual o soneto aconselha o imperador sobre como ele deve agir (tornando-se, dessa maneira, mais deliberativo do que demonstrativo), revelam que algo transcorria de fundo. A realidade colonial deixou de existir. Em meio dessa situação, a poesia, ainda que inconscientemente, estabelece reação.

Essa associação, porém, permanece em campo sóbrio. A voz, em nenhum momento, busca uma aproximação com o evento – mais o observa do que dele toma parte. Essa voz distante, ainda que embrenhada pelo seu tempo, é usual em outros sonetos do mesmo periódico ao longo de 1822 (“Não a Magnates, menos a Guerreiros”;¹²⁶ “Oh Brasil, tu a quem a forte amiga”;¹²⁷ “Em honra de PEDRO, e em seu louvor”;¹²⁸ “Ao sempre fausto, e memoravel Dia doze de Outubro de 1822”;¹²⁹ “Maravilha sem par da nossa idade”;¹³⁰ e “Que, vejo ó Ceos, que vejo! moribundo”¹³¹), com uma continuidade que pode ser vista ainda em 1825 (“A S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Soberano Fundador

¹²⁶ “Não a Magnates, menos a Guerreiros”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, p. 46.

¹²⁷ “Oh Brasil, tu a quem a forte amiga”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 20, 24.9.1822, p. 79.

¹²⁸ “Em honra de PEDRO, e em seu louvor”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 22, 26.9.1822, p. 86.

¹²⁹ “Ao sempre fausto, e memoravel Dia doze de Outubro de 1822”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 36, 12.10.1822, p. 144.

¹³⁰ AZEVEDO, E. M. de. “Maravilha sem par da nossa idade”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822, p. 155.

¹³¹ “Que, vejo ó Ceos, que vejo! moribundo”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 51, 30.10.1822, pp. 201-02.

do Imperio do Brasil”¹³² ou “A musgosa cabeça sacudindo”, de José Eloi Ottoni¹³³). O afastamento marca, assim, pelo seu caráter de observação distante, o primeiro e mais dominante grau de experiência.

2.2 O meio

Por mais que o afastamento sóbrio seja dominante no conjunto, há outras artimanhas da voz que devem ser levadas em consideração. Um aspecto à meia-distância aparece em “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”,¹³⁴ publicado em maio de 1822 no *Correio do Rio de Janeiro*. Esse periódico, redigido por João Soares Lisboa, a “folha mais claramente radical” da cidade,¹³⁵ permite, talvez pela sua própria posição, que objetos poéticos estabeleçam mecanismos discursivos divergentes. Soares Lisboa, porém, paga um alto preço pela sua pena acusatória, já que, após reiterados processos, ele é pego, em outubro de 1822, junto a outros, como Januário da Cunha Barbosa, na devassa comandada por José Bonifácio, a Bonifácia, obrigando-o a se exilar em Buenos Aires. Pouco depois, já de volta ao Rio de Janeiro, é condenado a dez anos de detenção e continua os trabalhos com o periódico de dentro da cadeia. Em dezembro de 1823, recebe uma clemência imperial, convertida em desterro, o qual ele ludibria, indo parar em Pernambuco; lá falece em uma batalha durante a Confederação do Equador, no fim de novembro de 1824.¹³⁶

O soneto é parte de uma edição do periódico quase toda voltada à questão pernambucana, trazendo, sobre esse tema, uma correspondência (assinada por certo “O Amigo dos Amigos”) e um extrato do *Correio Brasiliense* de fevereiro daquele ano. A carta se inicia em tom elevado, acusando “terroristas, invejosos ou turbulentos”¹³⁷ de espalharem rumores a fim de causar revoltas em Pernambuco, sobretudo entre a população de “pardos, e pretos”¹³⁸ (em um não disfarçado temor haitianista que vagava

¹³² J. J. S. G. “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Soberano Fundador do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 109, 9.11.1825, p. 439. Peça não transcrita nesta dissertação.

¹³³ OTTONI, J. E. [José Eloi]. “A musgosa cabeça sacudindo”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 90, 17.10.1825, p. 363.

¹³⁴ J. B. R. S. “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822, p. 116.

¹³⁵ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., p. 174.

¹³⁶ FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. “Do exílio e cárcere à liberdade na Confederação do Equador (1822-1824)”. In: *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1801-1824)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2017, pp. 233-352.

¹³⁷ O AMIGO DOS AMIGOS. “Correspondencia”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822, p. 113.

¹³⁸ Idem, p. 114.

pelos brancos luso-americanos¹³⁹), e pedindo para que o redator “illucide” o caso, acabrunhando de sua “costumadâ imparcialidade”.¹⁴⁰ Já o excerto anteriormente publicado no *Correio Brasiliense* trata, com perceptível indignação, da boa acolhida que o segundo batalhão do Algarve recebeu em sua chegada em Portugal, mantendo o tom conspiratório da correspondência anterior, ao levantar a hipótese de que havia “huma mão occulta, nas Cortes, que de propozito queira alienar o Brasil de Portugal”.¹⁴¹ O evento motivador do artigo fora a muito complexa polêmica do estacionamento do referido batalhão em terras pernambucanas, a qual atravessa uma malha tanto de disputas de poder político no interior da província¹⁴² como de enfrentamentos nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa lisboetas.¹⁴³

O soneto vem ao final da edição, abaixo do extrato de o *Correio Brasiliense* (fig. 2). Sua presença não é mero penduricalho para o entretenimento dos leitores – ele ativamente participa da conversa, em nível semelhante a dos artigos anteriores. As peças poéticas dispostas nos periódicos agem na configuração discursiva, atuando na sociabilidade política da arena pública. Elas também informam, trazem ideias e conceitos. A opção por uma composição em detrimento de um artigo de opinião revela a organicidade que a poesia possui no meio, sua aceitabilidade entre os compositores e o público como um veículo de transmissão de pressupostos intelectuais.

Fig. 2 – Página de *Correio do Rio de Janeiro* (n. 28, 11.5.1822, p. 116), com a peça “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”.

¹³⁹ QUEIROZ, Marcos. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2017, pp. 100-20.

¹⁴⁰ O AMIGO DOS AMIGOS, 11.5.1822, op. cit., p. 114.

¹⁴¹ “Extracto do Correio Brasiliense de Fevereiro de 1822. Pernambuco”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822, p. 116.

¹⁴² MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004, pp. 65-112.

¹⁴³ GONÇALVES, Andréa Lisly. “As ‘várias independências’: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824)”. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 36, jan.-jun. 2018, pp. 4-27.

paração, na hypothese de que se realizariam os planos dos Ministros Europeos no Rio de Janeiro, que ameaçavam essa separação: cegas as Cortes á palpavel verdade, de que as insolencias dessas tropas commandadas pelo inconstitucional Rego, só servirão em Pernambuco de atizar os odios, que todos os homens cordatos desejavam acalmar; não só receberão mui bem essas tropas, porem teimarão em mandar para o Brasil mais Soldados, na expedição que mencionamos acima.

Com effeito temos já noticias de haverem chegado a Pernambuco hum Coronel, com 60 homens, parte dessa expedição, havendo o resto arribado á Parahíba. A Junta de Pernambuco convidou logo, mui civilmente, o Coronel para que desembarcasse. O Coronel recuzou fazer isto, mas sabendo da arribada das outras tropas, e que seriam obrigadas a marchar por terra para Pernambuco, condescendeo por fim em desembarcar: e bastarão esses poucos soldados para logo cauzar desordens, e haverem ferimentos com a gente do paiz. Ora eis-aqui demonstrado na pratica, para o que servem essas tropas Europeas no socegado Brasil.

¿ Que dirão a isto os parentes e os amigos daquelles, que forão assassinados pelas tropas Europeas em Pernambuco?

A resposta he tão obvia, que a não haver huma mão occulta, nas Cortes, que de proposito queira alienar o Brasil de Portugal, não ha outro modo de explicar tal erro. E quando vemos nos empregos publicos tantos daquelles que ja atraiçoarão seu Rei, muito he que suspeitemos, que simillantes traições ainda se meditem, para alienar o Brasil, irritallo a separar-se de Portugal, e deixar este então facil preza aos projectistas de sua união com Hespanha.

CORTES. — Continuação do N. 24.

Art. 6. Em compensação destes encargos, impostos á Companhia, fica-lhe concedido o poder só ella introduzir aguas-ardentes por espaço de 5 annos dentro das barreiras do Porto. Villa Nova de Gaya, e demarcação do Alto Douro; porem a exportação será livre a qualquer Cidadão por todos os portos. Foi approvedo tal qual. Enquanto ao 4.º, e 5.º decidio-se que a Commissão os redigisse de novo, e ordenados conforme o 3.º e 6.º e que os apresentaria na prolongação seguinte.

Por ainda haver tempo deo-se a palavra á Commissão da Fazenda, pelo que o Sr. R. Telles leo huma indicação da mesma, para se suspender o leilão do páo Brazil annunciado para amanhã: approveda. Lerão-se mais alguns pareceres damesma, e hum da Commissão de Justiça criminal, e forão approvedos, á excepção do ultimo, que ficou adiado.

CONGRATULAÇÃO A' PATRIA

PELA OCCASIAO DA INSTALACAO DO GOVERNO PROVISORIO DE PERNAMBUCO.

JA' sou meu! Já sou livre! Eu obro! Eu penso!
Existo agora! Agora a natureza
Brilha em mim, na razão: já não sou presa
Do despotismo atroz, medonho, inferno.

Monstros, estremecei!... Remorso intenso
Os tyranos assombra, escalda, infesa!
Olinda, oh Patria! Exulta! Immune, illesa,
Sagra ás Cortes, ao Rei, aras, incenso.

Na Aurora do Brasil, Grão Nome obtendo
Em merito, em riqueza, em brilho, em gloria,
A Belgia te anhelou, fugio tremendo....

Ventura, e Fado teu dão lustre á Historia:
Prodigio, assombros teus te vão cohenendo
Loiros, Eternidade, Honras, Victoza.

J. B. R. S.

A peça anônima, assinada apenas pelas iniciais de seu produtor, J. B. R. S., não apresenta informações sobre sua feitura além de seu título, o qual comemora a “instalação do governo provisório de Pernambuco”. A referência é ao decreto de 1 de setembro de 1821, proveniente das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que institui a Junta Provisória da província, formada pelos “Cidadãos mais habéis por seus conhecimentos, probidade, e adesão ao systema Constitucional”.¹⁴⁴ Antes do documento, a região vive sob constante tensão política, sobretudo por ser ela governada por Luís do Rego Barreto, que havia liderado a repressão contra a revolução ocorrida em 1817. A nova governança cai nas mãos de seu antigo opositor, o liberal Gervásio Pires Ferreira.¹⁴⁵ O decreto guarda sua importância por ser “um ponto de clivagem, não apenas pela interferência direta das Cortes no Brasil, como também de confrontação com a regência do Rio de Janeiro, para onde os governadores antes se dirigiam”.¹⁴⁶ Sigo para o soneto:

Já sou meu! Já sou livre! Eu obro! Eu penzo!
Existo agora! Agora a natureza
Brilha em mim, na razão: já não sou presa
Do despotismo atroz, medonho, infenso.

Monstros, estremecei!... Remorso intenso
Os tyranos assombra, escalda, infesa!
Olinda, oh Patria! Exulta! Immune, illesa;
Sagra ás Cortes, ao Rei, aras, incenso.

Na aurora do Brasil, Grão Nome obtendo
Em merito, em riqueza, em brilho, em gloria,
A Belgia te anhelou, fugio tremendo....

Ventura, e Fado teu dão lustre á Historia:
Prodigio, assombros teus te vão comendo
Loiros, Eternidade, Honras, Victoria.

Em meio ao leve jogo anafórico (“Já sou... / Já sou...”, “Eu... / Eu...”, “Existo agora! Agora...”) do primeiro quarteto, que marca um ritmo construído em torno de rimas finais bem estabelecidas, seu primeiro verso entrega uma miríade intrincada de relações. No trecho “Já sou meu! Já sou livre!”, há uma citação literal de Bocage, retirada próximo do

¹⁴⁴ VELHO, José Vaz; FREIRE, Agostinho José; FELGEUIRAS, João Baptista. “Decreto de 1 de setembro de 1821. Sobre a organização da Junta Provisoria e Governo das Armas da Provincia de Pernambuco”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-1-9-1821.htm. Acesso em 11.8.2022.

¹⁴⁵ MELLO, Evaldo Cabral de, 2004, op. cit., pp. 69-70.

¹⁴⁶ CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SLEMIAN, Andréa. “‘Memorial’ às Cortes de Lisboa de Manoel Luís da Veiga (1821). Constitucionalismo e formas de governo no Brasil”. *Análise Social*, v. 218, LI (1), 2016, p. 131.

final da ode “O desengano, Versos epódicos” (1799): “Teu sagrado fervor de vêa em vêa / Me agita, me transporta / Eu te sigo, eu te sigo... Oh Ceos! Oh Deoses! / Já sou meu, já sou livre”.¹⁴⁷ Apesar de aparência de coincidência, o que ocorre é uma curiosa passagem. Na ode, a persona se volta para uma malquista e “perfida”¹⁴⁸ musa Marília, sobre a qual se pergunta: “Que vale sem virtude a Formosura?”.¹⁴⁹ O texto em si contrapõe, por muitas vezes, sentidos de tirania e liberdade, perceptíveis logo nos primeiros versos:

[...] Feitiços perigosos,
Verdugos da alterosa Liberdade,
Tu, dom da formosura,
Fatal aos corações, suave aos olhos,
Tu, que em meus pensamentos,
No arbitrio meu, despótico, imperavas,
Tyranno, impõe teu jugo,
Teu férreo jugo na cerviz daquelles,
Que a sisuda Experiencia
Por entre pavorosos precipícios
Inda ao Templo remoto
Não guiou do profícuo Desengano. [...] ¹⁵⁰

J. B. R. S. incorpora, portanto, em seu soneto, aquilo que crê se tratar de um ciframento político em uma ode de mal-dizer amoroso, sem perceber que “o interesse de Bocage pelos temas revolucionários [...] é-o por gosto dramático e estratégia retórica [...]”. Trata-se então de produzir comoção mediante o traçado de cenas que se caracterizam tipicamente como *sublimes*.¹⁵¹ O sublime enquanto conceito poético toma, desde idos do século 18, as discussões dos letrados luso-europeus, por meio, a princípio, das leituras boileauanas de Rafael Bluteau, com uma consolidação a partir de por volta de 1755, com Correia Garção.¹⁵² Todavia, para nosso compositor luso-americano, em seu entendimento da ode de Bocage, a relação é dada, em correta ou equivocada leitura, de maneira objetiva, com um outro sublime, modificado pelo peso do presente. O “gosto dramático” e a “estratégia retórica” são alterados diante da imposição da realidade. A historicidade,

¹⁴⁷ BOCAGE, Manoel Maria de Barbosa du. “O desengano, versos epódicos”. In: *Rimas de Manoel Maria de Barbosa du Bocage dedicadas á amizade*. t. 2. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1802, p. 89. [1. ed. 1799]

¹⁴⁸ Idem, p. 86.

¹⁴⁹ Idem, ibidem.

¹⁵⁰ Idem, pp. 84-85.

¹⁵¹ PÉCORA, Alcir. “Parnaso de Bocage, rei dos brejeiros”. In: *Máquina de gêneros, novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Edusp/Ed. Unicamp, 2018, p. 218. Grifo do original.

¹⁵² BORRALHO, Maria Luísa Malato. “O que é o sublime?: um inédito de Correia Garção e a pré-história do melodrama”. In: PEREIRA, Belmiro Fernandes; VÁRZEAS, Marta Isabel de Oliveira (Orgs.). *Retórica e poética*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021, pp. 57-84.

representada nos tercetos ao retomar a vitória sobre os holandeses (a dita “Belgia” que “anhelou” Pernambuco e “fugio tremendo”) e por meio da “Ventura, e Fado” que iluminam a própria história, não parece carecer de uma teatralidade em excesso.

Vencida a citação, resta uma segunda questão: definir quem é o “eu” que fala no verso, aquele que se possui, que é livre, trabalha, pensa e existe. A hipótese simples seria a persona, afirmando as qualidades ganhas após a proclamação do governo provisório. Porém, quero seguir por outra via. O soneto é dividido em duas partes, compostas pelo primeiro quarteto e, depois, pelo segundo e por ambos os tercetos. Na parte final, é a persona que toma a voz. Porém, na parte inicial, quem fala é o próprio Pernambuco livre, com a “natureza” que “brilha em [si], na razão”.

As características de possuir a si, ser livre, trabalhar, pensar e existir encontram seu fim apenas quando elevadas ao todo. Naquele Pernambuco revolucionário anterior ainda de 1817 (que criara um curto governo provisório, fundado em 7 de março e desfeito em 20 de maio), cujo movimento é alimentado por causas diversas¹⁵³ e que congrega posições distintas, de moderados a radicais, com sua Lei Orgânica fixando a tese da “soberania popular”,¹⁵⁴ novas formas de tratamento são instituídas, levando a igualdade buscada para dentro do discurso diário, da linguagem.¹⁵⁵ É a pátria (no sentido de terra, não de nação¹⁵⁶), já não mais “presa do despotismo atroz, medonho, infenso”, que possibilita essa configuração inédita, de modulação da própria língua – logo, ela também possui uma voz, ela fala, mais ainda após 1820 e a instauração da junta, em 1821, com a superação final do Antigo Regime. O compositor, ao deixar a terra falar, solidifica os “Loiros, Eternidade, Honras, Victoria”, consagrando o as Cortes e o rei, em seu papel mais de governante do que de semideus, com “aras, incenso”.

Em 1817, uma composição circula tendo a revolução daquele ano em Pernambuco como tema. Ela ganha publicação imediata pela Imprensa Régia carioca, sobretudo por se opor ao movimento, como fica claro logo em seu título: *Elogio por ocasião do fausto, e glorioso successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco*.¹⁵⁷ Escrito pelo “fiel vassalo” Manoel Joaquim da Silva Porto, livreiro luso-europeu que

¹⁵³ Idem, pp. 29-31.

¹⁵⁴ VILLALTA, Luiz Carlos. “Pernambuco, 1817, ‘escruzilhada de desencontros’ do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação”. *Revista USP*, n. 58, jun.-ago. 2003, pp. 71-72.

¹⁵⁵ CABRAL, Flavio José Gomes. “O ‘Preciso’ e a retórica dos revolucionários de 1817”. *Revista Crítica Histórica*, v. 9, n. 17, 2018, p. 14.

¹⁵⁶ Idem, p. 13.

¹⁵⁷ PORTO, Manoel Joaquim da Silva. *Elogio por ocasião do fausto, e glorioso successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.

chega no Rio de Janeiro por volta de 1811 e que possui grande influência no mercado local de publicações,¹⁵⁸ o volume traz sua dedicatória “ao muito alto, e muito poderoso senhor D. João VI”,¹⁵⁹ com uma epígrafe, “*À tous les Coeurs bien nés que la patrie est chère!*”¹⁶⁰ (“A todos os bons corações bem nascidos a pátria é estimada!”, em tradução livre), retirada da cena um do terceiro ato da tragédia *Tancrède* (1760), de Voltaire, em um uso retórico descontextualizado, baseado em autoridade e sancionamento.¹⁶¹ Silva Porto, em 1825, devo apontar, ainda defendia sua vassalagem, mas agora ao império, como prova um soneto seu saído no *Diario Fluminense*.¹⁶²

O elogio ocupa quatro páginas, com 134 versos brancos sem estrofes. Ele se inicia com a acusação de que os revolucionários pernambucanos (“Poucos maus Portuguezes”¹⁶³) seguiam os ensinamentos franceses (“Vendo a Discordia, o mais cruel dos Monstros, / Ter-se tornado vão o atroz esforço / Com que arruinar tentou a Europa inteira”¹⁶⁴) contra “*Às sacras Leis de um REI, que o mundo admira, / Cujas Alta ‘Stirpe os Ceos muito há que escudão!*”¹⁶⁵ Em um movimento semelhante ao do soneto comentado acima, a persona mobiliza a história das conquistas luso-europeias, em lutas que vão desde as legiões latinas até Napoleão,¹⁶⁶ concluindo que

[Portugal], digo, que altiva, e em seu principio,
Nunca impune soffreo insulto estranho,
Como o pode soffrer hoje, e em seu seio,
De proprios filhos seus poucos, e iniquos,
Quando do Imperio seu a alta grandeza
Abarca já do mundo as quatro partes,
E sob as Leis de hum Sexto JOÃO se altea?¹⁶⁷

Seu fechamento continua a glorificação ao rei (“Grande REI, ó Sacro Nume, / Que só para aditar a Especie Humana, / Lá dos mais altos Ceos baixaste ao mundo”¹⁶⁸) e pátria.

¹⁵⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz, 2014, op. cit., pp. 42-43.

¹⁵⁹ PORTO, Manoel Joaquim da Silva, 1817, op. cit., p. 1.

¹⁶⁰ Idem, ibidem.

¹⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Tópoi*, n. 1, 2000, pp. 127-28.

¹⁶² PORTO, Manoel Joaquim da Silva. “Ao faustissimo Reconhecimento da Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 75, 29.9.1825, p. 302.

¹⁶³ PORTO, Manoel Joaquim da Silva, 1817, op. cit., p. 3.

¹⁶⁴ Idem, ibidem.

¹⁶⁵ Idem, ibidem.

¹⁶⁶ Idem, pp. 4-5.

¹⁶⁷ Idem, p. 5.

¹⁶⁸ Idem, p. 6.

Há dois elementos congruentes de interesse aqui: a mobilização da história e o sentido da governança. No soneto, discuti como a citação à vitória contra os holandeses é índice de historicidade para a formulação da voz da pátria, para a formulação de um futuro – no elogio, entretanto, a estrada escolhida é mais próxima de um teleologismo. Se os luso-europeus foram capazes de derrotar inúmeros inimigos espalhados pelo globo, nunca tendo sofrido “insulto estranho”, a derrota dos “Poucos maus Portuguezes” pernambucanos é mero fato de recorrência, em especial ao considerar o domínio colonial que alcançava “do mundo as quatro partes”. No sistema histórico fixo, sem avanço ou futuro, eles seriam destruídos de qualquer forma. Nesse aparato, a governança não sofre alteração. O “Grande REI”, que “dos mais altos Ceos baixaste ao mundo”, continuará, indefectivelmente, a emanar de si o poder hierárquico.

No sentido que aqui discuto, o soneto de J. B. R. S. e o elogio de Silva Porto se apresentam como opostos perfeitos. Mesmo quando lançam mão de expedientes semelhantes, como o recurso da citação histórica, acabam por diferir radicalmente. Isso revela uma profunda impossibilidade de conciliação. Silva Porto faz a sua louvação de “fiel vassalo”, colocando-se em subalterna posição; já J. B. R. S. permite que a sua pátria livre fale por si, glorificando a força que surge do rompimento. Quando o soneto é produzido em 1822, cinco anos depois do elogio, o contexto sociopolítico, voltado à separação da lusa-Europa e à independência do nascente Império do Brasil, é outro. Dessa alteração essencial que decorre, então, a capacidade de Pernambuco falar, em um jogo de voz à meia-distância; não tão sóbria, mas não tão próxima. A meia-distância marca, assim, pelo seu caráter de reflexão sobre a observação, um segundo grau de experiência.

2.3 A proximidade

Estar à meia-distância exige certo malabarismo, um notável cuidado para manter a postura, já que uma palavra errada pode colocar tudo a perder. A gravidade, porém, é traiçoeira. Até agora, comentei peças elaboradas positivamente, tratando de elementos de comemoração. Nem tudo, porém, é festa, como demonstram dois sonetos, “Se acaso eu commettêra algum delicto” (fig. 3) e “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”, publicados, respectivamente, no *Correio do Rio de Janeiro*, em julho de 1822, e n’*O Spectador Brasileiro*, em novembro de 1824. O primeiro é atribuído ao “mais perseguido

das victimas honradas, sacrificadas ao desmarcado orgulho, e monstruoso capricho desses Baxás iníquos”,¹⁶⁹ enquanto o segundo é assinado por Luiz Paulino Pinto da França.

Fig. 3 – Página de *Correio do Rio de Janeiro* (n. 82, 22.7.1822, p. 354), com a peça “Se acaso eu commettêra algum delicto”.

¹⁶⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 82, 22.7.1822, p. 354.

costumada apathia. Aqui só Governão João Antonio, e Leão. Os probos estão sucumbidos. Aquelle quando lhe parece convoca Camaras de noite em sua casa com os da sua panelinha, inimigos da nossa causa, aquem authorisa Camaristas para atropelar as Leis, e a honra.

Tirou huma devassa contra o Passos, e o Tenente Coronel Duarte por ordem do companheiro Leão, por este não os poder eriminar em dois conselhos da Investigação, apesar das ameaças com que intimidava aos Soldados; e nesta devassa foi o dito João Antonio, Juiz, Parte, e Testemunhas, porque estas só depuñão o que elle queria; e quando algum de mais probidade repugnava assignar o que não tinha dito, o obrigava por forza. O Passos, quem tal pensaria! O Passos hum Empregado Publico, que tanto figurou nesta Villa, foi prezo sem crime, e lançado na enxovia com os negros.

Em fim, meu amigo, a nossa Patria, antes a florestas das pombas, se tornou em covil de Ladrões: aqui tudo he desordem, confusão, e anarchia: Não ha Lei, Rei, nem Constituição para estes Despotas malvados. Eu bem digo a sorte de V. R. que ao menos não vê de perto a desgraça desta Provincia; e que seria sem duvida, se cá estivesse, comprehendido entre as victimas da perseguição, por ter sustentado o partido da honra.

Se S. A. R. não olhar para nós, recio muito grande ruina. Tirem-nos estes dois monstros, estes infames; e ficaremos tranquilos. Avise-me com brevidade como o Nosso Amavel Regente encarou semelhante attentado.

Seu amigo certo.

* * *

Sr. Redactor.

Sensibilizado pelo grito pungente de minha Patria opprimida, não posso deixar de offerecer-lhe a carta acima transcripta que á pouco recebi da Provincia do Espirito Santo, rogando a V. m. a queira inserir no seu Periodico para esclarecimento do Publico;

e confusão daquelles dois depravados mandões: igualmente o Soneto, que me dirigio da Ilha das Cobras o mais perseguido das victimas honradas, sacrificadas ao desmarcado orgulho, e monstruoso capricho desses Baxás iniquos. Pelo conteudo desta, e daquella se constitue responsavel.

De V. m. respeitador.

O P. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte.

S O N E T O.

SE acaso eu commettêra algum delicto,
Se o crime o meu martirio preparára:
Ainda assim me seria a sorte amáva;
Ainda assim gemeria triste, e afflicto.

Mas ouvir da razão a voz, o grito;
Defender d'hum amigo a honra cara;
Que a torpe emulação, servil manchava;
He virtude, he razão, dever prescrito:

No mesmo tempo, em que o despotismo
Os animos illustres aterrava;
Esta acção não seria servilismo:

Mas então inda aqui não governava
Julião, João Antonio, o Atheismo:
Ainda a virtude em seu altar estava.

Declaração.

Lendo no Periodico = O Espelho N. 70 huma Carta, na qual sou indicado Colaborador do Periodico = O Correio do Rio de Janeiro = declaro ser falsa tal indicação, pois nunca o fui, não sou, e nem serei.

Aquelle que ousa atacar ás escondidas, não passa de hum traidor, e de hum infame, para quem são alheios todos os sentimentos de homem de bem: por isso com o despreso respondo a qualquer outra imputação, que possa referir-se a mim em dita Carta. Esta será minha primeira, e ultima resposta sobre objectos semelhantes, onde a perversidade he o unico elemento: porém se o Sr. = Inimigo dos Marotos = notar que sou muito resumido; desmascara-se, manifeste seu nome, e cutão serei mais extenso.

José Pedro Fernandes.

“Se acaso eu commettêra algum delicto” é repassado ao *Correio do Rio de Janeiro* pelo padre capixaba Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, que posteriormente constrói notória carreira na discussão política da imprensa com seu *O Exaltado*.¹⁷⁰ A peça vem precedida de uma longa correspondência enviada da “Villa da Victoria” ao padre, assinada por “Seu amigo certo”.¹⁷¹ O missivista, detido na ilha das Cobras, na baía de Guanabara, começa por lamentar as desgraças que tem ocorrido em sua pátria, Espírito Santo, após a mudança do comandante das armas por Julião Fernandes Leão, dizendo que ela parece estar condenada “sempre a gemer, e arrastar os ferros da opressão, e despotismo”.¹⁷² Ele, então, cita cinco outros presos que o acompanham, afirmando que há um sexto desaparecido, além de culpar a “apathia”¹⁷³ da junta do governo pela situação. Sua posição sobre o evento se faz bastante clara: “A nossa Patria, antes a florestas das pombas, se tornou covil de Ladrões: aqui tudo he desordem, confusão, e anarchia: Não ha Lei, Rei, nem Constituição para estes Despotas malvados”.¹⁷⁴ Ele encerra, por fim, clamando que a Coroa atue no caso e pergunta ao padre Duarte como as notícias teriam sido recebidas por dom Pedro I.

A carta narra o evento da Julianada, exemplo da instabilidade política nas províncias que marca o período,¹⁷⁵ quando o difícil Leão, que assumira o posto do comando das armas do Espírito Santo em maio de 1822,¹⁷⁶ tenta derrubar o poder da junta de governo local¹⁷⁷ após uma série de prisões arbitrárias (incluindo a do cirurgião Matheus Alexandre Guenllette de Menezes pelo fato de ter xingado Leão de “corcunda”¹⁷⁸ – isto é, anticonstitucionalista). Como o acontecimento possui muitos envolvidos, torna-se complicado apontar quem seria “o mais perseguido das victimas honradas” e compositor do soneto. A composição diz:

Se acaso eu commettêra algum delicto,
Se o crime o meu martirio preparára:
Ainda assim me seria a sorte [amárga?];
Ainda assim gemeria triste, e afflicto.

¹⁷⁰ CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. “Percurso de um homem de letras nos oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte”. *Almanack*, n. 20, dez. 2018, pp. 10-37.

¹⁷¹ *Correio do Rio de Janeiro*, n. 82, 22.7.1822, p. 353.

¹⁷² *Idem*, *ibidem*.

¹⁷³ *Idem*, p. 354.

¹⁷⁴ *Idem*, *ibidem*.

¹⁷⁵ SLEMIAN, Andréa, 2009, op. cit., p. 73.

¹⁷⁶ GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portos e sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 111

¹⁷⁷ *Idem*, p. 67.

¹⁷⁸ *Idem*, pp. 118-19.

Mas ouvir da razão a voz, o grito;
 Defender d'hum amigo a honra cara;
 Que a torpe emulação, servil manchava;
 He virtude, he rasão, dever prescrito;

No mesmo tempo, em que o despotismo
 Os animos illustres aterrava;
 Esta acção não seria servilismo;

Mas então inda aqui não governava
 Julião, João Antonio, o Atheismo;
 Ainda a virtude em seu altar estava.

Em sua estrutura, a peça lembra bastante “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”, publicada dois meses antes no mesmo periódico. O primeiro quarteto também traz anáforas (“Se... / Se...” e “Ainda assim... / Ainda assim...”), as rimas finais estão dispostas do mesmo modo (ABBA, ABBA, CDC, DCD) e há uma predominância na marcação rítmica pelo uso da consoante /t/ (commettêra, delicto, martirio, triste, afflicto) – nesse caso, porém, de modo mais agudo. Isso pode indicar tanto uma influência (o que creio ser mais difícil) como o uso de um mesmo modelo (o que creio ser mais provável – todavia, não consegui localizá-lo). Mais do que isso, em ambos os sonetos apenas o primeiro quarteto traz a primeira pessoa do singular, “eu”.

Lá, como demonstrei pela minha interpretação, quem fala é a pátria, Pernambuco. Aqui, entretanto, quem toma a voz é a persona para falar de si e de sua acusação. Em outra situação, isso não seria incomum – porém, o compositor, quem quer que seja do grupo, estava arbitrariamente detido, correndo, inclusive, de risco de morte em meio a uma tomada de poder, considerando, como afirma “Seu amigo certo”, que já havia alguém desaparecido. A opção pela poesia é mais uma escolha que revela o poder instituído dos versos dentro do universo que analiso; por mais que a correspondência explique o evento, é o soneto irá mobilizar e educar.

A peça em si é trabalhada pela inversão. A marcação de separação entre quartetos e tercetos não é tão firme, com a composição correndo quase que por inteira no mesmo fluxo. Sua chave de entendimento está em seu último verso, “Ainda a virtude em seu altar estava”, o qual reclama a volta para um passado não dominado por “Julião, João Antonio, o Atheismo”. O “João Antonio” citado é outro dos companheiros de Leão, o alferes João Antonio Lisboa.¹⁷⁹ A dominância da virtude, da moral e da ética opostas ao caos político

¹⁷⁹ Idem, p. 118.

surge nos quartetos e no primeiro terceto, quando a persona afirma que, mesmo caso tivesse realmente cometido algum crime, ainda assim “gemia triste, e afflict[a]”, mas seria seu “dever prescrito” defender “d’hum amigo a honra cara” – todavia, tal ação não indicaria “servilismo”, mesmo inserida em quadro de controle por um déspota. A inversão do soneto, mais do que uma chave de ouro, transfere a inversão da realidade para a estrutura da peça.

Assim, quando a persona assume o “eu” no primeiro quarteto, ela solidifica o grau de experiência histórica imediata. O que se coloca é uma tensão essencial: quem escreve não está afastado do acontecimento, não é um observador externo; quem escreve está experimentando aquele evento, sendo seu ator. Nesse ponto, “Se acaso eu commettêra algum delicto” é uma composição que toma para si a reflexão sobre a experiência e a observação, rejeita a distância. As duas peças anteriores que discuti foram produzidas por pessoas que viam grandes acontecimentos de fundo burocrático – a proclamação de uma independência, a instalação de uma junta governamental. Essa, por sua vez, trabalha a partir de um evento menor e mais descoordenado, ocorrido em uma periferia geográfica, sobre o qual ninguém parece muito se importar.

A historicidade da poética que emerge nos anos 1820 recusa a teatralidade, a “estratégia retórica” e o “gosto dramático”. Nessa composição, há estratégia e drama, mas há, sobretudo, uma angústia indisfarçável de quem está preso sem saber qual será o seu futuro, desejando um passado desfeito. Por mais que a persona fale de si e daquilo que com ela ocorreu, sua argumentação não é subjetiva, mas voltada para uma vista do exterior, da relação entre política e vida social. Para entender esse movimento, é necessário, primeiro, assimilar de modo mais firme duas características centrais para este ensaio: os conceitos de experiência e de observação e o âmbito da subordinação da poesia à política.

* * *

Experiência, nas primeiras décadas do século 19, é um conceito que, de acordo com o dicionário de Rafael Bluteau, em sua versão de 1789, revista por Antonio de Moraes Silva, significa uma

Tentativa por averiguar alguma verdade física, feita por meio de instrumentos, e de máquinas. § O conhecimento, que resulta do trato, uso, e conversação dos homens, e das histórias; da observação

inartificial da natureza ‘*com hum saber só de experiencias feito*’
Lusiada.¹⁸⁰

É, portanto, uma relação objetiva, empírica, ligada ao conhecimento estabelecido por meio das interações com o mundo e desprovida da carga subjetiva de reflexão em si. O sujeito como indivíduo atua pela observação e pela apreensão na natureza e do tempo, sem possuir a moderna capacidade subjetiva de produzir sozinho uma experiência. Essa noção corre no Império Português desde a década de 1740, com os reformadores Luís António Verney e Francisco José Freire explorando John Locke.¹⁸¹ No discurso da Assembleia Constituinte de 1823, dom Pedro I não forma uma teoria pessoal sobre a Carta constitucional, mas a percebe em relação a outras passadas, legitimando, desse modo, “posições políticas que engendra[m] projetos de futuro”, tal como era de extrema recorrência no discurso público dos periódicos,¹⁸² e mantendo viva a antiga estrutura cicerônica da *Historia Vitae Magistra*, já em desuso pelos letrados europeus,¹⁸³ na qual “o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar o perene o seu valioso conteúdo de experiência”.¹⁸⁴

Entendo, assim, que a experiência e a observação, quando estabelecidas em torno da política, do modo utilizado pelo imperador, pelos deputados constituintes, pela arena pública das folhas e pelos compositores que discuto, não se configuram como conceitos complexos, transpassados por uma cadeia extensa de leituras e de comentários, mas como noções rudimentares para a criação de uma ordem mínima de pensamento político, as quais tentam acompanhar o liberalismo francês e, principalmente, Benjamin Constant, com quem dom Pedro I trocava cartas¹⁸⁵ e cujas ideias posteriormente influenciam a escrita da Constituição de 1824. Em *Fragments d’un ouvrage abandonné sur la possibilité d’une constitution républicaine dans un grand pays*, manuscrito produzido entre 1795 e 1810 (mas publicado oficialmente apenas em 1991), Constant defende, em oposição ao racionalismo de Kant, posição idêntica da vista no discurso, com a

¹⁸⁰ BLUTEAU, Rafael. *Diccionario de lingua portuguesa, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. t. 1. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 584.

¹⁸¹ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 1999, pp. 165-208.

¹⁸² SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos, 2017, op. cit., p. 147, pp. 129-63.

¹⁸³ Idem, p. 147.

¹⁸⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Puc-Rio/Contraponto, 2006, p. 43.

¹⁸⁵ LYNCH, Christian Edward Cyril. “O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824)”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 3, 2005, p. 650, nota 31.

experiência servindo como “o único padrão pelo qual se pode determinar se uma Constituição [...] é boa ou não para uma sociedade”.¹⁸⁶ Isso também se vê na tradução de seu *Réflexions sur les constitutions, la distribution des pouvoirs et les garanties dans une monarchie constitutionnelle* (1814) publicada, em 1822, pelo *Regulador Brasileiro*:

Sim, he preciso sem duvida empregar todos os elementos, que sobrevivem ás nossas desgraças; porém de todos estes elementos o mais real hoje, depois dos nossos erros, e das nossas dores, he a experiencia. Esta experiencia nos diz que a anarchia he hum mal, e mal que nós conhecemos; e que o despotismo he outro mal, que nós também já experimentamos.¹⁸⁷

Esse caráter, porém, é, no Império do Brasil, rebaixado para fora da disputa filosófica e anexado à estrutura de pensamento local, pois Constant se refere a uma ordem distinta. A experiência se torna um elemento quimérico, articulando modelos passados e contemporâneos em um teatro conflituoso. Experimentar é uma relação, por esse motivo, nem sempre clara. Apesar de ser “a unica mestra em Politica”, é uma mestra balbuciante.

A poesia segue essa construção por falta de opção. Nela, há uma remontagem a uma inegável origem setecentista, da sua subordinação à “Filosofia moral, ou Politica” e à “faculdade civil”,¹⁸⁸ normatizada por Francisco José Freire em 1748. Mesmo que todos os compositores não fossem conhecedores da proposição por vias formais, essa ideia está claramente presente, como um senso-comum que por todos deve ser seguido – hipótese que se confirma ao notar que, neste conjunto, não há peça que não trate sobre política. Em junho de 1822, o pseudônimo de Freire, Candido Lusitano, aparece citado de passagem em um argumento, por alguém que assina como “O Aprendiz de Horácio”, no *Correio do Rio de Janeiro* (“[...] o Mestre Horacio já se havia servido da mesma expressão na Arte Poetica; e o seu Comentador Candido Lusitano diz que o Poeta finge trez Anticyras, sendo só duas, como dizendo, que se houvera trez, todo o Elleboro dellas não bastaria para curar estas cabeças loucas [...]”¹⁸⁹), evidenciando, ao menos em parte, sua presença em certos círculos letrados.

Portanto, as práticas poéticas se configuram, em essência, como não autônomas. Não podem ser objetivamente subjetivas, em uma limitação de seu entendimento de

¹⁸⁶ VINCENT, K. Steven. *Benjamin Constant and the Birth of French Liberalism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 122. Tradução minha.

¹⁸⁷ CONSTANT, Benjamin. “Artigo XXXVI. Reflexões sobre as Constituições, e suas garantias publicadas em 24 de Maio de 1814 com hum esboço de Constituição”. *O Regulador Brasileiro*, n. 17, 1822, p. 258.

¹⁸⁸ FREIRE, Francisco José. *Arte poética, ou regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juízo critico*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1748, p. 24.

¹⁸⁹ O APRENDIZ DE HORÁCIO. “Correspondencia”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 48, 7.6.1822, p. 195.

experiência, mas buscam, em seu íntimo, a conciliação entre a vivência histórica transmutada do compositor para a persona e o seu fim de utilidade, isto é, a política. Abandonam o setecentismo “puro”, abrindo-se e incorporando o seu presente oitocentista, o liberalismo e o constitucionalismo, mas mantendo o espírito da razão anterior, sobretudo em algumas dimensões normativas e de frugalidade em torno de conceitos.

Uma composição, publicada em setembro de 1825, faz dessa dinâmica entre a teoria poética passada e o presente contextual algo literal, de maneira semelhante daquela vista, com Bocage, em “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”. A anônima “Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”, circulada no *Diario Fluminense*, cita em um trecho seu, ainda que indiretamente, os primeiros versos do épico *O Uruguay* (1769), de José Basílio da Gama (“Fumão ainda nas desertas praias / Lagos de sangue tepidos, e impuros, / Em que ondeão cadaveres despídos, / Pasto de corvos. Dura inda nos valles / O rouco som da irada artilharia”¹⁹⁰):

Apraz-te ver (que lastimosa scena!)
 Coalhado o nosso mar de mil destroços,
 Furibundo arrojjar ás curvas praias
 Cadaveres exangues?
 Tem de ver as Brasilicas Nereidas
 Mais combates crueis em seus dominios?
 Da ferra artilharia ouvir o estrondo
 Gemer nos promontorios?¹⁹¹

“Desertas” praias viram “curvas”, cadáveres “despídos” se tornam “exangues”, artilharia “irada” é transformada em “ferra”, mas as trocas não impedem a percepção da óbvia referência. O tema da composição de 1825, porém, não poderia ser mais distante do daquela de 1769: a possibilidade de uma guerra entre o Império Português e o independente Império do Brasil – algo completamente inimaginável para o pombalino Gama, mas do interesse de dom João VI, que, inclusive, possuía, em meados de 1824, um plano estabelecido de uma invasão via a ilha de Santa Catarina.¹⁹² A poesia publicada em periódicos e em folhetos cariocas nos primeiros anos da década de 1820 é, em grande medida, um hibridismo entre a tradição passada consolidada, voltada à política e à

¹⁹⁰ GAMA, José Basílio da. *O Uruguay*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1769, p. 1. Republicado, em 1811, no Rio de Janeiro (GAMA, José Basílio da. *O Uruguay*. Nova edição. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811), provavelmente a edição consultada pelo autor da peça de 1825.

¹⁹¹ “Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 68, 21.9.1825, p. 274.

¹⁹² MELLO, Evaldo Cabral de, 2004, op. cit., p. 203.

faculdade civil, e a inserção de tópicos e de elementos retóricos de imediato presente, como a nova linguagem política. Ela é uma forma reativa, que absorve a incerta experiência e reflete seu espaço-tempo – sofisticada, assim, em seu entendimento e em suas estratégias de atuação.

Essas relações que exponho podem ser melhores entendidas e levadas ao seu limite por meio de um objeto que, em aparência, nada tem de político. Ao contrário dos anteriores, ele não dialoga com a edição do periódico na qual está inserido – creio que, na realidade, o redator da folha, Pierre Plancher, áulico defensor do imperador,¹⁹³ sequer o tenha compreendido de fato.¹⁹⁴ “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo” (fig. 4), de Luiz Paulino Pinto da França, narra, em primeira pessoa do singular, o momento final de um sujeito não identificado:

Eis já dos Mausoléos silencio horrendo
Me impede o respirar, a voz me esfria;
Eis chega a mórte eterna, eis morre o dia,
E ao nada a natureza vai descendo.

No da aniquilação passo tremendo,
Escudo me dá [saã] Philosophia,
Terror humilde o rosto não me enfia,
Como Cataõ morreo, eu vou morrendo.

Mas ah! tu d’alma nobre qualidade,
Saudade cruel co’ o sofrimento
Me arremessas a mares de anciedade,

Molher, filhos, amigos n’hum momento,
No momento do – Adeos p’ra Eternidade
Vós sois o meu cuidado, o meu tormento.¹⁹⁵

¹⁹³ REIS, Arthur Ferreira. “As matrizes intelectuais áulicas do Primeiro Reinado”. *Revista de História da UEG*, v. 7, n. 2, 2018, pp. 192-93.

¹⁹⁴ Plancher fez circular, em seu periódico, entre 1824 e 1825, outros nove sonetos: “Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. Pedro Primeiro Imperador, e Perpetuo Defensor do Brasil Ao Mesmo Augusto Senhor”. *O Spectador Brasileiro*, n. 55, 8.11.1824, p. 3; “Brasil, oh Patria! surge, [altêa] a frente” *O Spectador Brasileiro*, n. 57, 12.11.1824, p. 4; S. A. P. S. “Ao Illustrissimo Sr. Albino-Gomes Guerra de Aguiar, Brigadeiro, e Commissario Geral do Exercito do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 117, 18.4.1825, p. 4; “N’huma das Capitaes do alto Cruzeiro”. *O Spectador Brasileiro*, n. 132, 25.5.1825, p. 4; “Roma quis devastar enfurecido”. *O Spectador Brasileiro*, n. 145, 4.7.1825, p. 4; SILVA, Tristão José d’Araujo. “Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. PEDRO IMPERADOR do Brasil, no dia 12 de Outubro de 1825, Natalicio de Sua Magestade Imperial, e da Sua Acclamação”. *O Spectador Brasileiro*, n. 188, 17.10.1825, p. 1; SILVA, Tristão José d’Araujo. “Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. JOAM O Sexto, Rey de Portugal e dos Algarves, Augusto Pay de Sua Magestade Imperial o Senhor D. PEDRO IMPERADOR do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 188, 17.10.1825, p. 1; “A Sua Magestade o Imperador”. *O Spectador Brasileiro*, n. 208, 5.12.1825, p. 2. Peças não transcritas nesta dissertação.

¹⁹⁵ FRANÇA, Luiz Paulino Pinto da. “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”. *O Spectador Brasileiro*, n. 64, 29.11.1824, p. 4.

Fig. 4 – Página de *O Spectador Brasileiro* (n. 64, 29.11.1824, p. 4), com a peça “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”.

(4)

Ha hum erro ainda mais funesto , o de confundir-se a educação do homem com o tirocinio de hum officio , e crer-se , que com tanto que se tenha huma profissão ou hum emprego , não ha mais nada á fazer , do que deixar-se ir pelo seu gosto , pelos seus caprichos , ou pela sua preguiça . esta idéa tem feito muitos homens mediocres , tanta gente , que só tendo hum imperfeito tirocinio , achão-se na idade madura , sem socorros no seu espirito , e sem meios de adquirir conhecimentos .

Paizes há em que se acredita , que , para prosperar no Commercio , não se deve saber outra cousa que o Commercio . Eu não me esquecerei nunca dos concelhos que me deo hum negociante illustrado , quando intentei fazer entrar hum dos meus filhos n'esta carreira ; acabou a educação de vosso filho , e crede que tudo que illumina o espirito serve no Commercio . Não ter mais do que conhecimentos praticos da arte , he só para negociantes mediocres ; e quando depois de haver empregado a metade da vida em adquirir dinheiro , se chega a independencia , não se sabe o que se deve fazer do tempo e das riquezas . Então por se não saber o que enobrece a alma , fica-se sem consideração pessoal , algumas vezes sem felicidade e então muitos se lastimão de haver desprezado os meios de adquirir bastantes conhecimentos para serem em estado de os augmentar ainda mais .

Rio de Janeiro 29 de Novembro de 1824.

Com a entrada n'este Porto antes de hontem de hum navio vindo de Lisboa receberam-se noticias d'aquella Capital até a data de 20 de Setembro.

Achavão-se lá as cousas sempre no mesmo estado , muita miseria , bastante descontentamento , e grandes receios para o futuro . Bem que se fallasse sempre na famosa protestação da Santa-Alliança contra o decreto de 5 de Junho nada havia de officio á esse respeito , e parecia persistir o Governo de S. M. F. na sua resolução de convocar as Cortes de Lamego.

O partido dos exagerados parecia alguma cousa menos ardente em Lisboa , e vivia a Senhora Rainha muito retirada em Cayuz.

A esquadra Portugueza se achava perfeitamente armada , equipada , e prompta para ir ao mar . Nunca porém se fallou mais em expedições contra o Brasil .

As noticias de Espanha continuávão a offerecer o quadro mais triste da situação d'aquelle bello e desgraçado paiz . Tornavão-se todos os dias menos seguras , em quasi todas as Provincias , as estradas publicas , e tinham sido atacados varios destacamentos Francezes por guerrilhas de huma força respeitavel .

Antes de hontem entrou tambem a Fragata Ingleza Blonde . Vem de Plymouth com 43 dias de viagem e vai com destino para as Ilhas Sandwich onde leva os corpos embalsamados do Rei e da Rainha d'aquelle Paiz , que se achavão n'esta corte ha hum anno pouco mais ou menos e que morrerão em Londres , hums dizem das bexigas , e outros das repetidas indigestões .

No momento da sahida d'Inglaterra da Fragata Blonde achava-se o Duque de Wellington gravissimamente doente .

Hontem fundeou igualmente n'esta Bahia a Charrua de S. M. Christianissima Lybio vem de Brest d'onde se fez á vela á 3 de Outubro . Nada de novo em França ; Carlos X. não deo ainda signal de vida politicamente fallando e parece determinado á seguir em tudo os passos de seu irmão Luiz XVIII .

SONETO

FEITO POR LUIZ PAULINO PINTO DA FRANÇA.

Eis já dos Mausoléos silencio horrendo
Me impede o respirar , a voz me esfria ;
Eis chega a morte eterna , eis morre o dia ,
E ao nada a natureza vai descendo .

No da anniquilação passo tremendo ,
Escudo me dá sat Philosophia ,
Terror humilde o rosto não me enfa ,
Como Cataó morreo , eu vou morrendo .

Mas ah ! tu d'alma nobre qualidade ,
Saudade creel co' o sofrimento
Me arremessas a mares de anciedade ,

Molher , filhos , amigos n'hum momento ,
No momento do — Adeos p'ra Eternidade
Vós sois o meu cuidado , o meu tormento .

ANNUNCIO.

A quem for offerecido hum bilhete inteiro , e hum meio da Lotaria , que vai andar do Theatro de S. Pedro , os tome e ponha em deposito , e dê parte á seu dono na rua das Violas N. 251 , que será bem pago , por que a ninguem lhe servirã de utilidade o comprallos visto que estão dadas as providencias ,

Ao contrário de “Se acaso eu commettêra algum delicto”, aqui nada há desejo de remontar a um passado entendido como melhor. Não se trata de um mecanismo judicial como o anterior, sequer epidítico. As categorias discursivas aristotélicas são deixadas de lado. A persona se vê abandonada por “Molher, filhos, amigos”, os quais são seu “cuidado” e “tormento”, em “silencio horrendo” e “Terror humilde”, acusando a própria morte, a segunda pessoa do singular, “tu”, presente no começo do primeiro terceto, de arremessá-lo aos “mares de anciedade”. Esse isolamento do mundo, tanto pelo abandono como pela morte, penetra a própria peça – são vários os versos que surgem sintaticamente invertidos, como em “Eis dos Mausoléos silencio horrendo” ou “Terror humilde o rosto não me enfia”, ou separados por vírgula, como em “Me impede o respirar, a voz me esfria;” ou “Vós sois o meu cuidado, o meu tormento”. A construção do ritmo, muito marcada por /r/ e /rr/ (horrendo, respirar, morre, terror, rosto, morreo, morrendo, arremessas, mares, tormento), reproduz habilmente o engasgo e o ronco pela falta da respiração. Assim, o objeto se coloca em uma dimensão, em seu sentido e em sua forma, máxima de desesperança.

A composição não aparenta ser política. Não há nela nenhuma citação direta às tópicas dominantes ou a qualquer contexto identificável. A chave, porém, para sua compreensão reside no verso final do segundo quarteto, “Como Cataõ morreo, eu vou morrendo”, único momento no qual surge uma referência externa à ação de agonizar. Apesar de serem dois os Catões latinos notórios, bisavô e bisneto, creio que a persona se refira ao último. Para validar minha hipótese, todavia, é necessário elucidar um pouco mais sobre o compositor.

Luiz Paulino Pinto da França foi um militar e deputado, pela Bahia, nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, nascido naquela província em 1771 e falecido no começo de 1824, antes da publicação da peça. Ele atuou na luta contra os invasores franceses no território luso-europeu entre 1808 e 1809, galgando posições na hierarquia da instituição e chegando ao cargo de general.¹⁹⁶ Sua atuação no campo político um pouco antes e após a independência é controversa, vindo a ser considerado “integrante do partido luso-europeu”,¹⁹⁷ por sua “posição favorável aos interesses de

¹⁹⁶ FRANÇA, António d’Oliveira Pinto da (Org.). *Cartas baianas, 1821-1824. Subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Nacional/Núcleo Editorial da Universidade do Rio de Janeiro, 1980, p. 133.

¹⁹⁷ SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da Capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 70.

Portugal”,¹⁹⁸ e a se tornar *persona non grata* na província em que nasceu,¹⁹⁹ em especial por ter aceitado, em 1823, o cargo de emissário de dom João VI nos conflitos que ocorriam na localidade.²⁰⁰ Graças ao seu posicionamento, ele e Cipriano Barata, também deputado baiano, chegaram às vias de fato em 30 de abril de 1822, com França sendo empurrado pelas escadarias do Palácio das Necessidades, em Lisboa.²⁰¹

Sua pequena coleção poética de três composições, incluindo a que aqui analiso, é republicada postumamente, sem indicações de data, no *Parnaso brasileiro* (1843),²⁰² organizado por Januário da Cunha Barbosa, e reeditada no *Florilegio da poesia brasileira* (1850),²⁰³ compilado por Francisco Adolfo de Varnhagen. No primeiro, “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo” é identificada como “Soneto II”,²⁰⁴ ao passo que, no segundo, ela surge como “Duas horas antes de expirar”²⁰⁵ (caso isso seja uma suposta informação sobre a produção da peça, é algo do qual duvido, tendo em vista o cuidado formal que discuti – não creio que um moribundo conseguiria se atentar tão bem para a sintaxe e para o desenho sonoro de um soneto). Além de algumas alterações na pontuação, não há mudanças mais expressivas no texto.

Uma das outras composições (identificada como “O Naufragio”²⁰⁶ por Barbosa e como “Descrição d’um naufragio”²⁰⁷ por Varnhagen) é estruturada em dez quadras e narra, como os títulos atribuídos evidenciam, um naufrágio, em versos como “Tres vezes a Deus / Com ancia implorámos; / Mas Deus está surdo, / Em vão o chamámos”,²⁰⁸ na transcrição de Barbosa (ou “Tres vezes Neptuno / Com ância implorámos: / Neptuno está surdo, / Em vão o chamámos”,²⁰⁹ para Varnhagen; me parece que este alterou a divindade, optando por escapar da heresia). A desesperança presente aqui lembra a de “Eis já dos

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰⁰ BERBEL, Márcia Regina, 1999, op. cit., pp. 59-60.

²⁰¹ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., pp. 138-39.

²⁰² “Luiz Paulino Pinto da França”. In: BARBOSA, Januário da Cunha (Org.). *Parnaso brasileiro. Seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biographica sobre a literatura brasileira*. t. 2. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, pp. 176-79.

²⁰³ “Luiz Paulino”. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.). *Florilegio da poesia brasileira, ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos deles, tudo precedido de um Ensaio historico sôbre as letras no Brazil*. t. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850, pp. 605-07.

²⁰⁴ BARBOSA, Januário da Cunha (Org.), 1843, op. cit., p. 179.

²⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.), op. cit., p. 607.

²⁰⁶ BARBOSA, Januário da Cunha (Org.), 1843, op. cit., pp. 176-77.

²⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.), op. cit., pp. 605-06.

²⁰⁸ BARBOSA, Januário da Cunha (Org.), 1843, op. cit., p. 177.

²⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.), op. cit., p. 606.

Mausoléos silencio horrendo”, o que me leva a acreditar que ambas são temporalmente próximas – entretanto, não fui capaz de encontrar seu meio original de circulação.

A outra, “A teus Pés, Fundador da Monarchia” (“Soneto I” em Barbosa,²¹⁰ não intitulada em Varnhagen²¹¹), é bastante anterior, com sua publicação tendo ocorrido no *Jornal de Coimbra* em outubro de 1813, sem receber nome.²¹² No periódico, ela é precedida por uma nota:

Feito pelo Capitão Luiz Paulino (hoje Tenente Coronel de Cavallaria no Rio de Janeiro) sôbre o Tumulo d’El-Rei D. Affonso Henriques em S. Cruz de Coimbra, quando n’êsta Cidade se fez a reduçção dos Regimentos de Cavallaria de Chaves e Almeida (de que ele era Official) por ordem de Junot.²¹³

A explicação sobre a feitura da peça, com sua produção altamente simbólica sobre o túmulo do bélico primeiro rei luso-europeu, esclarece-a como um objeto de resistência ao jugo francês e seu domínio sobre o futuro das instituições conquistadas. Jean-Andoche Junot, mais do que comandante do Exército napoleônico, aspirava ele mesmo a se tornar regente.²¹⁴ Nesse espírito, a composição conclama:

A teus Pés, Fundador da Monarchia,
Vai ser a Lusa Gente desarmada;
Hoje rende a traição a forte espada,
Que jamais se rendeo á valentia.

O’Rei, se a minha dôr, minha agonia,
Penetrar podem sepulcral morada,
Arromba a Campa, e com a mão mirrada
Corre a vingar a afronta d’este dia.

Eu fiel, qual te foi Moniz teu pagem,
Fiel sempre serei: grata esperança
Me sopra o fogo de immortal coragem;

E as lagrimas, que a dôr aos olhos lança,
Recebe-as, Grande Rei, por vassalagem;
Aceita-as em protesto da vingança.

O soneto espelha, em parte, “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”, escrito por volta de onze anos depois, mas em contexto radicalmente distinto. Ele se inicia com a persona situando o leitor em relação ao assunto: lá, o agonizar; aqui, o lamentar. Todavia,

²¹⁰ BARBOSA, Januário da Cunha (Org.), 1843, op. cit., p. 178.

²¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.), op. cit., p. 607.

²¹² PAULINO, Luiz. “A teus Pés, Fundador da Monarchia.” *Jornal de Coimbra*, n. 22, out. 1813, p. 173.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ HESPANHA, António Manuel. “Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808”. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008, p. 81.

enquanto no posterior definhar vem a se tornar a ordem, no cemitério a persona opta por pedir forças, uma “grata esperança”, colocando-se em posição de vassalo fiel, tal como Egas Moniz foi a Afonso Henriques, e vingativo. Ambas as peças são dirigidas, entretanto, por uma tópica da dor (termo que aqui surge em duas oportunidades), da agonia, marcadas pelo engasgo da dificuldade de respirar (“Arromba a Campa, e com a mão mirrada / Corre a vingar a afronta d’este dia”, com o /rr/ prestando o mesmo papel que prestará no futuro).

Luiz Paulino Pinto da França constitui suas personae poética e política em uma mistura inseparável, amparado na defesa da unidade lusa, tanto na Europa como na América. Porém, em 1824, após o rechaço em sua própria terra natal, ele opta pelo ciframento, pela declamação obscura. É nesse sentido, portanto, que retornamos ao verso do final do segundo quarteto, “Como Cataõ morreo, eu vou morrendo”. Creio que a referência seja ao segundo Catão, o bisneto (figura surgida, em chave oposta, em uma peça de Almeida Garrett, *Catão* [1821], e em um soneto anterior desta coleção, publicado no ano de 1822 em *O Volantim*²¹⁵) – aquele que opta pelo suicídio ao entender que, após ser derrotado por Júlio César, a causa republicana e a república romana em si estavam fadadas ao colapso. Para França, porém, a ruína inescapável era outra, a do Antigo Regime. “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo” narra, desse modo, não uma simples morte, mas a morte de um suicida, retomando o muito peculiar tom herético visto nas quadras sobre o naufrágio, que desgraçam o abandono divino, aquelas mesmas que forçaram um chocado Varnhagen a alterar a composição. É a recusa de Deus a seguir o caminho lido como natural da lusa potência que enche a persona de França de horror e de desesperança, que elabora suas tópicas da dor e da agonia. Em 1824, entretanto, já não há rei para pedir forças e jurar vingança – o liberalismo e o constitucionalismo venceram, o Império do Brasil existe. Sua saída final é emular o jovem Catão, sozinho. A persona, pega no meio da vertigem pós-1820, não detém mais mecanismos pelos quais possa elaborar sua experiência.

Apesar das mudanças políticas e sociais que correm na época, nem tudo está apto a ser dito – há silêncios e espaços vazios, tanto em decorrência do terreno pantanoso do cenário pós-censura, quanto pela arena pública inflamada. Nesta coleção, por exemplo, apenas uma peça trata, ainda que sem explicitar, sobre a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823,²¹⁶ em uma estranha ausência para uma comunidade poética tão

²¹⁵ “Inflexível Catão! Serás meu Norte”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, p. 45.

²¹⁶ J. P. F. “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”. *A Estrela Brasileira*, n. 20, 3.12.1823, pp. 77-78.

empenhada na reflexão intelectual por meio de seu objeto. O poder, grande ou pequeno, global ou local, aqui fonte máxima da prática poética, estimula, mas também deforma as possibilidades da experiência, da observação e da fala. Ele, em suas variadas dimensões, age e é coagido pelas modulações da voz, pelos afastamentos sóbrios e pelas proximidades desesperadas. Na poesia do Rio de Janeiro do começo dos anos 1820, não há, em vista das peças localizadas nesta pesquisa, pensando bem, nada além de poder.

3. Poderes

A experiência, entendida no começo do decênio de 1820 como filosofia política, necessita de elaboração – ela não se efetiva em pureza de estado, pois depende de processos externos de observação de um sujeito para um objeto. No soneto, fixo e de maior rigidez estrutural, que se via em espaço de mudança formal, essa elaboração ocorre por meio das modulações da voz e dos graus experienciais, em usos de pessoas distintas, entre afastamentos e proximidades no discurso. Porém, quanto mais contígua de uma persona que se entende como “eu”, mais a forma faz água, mais ela apresenta a difícil potência da lida com os circuitos altamente complexos das interações do poder. “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”, ao tocar o muro do conhecimento indizível, da observação aterrorizada, sintetiza esse limite.

Partir, portanto, para uma outra estrutura – buscar abertura, um modo prolixo da linguagem, rejeitar a condensação – surge como necessidade. Com exceção dos hinos, construções mais longas circulam infreqüentemente desde o final de setembro de 1822, como atestam uma epístola de 127 versos,²¹⁷ uma composição em décimas de 30 e outra em oitavas de 112,²¹⁸ todas publicadas em *O Volantim*. Porém, a ode de fato só se configura explicitamente ao longo de 1825,²¹⁹ no *Diario Fluminense*. Essa ode, enquanto estrutura, deriva de Horácio, sobretudo em consideração à sua organização formal aberta, não restrita aos rijos moldes pindáricos ou anacreônticos. Ela vinha, desde décadas anteriores, expondo duas novidades, descritas por Pedro José da Fonseca em 1781, que consistem em uma “disposição gradativa das ideias nas estrofes, em ordem ascendente, de modo que a composição sempre terminasse pelo pensamento mais engenhoso” e a “autonomia semântica das estrofes, isto é, cada unidade estrófica passou a encerrar um

²¹⁷ B. J. P. “Epístola. Em Applauso do Memoravel Dia, que se nomeiam os Nossos Deputados”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 21, 25.9.1822, pp. 82-84.

²¹⁸ CRUZ, F. A. da. “Á futura Acclamaçam de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 25, 30.9.1822, p. 99; ROLAM, Antonio Aureliano. “Excelso Pedro, que o Ceo ha dado”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 49, 28.10.1822, pp. 194-96.

²¹⁹ “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e graditão a S. M. I. e Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil. ODE”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 7, 11.1.1825, pp. 26-27; [BARROS, Domingos Borges de.] “Ode recitada aos 22 de Janeiro 1825 em Paris, em casa do Viador J M. Gonçalves”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 82, 15.4.1825, p. 330; FERNANDES, José Pedro. “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242; GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araujo. “Ode. Offerecida a S. M. o Imperador do Brasil, no Faustissimo Dia 12 de Outubro, Natalicio do Mesmo Augusto Senhor, e Aniversário da Sua Gloriosa Acclamação”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 86, 12.10.1825, p. 346; FERNANDES, José Pedro. “Ode ao suspirado Nascimento do Principe Imperial, composta e offerecida a S. M. I. o Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 132, 6.12.1825, pp. 533-34; AZEVEDO, Eugenio Maria de. “Ode ao Nascimento de S. A. I.”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 148, 27.12.1825, pp. 597-98. As últimas três peças não estão transcritas nesta dissertação.

significado independente em relação às outras”.²²⁰ O que há, desse modo, é que essa estrutura também estava em um momento de transformação na sua história, livre para ser manipulada e alterada conforme o querer e a necessidade dos compositores.

Além da ampliação do processo estrutural da poesia, a ode carrega em si um ponto de fundo material: ela tende a ser longa. Sendo longa, é custosa ao periódico no qual está publicada, ao obrigar que notícias e outras informações sejam preteridas. Isso pode explicar, em parte, a larga preferência anterior dos redatores pelo soneto. Por mais que a importância intelectual da poesia fosse discernida, compreensivelmente não há uma disposição em perder assinantes e dinheiro em prol de uma dinâmica abstrata (já que saber os navios que chegam no porto da cidade ainda é, para os leitores, mais importante). Apesar da vida interna da prática poética, em suas alterações, contradições, contrações e expansões, a materialidade de sua existência marca, rotineiramente, as possibilidades de estrutura e de forma.

O áulico *Diario Fluminense*, defensor do império,²²¹ de tanto apreço pelas estruturas longas, segue o formato comum de sua época, tendo quatro páginas por edição, com diagramação em duas colunas e mancha gráfica ampla. O máximo, assim, de conteúdo possível no menor espaço. Isso, porém, não diminui a apurada percepção de seu redator, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que permite, por algumas vezes, que seu periódico seja quase todo tomado por composições. O conjunto de peças, calcado em demasia por construções estrutural e formal racionalizadas e lógicas, ressalta que Guimarães, militar da Marinha, com formação em matemática e frequente tradutor de livros sobre o tema,²²² não publica qualquer composição remetida ao seu jornal, mas que realiza certo trabalho ativo de curadoria, em escolhas visivelmente conscientes, as quais revelam um pensamento poético embasado por alguma geometria do verso – verificável, por exemplo, em uma ode sua.²²³ Guimarães, nesse sentido, mais do que redator, vem a se tornar um editor de poesia – alguém que pensa os objetos e suas organizações, que traça linhas conectivas entre eles, tal como já havia feito em *O Patriota*, doze anos antes

²²⁰ TEIXEIRA, Ivan, 1999, op. cit., pp. 295-96.

²²¹ JÚNIOR, Nelson Ferreira Marques. *O despertar do império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na corte fluminense (1822-1831)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018, p. 49.

²²² SARAIVA, Luis Manuel Ribeiro. “Manoel Ferreira de Araujo Guimarães (1777-1838): From the Navy Royal Academy to the Royal Military Academy of Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 11, n. 21, abr.-set. 2011, pp. 77-106.

²²³ GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araujo. “Ode. Offerecida a S. M. o Imperador do Brasil, no Faustissimo Dia 12 de Outubro, Natalicio do Mesmo Augusto Senhor, e Aniversário da Sua Gloriosa Acclamação”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 86, 12.10.1825, p. 346. Peça não transcrita nesta dissertação.

(desconfio de que o redator anônimo de *O Volantim* guardasse a mesma intenção; a ausência, porém, de seus dados biográficos dificulta a hipótese naquele caso). Devo notar, antes de prosseguir, duas situações. A primeira é que a incursão prévia de Guimarães, *O Espelho*, circulado entre outubro de 1821 e junho de 1823, não é muito avezado à poesia, com poucas peças publicadas.²²⁴ Por acaso, essa folha ataca, por motivos políticos e com frequência, outro redator também interessado em poesia já discutido neste estudo, João Soares Lisboa, do *Correio do Rio de Janeiro*.²²⁵ A segunda é que Guimarães, em sua postura de editor de poesia, aparenta ter tido algum tipo de influência sob Pierre Plancher, de *O Spectador Brasileiro*. Plancher começa a publicar odes em julho de 1825,²²⁶ seguindo o *Diario Fluminense*, que iniciara a impressão dessa estrutura em janeiro do mesmo ano.

O notável cuidado no refinamento do material por parte de Guimarães resulta no único texto de crítica que encontrei em minha pesquisa documental – talvez o primeiro exemplar do tipo a vir a público no Império do Brasil. Publicado sem assinatura em julho de 1825, ele é uma análise de um idílio de Théodore Taunay. Transcrevo-o em integridade, dada sua singular importância:

A Independencia, e a prosperidade do nosso Imperio, tem inspirado aos estrangeiros hum fecundo entusiasmo: Artistas, Sabios, Poetas, Historiadores, Viadantes de todas as Nações da Europa se occupão com predilecção desta magnifica porção do Continente Americano, e edificação para seu augmento, ou em seu louvor, monumentos scientificos de todo genero.

Entre estes a obra de Theodoro Taunay nos parece digna de muita attenção; o genethliacon, ou canto natalicio, composto de huns poucos de Idyllos, dos quaes já o primeiro foi inserido nos Periodicos desta Corte, e o segundo que sahio ultimamente á luz com o titulo de *Ossa*

²²⁴ Ver, por exemplo, os sonetos “Á tomada de Itaparica” (*O Espelho*, n. 127, 4.2.1823, sem página), enviado da Bahia, e “Quem vem lá? (o barqueiro perguntava)” (*O Espelho*, n. 146, 11.4.1823, sem página), enviado de São Paulo; e a odes “Ode á morte do Illustrissimo e Eiscelentissimo Sr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bisbo de Coimbra, Conde d’Arganil, Reformador Reitor da Universidade, á qual e a todo o Bispado dedica hum Brasileiro saudoso e agradecido” (*O Espelho*, n. 132, 21.2.1823, sem página) e “Traducção de huma Ode Franceza na Lingoa Portugueza, e Latina por hum Mineiro” (*O Espelho*, n. 155, 13.5.1823, sem página). Peças não transcritas nesta dissertação.

²²⁵ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., pp. 203-16.

²²⁶ SILVA, Luis Moutinho Lima Alvares e. “ODE. Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 177, 21.7.1825, pp. 1-2, a qual seria republicada, meses depois e sem assinatura, no *Diario Fluminense* (“Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 68, 21.9.1825, p. 274). Plancher faria circular, até o final de 1825, outras duas odes: “Ao Faustissimo Anniversario do Senhor D. PEDRO PRIMEIRO Imperador do Brasil em 12 de Outubro de 1825”. *O Spectador Brasileiro*, n. 190, 21.10.1825, pp. 1-2; e JORJE, José Paulo Dias. “Aos Faustissimos Annos de S. M. O Senhor D. Pedro, Primeiro Imperador do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 208, 5.12.1825, pp. 2-3. Com exceção da composição publicada no *Diario Fluminense*, as demais desta nota não estão transcritas nesta dissertação.

Reginae Mariae I. (em Portuguez ás reliquias da Rainha D. Maria I.) talvez venha a ser considerado, quando conhecido no orbe litterario, como hum pedaço de poesia dos mais importantes na Latinidade moderna, e não duvidamos que a mocidade Brasileira, que tão anciosamente espera pela abertura das Universidades, desejará conhecer no original, e livre dos veos da traducção, hum canto consagrado á gloria da Patria.

Virgilio, em seu terceiro Idylio, requer das Musas Bucolicas, cantigas mais relevadas do que as do costume, para que ellas sejam dignas de hum Consul Romano.

*Sicelides Musae paulo 'Majora Cunamus;
Si Canimus Silvae, Silvae Sint, Consule dignae.*

Para celebrar o Berço do Imperio do Brasil, he tambem necessario que as Musas campestres levantem sua voz humilde, e terna, ás entoadas mais sublimes; e o auctor repetindo humas poucas vezes a invocação, tem cuidado de as advirtir para sustentarem o seu vôo, nestas altas regiões por ellas raramente frequentadas.

Era árdua a tarefa do nosso jovem Poeta; cantar a fundação da Monarquia Atlantica! Elle ao nosso ver a tem desempenhado felizmente; quando em hum só verso nos dá o segredo da facção, que queria tirar ao Brasil recolonizado a mesma idéa de possuir hum Rei ainda que defunto:

.....ne Rege profecto,

Brasiliae Regum Cinis ipse, vel Ossa monerent....

e que portanto a sombra da Rainha D. Maria, indignada desce do Empireo. Esta ficção tão engenhosa, como conveniente proporciona ao auctor a occasião de pintar a desordem, e a afflicção da Armada fugitiva, e da casa Real:

....insomnem que domum Regis....

porém rapidamente o auctor se occupa de Pedro, Figura principal do pequeno drama. Elle tinha ficado na praia: as saudades, e a perturbação do filho, a ebullicção da mente do heróe são representadas com as cores mais fortes, e mais vivas.

Imperio partu insitó menz faeta laborat.

No fim da noite Elle adormece: Maria no centro de torrentes de luz, palida se lhe appresenta:

Cum Maria in multo se lumine pallida supra Ostendit...

O elogio de Pedro, na boca da Avó he natural, e entenece. Elle rapidamente descreve a perigosissima situação do Neto, e obrigada pelo interesse da sua Dynastia, e do Brasil, deposita sua propria Coroa na frente de Pedro, profetizando o reconhecimento da Independencia no Ceo, e na terra.

...Hanc servas; tua nunc; tibi dant homes que Deus que

Á profecia seguem-se as instituições mais importantes. A Rainha D. Maria, em quanto viva, preocupada pela educação, e as illusões do Poder absoluto, talvez não fallase com tanta liberdade, porém nas regiões da luz, e da verdade, sua actual morada, veio a conhecer que os Monarcas para obrarem á similhaça da Divindade, devem governar por leis, e instituições immutaveis, as quaes elles mesmos se sujeitem, e que entre o absurdo despotismo, e o democratico liberalismo, entre Scylla, e Carybdes existe hum caminho agradável, e seguro.

Latrantem Scillam fuge, Torpentem que Carybdim.

A falla da defunta Rainha finaliza pelo elogio do immenso Brasil, e dos Brasileiros inspirados pela proximidade do Sol, inventor das Artes, e

pai das Musas. O resto do Idyllo nos faz presentir a actividade de Pedro que ao raiar da alva sabe no cume do outeiros.

.....*Collo que propinques*
Matutinus obti.....

Porém as Musas Bucolicas não o seguem mais diante na sua heroica carreira.

Tal o plano que nosso Vate tem executado em versos faceis, e harmoniosos, e gostaríamos de citar alguns mais, se não tivéssemos a dizer duas palavras sobre a traducção, á qual não se pôde negar fidelidade, e rapidez, e sem em certos lugares o auctor não pôde desfarçar de todo, que ele escreve em huma lingua adoptiva, he com tudo preciso confessar, que na maior parte da obra soube penetrar o gênio do nosso Idioma, e senhorear-se delle com mais propriedade do que a maior parte dos modernos traductores, os quaes não tardarão, se não houver cuidado, em converter a nossa energica, e original lingua, em huma servil imitação da lingoagem usada nas margens do Rio Sena.²²⁷

O texto permite deprender uma série de mecanismos de reflexão crítica sobre poesia. No primeiro parágrafo, há o entendimento de que as peças existem não em um sentido autônomo, mas ligadas essencialmente ao contexto político e social, com a “Independencia” e a “prosperidade do [...] Imperio” inspirando o “fecundo” entusiasmo dos estrangeiros. Após, estabelece-se a marcação retórica e estrutural da composição, um “genethiliacon, ou canto natalicio composto de huns poucos Idylios”. Não encontrei as publicações originais, mas é dito que circularam nos periódicos e, talvez, em folheto. Nesse mesmo parágrafo, um juízo de valor justifica a análise do trabalho: “Talvez venha a ser considerado, quando conhecido no orbe litterario”, isto é, por um público mais amplo de letrados, “como hum pedaço de poesia dos mais importantes na Latinidade moderna”.

A leitura se inicia por um ordenamento modelar virgiliano, remetendo à tradição de uso dos idílios voltados para autoridades em seu aspecto formal, que exige humildade e ternura para que se alcance o sublime. Essa relação logo é posta na perspectiva presente, diante dos conflitos ideológicos da “fundação da Monarchia Atlantica”. A descrição do enredo toma base para uma interpretação política da peça, na busca por um caminho do meio entre o “absurdo despotismo” e o “democratico liberalismo”.

O jogo entre modelo, enredo e contexto para a elaboração de um sentido interpretativo revela o avanço das capacidades de leitura. Até então, as produções eram criticadas em polêmicas transformadas em farpas públicas entre leitor e compositor, como no caso do drama *O juramento dos Numes*, em 1813-1814 (impulsionado por Guimarães,

²²⁷ “Artigos não officiaes. Rio de Janeiro”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 16, 19.7.1825, pp. 62-63.

diga-se).²²⁸ Aqui, porém, sinaliza-se um entendimento complexo que coloca a reflexão e a interpretação acima da luta entre egos eruditos, malgrada a censura à galofilia daqueles que praticam uma “servil imitação da linguagem usada nas margens do Rio Sena”. Ela mesma, porém, é uma questão política, da defesa da “energica, e original” língua pátria. Eu não ocorreria no erro da defesa que essa é uma “crítica moderna” – por mais que haja juízo de valor, análise e interpretação, não creio que os conceitos básicos do idealismo germânico e da filosofia continental europeia fossem dominados, sobretudo tendo em vista o claro caráter da percepção setecentista do não autonomismo dos objetos. Porém, ela é diferente daquilo que circulava até então – essa diferença, em conjunto com o papel de editor que Guimarães toma, pontua outro modo de ação poética. Essa nova dimensão descava, por perspectiva variada, as possibilidades do uso da experiência dentro das composições, articulada habitualmente com os entendimentos do poder e seu desejo de controle.

3.1 O desejo de controle

A primeira peça que se identifica explicitamente como uma ode (fig. 5), anônima, vem à luz no dia 11 de janeiro: “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e gratidão a S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil”.

Fig. 5 – Página de *Diario Fluminense* (n. 7, 11.1.1825, p. 26), com a peça “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e gratidão a S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil”. A composição continua na página seguinte.

²²⁸ “Obras publicadas nesta Corte no mez de Outubro”. *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro*. Segunda subscrição, n. 4, out. 1813, pp. 90-93; “Exame da Resposta defensiva e analytica à Censura, que o Redactor do Patriota fez ao Drama intitulado o Juramento dos Numes, &c”. *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro*. Terceira subscrição, n. 1, jan.-fev. 1814, pp. 63-92.

(25)

ARTIGOS NÃO OFFICIAES.

RIO DE JANEIRO.

Dia 9 de Janeiro.

O dia 9 do corrente, dia de eterna memoria, nos fastos do Brasil por ser o anniversario daquelle em que os habitantes desta Corte ouvirão da propria boca do nosso Augusto Imperador — *Como he para bem de todos eu fico* — expressões que proferidas nesta soarão em todo o Brasil, e que decidirão dos destinos do novo Mundo, foi dia de grande galla, conforme as ordens de S. M. I. Humna salva de 21 tiros de todas as Fortalezas, e Embarcações de Guerra annunciarão o nascimento do Sol, e se embandeirarão. Ao meio dia chegarão SS. MM. II. ao Arsenal da Marinha, onde os esperava toda a Corte, a fim de que S. M. I. metesse o primeiro prego na Fragata Campista, que se vai construir no Arsenal desta Corte; feita esta cerimonia, se recolherão SS. MM. II. ao Paço da Cidade.

A huma hora tornarão a salvar as Fortalezas, e Embarcações; e a essa mesma hora Se Dignarão SS. MM. II. dar beijamão ao numerozo concurso de pessoas das classes as mais distinctas, que concorrerão ao Paço da Cidade para terem essa honra. A's 5 horas da tarde assistirão SS. MM. II., a hum solemne *Te deum laudamus*, que em acção de graças ao Todo Poderoso se cantou na Imperial Capella. Ao pôr do Sol tornarão a salvar as Fortalezas, e Embarcações de Guerra. SS. MM. II. forão ao Theatro, onde chegarão as 8½ horas; logo que o Ex.^{mo} Conde de Palma, Mordomo Mór, correu a cortina da Tribuna Imperial, de toda a parte ressoarão as aclamações da repetidos Vivas a S. M. o Imperador, a S. M. a Imperatriz, á Imperial Dynastia, e á Independencia, e Integridade do Imperio; findos os quaes, rompeo a orchestra e Hymno Brasileiro, e recitou Estella Joaquina de Moraes hum discurso analogo ao dia; depois do que teve principio a Academia de Musica. Muito estimamos que os fieis subditos de S. M. I. dessem pasto á sua alma, expressando os costumados sentimentos de alegria, e prazer, que sentem quando vêm os seus Soberanos; e que não conservassem o morno silencio do dia 12 de Outubro á noite, silencio filho da má intelligencia, que derão ao Edital da Policia, que bem claramente prohibe tão somente vozerias, que possam perturbar a paz, e a necessaria ordem da casa, e nunca expressões de lealdade ao Augusto Imperador, e á Imperatriz; e até nem mesmo são prohibidas as demonstrações de approvação ou desapprovação dos comicos.

O dia 9 de Janeiro parece ser destinado pela Providencia para testemunhar grandes feitos; em 1822 elle foi testemunha da heroica Resolução de S. M. I. em não abandonar este Imperio; sim foi neste dia que principiarão a ter andamento os destinos do Brasil; em 1825 elle não só testemunha o principio da construcção de huma Fragata, mas mais que tudo he neste dia que S. M. I. nos Outorga hum dos maiores bens, de que precisavamos, fallamos da creação de hum curso Juridico, como nossos leitores verão pelo Decreto que hontem lhes apresentámos. São estes os Actos verdadeiramente grandes, são estas e outras Mercês publicas as que fazem notaveis os Reinados, e não só dellas resulta eterna memoria daquelle que a outorga, mas tambem ao Ministerio, e principalmente ao Ministro que o promoveo; com actos destes he que se gacha a bom merecida opinão, de que goza o ac-

tual Ministerio. Quando os Brasileiros se lembrarem do quanto devem a S. M. I. por huma tal Graça, quando se lembrarem dos bens que della lhes resulta, não poterão esquecer-se do Ministro que a promoveo, e que conforme as Imperiaes Ordens a vai pôr em execução; e esperamos que em Março se abra hum tão util, como necessario esta belecimento.

Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e gratidão a S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil.

O D E.

Un moment peut finir un siecle de malheurs.
Voltaire.

Mal podem resistir, durar mal podem
Po-santes Reinos, validos Imperios,
Se dextra ignava lhes malogra o giro
De bonançosa rota,
E não prevendo abismos entreabertos
Aos impulsos do acaso os deixa ás soltas.

Mas quando sobre Thronos bem ganhados,
Quasi rivais de Jove os Reis dominão,
E próvidos, energicos não cansão
No cargo afadigoso,
Os Reinos, os Imperios se reforção,
Vantagens sociaes se consolidão.

Despota em feitos, liberal em frases,
Volcanizado o Portuguez Congresso,
Esquivo aos votos de Varões prestantes
Lavra Fiman sanguineo,
E Decretando do Brasil o opprobrio,
Tenta roubar-lhe o Divinal Palladio.

Nos Patrios Horizontes negrejando
Lobrega nuvem de presagios tristes
Augurava politicas procellas
De eminentes desastres,
Apenas aventou tetrico plano,
Protervo arrojio dos Jasons de Lysia.

Qual rapido tufão de oppostos ventos,
O socegado mar alvorotando,
Placidas ondas tormentoso agita,
Assim o duro golpe,
Então tumultuando affectos varios,
Verte o fel da afflicção em mais de hum peito.

Ao — Cumpra-se — do Aresto abominavel,
A ambição ja calcula as sommas de ouro,
Espolios dos motins, das traições lucro:
Fingidos Pais da Patria
Já nas forjas do crime ensaio raios
Contra o docil Brasil, contra seus filhos.

Athlétas dos partidos, ufanando
Despejo, prepotencia, atrocidades,
Acicalão punhaes, tomão vinganças;
E pungindo a discordia,
Na mente affição proscricções, horrores
Dos tempos infernaes de Mario, e Sylla.

Eis divina impulsão alenta os Povos;
Ao alcaçar de PEDRO correm, voão;
Pedem, instão, reclamão que não parta:
E PEDRO, sempre Grande,
Do Solio, e do Brasil mantendo a Gloria,
Defere aos Povos, declarando — Eu Fico. —

A composição é precedida de um artigo sobre o dia 9 de janeiro, seguindo o padrão recorrente de diálogo entre as notícias e as composições. Ela começa comemorando a “eterna memória” da decisão,²²⁹ tomada em 1822 por dom Pedro I, pela permanência no Rio de Janeiro – evento forjado localmente em uma campanha ideológica pública e privada baseada no temor conspiratório de uma “recolonização”.²³⁰ Após uma breve descrição dos festejos relativos à data, são informadas duas ocorrências do presente: a construção de uma fragata e a criação de um “curso Jurídico”, “Actos verdadeiramente grandes”.²³¹ Ou, em outras palavras, a expansão da belicosidade e do burocratismo estatais.

É nesse mesmo espírito que a ode irá se apresentar:

Mal podem resistir, durar mal podem
 Possantes Reinos, validos Imperios,
 Se dextra iguava lhes malogra o giro
 De bonançosa rota,
 E não prevendo abismos entreabertos
 Aos impulsos do acaso os deixa ás soltas.

Mas quando sobre Thronos bem ganhados,
 Quasi rivaes de Jove os Reis dominão,
 E próvidos, energicos não cansão
 No cargo afadigoso,
 Os Reinos, os Imperios se reforção,
 Vantagens sociaes se consolidão.

Despota em feitos, liberal em frases,
 Volcanisado o Portuguez Congresso
 Esquivo aos votos de Varões prestantes
 Lavra Firman sanguineo,
 E decretando do Brasil o opprobio,
 Tenta roubar-lhe o Divinal Palladio.

Nos Patrios Horizontes negrejando
 Lobrega nuvem de presagios tristes
 Augurava politicas procellas
 De eminentes desastres,
 Apenas aventou tetrico plano,
 Piotervo arrojado dos Jasons de Lysia.

Qual rapido tufão de oppostos ventos,
 O socegado mar alvorotando,
 Placidas ondas tormentoso agita,
 Assim o duro golpe,

²²⁹ “Dia 9 de Janeiro”. *Diario Fluminense*, n. 7, 11.1.1825, p. 26.

²³⁰ SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006, pp. 127-28.

²³¹ “Dia 9 de Janeiro”, 11.1.1825, op. cit., p. 26.

Então tumultuando affectos varios,
Verte o fel da aflicção em mais de hum peito.

Ao – Cumpra-se – do Aresto abominavel,
A ambição já calcula as sommas de ouro,
Espolios dos motins, das traições lucro;
Fingidos Pais da Patria
Já nas forjas do crime ensaião raios
Contra o docil Brasil, contra seus filhos.

Athlétas dos partidos, ufanando
Despejo, prepotencia, atrocidades,
Acicalão punhaes, tomão vinganças;
E pungindo a discordia,
Na mente affagão proscipções, horrores
Dos tempos infernaes de Mario, e Sylla.

Eis divina impulsão alenta os povos;
Ao alcaçar de PEDRO correm, voão;
Pedem, instão, reclamão que não parta;
E PEDRO, sempre Grande,
Do Solio, e do Brasil mantendo a Gloria,
Defere aos Povos, declarando – Eu Fico. –

Hum subito prazer succede ás magoas;
Pulão dos olhos lagrimas de gosto;
Filhos do coração ingenuos vivas
Resoão de mil partes;
Serenos dias o presente outorga,
Porvir sem mancha fulgido resplendo.

Em vão Titans fardados pavoneão
Arremedar lições Pretorianas,
Geral destimidez achão de encontro,
Longe vão reppelidos;
Nem são praias do Tibre as do Janeiro,
Tem ha Tarquinius, que se expulsem d'ellas.

Apesar das barreiras escabrosas,
Que na marcha da Gloria o Genio encontra,
O robusto colloso Americano,
Que firma inabalavel
Hum pé no Prata, no Amazonas o outro,
Toma a divisa – Independencia, ou Morte. –

Então requinta o nobre entusiasmo,
Prosegue gigantescas maravilhas,
Na Lista das Nações seu Nome inscreve,
E espontaneo colloca
Nas mãos de PEDRO o Sceptro glorioso;
Tudo Lhe deve, tudo Lhe consagra.

Debalde inda insolente, inda arrojada
A Serpe da Revolta entona o collo,
Do Augusto Defensor Herculeo golpe,

Sobre o monstro tombando,
Na profundez do Lethes aniquila
A Causa impura das Civis desgraças.

Já medra, já respira desopresso
O Dominio das Leis, e das Virtudes;
Sacros principios de Moral Celeste
Na pratica vacejão;
Ressumbrão sobre os limpos horizontes
Puras delicias da Primeira Idade.

A Paz sazona da Abundancia os fructos;
O Corpo Social avulta, e ganha
Uteis bellezas, proveitoso ornato;
E florecendo em tudo,
Ovante, e mais segura, e mais ditosa
Repousa a Patria no Poder do Throno.

Pobres na origem, grandes na carreira,
Chegão mares ao mar diversos rios;
Assim de hum Dia só, de hum só – Eu Fico –
Dimanou gloriosa
A cheia ingente de Sublimes Feitos
Padrões honrosos do Brasil, e PEDRO.²³²

Ela é composta de 96 versos, separados em 16 estrofes de 32 tercetos, os quais surgem unidos, formando sextilhas, em hendecassílabos brancos. É uma estrutura radicalmente racionalizada, amparada por rigor matemático, que evita o uso do “eu”. Há, em sua primeira estrofe, certo aspecto de emaranhamento. Após o primeiro verso, construído em um espelhamento engenhoso de “Mal podem” que prende os verbos “resistir” e “durar”, os substantivos surgem quase sempre adjetivados: “Possantes Reinos”, “validos Imperios”, “bonançosa rota”, “abismos entreabertos”. A leitura aqui exaure – não é exatamente densa, mas pesada; não é exatamente grave, mas pomposa. A agilidade de entendimento do soneto é trocada pela obrigação de uma leitura atenta. Nesse sentido, a ode parece menos preocupada com seu público, apesar do título descritivo.

Seu sério entendimento de si pode ser também percebido pela sua epígrafe: “*Un moment peut finir un siecle de malheurs*” (“Um momento pode dar fim a um século de sofrimentos”, em tradução livre), retirada da cena dez do terceiro ato da tragédia *Le fanatisme, ou Mahomet le Prophète* (1736), de Voltaire. Em expediente semelhante ao visto em *Elogio por ocasião do fausto, e glorioso successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco*, de Silva Porto, a epígrafe não estabelece uma relação

²³² “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e graditão a S. M. I. e Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil”. *Diario Fluminense*, n. 7, 11.1.1825, pp. 26-27.

intertextual propriamente dita com a composição, servindo, ao ser colhida de seu contexto original, como prerrogativa retórica de erudição, como meio oficioso de declarar a validade do escrito pela cultivação de seu anônimo compositor.

A segunda estrofe prossegue na introdução do assunto da peça, com a terceira seguindo a teoria da “recolonização”, como fica evidente na afirmação de as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa serem “Despota em feitos, liberal em frases” ao decretar “do Brasil o oppriobio”. A partir da quarta estrofe, a ode consolida sua forma em imagens relacionadas à água, que surgem, inicialmente, nos “Patrios Horizontes negrejando / Lobrega nuvem de presagios tristes”. A escolha formal pelo foco na imagem, em contraponto ao som ou à articulação sintática, revela, novamente, a dedicação pela razão e pela discursividade. Essa peça não poderia suportar um jogo de sensações – seu caráter matemático e lógico não permite emulações de percepções sonoras ou visuais. Cartesianamente, corpo e mente não são nela aproximáveis.

A fixação da imagem intelectual da água, desse modo, é feita no terceto seguinte, de maneira a não deixar dúvida sobre sua rejeição do sentir: “De eminentes desastres, / Apenas aventou tetrico plano, / Piotervo arrojado dos Jasons de Lysia”. Dos quatro substantivos presentes nos versos, três surgem adjetivados, “eminentes desastres”, “tetrico plano”, “Piotervo arrojado” (creio que seja um erro de grafia, “protervo”), mantendo a dinâmica da fala empolada. Ao citar Jasão, a persona cria uma duplicidade semântica, ao reforçar tanto o sentido náutico, aquático, como a dimensão política; afinal, Jasão e seus argonautas navegam com o claro motivo de reaver um trono surrupiado. O latinismo da figura de Jasão retorna aos litros, nos “tempos infernaes de Mario, e Sylla”, nos “Titans fardados” que “pavoneão / Arremedar lições Pretorianas”, nas “praias do Tibre”, nos “Tarquinius”, no “Lethes”. A água-política também influi no fluxo que escorre de um império ao outro. O peso dessas referências, em suas muitas aparições incontornáveis, pede um leitor culto, quase que especializado. A peça é, desse modo, menos acessível.

Água e política, agora fundidas, ilustram toda a estrofe seguinte: “Qual rapido tufão de oppostos ventos, / O socegado mar alvorotando, / Placidas ondas tormentoso agita, / Assim o duro golpe, / Então tumultuando affectos varios, / Verte o fel da aflicção em mais de hum peito”. A imagem escolhida e o tema da composição, juntados por uma única referência na passagem anterior, agora tensionam um ao outro. O primeiro terceto que forma esta sextilha fala sobre uma tempestade marítima; o segundo a metaforiza para o espaço social das angústias políticas, vertendo o “fel da aflicção”. Essa delicada operação mental sumariza o ponto que apresentei anteriormente: o uso da ode serve para

buscar abertura. A persona leva cinco estrofes apenas em seu desenvolvimento preliminar, tomando seu tempo em uma construção lenta – a “disposição gradativa das ideias nas estrofes, em ordem ascendente” de que Pedro José da Fonseca falara décadas antes.²³³ A imagem assim, desdobrada em vários jeitos distintos da existência da água (chuva, tempestade, mar, as “lágrimas de gosto” que “Pulão dos olhos”, os rios da Prata e Amazonas, nos quais o “robusto coloso Americano” finca seus pés), notavelmente líquida, evitando estados sólidos ou gasosos, coordena um espaço intercambiável entre o que está dentro da peça, isto é, os mecanismos de uso poéticos, e o que está fora, a experiência política observada de determinado ponto de vista.

A água-política, por fim, organicamente cumpre seu papel ao final da composição: “A Paz sazona da Abundancia os fructos; / O Corpo Social avulta, e ganha / Uteis bellezas, proveitoso ornato; / E florecendo em tudo, / Ovante, e mais segura, e mais ditosa / Repousa a Patria no Poder do Throno”. Ela existe, portanto, quando não mais em seu estado de fúria, para alimentar o florescimento e os frutos. O último verso, do repouso da pátria no “Poder do Throno”, consagra a utilidade última da imagem: a água líquida, em instância final, significa, ao território do Império do Brasil, com seu imenso litoral, poder. Estamos em 1825, em um Estado com Carta constitucional própria, em vias de ganhar reconhecimento internacional de sua independência (o que estava sendo tramado em discussões diplomáticas desde 1822, mas que só ocorreria de fato em agosto daquele ano). O poder, ao menos por ora, deseja o controle, a burocratização e a centralização no imperador, sobretudo em um contexto no qual, de norte a sul, movimentações ameaçam a unidade do corpo político – seja pela Confederação do Equador, em meados de 1824, quando a província de Pernambuco atua de maneira que visa se opor ao poder central,²³⁴ ou pelo princípio daquilo que descamba, em dezembro de 1825, para a guerra da Cisplatina, por “actos de hostilidade [...] sem provocação”,²³⁵ cujo fim, em 1828, decretaria a independência do atual território do Uruguai. Essa vontade de domínio, porém, é manifestação de uma pulsão preexistente, desenvolvida a partir de 1808 por proprietários e negociantes locais que temiam o desregramento de base popular.²³⁶

A ode, assim, é uma construção retórica, de uma racionalidade de predominância mental por reflexão da estrutura pelo seu entorno, o qual, como visto no texto que a

²³³ TEIXEIRA, Ivan, 1999, op. cit., pp. 295-96.

²³⁴ MELLO, Evaldo Cabral de, 2004, op. cit., 209.

²³⁵ BRASIL. “Decreto”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1825.

²³⁶ SLEMIAN, Andréa, 2006, op. cit., p. 135.

precede, aponta para a institucionalização de aparatos estatais. Ela mesma se mostra institucionalizada – por mais que mergulhe na frugalidade encomiástica da figura de dom Pedro I, ela o faz em um arrebatamento de palavras, em substantivos qualificados, em uma grandeza que deseja remontar aos grandes impérios, à uma potência descomunal, aos “Padrões honrosos do Brasil”. Ela não sente, mas pensa o mundo com retidão; o poder controlado goteja entre o Estado e a prática poética.

* * *

Pouco mais de 15 dias após a publicação de “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e gratidão a S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil”, O *Diario Fluminense* volta a usar o espaço de suas páginas para a publicação de uma peça de estrutura longa (fig. 6).

Fig. 6 – Página de *Diario Fluminense* (v. 5, n. 20, 27.1.1825, p. 79), com a peça “Em louvor do Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor D. Pedro I. Augusto Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do vasto Imperio do Brasil”.

(79)

Não tem o Livro, que regula a sorte dos Reinos, e dos Imperios. Sim respeitáveis Concedidos, as Profecias da Sua filosofia, e os votos de todos, os votos de todos os homens de bem, e unantes da boa ordem vão prehecher-se em nossos dias venturosos, que pondo termo á tempestuosa torrente de males, que pendão sobre nossas cabeças, fizeram baixar do Ceo a terra hum fogo Divino, que insinuando-se docemente no Coração do nosso Alorado Imperador, e nos de Seu Sabio, e Illustrado Conselho de Estado, extinguirá para sempre de nosso bello, e riquissimo Imperio a intriga, o orgulho, a desunião, e todos os males, que apoz de si arrastra a horrivel Anarchia; dias venturosos, e felices torno a dizer, que devem ser estampados em laminas de Ouro: dias, que devem ser transmitidos á posteridade, e que formarão a Época mais remarcavel e a mais gloriosa da Nação Brasileira. Sem duvida, Illust. e Concedidos, nos vemos na grande Carta Constitucional, comparativamente a mais perfeita, que nos liberalisa o magnanimo Coração do Nosso Incomparavel Imperador os poderes exactamente divididos, e demarcadas as raias intransitaveis de cada hum: vemos defendidos, e garantidos os direitos individuaes: vemos traçadas com methodo as regras da Administração geral em todos os ramos: vemos finalmente opposta, huma forte Barreira aos abusos, aos excessos, e aos desarranjos, que podem entorpecer os regulares movimentos da maquina Social. Pouco importa, que espiritos seductores procurem escurecer a verdade á todas as luzes conhecida, com seus venenosos escriptos, e discursos apparatus; derramando seu pestilente veneno em corações incautos, elles não farão mais, do que serem assás conhecidos, e mordem-se de raiva, á vista da marcha, e andamento da nossa publica e particular Felicidade. Ela pois respeitáveis Compatriotas, continuemos a beijar a Mão bem fazeja do Nosso Amado, e Augusto Imperador, que nos guia, e o Deus dos Exercitos abençoará a ventura da grande Causa, em que todos nos devemos empenhar. Apressemos-nos a prestar o Solemne juramento á grande Carta Constitucional, que nos foi dada pelo melhor dos Imperantes, e na sua exacta observancia, viveremos tranquilos á sombra de hum Governo verdadeiramente P.ternal, que de hum modo o mais perfeito enlça os seus com os nossos interesses, e nenhum esforço poderá abalar este edificio de nossas vontades, prudentemente reunidas, e em testemunho de nossa Christianissima gratidão caminhemos para o Templo do Supremo Arbitrio dos Reinos, e dos Imperios á render-lhe as devidas graças, por tão assignalado beneficio. Elle queira abençoar a nossa Santa Empreza, e illuminar, guiar, e guardar ao Nosso Augusto Imperador á quem extremamente amamos, respeitamos, e idolatramos, clamando unanimes em transportes de gosto e alegria. — Viva o Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor Dom Pedro Principeza, Augusto Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Vasto Imperio do Brasil. — Viva a Augusta Imperatriz do Vasto Imperio do Brasil. — Viva a Muito Excelsa, e Augusta Imperial Familia Brasileira. — Viva — Viva.

Recitado nos Paços do Conselho da Fidelissima Villa de Itá, em o Faustissimo, e sempre Memoravel dia 12 de Abril de 1824., pelo mais humilde, e o mais leal subdito Brasileiro Ituano. — *Vicente da Costa Taques Goes e Aranha*, Capitão Mór Commandante.

Em louvor do Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor D. Pedro I. Augusto Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do vasto Imperio do Brasil.

Aurea sorte Luzo neste hemisferio,
Que o presagio brilhante promettia;
Era Pedro essa Pedra em que este Imperio
Nesta época fundado ser devia.
Porque as obras de Deos são por misterio,
Em Pedro a Santa Igreja principia:
E outro Pedro nos cria, e nos ensina
Lealdade, pureza, e sã doutrina.

Recebe, ó Brasileiro, a Lei Sagrada,
Que es-a Mão Benfazeja te offerece:
Se para delectate he sempre armada,
Tambem obadecida ser merece.
Nessa forte columna bem fundada
Nos-a doce esperança mais florece,
Do Throno Imperial vendo contentes
As venturas manar como torrentes.

Espera, soffre hum pouco, sê constante;
Porque sempre os principios são custosos:
Virá cedo essa Aurora rutilante,
Que nos faça para sempre venturosos.
Encara forte a Tropa armisonante
Deesses lobos agora bellicosos,
Tu verás em cordeiros convertidos,
E seus apaniguados confundidos.

Assaz tenho a dizer, porém suspendo:
Estimulo a teu brio he grave offensa.
Morrerei, não temo isso, pois morrendo
Por tua Sagrada Causa he gloria immensa.
Ao Soberano, e á Patria defendendo
A morte não he morte, he vida extensa:
Assi á eternidade grangarão
Os herões que este exemplo praticarão.

Assim decantou nos Paços do Conselho da Fidelissima Villa de Itá em o faustissimo, e sempre memoravel dia 12 de Outubro de 1824 o mais humilde, o mais obediente, e o mais leal Subdito Brasileiro Ituano. — *Vicente da Costa Taques Goes e Aranha*. — Capitão Mór Commandante.

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor

Achei tão digno do seu Diario esse extracto do lindo Jornal — *Padre Amaro* —, que lhe rogo haja de o publicar para que todos vejam o que he bom.

Dialogo entre alguns dos antigos herões de Pernambuco. — N.º 25 — 46. —

Vivira — Sabeis, Camaradas que hoje sou impassivel, ou que mundanos affectos, e defeitos inseparaveis do homem: não influem agora em minhas opiniões. Embora pessoas do meu sangue fossem envolvidas na antiga rebelião, e me fizessem sentir tristeza, e dor no recinto do prazer, e da impassibilidade: não serei por isso nem mais austero, nem menos imparcial na decisão desta questão. O bom Henrique acabou de refirir o que se fez em 1817, offerecendo em epilogo todos os factos crimoniosos, que lançarão a pecha da rebelião sobre a nossa amada Cidade, a vencedora dos Batavos. Vejamos agora o que se tem feito em 1824. Não se proclamou Republica, mas declarou-se a Confederação do Equador, e aqui temos o mesmissimo

Composta por Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, “Capitão Mór Commandante” da “Villa de Itú”,²³⁷ na província de São Paulo, ela fora recitada no ano anterior, no dia 12 de abril de 1824 no “Paço do Conselho” daquela localidade,²³⁸ em comemoração pela Carta constitucional do Império ter sido aprovada em 25 de março.²³⁹ O documento fora, em janeiro daquele ano, objeto de escrutínio pelos vereadores locais, com algumas sugestões encaminhadas por escrito.²⁴⁰ Essa leitura do texto constitucional pelas câmaras municipais remonta a tradições do Antigo Regime, em sua “valorização das municipalidades”.²⁴¹

Não há indicação sobre a revisão da peça entre sua recitação e sua publicação. O objeto é precedido por um longo discurso de seu produtor,²⁴² um agradecimento, por parte de Aranha, para o imperador e seu pendor pela liberalização. A Constituição, no texto, surge como um elemento da ordem, que põe “termo á tempestuosa torrente de males”. A burocratização e a institucionalização do aparato estatal são, mais uma vez, fator de relevância, com a garantia dos “direitos individuaes” e o estabelecimento, “com methodo”, das “regras da Administração geral em todos os ramos”. A força de um poder controlador cria, assim, uma “forte Barreira aos abusos, aos excessos, e aos desarranjos, que podem entorpecer os regulares movimentos da maquina Social”. Este termo é bastante revelador do entendimento que Aranha detém da sociedade: uma organização racional, funcional, na qual a desordem deve ser combatida, para que se possa viver “á sombra de hum Governo verdadeiramente Paternal”. Liberalismo e constitucionalismo, mais do que seus aspectos econômicos, políticos e filosóficos, são maneiras de azeitar a máquina, de fazer suas engrenagens rolaem com suavidade.

Após o discurso, a peça surge transcrita:

Aurea sorte Luzo neste hemisferio,
Que o presagio brilhante promettia;
Era Pedro essa Pedra em que este Imperio
Nesta época fundado ser devia.
Porque as obras de Deos são por misterio,
Em Pedro a Santa Igreja principia:

²³⁷ ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e. “Artigo communicado”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 20, 27.1.1825a, p. 79.

²³⁸ Idem, *ibidem*.

²³⁹ RODRIGUES, Rejane Maria Freitas. *Representações políticas no Primeiro Império: a relação das Câmaras Municipais de Itu e Franca com o Governo Provincial*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, 2005, p. 81.

²⁴⁰ Idem, p. 70.

²⁴¹ SLEMIAN, Andrea, 2009, op. cit., p. 139-40.

²⁴² ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e, 27.1.1825a, op. cit., pp. 78-79.

E outro Pedro nos cria, e nos ensina
Lealdade, pureza, e sã doutrina.

Recebe, ó Brasileiro, a Lei Sagrada,
Que esta Mão Bemfazeja te oferece:
Se para defender-te he sempre armada,
Tambem obedecida ser merece.
Nessa forte columna bem fundada
Nossa doce esperança mais florece,
Do Throno Imperial vendo contentes
As venturas manar como torrentes.

Espera, soffre hum pouco, sê constante;
Porque sempre os principios são custosos:
Virá cedo essa Aurora rutilante,
Que nos faça para sempre venturosos.
Encara forte a Tropa armisonante
Desses lobos agora belicosos,
Tu verás em cordeiros convertidos,
E seus apaniguadas confundidos.

Assaz tenho a dizer, porém suspendo:
Estimulo a teu brio he grave offensa,
Morrerei, não temo isso, pois morrendo
Por tão Sagrada Causa he gloria immensa.
Ao Soberano, e á Patria defendendo
A morte não he morte, he vida extensa:
Assim a eternidade grang[ilegível]arão
Os heróes que este exemplo praticarão.²⁴³

De acordo com a *ottava rima*, a mesma de Tasso, Ariosto e Camões, que a utiliza em *Os Lusíadas* (1572), os 32 versos de tendência decassílabo são organizados em quatro estrofes em oitavas, com uma clara divisão interna, porém, em oito quadras, marcada por pontos finais, em um esquema de rimas ABABACC, optando por variações sonoras em cada estrofe. A composição não declara explicitamente sua estrutura. Ainda que racionalizada e articulada com precisão matemática, ela é formalmente mais tímida do que a anterior – suas imagens e referências são simples, com a ausência de latinismos, assim como seu processo de linguagem (ainda que seja apreciável o uso de verbos imperativos, como “Recebe”, “Espera”, “soffre”, “Encara”, que reforçam os temas da composição).

Simples, porém, não significa simplista. Seus luminosos (“Aurea sorte”, “brilhante pressagio”) teleológicos primeiros versos e a aliteração no terceiro (“Pedro essa Pedra”) demonstram alguma técnica de bases semântica e sonora. A segunda quadra

²⁴³ ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e. “Em louvor do Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor D. Pedro I. Augusto Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do vasto Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 20, 27.1.1825b, p. 79.

retoma a duplicação vista no soneto “Soprando as Tubas cem com ar garboso”, quando seu produtor, E. M. de Azevedo, estabelece uma ligação entre dom Pedro I e o czar russo homônimo. Entretanto, aqui, para além de efeito comparativo entre dois estadistas, a referência é buscada em São Pedro, apóstolo de Jesus Cristo e aquele que, junto do também apóstolo Paulo, foi um dos responsáveis pela transmissão e pelo firmamento da fé cristã em sua separação do judaísmo, por quem “a Santa Igreja principia”. São Pedro e dom Pedro I (que “nos cria”, “nos ensina”) são ambos formalizadores, autoridades que atuam em prol das instituições, do controle das atitudes e dos ritos. Esses duplos simbolizam maneiras pelas quais a historicidade age em um sistema em que o passado está constantemente à espreita, pronto para ser revivido. A anacronia, que absorve todos os fluxos temporais, é um modo constitutivo da perenidade do presente, em um desarranjo de graus de continuidade e de descontinuidade.

O domínio sobre o tempo e sobre as coincidências históricas é, sobretudo, uma maneira de desejo de controle, fundamento que surge na segunda estrofe: uma mão “Bemfazeja” que oferece a “Lei Sagrada” e, armada, defende, mas que também deve, paternalmente, ser obedecida. Esse sentido de obediência em um contexto liberal pode aparentar, aos nossos olhos republicanos e democráticos, alguma contradição – entretanto, ele está de acordo com o próprio texto constitucional de 1824, que utiliza o termo “Suditos”²⁴⁴ e declara a inviolabilidade e a sacralidade do imperador, o qual não está sujeito a “responsabilidade alguma”.²⁴⁵ “A política no Império do Brasil”, baseada na teoria do direito divino, “surge como uma dimensão de produção e distribuição de poder, organizada pelos conceitos de razão e obediência”, em uma concepção de império civil.²⁴⁶ Obedecer, portanto, não é uma escolha, mas ato que fundamenta o próprio tecido político.

Da obediência, coordenada ela mesma pelo tempo (“Espera, sofre hum pouco”), surgem os “princípios [...] custosos”. Estes, porém, estão dispostos por detrás de uma “Tropa armisonante” de “lobos [...] belicosos”. Nesta sexta quadra, em que os ditos lobos se convertem em cordeiros, a persona atua por meio de uma invulgar inversão do versículo três do capítulo dez do evangelho bíblico de Lucas, no qual Jesus aconselha que seus seguidores sigam como cordeiros em meio de lobos para espalhar a palavra. Na peça,

²⁴⁴ BRASIL, 1824, op. cit., p. 2.

²⁴⁵ Idem, p. 23.

²⁴⁶ OLIVEIRA, Eduardo Romero de. “A idéia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824)”. *Tempo*, v. 9, n. 18, jun. 2005, pp. 57, 60.

porém, são os “apaniguados” inimigos do império que tomam essa posição. Essa anástrofe de figura se liga diretamente à duplicação dos Pedros, ao domínio das coincidências, em um ponto em que até as escrituras sagradas estão sujeitas ao desejo de controle, o qual se coaduna na última estrofe, quando o “eu” toma a palavra para afirmar que a “a morte não he morte, he vida extensa”, estabelecendo mando, dessa maneira, até mesmo sobre as dimensões existenciais.

Tamanha gerência e respeito aos aspectos jurídicos por parte da persona pode aparentar ser reflexo do produtor, que faz questão de identificar, antes da peça, seu cargo e seu papel de autoridade. Porém, o caso, outra vez, não é simplista. Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, cuja família emigrara do espaço luso-europeu, foi “Capitão Mór Commandante” de Itu por meio século, entre 1775 e 1825, data de seu falecimento.²⁴⁷ Era, portanto, homem de outros tempos. Dom Pedro I teria, inclusive, zombado dele, por ter se apresentado em beca de alta formalidade ultrapassada em uma cerimônia oficial ocorrida em 1822; Auguste de Saint-Hilaire, em 1819, também percebe sua etiqueta peculiar.²⁴⁸ Antes da leitura da Carta constitucional na câmara de Itu em 1824, sua atuação é persecutória e moralmente abusiva contra os vereadores liberais,²⁴⁹ que, por sua vez, o acusam posteriormente, sem meias palavras, de ser “um octogenário só próprio para os tempos do férreo despotismo, e incapaz de amoldar-se ao andamento do governo representativo”.²⁵⁰

Diante da denúncia contra o compositor, a leitura da peça sofre um revés: não mais um festejo alegre pela mudança, mas uma declaração obscura de um poder para o qual o único elemento de importância é o poder em si, os “regulares movimentos da maquina Social”, o controle. Quando a persona puxa o discurso para o “eu”, sua intenção não é a modulação da voz em um panorama, como nos sonetos, que conecta o entendimento da experiência, mas a afirmação de sua autoridade, marcada também pelo seu uso da grave *ottava rima* (a mesma das grandes composições de domínio imperial bélico, como *La Gerusalemme liberata* [1581], de Tasso), pelos verbos imperativos, por sua capacidade de manipular o tempo e pela sua maneira de segurar o andamento do fluxo de leitura (como no verso “Assaz tenho a dizer, porém suspendo”). Essa autoridade, portanto, não está apenas marcada na fala ou na voz da peça – ela se constitui nas próprias

²⁴⁷ GUIDO, Ligia Souza. *Sob capas e mantos: roupa e cultura material na vila de Itu, 1765-1808*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2015, p. 185

²⁴⁸ Idem, pp. 185-86, 189.

²⁴⁹ RODRIGUES, Rejane Maria Freitas, 2005, op. cit., p. 73

²⁵⁰ Idem, p. 83.

escolhas estruturais e formais. Um desejo de controle, a todo custo, sobre qualquer dimensão.

3.2 O controle estabelecido

Até outubro de 1822, na última edição de *O Volantim*, as composições se articulam substancialmente em dinâmicas voltadas para certa concretude dos processos liberais e constitucionais e de suas problemáticas; agora, soam abstrativas, quase dispersas, calcadas em imagens, sentidos obscurecidos. A afirmação do poder surge na inserção da ode enquanto estrutura (como visto em “Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e gratidão a S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil”), em ruídos angustiados ou raivosos (presentes, respectivamente, em “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo” e “Em louvor do Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor D. Pedro I. Augusto Imperador Constitucional, e Perpetuo Defensor do vasto Imperio do Brasil”). A linguagem se apresenta com uma maior consciência de si, aprendendo configurações e modos distintos de reagir à realidade que a cerca.

No começo de dezembro de 1823, “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”, peça circulada em *A Estrela Brasileira* (que, dizem os detratores, é bancada por dom Pedro I²⁵¹) e assinada por J. P. F., trabalha indiretamente a dissolução da Assembleia Constituinte, ocorrida dias antes de sua publicação. Nela, as imagens ganham peso metafórico. Os “Miseros” deputados (não citados) são “Furias, que nos crimes folgão, / Ousando tudo quanto há máo no Inferno”, disseminadores da “discordia, horrores”, que cobrem “de luto” e arremessam “no chãos / De traições, de revolta, e de anarquia, / Das Plagas todas o extremoso apuro”,²⁵² enquanto dom Pedro I surge como aquele que rege “o leme do Baixel do Estado, / Por entre as vagas de facções raivosas”, levando o Império do Brasil “a salvo de naufragio horrivel”²⁵³ (o “Baixel do Estado”, noto, alude a Horácio, tal como em sua interpretação feita por Quintiliano).²⁵⁴ A composição reflete um artigo do redator Jean-Baptiste de Loy saído na edição anterior, em que ele defende ser “de todo impossivel, em qualquer Nação que seja, que huma Constituição sabia e justamente ponderada (e por tanto liberal), possa sahir do Cahos das deliberações de huma Ássemblea

²⁵¹ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., p. 384.

²⁵² J. P. F. “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”. *A Estrela Brasileira*, n. 20, 3.12.1823, p. 78.

²⁵³ Idem, ibidem.

²⁵⁴ HORÁCIO. “I, 14”. In: 2021, op. cit., pp. 118-21.

Constituinte”,²⁵⁵ preferindo “às graves meditações do sabio Estadista, do profundo Legislador [...], no silencio dos Gabinetes” do que os “homens que não *entendem nada* das materias ventiladas na sua presença; e que, nas suas decisões, se deixão facilmente seduzir pelas bellas palavras dos facciosos ou dos intrigantes vendidos ao Poder”.²⁵⁶ Para consolidar seu argumento, ele fecha o texto analisando exemplos tirados da “Historia dos Povos Monarchicos modernos, vivendo debaixo do Governo Representativo”, já que não há “demonstração absoluta se se não funda”, é claro, “na experiencia”.²⁵⁷ Por mais que a historiografia reconheça hoje continuidades profundas, apesar da alteração normativa no equilíbrio dos poderes,²⁵⁸ entre os projetos de 1823 e de 1824, com a violência da destituição superestimando o potencial liberal do primeiro,²⁵⁹ na época o discurso na arena pública é modulado pela força (por vezes literal, como quando o intendente da polícia Estevão Ribeiro de Rezende circula um edital oferecendo dinheiro pela denúncia de quem está por espalhar “incendiarias, vagas proclamações” contra a dissolução, em um sutil tom de ameaça²⁶⁰).

Na “Proclamação” de dom Pedro I, feita no dia 12 de novembro, no ato do fechamento, ele assume um tom paternal (“[...] o Vosso Defensor Perpetuo vos ajudará, como hontem fez, e como sempre Tem feito, ainda que exponha sua vida [...]”), justificando sua ação como jeito de evitar um conflito armado e afirmando que as prisões feitas, consideradas pelos “inimigos do Imperio” como “despoticas”, são “medidas de Policia, próprias para evitar a anarquia”.²⁶¹ Poucos dias depois, em outro texto, o argumento utilizado é o de que “diversos, e continuados ataques ao Poder Executivo, sua condescendencia a bem da mesma harmonia enervarão a força do Governo, e o forão surdamente minando”, sob a conspiração de uma “facção desorganizadora”.²⁶² Em ambos os escritos, a experiência não é mobilizada, ao contrário do que ocorrera na abertura da Assembleia Constituinte, meses antes. O imperador percebe a própria dimensionalidade

²⁵⁵ “Nova Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil”. *A Estrela Brasileira*, n. 19, 1.12.1823, p. 74. No original, o trecho inteiro está grifado.

²⁵⁶ Idem, p. 75. Grifo do original.

²⁵⁷ Idem, *ibidem*.

²⁵⁸ SLEMIAN, Andréa, 2009, *op. cit.*, p. 134.

²⁵⁹ MANSUR, João Paulo. “Com a minha espada, defenderia a Constituição se fosse digna do Brasil e de mim”! Leviatã, Argos e liberalismos na Assembleia Constituinte de 1823”. *Almanack*, n. 32, 2022, p. 4.

²⁶⁰ “Edital”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 96, 24.11.1823, p. 382; e LUSTOSA, Isabel, 2000, *op. cit.*, p. 405.

²⁶¹ DOM PEDRO I. “Proclamação”. *Diario do Governo*, v. 2, n. 114, 14.11.1823, p. 533.

²⁶² DOM PEDRO I. “Artigos d’Officio. Manifesto de S. M. o IMPERADOR aos Brasileiros”. *Diario do Governo*, v. 2, n. 117, 18.11.1823, p. 545.

de seu poder estabelecido, seu caráter único, vira o responsável pelo leme do baixel do Estado.

Poucos meses depois, em março de 1824, a Constituição, após sua breve visita à vila de Itu e outras câmaras municipais, é enfim por ele outorgada. O documento, produzido “no silêncio dos Gabinetes”, como queria Jean-Baptiste de Loy, é escrito por dez pares de mãos, todas acumuladoras de capital político e econômico desde fins do século 18,²⁶³ entrelaçado por uma cadeia de propostas remontadas entre o texto espanhol de Cádiz, em 1812, e as conversas na Constituinte do ano anterior.²⁶⁴ Ele anuncia, “de forma original, a emergência de nova entidade nacional, [...] que no futuro estaria consubstanciada em enorme extensão territorial e em poder soberano”.²⁶⁵ O imperador, na Carta, detém um “papel-chave [...] no ordenamento político”, com o cargo de chefe do Executivo, atuando por meio de seus ministros (que por ele poderiam ser nomeados e demitidos²⁶⁶) e como Moderador, em uma leitura derivada, ainda que alterada, da proposta de Benjamin Constant.²⁶⁷ Este último mecanismo gera uma ambiguidade ao permitir duas interpretações: na primeira, dom Pedro I é quem decide de fato; na segunda, ele apenas apita a partida.²⁶⁸ Esse sentido dúbio casa com a vagueza (talvez acidental, talvez proposital) linguística do texto, como visto no caso da proibição da censura que ainda pune “abusos” não declarados.²⁶⁹ No item 2 do artigo 8, por exemplo, é dito que uma pessoa pode ser banida de seu direito político “por incapacidade física, ou moral”,²⁷⁰ sem uma explicação efetiva, porém, daquilo que assim pode ser considerado, abrindo margem, desse modo, para cassações arbitrárias; no item 3 do artigo 45 afirma-se que os senadores devem ser pessoas “de saber, capacidade, e virtudes, com preferencia os que tiverem feito serviços á Patria”,²⁷¹ sem, outra vez, uma definição precisa, o que poderia invalidar candidaturas. Coincidentemente, o artil dos conceitos atua a favor do poder estabelecido, por meio de um curioso retraimento ocasional. Em outros momentos, a

²⁶³ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “A Carta de 1824 e o poder do monarca: memórias e controvérsias em torno da construção do governo constitucional no Brasil”. In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 220, nota 1.

²⁶⁴ Idem, pp. 236-40.

²⁶⁵ Idem, 249-50.

²⁶⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril, 2005, op. cit., p. 644.

²⁶⁷ SLEMIAN, Andréa, 2009, pp. 132-34.

²⁶⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril, 2005, op. cit., p. 644.

²⁶⁹ BRASIL, 1824, op. cit., p. 41.

²⁷⁰ Idem, p. 5.

²⁷¹ Idem, p. 11.

Carta demonstra saber como ser explícita. No mesmo artigo 45, ela declara com todas as letras que os senadores devem ter um rendimento anual acima de “oitocentos mil réis”.²⁷²

Entre outubro de 1822 e março de 1824, portanto, uma nova razão linguística emerge, não mais submetida apenas à nova linguagem política de 1820. A certeza dos sonetos comemorativos é dissolvida nos conflitos de formação do novo Estado – agora, vozes dissonantes, como as de Luiz Paulino Pinto da França, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha ou do anônimo visto em “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”, aprendem a falar com meios que nublam uma compreensão direta, em pequenos detalhes, usos estruturais ou metáforas. A nova poesia carioca do começo da década de 1820, desse modo, confirma seu caráter de absorção da concretude política e social e reafirma sua sofisticação, seu movimento incessante na busca de um novo dizer.

* * *

Em setembro de 1825, “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes” (fig. 7) é impresso no *Diario Fluminense*:

Fig. 7 – Página de *Diario Fluminense* (v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242), com a peça “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”.

²⁷² Idem, p. 12.

(942)

de N. S. do Monte do Carmo desta Corte em o dia 14 do corrente mez a Festividade da Exaltação da Santa Cruz. He S. M. o Imperador Servido Determinar, que todos os Grã Cruzes, Comendadores, e Cavalleiros da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo concorrão no dito dia pelas 10 horas da manhã á dita Imperial Capella, com os seus Mantos, para assistirem áquella Festividade.

E para que assim conste Mandou o Tribunal da Mesa da Consciencia, e Ordens affixar este Edital. Rio de Janeiro 10 de Setembro de 1825. — *João Pedro Carvalho de Moraes.*

ARTIGOS NÃO OFFICIAES.

O seguinte canto, que nesta foi publicado pelo fusto motivo do reconhecimento de nossa Independencia, nos parece mui digno de chegar ás mais remotas partes do Imperio, e como nos consta ter sido limitado o numero de impressos que seu auctor imprimio, por isso julgamos conveniente publica-lo em nossa folha.

O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes.

Canto.

*Accipe, daqus fidem ;..
Accipio agnoscoque libens.
Virg.*

Domicilio do Fado, Estancia Augusta,
Permite que eu penetre as sombras tuas;
Deixa que passe o limiar vedado,
Onde legis o Nome Omnipotente,
Que dos Povos, dos Reis, e dos Imperios
Regula a sorte, determina a marcha;
E que levando ao fim arrojio, e plano
Das mãos lhe arranque as chaves do Futuro.

Sou Brasileiro, Subdito de PEDRO :
Quero saber se tem de ser eterna
As trevas do erro no Horizonte Luso ;
Se devem sempre as serpes da Discordia
Roer o coração do velho Téjo ;
Se já... Porém, que subita mudança !
He certo ; estou no Sanctuario Augusto :
Encaro o Deus, que cerra com cem chaves
O precioso cofre dos Destinos.
Estes os penetrás, onde marcada
Desde o nascer dos seculos existe
A desmedida serie de successos,
Que deve desatar a mão do Tempo.
Qual será esse Dia ; que na róda
Deste robusto, encanecido Velho,
Da fixa Eternidade imagem mobil,
Fulge marcado em caracteres de ouro ?
Por ventura será reproduzido
O mesmo Dia, que servio de berço
A memoravel Fundação de Roma,
De Roma, que do excelso Capitolio
Sobre todos os Povos do Universo
Lançou ferros, e leis, opprobrio, e gloria ?
Por ventura será aquelle o Dia,
Em que, pacificado o mundo inteiro,
Fechou-se o Templo do biffrente Jano ?
Eu me aproximo... sim... vou ler de perto...
Mas que potente voz, que sons escuto !
Attenção, ó Mortaes, o Nome falla :
„ Na mente eterna do tremendo Jove
„ O Dia sete de Setembro, o mesmo

„ Que te motiva o repentino assombro,
„ Estava destinado a ser o Dia,
„ Em que o Brasil reconhecido fosse
„ Livre Nação entre as Nações do Mundo.
„ Alguns seculos tinham de volver-se,
„ Longos talvez, primeiro que os Decretos
„ Por Jove promulgados se cumprissem ;
„ PEDRO porém, os Fados alterando,
„ Os Destinos dobrou, como se dobra
„ Em mãos de forte Athleta a debil vara ;
„ Jove cedeu, e PEDRO realisa
„ Esse Dia immortal no dia de hoje.
„ Attende á Scena, que presenta o Mundo :
„ Lá se adianta já, lá vai sentar-se
„ A nova Capital do novo Imperio
„ Entre as provectas Capitães da Europa ;
„ A marcha gloriosa lhe precedem,
„ Deixando as uras de cristal, e de ouro,
„ Os dous Gigantes — Amazona, Prata —
„ Do Tejo olha a seu lado a Filha Augusta,
„ Patria de Nomes, inclita Lisboa,
„ E Albion, a Senhora do Oceano,
„ Hum ponto na extensão, hum Mundo em forças,
„ Artes, Commercio, Agricultura, e Gloria,
„ Cheias as mãos de immarcesciveis palmas,
„ Avultão no cortejo magestoso :
„ Repara como Febo sobre as nuvens
„ O carro de ouro para o ver demora,
„ E as Horas revezando-se risonhas
„ A estrada triunfal cobrem de flores.
„ Eis neste quadro a copia dos Elysios.

Callou-se o Nome ; e encostando a meu peito
A fatidica dextra, me transmittite
Celeste enthusiasmo, essencia sua.
Delirio divinal me sóbe á mente....
Ouve, ó Brasil, escuta os teus destinos :
He este apenas o penhor primeiro
Dos multiplices bens, que te pertencem ;
Vai para ti ficar de todo extincto
Da inveja, e da Discordia o facho horrivel.
Justicia e Liberdade no teu seio
Terão eterno culto, eterno templo ;
Vai benigna Abundancia abrir-te os cofres,
E Pluto franquear-te amplos thesouros,
Que no centro da terra ferrolhava.
Accurvando-se o Tempo ao teu dominio,
Ha de quebrar a formidavel fouce.
A doce Paz, de gloria rodeada,
Carinhosa afagando Artes, Sciencias,
Ao Commercio dará valente impulso,
E tornará teus Subditos, por gosto,
Os Povos do Universo, que fugindo
Ao pestilento sopro de Bellona,
E aos golpes do infortunio, ou da indigencia,
Virão saborear no teu regaço
Os mimos da Virtude, e da Fortuna.

Não mais, não mais tratemos de prestigios
Emprezas de Jason, Feitos de Alcides,
Nem os muros de Thebas, e os trabalhos
Do filho de Agenor mudado em serpe.
Nada a Fabula tem para contar-te
Aos prodigios por PEDRO praticados.
Em menos de annos trez o Brasil todo
Feliz, Tranquillizado, Independente...
Inda mais, o Brasil Reconhecido,
São maiores, mais inclitos portentos ;
São milagres á mão de hum Deus só dados,
E são tambem a verdadeira Historia
Do Grande, do Immortal PEDRO PRIMEIRO.

Accipe, daque fidem;..
Accipio agnoscoque libens.
 Virg.

Domicillio do Fado, Estancia Augusta,
 Permite que eu penetre as sombras tuas;
 Deixa que passe o limiar vedado,
 Onde legisla o Nume Omnipotente,
 Que dos Povos, dos Reis, e dos Imperios
 Regula a sorte, determina a marcha;
 E que levando ao fim arrojo, e plano
 Das mãos lhe arranque as chaves do Futuro.

Sou Brasileiro, Subdito de PEDRO:
 Quero saber se tem de ser eternas
 As trevas do erro no Horizonte Luso;
 Se devem sempre as serpes da Discordia
 Roer o coração do velho Téjo;
 Se já... Porém, que subita mudança!
 He certo; estou no Sanctuario Augusto:
 Encaro o Deos, que cerra com cem chaves
 O precioso cofre dos Destinos.
 Estes os penetrâes, onde marcada
 Desde o nascer dos seculos existe
 A desmedida serie de successos,
 Que deve desatar a mão do Tempo.
 Qual será esse Dia, que na róda
 Deste robusto, encanecido Velho,
 Da fixa Eternidade imagem mobil,
 Fulge marcado em caracteres de ouro?
 Por ventura será reproduzido
 O mesmo Dia, que servio de berço
 Á memoravel Fundação de Roma,
 De Roma, que do excelso Capitolio
 Sobre todos os Povos do Universo
 Lançou ferros, e leis, opprobrio, e gloria?
 Por ventura será aquelle o Dia,
 Em que pacificado o mundo inteiro,
 Fechou-se o Templo do bifronte Jano?
 Eu me aproximo.... sim.... vou ler de perto....
 Mas que potente voz, que sons escuto!
 Attenção, ó Mortaes, o Nume falla:
 “Na mente eterna do tremendo Jove
 “O Dia sete de Setembro, o mesmo
 “Que te motiva o repentino assombro,
 “Estava destinado a ser o Dia,
 “Em que o Brasil reconhecido fosse
 “Livre Nação entre as Nações do Mundo.
 “Alguns seculos tinham de volver-se,
 “Longos talvez, primeiro que os Decretos
 “Por Jove promulgados se cumprissem;
 “PEDRO porém, os fados alterando,
 “Os Destinos dobrou, como se dobra

“Em mãos de forte Athleta a debil vera;
 “Jove cedeu, e PEDRO realisa
 “Esse Dia immortal no dia de hoje.
 “Attende á Scena, que presenta o Mundo:
 “Lá se adianta já, lá vai sentar-se
 “A nova Capital do novo Imperio
 “Entre as propectas Capitáes da Europa;
 “A marcha gloriosa lhe precedem,
 “Deixando as urnas de cristal, e de ouro,
 “Os dous Gigantes – Amazona, Prata –
 “Do Tejo olha a seu lado a Filha Augusta,
 “Patria de Numes, inclita Lisboa,
 “E Albion, a Senhora do Oceano,
 “Hum ponto na extensão, hum Mundo em forças.
 “Artes, Commercio, Agricultura, e Gloria,
 “Cheias as mãos de immarcesciveis palmas,
 “Avultão no cortejo magestoso:
 “Repara como Febo sobre as nuvens
 “O carro de ouro para o ver demora,
 “E as Horas revezando-se risonhas
 “A estrada triunfal cobrem de flores.
 “Eis neste quadro a copia dos Elysios.

Callou-se o Nume; e enconstando a meu peito
 A fatidica dextra, me transmite
 Celeste enthusiamos, essencia sua.
 Delirio divinal me sóbe á mente....
 Ouve, ó Brasil, escuta os teus destinos:
 He este apenas o penhor primeiro
 Dos multiplices bens, que te pertencem;
 Vai para ti ficar de todo extincto
 Da inveja, e da Discordia o facho horrivel.
 Justiça e Liberdade no teu seio
 Terão eterno culto, eterno templo;
 Vai benigna Abundancia abrir-te os cofres,
 E Pluto franquear-te amplos thesouros,
 Que no centro da terra ferrolhava.
 Accurvando-se o Tempo ao teu dominio,
 Ha de quebrar a formidavel fouce.
 A doce Paz, de Gloria rodeada,
 Carinhosa afagando Artes, Sciencias,
 Ao Commercio dará valenta impulso,
 E tornará teus Subditos, por gosto,
 Os Povos do Universo, que fugindo
 Ao pestilento sopro de Bellona,
 E aos golpes do infortunio, ou da indifencia,
 Virão saborear no teu regaço
 Os mimos da Virtude, e da Fortuna.

Não mais, não mais trataremos de prestigios
 Emprezas de Jason, Feitos de Alcides,
 Nem os [maros] de Thebas, e os trabalhos
 Do filho de Agenor mudado em serpe.
 Nada a Fabula tem para contar-te
 Aos prodigios por PEDRO praticados.

Em menos de annos trez o Brasil todo
 Feliz, Tranquilizado, Independente...
 Inda mais, o Brasil Reconhecido,
 São maiores, mais inclitos portentos;
 São milagres á mão de hum Deos só dados,
 E são tambem a verdadeira Historia
 Do Grande, do Immortal PEDRO PRIMEIRO.²⁷³

A composição narrativa é precedida de uma nota curta do redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que diz ser ela muito digna de “chegar ás mais remotas partes do Imperio” e informa que sua publicação original ocorre em um folheto de baixa tiragem,²⁷⁴ o qual não consegui localizar. Seu produtor, José Pedro Fernandes, é um funcionário estatal, pouco notório, com uma jornada que passa de oficial da Secretaria do Império a membro do Conselho do imperador.²⁷⁵

O “canto”, que parece ter dificuldade em declarar sua própria estrutura, tem 108 versos brancos, separados em quatro estrofes de tamanho variado. A primeira é uma oitava, seguida por outras de 62, 25 e 13 versos. A métrica também apresenta variação, indo de decassílabos a alexandrinos. A estrutura, assim, se elabora de modo pouco harmônico. Apesar de alguns engenhos sonoros, sobretudo no uso consonantal e rítmico (“[...] que cerra com cem chaves”, “Delirio divinal me sóbe á mente”), ela não é a eles afeita. Visualmente é impositiva, sobretudo por seus longos blocos diagramados em duas colunas, quase sem respiro, em uma leitura pouco cadenciada.

Sua epígrafe, pinçada da *Eneida*, de Virgílio, realiza uma colagem de dois fragmentos, retirados dos versos 150 (“*Accipe, daque fidem*”, “Aceita minha palavra”²⁷⁶) e 155 (“*Accipio agnoscoque libens*”, “com que alegria te escuto e agasalho”²⁷⁷) do livro VIII. Nesse momento da fábula, Eneias recorre a Evandro para pedir ajuda em sua guerra contra Turno – um pouco como o Império do Brasil faz ao Império Britânico para ganhar seu reconhecimento. Notável, porém, é que, no primeiro trecho, quem tem a palavra é Eneias, ao passo que no posterior fala Evandro, com a epígrafe unindo-os em uma só fala, sem indicação para além das reticências.

O objeto, seguindo a epígrafe, lança também mão de duas vozes: a persona e o Nume, uma espécie de máquina do mundo camoniana. A narração principia, no vazio,

²⁷³ FERNANDES, José Pedro. “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242.

²⁷⁴ “Artigos não officiaes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242.

²⁷⁵ LUSTOSA, Isabel, 2000, op. cit., p. 212.

²⁷⁶ VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2021, pp. 522-23.

²⁷⁷ Idem, *ibidem*.

pela primeira, que fala usando o “eu”, penetrando o “Domicillio do Fado, Estancia Augusta” para arrancar as “chaves do Futuro” das mãos do Nume. Onde e quando não são explicados. Grande estranheza, grande inquietude. O verbo “arrancar” é desnecessariamente violento, agudo, em especial ao considerar que o Nume é aquele que “Regula a sorte” e “determina a marcha” dos “Povos, dos Reis, e dos Imperios”, algo de absoluto poder e controle. A persona, “Brasileiro, Subdito de PEDRO”, faz sua busca para descobrir se são eternas as “trevas do erro no Horisonte Luso; / Se devem sempre as serpes da Discordia / Roer o coração do velho Téjo”. Em outras palavras, ela deseja saber se a História deve para sempre ser a repetição de uma repetição, uma “fixa Eternidade”, no querer “desatar a mão do Tempo”. Mais uma vez, utiliza de um léxico de força; ela não olha para o deus, ela o “encara”. O Nume, então, fala. Fico imaginando a sua “potente voz” ressoando por esse vazio etéreo. Em seu discurso, dom Pedro I é o responsável para alteração dos fados, a dobra do destino, fazendo Jove ceder. O imperador muda o curso da História. O Nume fala mais, profetiza que o Brasil virá a ser “Hum ponto na extensão, hum Mundo em forças”, com sua “estrada triunfal” coberta de flores, como nos jardins elísios. A persona explica que o Nume a tocou, mostrando o futuro em que a pátria “Accurvando-se o Tempo ao [seu] dominio, / Ha de quebrar a formidavel fouce”. Na estrofe final, uma primeira pessoa do plural surge, afirmando que as conquistas do passado, “Emprezas de Jason, Feitos de Alcides”, são poucas diante “do Grande, do Immortal” dom Pedro I.

A composição, apesar de seu título, não fala sobre o reconhecimento da independência e da soberania do Império do Brasil. Dos complexos processos políticos discutidos neste ensaio, é possível que esse seja o mais burocrático e aborrecido, corrido por anos em longas conversas diplomáticas, mediadas pelo Foreign Office britânico na figura de, entre outros, George Canning e Charles Stuart, que resultam em um tratado formalizado em 29 de agosto de 1825, que estipula uma indenização ao governo do Império Português de dois milhões de libras (mantida em segredo até o ano seguinte).²⁷⁸ Apesar de parecer um começo, ele é um fim: traz instabilidade para a nova governança, culminando, junto a outros fatores, com a abdicação em 1831.²⁷⁹ O “canto”, em sua metafísica insólita, trata de uma outra questão: a História como uma flecha que aponta

²⁷⁸ SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No calidoscópico da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015, p. 354.

²⁷⁹ Idem, p. 315.

para a frente, que curva o tempo ao seu domínio, que não mais responde aos exemplos passados, que agarra e encara o próprio Nume. Outras peças do mesmo período não compartilham dessa noção (“Só Tú Invicto PEDRO saberias, / Sustentar do Brasil o pezo ingente; / E só qual outro Cesar, poderias / De Palladio servir-lhe armipotente!”;²⁸⁰ “Oh Ceos! Presida do Brasil aos fados! / Outra vez para nós o mundo volvão / Os tempos de Saturno!”²⁸¹), o que demonstra haver aqui algo de particular. Ele, nesse sentido, remete a um texto de 1822, saído nos *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura*:

Sem recorrer as antigas Cidades da Assiria, á Carthago, á Alexandria, que se fizeram tam rivaes dos maiores Imperios do Mundo, basta considerar os rapidos progressos, que tem feito prosperar em tam breves tempos Naçoens, que ha poucos seculos nada figuravam; como he a Inglaterra, e a Hollanda, assim Petersburg, Filadelpia, e outras simillhantes Cidades ha pouco surgidas debaixo das ondas devem a sua opulencia, e grandeza á balança commercial, que tanto intertem as suas Artes, e Manufacturas depois da descoberta das duas Indias.²⁸²

A composição se mobiliza, portanto, em torno dos “rapidos progressos”, do acúmulo de “opulencia[s], e grandeza[s]” (a “benigna Abundancia” que abre cofres, o “Pluto” que franqueia “amplos thesouros”). Vendo uma Inglaterra em plena revolução industrial, com o céu escurecido de fuligem de carvão e os bolsos cheios em decorrência da exploração colonial que positiva sua “balança commercial”, José Pedro Fernandes, um pequeno funcionário público cheio de ambições pequenas, nota, ainda que talvez não perceba, que um poder maior do que o do imperador está se formando: o capitalismo moderno, as reais “chaves do Futuro” (cujos fundamentos são analisados longamente, com base em Adam Smith, por José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, entre 1819 e 1820²⁸³ e possibilitados pelo liberal direito de propriedade privada resguardado pela Carta constitucional de 1824²⁸⁴). Apresenta-se, então, uma nova experiência, não mais circunscrita à observação e ao passado, mas ao controle sobre a materialidade e ao futuro.

²⁸⁰ “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I. pelo feliz, e sempre memoravel Tratado do reconhecimento de Independencia do vasto Imperio do Brasil, publicado nesta corte do Rio de Janeiro no dia 7 de Setembro de 1825. Congratulação, e respeito por hum anonimo em 8 do mesmo mez, e anno”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 66, 19.9.1825, p. 268.

²⁸¹ “Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 68, 21.9.1825, p. 274.

²⁸² SOCIEDADE PHILO-TECHNICA. “Plano da obra”. *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura*, t. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822, p. 11.

²⁸³ LISBOA, José da Silva. *Estudos do Bem-Commum e Economia Politica, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1819-20.

²⁸⁴ BRASIL, 1824, op. cit., p. 44.

Aqui, naquilo que resta após a demonstração do poder total, a poesia do infante Império do Brasil entra, por fim, no século 19. O Nume é um Mefistófeles, e Fernandes, um pequeno Fausto incauto e arrogante, vendendo a alma por ninharia.

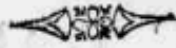
4. Corpos

O soneto “Não mais escravidam: oh Patria exulta!”, difundido em *O Volantim* em setembro de 1822, vinha acompanhado de um hino, “Exultai Pernambucanos!” (fig. 8), originalmente publicado no periódico *O Marimbondo*, de Pernambuco, em julho de 1822,²⁸⁵ e produzido, talvez, pelo padre José Marinho Falcão Padilha.²⁸⁶ Se, no primeiro caso, há uma construção baseada na modulação da voz com base no grau de experiência, de claras divisões retóricas e elementos opositivos, aqui, no segundo, a conversa segue por outros caminhos.

Fig. 8 – Página de *O Volantim. Periodico Diario* (n. 10, 12.9.1822, p. 38), com a peça “Exultai Pernambucanos!”.

²⁸⁵ *O Marimbondo*, n. 1, 25.7.1822, sem página.

²⁸⁶ RAMIRES, Mário Fernandes. “A cultura impressa durante os ‘Tempos Constitucionais’: uma breve análise de quatro periódicos surgidos na gênese da imprensa pernambucana”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: Anpuh, 2013, p. 11.



HYMNO.

Exultai Pernambucanos !
Rompeu o Dia Immortal,
Que trouxe aos Brazilianos
Hum Congresso Paternal.

Escravidam
Colobial,
Fugi ligeira
Da Brasileira
Constituiçam

O Pendam da Liberdade
Surgiu do Brasil Austral:
A Lizia offerece amsidade
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Quebrarem Povos briosos
Tutella sempre fatal:
Vai fazer-nos venturosos.
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Assomou o feliz turno,
Que dos Climas de Cairal
Faça o reino de Saturno
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

O Congresso Lusitano
Cêdo nos dardeja o mal:
Cumpre, que previna o damno
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Embora nos mova guerra
Esse povo Liberal;
Jode haver em nossa Terra
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Só nos prende livremente
Ao povo de Portugal
Em o nosso Continente
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Presida por annos mil
Femposa Festa annual,
Quem den ao Grande Brasil
Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Impresso em Pernambuco.

Continuam da Pag. 32 da N.º 8.º

Da mesma forte disse que V. A. acharia terras, e boas povoações quales detestas; como por exemplo na Beira alta, os grandes defendião, a Covilhan; a Cidade da Goarda; a de Lamego; e e em Tras os montes, a Cidade de Bragança, e destruidas as suas manufacturas. E se V. A. perguntar a causa desta dissolução; não sei se alguma pessoa se atreverá a dizella com a liberdade, que eu tezei a honra de o fazer. E vem a ser que a Inquisição prendendo huns pelo crime de Judaismo, e fazendo fugir outros para fora do Reino com os seus cabedaes, por terem, que lhes confiscassem se fossem pretos, foi preciso que as suas manufacturas calissem; porque os chamados Christãos novos, que as sustentavão; e que os seus obreiros, que nellas trabalhavão, e erão em grande numero, se espalhassẽ, e fossem viver a outras partes, e tomassẽ outros Officios para ganharem o seu pan; porque ninguém se quer deixar morrer de fome.

A segunda parte da causa, que não se irreparavel, como em seu lugar direi, foi a permissão, que S. Magestade deu aos Ingleses, e Holandeses para metterem em Portugal os seus Lanciros, principalmente os panos; havendo doze annos, que o dito Senhor os havia prohibido. De que resultava, que as noissas manufacturas se não aperceitando de tal maneira, que eu mesmo, vim a França, e passei a Inglaterra, vestido de pano fabricado na Covilhan, ou no Fundão. Para esta occasião, cometteo tres contias. A primeira querer o Senhor Rey D. Pedro comprar com a Rainha d' Inglaterra, com a qual acabava de fazer hum Tratado de perpetua aliança defensiva; e lhe pedia, que levantasse a pratica. A segunda ser D. João Mateus seu Embaxador, irmão de hum grande Mercador de panos; e assim trabalhava em causa propria, sem embargo que sempre lhe fui contrario. A terceira, que poz a foice na raiz, foi que o dito Embaxador fes comleber a certos Senhores, cujas fazendas pela maior parte consistem em vinhos, que estes tirião confumpção em Lisboa pella grande quantidade que delles sabiria para fora se por equivalente da tal permissão, Inglaterra se obrigasse a que os vinhos de Portugal pagassẽ de direitos a terça parte que os de França, e isto bastou para que o Tratado se

O hino, enquanto estrutura, é produzido com a intenção de performance (em canto ou declamação) pública, acompanhado por música ou não. Ele possui uma forma mais simples, não dada a um expediente de complexidades progressivas, contendo em si uma variedade de gêneros de canções, como a gratulatória, a marcial ou a de ninar. Em um ambiente majoritariamente iletrado (cinquenta anos depois, no Censo de 1872, haveria uma taxa de 82,3% de pessoas que não sabiam ler ou escrever²⁸⁷), hinos e demais peças compostas para a performance permitem uma maior participação no espaço da comunidade poética, independentemente do nível de escolaridade. Sua articulação, dentro da lógica de absorção da nova linguagem política, cumpre também um papel didático, transmitindo ideias e conceitos. Esse uso da estrutura seria percebido, inclusive, por dom Pedro I, que musicou, com “pianno forte”, em 1824, o “Hymno imperial e constitucional”, baseado em letra de Evaristo da Veiga.²⁸⁸

“Exultai Pernambucanos!”, quando publicado originalmente em Pernambuco, circula em meio a uma polêmica – trata-se de uma resposta a um artigo, escrito por um luso-europeu, sobre o “sacrilégio” da criação de Cortes constitucionais na América portuguesa,²⁸⁹ em referência, ao decreto de 3 de junho de 1822, que “Manda convocar uma Assembléa Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Províncias do Brazil”.²⁹⁰ Sua republicação posterior no Rio de Janeiro, ao ligá-lo a “Não mais escravidam: oh Patria exulta!” e à independência, apaga esse contexto, sem causar, entretanto, prejuízos à compreensão:

Exultai Pernambucanos!
 Rompeu o Dia Immortal,
 Que aos Brasilianos
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam
 Colonial,
 Fugi ligeira
 Da Brasileira

²⁸⁷ FERRARO, Alceu Ravello. “Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?”. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 81, dez. 2002, p. 34.

²⁸⁸ “Annuncios”. *O Spectador Brasileiro*, n. 69, 15.12.1824, p. 4; e CARDOSO, Lino de Almeida. “Subsídios para a gênese da imprensa musical brasileira e para a história do *Hino da independência*, de Dom Pedro I”. *PER MUSI – Revista Acadêmica de Música*, n. 25, jan.-jun. 2012, pp. 39-48.

²⁸⁹ CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p. 232.

²⁹⁰ BRASIL. “Decreto de 3 de junho de 1822”. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresal1824/decreto-38942-3-junho-1822-568265-publicacaooriginal-91649-pe.html>. Acesso em 15.1.2023.

Constituiçam

O Pendam da Liberdade
 Surgiu do Brasil Austral:
 A Lisia oferece amisade
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, & c.

Quebrarem Povos briosos
 Tutella sempre fatal:
 Vai fazer-nos venturosos
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, & c.

Assomou o feliz turno,
 Que dos Climas de Cabral
 Faça o reino de Saturno
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, & c.

O Congresso Lusitano
 Cêdo nos dardeja o mal:
 Cumpre, que previna o damno
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, &c.

Embora nos mova guerra
 Esse Povo Liberal;
 Pode haver em nossa terra
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, &c.

Só nos prende livremente
 Ao Povo de Portugal
 Em o nosso Continente
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, &c.

Presida por annos mil
 Pomposa Festa annual,
 Quem deu ao Grande Brasil
 Hum Congresso Paternal.
 Escravidam, &c.²⁹¹

Há, nele, dois elementos centrais para o auxílio da memorização: o estribilho e a repetição de um mesmo verso final (“Hum Congresso Paternal”). O restante de sua estrutura, articulada em quadras (exceto pela quintilha da estrofe), traz rimas simples, mas é atenciosa, em uma construção rítmica coerente (por exemplo, o “Exulai Pernambucanos! / Rompeu [...]”, com a letra /u/ servindo de marcação). Sua abertura

²⁹¹ [PADILHA, José Marinho Falcão?]. “Exultai Pernambucanos!”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 10, 12.9.1822, p. 38.

direciona o hino ao seu público imediato, os pernambucanos, em uma invocação inicial comum à elaboração retórica desses objetos (como em “Ás Armas, Bons Brasileiros”,²⁹² “Valerosos Brasileiros”,²⁹³ ou “Valentes guerreiros”²⁹⁴), a *invocatio* clássica, encontrada em Horácio e de origem grega.²⁹⁵ Isso demonstra a existência de certo horizonte modelar para a feitura desses objetos, elaborado mais pela cópia do que pelo estabelecimento formal. Após, o tema do “Congresso Paternal” é afirmado, com a estrofe apresentando a ideia principal de que uma Constituição teria poder para romper com o colonialismo luso-europeu. Essa noção é reforçada ao longo da peça, com a adição de elementos que explicam a situação contextual (“O Congresso Lusitano / Cêdo nos dardeja o mal”). O único ponto em toda composição que apresenta um grau maior de intrincamento são os versos “Que dos Climas de Cabral / Faça o reino de Saturno”, em que o segundo remete à imagem latina de uma “Idade do Ouro perdida” que poderia vir a ser retomada, o “reino de Saturno”.²⁹⁶ Todavia, apesar de algum eventual estranhamento, a breve citação não causa danos à legibilidade da composição, sendo compreensível mesmo sem o conhecimento apropriado. Ela é fechada por outro elemento retórico, a *precatio*, uma pequena oração: “Presida por annos mil / Pomposa Festa annual, / Quem deu ao Grande Brasil / Hum Congresso Paternal”, igualmente presente em outras peças (“Basta já de soffrimento; / A tyrannos guerra, guerra; / A salvar a Patria Terra / Ás Armas Bons Brasileiros”,²⁹⁷ “Que minha debil voz, tomando forças, / Em nome do Brasil dizer eu possa; / = Protege-me o só Deos, Pedro me guarda; / Podem vir atacar-me. =”²⁹⁸).

A existência dos hinos altamente disseminada nos periódicos cria um problema grave para este estudo: por mais que sua função básica seja a de educar sobre eventos pertinentes, eles são objetos que existem no limiar entre o letrado e oral, objetos que, por seu caráter de canto ou declamação públicos, de performance, mobilizam o corpo para a ação (tal como pode ser entendido na *invocatio* e na *precatio*). Disso decorre uma questão capital, um outro modo de experimentar mais ligado à ação do que à observação. Dessa

²⁹² “Hymno. Patriotico brasilico”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 31, 7.10.1822, p. 122.

²⁹³ “Independencia, ou a morte. Glosa”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822, pp. 155-56.

²⁹⁴ “Hymno marcial”. *O Spectador Brasileiro*, n. 9, 17.7.1824, pp. 3-4.

²⁹⁵ ZARAMIAN, Alain. *The Hymn and the Hymnal in Horatian Lyric*. Tese de PhD. University of Texas at Austin, 2021, p. 9, 37.

²⁹⁶ AGNOLON, Alexandre. *A festa de Saturno: o Xênia e o Apoforeta de Marcial*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013, p. 62.

²⁹⁷ “Hymno. Patriotico brasilico”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 31, 7.10.1822, p. 122.

²⁹⁸ “Recitada em louvor do Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil, no Salão do Theatro da Cidade de S. Paulo, onde se juntarão os bons Brasileiros, para sahirem a cantar o Hymno no segundo dia da iluminação, pela faustissima noticia da Acclamação do mesmo Senhor, por hum verdadeiro Patriota”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, p. 60.

maneira, os hinos poderiam vir a estabelecer uma ruptura no estado da experiência que trabalhei até agora, caso não permanecessem, em seus temas, no campo gravitacional inescapável da defesa do Estado e de seus mecanismos organizacionais, como visto em “Exultai Pernambucanos!”. Por mais que haja o chamado à ação, por mais que o corpo em performance se mobilize, o hino ainda assim não será capaz de fugir do panorama, que atua, em sentido disciplinar, para o enfraquecimento da contradição do agir e do observar como mecanismos de experiência (devo apontar que, fora dos periódicos, eles aparentam guardar um caráter de insubordinação, já que há relatos de pessoas presas por cantá-los;²⁹⁹ isso, porém, supera os limites do meu atual estudo).

Pouco menos de três anos depois, o hino surgirá, no *Diario Fluminense*, em julho de 1825, tão racionalizado quanto as odes que frequentam a mesma folha. A composição, feita na província Cisplatina, intitulada “Hymno ao Imperador” (fig. 9), assinada por Firmino Guedes Monteiro e datada de 29 de junho do mesmo ano, é precedida por uma nota do redator do periódico, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães.³⁰⁰ Nela, ele explica que o conflito armado que lá ocorria estava em vias de resolvido pelo “Batalhão do Imperador e de Granadeiros”, que apreendera armamentos e embarcações do “inimigo”, esperando ele que a “desordem dos revolucionarios muito breve se acabará”. A região, anexada à América portuguesa em 1821, depois de uma década de avanços militares, era um barril de pólvora, sobretudo em decorrência da escalada de hostilidades a partir do fim de 1822.³⁰¹ Após a nota, há uma carta de Monteiro, que assina como “Hum Brasileiro Cisplatino”, em que ele afirma que o “Hymno [...] não he composto de hyperbolicas expressões; porém o seu ingênuo estilo, não deixa de manifestar o muito que tem de admiravel o grande espirito do nosso invicto Cezar!” – o que confirma minha hipótese de o hino ser uma elaboração formal mais simples, “ingênu[a]”. Sigo, portanto, à peça:

Fig. 9 – Página de *Diario Fluminense* (v. 6, n. 17, 20.7.1825, p. 66), com a peça “Hymno ao Imperador”.

²⁹⁹ SLEMIAN, Andréa, 2006, op. cit., p. 154.

³⁰⁰ “Artigos não officiaes. Provincia Cisplatina”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 17, 20.7.1825, pp. 65-66.

³⁰¹ NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2015, p. 542 e seguintes.

(66)

dia 22 do mez proximo passado havia entrado na Praça de Monte Vidéo o Coronel Bomba, com seus filhos, 5 Officiaes, e 6 Soldados, que estavam retidos presos por Fructuoso Rivera, e que se puderão evadir á sua vigilancia; que o Tenente Coronel Queiroz, que havia seguido o partido de Rivera, e que sitiava a Praça da Colonia com 200 homens, conhecendo seu erro, se havia recolhido á nossa Praça de Monte Vidéo, trazendo consigo a maior parte da sua gente, muito armamento, e munições, ficando assim livre aquella Praça do flagelo que a atormentava; que a nossa Esquadra tem em não pequena parte contribuido para o bom exito da questão, a qual havia já apprehendido ao inimigo muito armamento, huma boa Escuna que o andava conduzindo, e outras embarcações miudas; que muito encorajou os animos a chegada da expedição, assim como os socorros numerarios, que S. M. I. Se Dignou Mandar; que havia grande abundancia de mantimentos, sendo a tropa bem fornecida, e conservando-se a carne fresca a 500 rs. a arroba; consta-nos ser tal a abundancia, que as auctoridades d'ali pedem se suste a continuação da remessa de mantimentos. Vimos varias cartas que confirmão quanto asseveramos, e entre ellas diz huma o seguinte — Julgo que esta desordem dos revolucionarios muito breve se acabará; porque a rapidez da expedição, que na verdade he a mais breve possivel, os tem admirado, e a tormentado, como elles mesmos confessão, e ser muito boa a tropa.

Huma prova do enthusiasmo dos habitantes de Monte Vidéo he o Hymno que ali foi cantado, e que nos foi remettido com a seguinte carta.

Queira V. m. admittir no seu Diario os sentimentos d'hum Brasileiro Portuguez que transportado a hum eminente grão de admiração, vê com fictos olhos a rapida marcha da grandeza do Imperio nas gloriosas acções do seu Imperador!

O Hymno (cuja composição de voz tambem vai incluso) não he composto de hyperbolicas expressões: porém o seu ingenuo estillo, não deixa de manifestar o muito que tem de admiravel o grande espirito do nosso invicto Cezar! Eu ficaria contente se merecesse electrizar os corações Brasileiros, com seu armonioso canto. Exultando-nos na feliz Memoria deste Heróe Augusto, que tanto faz brilhar as suas fadigas.

Deos Guarde a V. m., muitos annos, como lhe dezeja. — *Hum Brasileiro Civ'patino.*

Monte Vidéo 10 de Julho de 1825.

Hymno ao Imperador.

*Demonios infernaes negros e ardentes,
Cometerão com Vosco, e não duvido
Que vencedor Vos fação; e não vencido.*
L. C. X.

Oh! Nação venturosa
Do Solo Brasileiro!
Que a joia tens preciosa,
Do Grande Pedro Primeiro!!!
POR VO'S (diz) EU FICO.
Sua presença
Só, sem detença
Te faz brilhar.

Coro.

*Oh! Povo Brasileiro (Povo)
Viva o Imperador!..... Viva.
Viva Pedro Primeiro!..... Viva.
Viva o nosso Defensor!..... Viva.*

Scintilla de pollo a pollo!
No especioso das Zonas;
Resplandece como Apollo,
Do Prata ao Amazonas!

Com gentil garbo,
Com abros olhos!
Os Denagogos,
Vai aterrar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Esquadras e Exercitos,
Estão prontos a marchar;
A castigar os procellitos;
Huns por terra outros por mar.
Mas sua bondade
Não lhe permitte,
Não lhes evite
Lhes perdoar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Tudo o vê, tudo presença,
; O Bravo Imperador!!
Foje a mascara a nuvem densa,
A' vista deste Inspector!
Obra milagres!
O fucturo predice!
A mesma velhice!!!
Faz remoçar!

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

A hypocrisia algemada,
; Jaz em profundo Averno!
Elle abate a esfuimada!
E lhe jura odio eterno!
Grandes e sabios,
Ricos, peregrinos;
Os mesmos meninos
Vão lhe fallar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

; Soberanos do velho mundo!
Viude ao novo aprender,
; Vede a Pedro sem segundo!!!
Seus deveres preencher.
Viude adora-lo
Nações do globo!
Prostai-vos Povo!
E culto lhe dar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Vede quão Sabios e justos
Seus Decretos são librados:
Se de Heróes temos os Bustos,
Memorias d'antepassados;
Pedro he o Grande!
Nada mais valle!
Tudo se deve,
Já derrubar!!!

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Offerecida á lealdade Brasileira por *Filipe*
Guedes Monteiro.

Monte Video Junho 29 de 1825.

*Demonios infernaes negros e ardentes,
Cometerão com Vosco, e não duvido
Que vencedor Vos fação; e não vencido.*
L. C. X.

Oh! Nação venturiosa
Do Solo Brasileiro!
Que a joia tens preciosa,
Do Grande Pedro Primeiro!!!
POR VOS (diz) EU FICO.
Sua presença
Só, sem detença
Te faz brilhar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro (Povo)
Viva o Imperador!..... Viva.
Viva Pedro Primeiro!..... Viva.
Viva o nosso Defensor!..... Viva.

Scintilla de pollo a pollo!
No especioso das Zonas;
Resplandece como Apollo,
Do Prata ao Amazonas!
Com gentil garbo,
Com vibros olhos!
Os Demagogos,
Vai aterrar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Esquadras e Exercitos,
Estão prontos a marchar;
A castigar os procellitos;
Huns por terra outros por mar.
Mas sua bondade
Não lhe permite,
Não lhes evite
Lhes perdoar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Tudo o vê, tudo presença,
O Bravo Imperador!!
Foje a mascara a nuvem densa,
Á vista deste Inspector!
Obra milagres!
O futuro predice!
A mesma velhice!!!
Faz remoçar!

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

A hypocrisia algemada,
Jaz em profundo Averno!
Elle abate a esfumada!

E lhe jura odio eterno!
 Grandes e sabios,
 Ricos, peregrinos;
 Os mesmos meninos
 Vão lhe fallar.

Coro.
Oh! Povo Brasileiro &c.

Soberanos do velho mundo!
 Vinde ao novo aprender,
 Vede a Pedro sem segundo!!!
 Seus deveres preencher.
 Vinde adora-lo
 Nações do globo!
 Prostai-vos Povo!
 E culto lhe dar.

Coro.
Oh! Povo Brasileiro &c.

Vede quão Sabios e justos
 Seus Decretos são librados;
 Se de Heróes temos os Bustos,
 Memorias d'antepassados;
 Pedro he o Grande!
 Nada mais valle!
 Tudo se deve,
 Ja derrubar!!!

Coro.
*Oh! Povo Brasileiro &c.*³⁰²

A epígrafe, incomum aos outros hinos presentes na coleção e retirada do capítulo dez de *Os Lusíadas*, de Camões, busca atrair o objeto para o universo letrado, como se o produtor estivesse desconfortável em trabalhar em uma composição que será performada e oralizada. A separação das oitavas, organizadas em versos cujas métricas variam entre quatro e oito sílabas, em duas quadras, fora utilizada anteriormente.³⁰³ Após a tradicional *invocatio*, feita à “Nação venturiosa / Do Solo Brasileiro”, há a marcação explícita das três vozes autorizadas a falar: aquele que canta (ao qual é indicado, na primeira estrofe, um momento em que deve parar de cantar para dizer), o “coro” e o “povo” (ao qual é permitido dar apenas seus vivas). Essa separação guarda em si algo de hierárquico, de uma divisão pragmática do poder. Quem canta performa a autoridade; o coro, a ordem (uma vez que ele é responsável por declamar o objeto dos vivas, dom Pedro I, “Imperador” e “Defensor”); o povo, a obediência. Essa peça, em seu esquematismo, suspende a contradição da experiência. Mais do que apoiar a estratégia bélica do Império

³⁰² MONTEIRO, Firmino Guedes. “Hymno ao Imperador”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 17, 20.7.1825, p. 66.

³⁰³ “Hymno. Patriotico brasilico”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 31, 7.10.1822, p. 122.

do Brasil contra os insurgentes cisplatinos, representada pelas “Esquadras e Exercitos, / [...] prontos a marchar”, ela rejeita a liberdade da performance e do canto aberto, impondo um modelo rígido – em “Exultai Pernambucanos!”, qualquer um poderia cantar; aqui, há um conjunto de regras que limitam o aval. Desse modo, torna-se algo sistematizado, encaixado nos planos gerais da poética letrada.

Essa conclusão, entretanto, não é nova, já que parte ela do caráter da estrutura ainda no Antigo Regime. Nove anos antes, publica-se, em Lisboa, o “Hymno que o Quarto Batalhão dos Voluntarios Reaes do Principe cantou a bordo da Náo Vasco da Gama”,³⁰⁴ elaborado em onze quadras e um estribilho de também quatro versos. Explica seu editor que esse “Hymno Gratulatorio”,³⁰⁵ composto por Duarte Cardozo de Sá, capitão da sétima companhia do batalhão, fora enviado do Rio de Janeiro, “em honra do leal e valoroso Corpo dos VOLUNTARIOS REAES DO PRINCIPE”.³⁰⁶ Como o título da peça evidencia, ela detém um caráter pontual, localizado no tempo e no espaço, com um conjunto de vozes específicas que a podem cantar, os militares. Apesar de essa marcação não estar explícita, ela é reafirmada no estribilho: “Os Vossos Soldados, / Excelso JOÃO, / Unidos a Vós, / Por Vós morrerãõ”.³⁰⁷ Coincidência ou não, o texto do editor, em 1816, se refere ao mesmo capítulo dez de *Os Lusíadas*, que caracteriza “a Lealdade Portugueza em vista de heroicidades semelhantes”,³⁰⁸ do qual virá a epígrafe de “Hymno ao Imperador”. Desses modos, Monteiro, para ajustar a contradição das experiências, lança mão, em seu hino, de expedientes da elaboração formal do Antigo Regime (por mais que esteja honrando o “Grande Pedro Primeiro”), avançando-os, porém, ainda mais.

4.1 O fundo do poço

Inicialmente, há, como apresentei, duas maneiras de compor um hino, de acordo com a coleção que apresento. Na primeira, os papéis não são definidos, o canto é aberto, o que gera o mecanismo, enfraquecido via o tema, da contradição entre ação do corpo e observação intelectual; na segunda, vinda do Antigo Regime, a performance é restrita,

³⁰⁴ *Hymno que o Quarto Batalhão dos Voluntarios Reaes do Principe cantou a bordo da Náo Vasco da Gama, no dia 31 de março de 1816, Na ocasião em que ELREI Nosso Senhor lhes fez a honra na sua chegada de passar junto da mesma Náo.* Lisboa: Impressão Regia, 1816.

³⁰⁵ Idem, p. 3.

³⁰⁶ Idem, ibidem.

³⁰⁷ Idem, p. 2.

³⁰⁸ Idem, p. 3.

com posições bem demarcadas e ordenadas, dando fim à contradição. Em ambas, portanto, os modos do corpo são o nexo.

Nos sonetos e estruturas longas que analisei neste estudo até agora, não há afetos ou conflitos corpóreos, sexualidade, nenhum tipo de envolvimento da carne (exceto em “Eis dos Mausoléos silencio horrendo”, que, como discuti, é uma composição estranha ao conjunto por sua aparência apolítica). Visto desse modo, o processo iniciado em 1820 se pretende profundamente mental. Entretanto, desde a ausência física de dom João IV no espaço luso-europeu, um dos catalizadores da Revolução Liberal do Porto, e a permanência de dom Pedro I na luso-América, passando pelas mobilizações populares nas praças do Rio de Janeiro (tranquilas em janeiro de 1821; violentas em abril do mesmo ano) e chegando ao extremo das guerras civis nas províncias da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina³⁰⁹ e na Confederação do Equador, diferentes corpos estabelecem meios de atuação para além da experiência observacional. O uso da violência por parte do Estado é, de maneira notável, uma ferramenta de organização jurídica no período³¹⁰ – esse sentido é explicitado no massacre do navio Palhaço, quando, em abril de 1823, no Pará, mais de 250 detentos são deixados para morrer por desidratação no porão da embarcação durante um motim.³¹¹ A filosofia política não necessariamente se confunde com a filosofia geral. Como afirma José Carvalho da Silva, ao comentar uma revolta particularmente “cruel, sanguinaria, e inaudita”,³¹² ocorrida na vila de Santos, na província de São Paulo, em junho de 1821, “quanto mais se vive mais se ve, e Cousas as mais estranhas, e inesperadas”.³¹³ A experiência, pelo seu caráter de definição rudimentar, não é capaz de absorver todas as possibilidades “estranhas, e inesperadas” que a realidade apresenta, de lidar com todos os fenômenos, sobretudo quando a ação a supera.

O corpo, suas ações e paixões, como fatores que ultrapassam os limites da observação, eram, desde os anos 1730, analisados, no espaço luso-europeu, por um viés que buscava meios de “medir, controlar e conduzir os indivíduos, torna-los úteis e dóceis”.³¹⁴ Na altura do decênio de 1750, os transgressores da lei, antes vistos como pecadores, começaram a ganhar tratamento de doentes somáticos, com a medicina e o

³⁰⁹ NETO, Helio Franchini, 2015, op. cit.

³¹⁰ SLEMIAN, Andréa, 2009, op. cit., p. 39.

³¹¹ SOUZA, Iara Lis Carvalho, 1999, op. cit., p. 159.

³¹² SILVA, José Carvalho da. Folheto sem título. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821, sem página.

³¹³ Idem.

³¹⁴ VILELA, Eugénia. “Do uso legítimo das emoções: apontamentos sobre a literatura pedagógica e higiênica setecentista em Portugal”. *MEDIAEVALIA: Textos e Estudos*, n. 17-18, 2000, p. 198.

higienismo se aproximando da governança do Estado para agir sobre a sociedade.³¹⁵ Essa disciplinarização, amparada sob o sentido do corpo-máquina (“um conjunto de tubulações feitas de canos e vasos, que continham e canalizavam os líquidos corporais”³¹⁶), permanece no universo das escolas médicas cariocas fundadas no fim da década de 1800.³¹⁷ Dessa maneira, a ação descontrolada dos corpos na vida política após 1820 e na violência das guerras é um risco duplo, tanto ao andamento social ordenado, quanto ao próprio estatuto científico. O corpo cantante que performa o hino na arena pública deve, assim, passar por um regime de disciplina, o qual pode emanar da construção formal da estrutura (como nos casos do “Hymno que o Quarto Batalhão dos Voluntarios Reaes do Principe cantou a bordo da Náo Vasco da Gama” e dos posteriores “Hymno ao Imperador” e “Hymno Marcial ás Tropas Brasileiras, em expedição para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande”, circulado no *Diario Fluminense* em novembro de 1825,³¹⁸ que utiliza a primeira pessoa do plural, “nós”, localizada no tempo e no espaço, de maneira semelhante à composição de 1816), ou do aparato temático (como em “Exultai Pernambucanos!”). Todavia, identifico, na coleção, outras duas estratégias para a efetivação da disciplina.

Anônimo, o “Hymno marcial” (fig. 10) foi impresso em *O Spectador Brasileiro* em julho de 1824:

Fig. 10 – Página de *O Spectador Brasileiro* (n. 9, 17.7.1824, p. 3), com a peça “Hymno marcial”. A composição continua na página seguinte.

³¹⁵ EDLER, Flavio Coelho; FREITAS, Ricardo Cabral de. “O ‘imperscrutável vínculo’: corpo e alma na medicina lusitana setecentista”. *Varia Historia*, v. 29, n. 250, maio-ago. 2013, p. 440, 451-52.

³¹⁶ ABREU, Jean Luiz Neves. “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 96.

³¹⁷ MEIRELLES, Juliana Gesuelli. “Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (séc. XVIII-XIX)”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, jun. 2017, p. 151.

³¹⁸ “Hymno Marcial ás Tropas Brasileiras, em expedição para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 121, 23.11.1825, pp. 489-90. Publicado no mesmo dia em *O Spectador Brasileiro* (“Hymno Marcial ás Tropas Brasileiras, em expedição para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande”. *O Spectador Brasileiro*, n. 203, 23.11.1825, pp. 3-4). Peças não transcritas nesta dissertação.

(3)

derá hum habil Chefe communicar o mesmo impulso a corpos, cuja maneira de execucao seja diversa. Assim como em todas as Artes e sciencias existem principios certos e elementares, que devem saber-se de cor; assim na arte militar muito convem, que os militares tragão na ponta do dedo, e saibaão rotineira e automaticamente os movimentos correspondentes aos mandamentos das manobras elementares. Sempre a mesma pratica não alterada, fará que o soldado habituado, execute seus movimentos em fogo, na frente do inimigo, com a mesma apparencia de sangue frio, que em huma parada. Em accão o estado de duvida sobre os seus deveres ou maneira de os desempenhar faria, que o mais intrepido militar parecesse cobarde em quanto hesita sobre a execucao. He pois para fixar os conhecimentos de meus camaradas, e poupar-lhes o tempo, que gastariaõ por huma enfadonha rotina em aprender, o que devem primeiro decorar e praticar depois; que lhes annunciemos, e offereçemos a reimpressão do Cathecismo de Galhano (com alguns acrescentamentos) em que com toda clareza se expõem -- os deveres dos Officiaes commandantes dos pelotões; os dos Sargentos Cerra-fila, e Supranumerarios, e a maneira de provar hum regimento; ou Batalhaõ, para revista geral, ou exercicio particular -- conhecimentos estes que o nosso exercito actualmente pratica por tradiçaõ, que pôde ser viciada, sem que tenhaõ instrucções certas, á que se liguem.

O preço da brochura em bom papel será de 640 reis: e não será impressa sem hum sufficiente numero de assignaturas em caza de Mr. P. Plancher, Rua do Ouvidor; e na loja de Livros Rua da Quitanda, esquina da de S. Pedro.

Zeloso de merecer mais a mais a confiança que o Ilustre Publico nos tem concedido, nos empenhamos a inserir no *SPECTADOR Ephemérides Brasileiras*, principiando dos primeiros tempos da monarchia Portugueza. Nós continuaremos esses *Ephemérides*, e nossos Subscriptores terão a vantagem de ter a Historia do seu país no *SPECTADOR BRASILEIRO*.

ÉPHÉMÉRIDES BRÉSILIENNES.

PREMIER ARTICLE.

Origine et Progrès de la Monarchie Portugaise en 1139.

Découvertes et conquêtes des Portugais en Afrique et dans l'Inde, en 1499.

Bataille du champ d'Ourique; les états de Portugal assemblés à Lamego, confirmèrent à D. Alphonse Henrique le titre de Roi, qu'il ne tenait que de saur armée. Emmanuel, dit le Grand, petit-fils d'Edouard, monte sur le trône au défaut d'enfant légitime de Jean II en 1495. Ici commence le siècle de rigueur de Portugal. Doué des plus belles qualités, il se montra de bonne heure l'ami des arts, le protecteur de la navigation, le père de son peuple, et ne se pénétra de la gloire de ses prédecesseurs, que pour ajouter de plus en plus à la splendeur du trône et à la prospérité de la nation. Il tint d'abord des conseils frégates pour réformer les abus, pour tracer un plan général de gouvernement, et pour s'occuper des nouvelles découvertes. Quelques considérations d'une timide politique, quelques restes de ces préjugés que les premiers succès avoient attaqués puissamment, seules les détruire tout à fait, balancèrent d'abord les élans du génie d'Emmanuel, et semblèrent même obtenir une sorte de prépondérance à la quelle eût pu céder tout autre que le petit-fils d'Edouard. Mais après de plus mûres délibérations, rien n'arrêta plus le monarque; et il fut décidé qu'on s'ouvrait la route des Grandes-Indes par l'Océan occidental, conformément aux plans déjà conçus. Une flotte de quarante vaisseaux est confiée au commandement de Vasco da Gama, d'une maison illustre du Portugal; il part en 1497, avec des instructions rédigées par Emmanuel même. Le cap Das Tormentas ou des Tempêtes reconnu onze ans auparavant, avait présenté la possibilité d'un passage dans l'Océan indien, et avait reçu dès-lors le nom de cap de Bonne-Espérance, que Gama devait justifier.

HYMNO MARCIAL.

Valentes guerreiros.
Que a Pátria buscais,
E as Armas alçais
A novo esplendor.

Mostremos no Mundo
Benvara, Energia,
A Patria confia
No nosso valor.

Oh vós, que nos clamores
Da Patria correstes,
E nada temestes
No Heroico fervor,

Mostremos no Mundo etc.

E vós, que seguído
As novas Bandeiras,
Antigas fileiras
Deixastes sem dor.

Mostremos no Mundo etc.

Ouvi de Bellona
O grito que entoa:
Ao longe já são
Da Guerra o fragor.

Mostremos no Mundo etc.

Valentes guerreiros,
 Que a Fama buscais,
 E as armas alçais
 A novo esplendor.

Mostremos ao Mundo
 Bravura, Energia,
 A Patria confia
 No nosso valor.

Oh vós, que aos clamores
 Da Patria correstes,
 E nada temestes
 No Heroico fervor,

Mostremos ao Mundo etc.

E vós, que seguindo
 As novas Bandeiras,
 Antigas fileiras
 Deixastes sem dor.

Mostremos ao Mundo etc.

Ouvi de Bellona
 O grito que entoa;
 Ao longe já sòa
 Da Guerra o fragor.

Mostremos ao Mundo etc.

Se vive na Fama
 Da Heroes a Memoria,
 Salvou-os a Gloria
 Do Tempo ao furor.

Mostremos ao Mundo etc.

Que horror nos combates!
 Que p'rigos no assalto!
 Mas falla mais alto
 O bellico ardor

Mostremos ao Mundo etc.

Os Chefes zelosos
 Vos vão excitando;
 Marchai a seu mando,
 Sem susto, ou temor.

Mostremos ao Mundo etc.

Fiel disciplina
 De Marte he divisa,
 Seguir-se precisa

A voz sup'rior.

Mostremos ao Mundo etc.

Do Principe augusto
A Mão paternal
Quiz ser liberal
Em vosso favor.

Mostremos ao Mundo etc.

Nos peitos honrados
Com zelo fervente
Ao nosso Regente
Guardai vivo amor.

Mostremos ao Mundo etc.

Em vós, oh Guerreiros,
A Patria descança;
Da sua esperança
Vós sois o penhor.

Mostremos ao Mundo etc.

Por vós não receia
Inimigos alphanes,
Nem teme as phalanges
De injusto oppresor.

Mostremos ao Mundo etc.

Corramos a Gloria,
Que assim nos convida;
Mais vale a vida
Da Patria o Louvor.

Mostremos ao Mundo etc.

Da Esposa, e dos filhos
Quem guarda o direito,
Não teme o seu peito
Aos tiros expor

Mostremos ao Mundo etc.³¹⁹

Composto de catorze quadras e um estribilho formados por sextilhas, em um esquema de rimas finais ABBC com variações sonoras entre as estrofes, o hino utiliza a segunda pessoa do plural, “vós”, para elaborar seu canto direcionado aos “Valentes guerreiros”. É uma peça, portanto, produzida para que o corpo civil que o performa

³¹⁹ “Hymno marcial”. *O Spectador Brasileiro*, n. 9, 17.7.1824, pp. 3-4.

mobilize o corpo militar que o ouve, em uma ação cuja intenção é a de fomentar outra. Ela trabalha com a noção de experiência nos versos “Mostremos ao Mundo / Bravura, Energia”, apresentando não uma observação, mas um desejo de ser observado (algo também presente em “Hymno ao Imperador”, nos versos “Soberanos do velho mundo! / Vinde ao novo aprender, / Vede a Pedro sem segundo!!!”).

Nem em seu título, em seu discurso ou na edição do periódico em que o hino está inserido é possível aferir com segurança o contexto específico de produção – no momento de sua publicação, há tropas em alerta em teatros que vão de Pernambuco à Cisplatina, fora a possível invasão do Império Português (referida, talvez, nos versos “E vós, que seguindo / As novas Bandeiras, / Antigas fileiras / Deixastes sem dor” e “Nem teme as falanges / De injusto opressor”, e objetivamente falada em dois hinos semelhantes, saídos dias depois no *Diario Fluminense*³²⁰). Desse modo, ele parece ser direcionado ao Exército como um todo. Há, nele, também, a presença de divindades da guerra romanas e gregas (“Ouvi de Bellona” e “Fiel disciplina / De Marte he divisa”). O corpo, como tema, surge apenas na *precatio*, que afirma que os militares “não teme[m] o seu peito / Aos tiros expor”, sendo elaborado, portanto, de maneira tão imbuída de disciplina que aceita a própria morte para cumprir o objetivo.

Sobre essa questão, a edição da folha traz, pouco antes da composição, um breve artigo sobre “Arte militar”.³²¹ O texto, uma espécie de material publicitário, pois anuncia a venda de uma reimpressão de certo “Cathecismo de Galhano (com alguns accrescentamentos)”,³²² afirma que

para uniformidade, isochroneidade, e regularidade de movimentos, e execução de hum corpo de tropas manobrando couza alguma contribue mais, do que a sciencia certa que cada militar deve ter suas funções e deveres em fórma. Em vão pertenderá hum habil Chefe communicar o mesmo impulso a corpos, cuja maneira de execução seja diversa. Assim como em todas as Artes e sciencias existem principios certos e elementares, que devem saber-se de cór; assim na arte militar muito convem, que os militares trágaõ na ponta do dedo, e saibaõ rotineira e automaticamente os movimentos correspondentes aos mandamentos das manobras elementares. Sempre a mesma pratica não alterada, fará que o soldado habituado, execute seus movimentos em fogo, na frente do inimigo, com a mesma apparencia de sangue frio, que em huma parada.³²³

³²⁰ “Portugal em fim/Debalde se aprestão”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 19, 22.7.1824, pp. 81-82. Peças não transcritas nesta dissertação.

³²¹ “Arte militar”. *O Spectador Brasileiro*, n. 9, 17.7.1824, pp. 2-3.

³²² *Idem*, p. 3.

³²³ *Idem*, pp. 2-3.

Assim, o corpo individual é submetido a um corpo coletivo, o qual deve seguir “uniformidade, isochroneidade, e regularidade de movimentos”. Todavia, indivíduo e coletivo são categorias complementares, uma vez que é aquele que puxará o gatilho, que deverá, nesse momento, ter a mesma aparência “de sangue frio, que em huma parada”. Para isso, o corpo geral deve ser disciplinado pelo “habil Chefe”, com os “principios certos e elementares, que devem saber-se de cór”. Essa noção, quando lida em conjunto com o hino, cria um circuito complexo: o corpo civil canta ao corpo individual militar submetido ao corpo coletivo, que depende do corpo individual para proteger o corpo civil. O aspecto disciplinar, desse modo, sabota a relação entre ação e observação em seu benefício, já que o cantor vem a se tornar uma peça no jogo bélico. Essa manipulação gera o desejo de ser observado, de se transformar em fonte da experiência. Em última instância, é a relação disciplinar entre corpos individual e coletivo que se fundamenta como cerne dos hinos. Quem canta performa para um grupo, intenciona a mobilização, por meio da sua própria, dos outros. A contradição entre agir e observar é um efeito colateral, não nuclear, indesejado – por essa razão que ela é suspendida, enfraquecida, sabotada, manipulada.

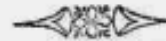
Há outra peça que, entretanto, sequer permite que ela exista. O anônimo “Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos” (fig. 11), publicado em *O Volantim* em outubro de 1822, poucos dias antes da coroação do imperador, declara de jeito explícito sua intenção de ser performado em local privado, por pertencer a um gênero bastante ignorado (a canção de ninar) e por seu tipo de tratamento do corpo:

Fig. 11 – Página de *O Volantim. Periodico Diario* (n. 34, 10.10.1822, p. 134), com a peça “Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos”. A composição continua na página seguinte.

dito Capitão mór Estacio de Sá, por bem do poder, e faculdade dada aos Capitães mores Governadores do Brasil no Alvará de 20 de Novembro de 1530 a primeira Sesmaria de legoa e meia em quadro, para pastos, rocios, culturas, e logradouros da mesma Cidade em proveito commum dos seus povoadores, e dos que ao diante viessem, sem foro nem penção alguma, além do Dizimo a Deos, fora com tudo augmentada ao depois na era de 1567 pelo Governador General Mendo de Sá áquella primordial concessão com mais 6 legoas em quadra debaixo das mesmas condições com que fora concedida a primeira, como se prova da propria carta a fol. 24 nas palavras = E lhe mandou o dito Governador ser feita esta carta, pela qual manda que por ella elles moradores, e povoadores hajão toda a posse, e senhorio das ditas terras do dito Conselho e terreno para todo sempre para elles e seus successores, e os que ao diante vierem, sem outro nenhum foro, ou tributo, e somente Dizimo a Deos = Que tomando posse das ditas Sesmarias para os indicados fins, e debaixo das condições nellas expressadas, os povoadores então existentes por, si, e pelos que ao diante fossem, pela intervenção de João Proté como Procurador da Cidade; se conservaram na mania e pacifica posse, do uso fructo das ditas terras sem alteração de suas condições até á era de 1659, que sendo as mesmas Sesmarias confirmadas successivamente por confirmações Regias, em todos os tempos até ao presente, pelo dito Senhor, sem penção, foro, nem encargo algum além do Dizimo ao Gram-Mestrado da Ordem de Christo, forão contudo os authors e mais moradores desta Cidade desde aquelle tempo, em que se ve feito pela Camara o primeiro contracto de enfiteuze a Pero Mendes, privados dos beneficios daquellas livres, e isentas concessões, e mesmo da natureza de semelhançes terrenos concedidos ás Cidades, e Villas para o commum uso dos seus habitantes pelos referidos officiaes da Camara no oppressivo, e arbitrario procedimento, que praticarão de estabelecer imposições, e foros nas terras, que concedido, tanto para edificação da Cidade, como para a Agricultura, com manifesta falta de guarda da Lei do Reino liv. IV. Tit. 43, parraf. 11, e muito além do seu Regimento da sua authoridade, e do Foral dado na mesma Ley do Reino,

pois acha-se cumpridamente provado destes autos concernentes, que se juntarão a fol. 118, e 120, e até 165, as imposições, foros, e arrendamentos innovados que a Camara fizera a seu arbitrio de facto, e com constrangimento dos moradores nas concessões, e repartições das sobreditas terras comprehendidas naquellas duas Sesmarias, dadas e concedidas livremente para rocio, pastos, cultura, e logradouro desta Cidade, concessões, que ainda que não tivessem as expressas condições de não soffrerem penção alguma bastava que se considerasse, que erão terras incultas, e maninhas, destinadas ao publico uso, e commum dos moradores da dita Cidade, para se não poderem distribuir pela Camara, senão por Sesmarias, da mesma maneira, que ellas existião antes sem penção, ou imposto algum na conformidade da citada Ley do Reyno, parraf. 13.

(Continuar-se-ha.)



H Y M N O

Para tantavem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos.

Acalanta-te, oh menino,
Dorme já para crescer;
O Brasil precisa filhos,
Independencia, ou Mórter.

Cresce oh! filho da minha alma
Para a Patria defender;
O Brasil já tem jurado
Independencia, ou Mórter.

Dos tirannos oppressores
Já não has de escravo ser;
De-nos PEDRO a Liberdade,
Independencia, ou Mórter.

Teu pai, a quem os tirannos
Tanto fizerão soffrer,
Te inspire contra o seu jugo
Independencia, ou Mórter.

Acalanta-te, oh menino,
 Dorme já para crescer,
 O Brasil precisa filhos,
 Independencia, ou Morrer.

Cresce oh! filho da minha alma
 Para a Patria defender;
 O Brasil ja tem jurado
 Independencia, ou Morrer.

Dos tirannos oppressores
 Já não has de escravo ser;
 Deo-nos PEDRO a Liberdade,
 Independencia, ou Morrer.

Teu pai, a quem os tirannos
 Tanto fizerão soffrer,
 Te inspire contra o seu jugo
 Independencia, ou Morrer.

Vai vigorando os pésinhos,
 Começa a desenvolver
 Os bracinhos para as Armas,
 Independencia, ou Morrer.

Pelo leite que te alenta,
 Dado com tanto prazer,
 Jurarás servir á Patria,
 Independencia, ou Morrer.

Vai crescendo, oh! meu menino
 Já disposto a combater;
 Aprende a dizer, meu filho,
 Independencia, ou Morrer.

Aprende de pequenino
 O teu sagrado dever,
 Amar ao Imperador,
 Independencia, ou Morrer.

O Descanço os bens da vida
 He gloria tudo perder;
 Pela Santa Liberdade
 Independencia, ou Morrer.

Antes das primeiras letras
 Deves menino saber
 Esta Sagrada doutrina;
 Independencia, ou Morrer.

Segue os briosos dictames,
 Que a cara Patria te dar;
 Présa a morte, mais que os ferros
 Independencia, ou Morrer.

As meninas Brasileiras
 Por exemplar devem ter,
 CAROLINA IMPERATRIZ
 Independencia, ou Morrer.

Tenros meninos em PEDRO
 O Seu modelo hão de ver;
 Seu amor lhe grite n'alma
 Independencia, ou Morrer.

Pelo nosso IMPERADOR,
 Para a seu mando vencer,
 Este filho he já Soldado
 Independencia, ou Morrer.³²⁴

Em catorze quadras que tendem ao octossílabo, com um esquema de rimas finais ABCB, ele é direcionado a apenas uma pessoa, o “menino”, filho da “Senhora Brasileira” ou sob cuidado da “Ama” escravizada, que serão aquelas que irão performar a canção, em uma clara divisão dos papéis de gênero e raciais. Não há estribilho desenvolvido, apenas a repetição de uma frase: “Independencia, ou Morrer”. A contradição da experiência é invalidada de imediato, por não haver canto público. Seu chamado à ação, porém, é profundo.

A peça se inicia em tom neutro, com a mulher pedindo para a criança dormir, já que o “Brasil precisa filhos”, e crescer, para a “a Patria defender”. O corpo, então, entra em cena: “Vai vigorando os pésinhos, / Começa a desenvolver / Os bracinhos para as Armas”. O regime disciplinar aqui busca agir, desse modo, desde a infância, criando um aparato no qual a única função corporal de importância é “servir á Patria”. O surgimento do corpo, portanto, é para a negação de funções que não estejam circunscritas à atuação política, sobretudo por meio da violência, uma vez que “Este filho he já Soldado”. O corpo individual é dissolvido (seguindo, para os meninos, o modelo de Pedro e, para as meninas, o de Carolina) antes mesmo de se potencializar, desaparecido no mar dos corpos coletivos que servem o recente Império do Brasil. Ao contrário de “Hymno Marcial”, o indivíduo aqui está livre de qualquer agência, nem para seguir as ordens militares – ele não possui nenhuma opção, já que as suas únicas atividades são dormir e crescer, fixada pela formulação “Independencia, ou Morrer”, de sentido das coisas inconciliáveis.

A disciplina final é, dessa maneira, alcançada, ignorando os próprios princípios liberais e constitucionais, superando até as dimensões do Antigo Regime. Com isso, a

³²⁴ “Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 34, 10.10.1822, pp. 134-35.

experiência se esvazia, pois o sujeito desprovido de agência não pode observar. O que resta é apenas uma colossal fonte de poder, que esmaga e controla com força descomunal. Chegamos ao limite. Todavia, não há fundo de poço que não possa aumentar.

4.2 Depois do fundo do poço

“Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos” é seguido, em *O Volantim*, de uma série de anúncios. Alguns são sobre sabão e vinho, chácaras, documentos perdidos, livros. Outros são sobre pessoas:

Vendas.

1 Quem quiser comprar hum moleque muito esperto, e agil para hum pagem, dirija-se defronte do Convento da Ajuda [...].

2 Vende-se huma preta de 12 a 14 annos, de Nação Mosumbe, vinda pequena com a mãe, e vende-se por circunstancias que á vista se dirá [...].

6 Vende-se huma Negra de naçam Benguella, sem molestia alguma, nem defeitos conhecidos, superior lavadeira, cosinha o ordinario, faz compras para a caza, tambem vende quitanda, e he muito trabalhadeira. Vende-se por não querer servir sua senhora [...].

Alugueis.

8 Aluga-se huma preta muito boa costureira, engommadeira, e ensaboadeira, sem vicio algum, qualquer Senhora que a queira, não sendo para sahir á rua, diriga se é rua do Piolho n. 77. Na mesma casa tambem se aluga hum Preto muito habil, e sem vícios.

Ama de Leite.

9 Quem quiser alugar huma ama, vá a rua dos Invalidos hindo para mata cavallos [...]

Escravos Fugidos.

13 Quem achar hum preto por nome José, Nação Quilimane, ainda sem barba, cheio de corpo, estatura ordinaria, com hum signal de ferida no anteoelho, fugio ao dia 22 de Setembro, levou vestia e calças de pano azul, e colete de pano preto, e camisa de linho; quem delle souber leve-o a casa N. 110, na rua da Quitanda, que se darão boas alviçadas.

14 No dia 23 de corrente, na Praia dos Mineiros, perdeo-se hum Preto novo por nome Pedro, de nação Moçambique, quem delle souber fará o favor de por este diario annunciar a sua moradia, para se hir buscar o dito Preto, e juntamente pagar a despesa que se tiver feito; e por cujo obsequio se lhe o ficará muito obrigado.³²⁵

O corpo aqui, vendido ou alugado, é, ao contrário das composições do conjunto, elemento central. Suas características físicas (“ainda sem barba, cheio de corpo, estatura ordinaria, com hum signal de ferida no anteoelho”) e suas ações (cuidar, lavar, cozinhar, engomar, ensaboar, trabalhar) são descritas em minúcia. Ele, porém, não é passivo, investe contra o regime disciplinar (“Vende-se por não querer servir sua senhora”), foge, resiste contra a governança, não aceita o esvaziamento de sua experiência e de seu

³²⁵ *O Volantim. Periodico Diario*, n. 34, 10.10.1822, pp. 135-36.

agenciamento, toma decisões, mesmo sabendo das possíveis consequências. Essa atividade do corpo chega até mesmo à Assembleia Constituinte, tão cara a este estudo, quando um grupo de escravizados, liderado por Inácio Rodrigues, pede pela sua liberdade, requerimento negado por Dom Pedro I por violar a santidade da propriedade, mesmo diante da acusação de que a escravizadora, Águeda Caetana, estava os perseguindo.³²⁶ Rodrigues segue caso semelhante (e de mesmo desfecho) de um escravizado chamado Tomás, que, em torno da mesma época, apelou ao imperador.³²⁷ É, assim, o oposto do corpo absolutamente controlado pelo Estado observável na mencionada canção de ninar, da lógica sufocante entre indivíduo e coletivo, uma vez que ele se apresenta em uma busca recorrente pela sua própria liberdade. Em nível abstrativo, isso poderia explicar a ausência, na poesia deste conjunto, de qualquer referência, fora a “Ama”, à escravidão dos africanos – como se essa questão não fosse pedra de toque das sociedades luso-americanas e do Império do Brasil da época, como se ela não acompanhasse, muitas e muitas vezes, no mesmo periódico, as peças poéticas. Todavia, a violência do processo, por motivo ético, não permite abstração.

Pouco menos de dois anos depois, em julho de 1824, “Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos” é republicada em *O Spectador Brasileiro*,³²⁸ sem indicação de envio ou de motivo. Além de algumas alterações de ortografia e de pontuação, as únicas mudanças que cabem notar são a da estrofe “Teu pai, a quem os tiranos / Tanto fizerão soffrer, / Te inspire contra o seu jugo / Independencia, ou Morrer”, levada um pouco mais para o fim da composição (o que, de fato, deixa a peça mais bem organizada e me leva a acreditar que o próprio compositor quis vê-la mais uma vez impressa), e a renomeação para “Hymno para as Senhoras Brasileiras cantarem aos seus Meninos”. A opção pela exclusão da figura da “Ama” escravizada é indício de algo mais grave.

Comentei antes neste ensaio sobre a existência de silêncios e de espaços vazios na produção carioca do começo dos anos 1820, sobre sua relação com o ambiente pós-censura e com a arena pública conflituosos – porém, creio que isso não explique o sumiço da escravidão, já que ela não é um momento específico e nevrálgico do poder formalizado. Tampouco cabem aqui as soluções da hipótese de um domínio branco

³²⁶ RODRIGUES, Jaime. “Liberdade, humanidade e propriedade: os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 39, 1995, pp. 159-60, 166.

³²⁷ SLEMIAN, Andréa, 2006, op. cit., p. 163.

³²⁸ “Hymno para as Senhoras Brasileiras cantarem aos seus Meninos”. *O Spectador Brasileiro*, n. 8, 15.7.1824, pp. 5-6.

(afinal, mais da metade das peças são anônimas, tornando a avaliação racial dos produtores mera suposição³²⁹) ou dos parâmetros da arte poética da época. No século 18, quando os negros desaparecem das poesias luso-europeia e luso-americana,³³⁰ isso se deve, de acordo com estudos recentes, aos sentidos de verossimilhança e de configuração de espaço, noções particulares que se afastam da realidade social para permanecerem nos jogos retóricos do período.³³¹ Na coleção deste estudo, todavia, formada por fazedores de origens variadas, não é justo apurar um compartilhamento de um único e coeso modelo teórico de poesia.

A escravidão não é segredo sussurrado. Ela aparece nas artes visuais desde meados da década de 1810, com os estrangeiros Jean-Baptiste Debret, Thomas Ender e Johann Moritz Rugendas, Henry Chamberlain, entre outros,³³² com o primeiro enfrentando dilemas de fundo formal em seu choque com a realidade “impositiva e dissolvente” do trabalho forçado.³³³ Além disso, a escravidão está na arena pública luso-americana desde 1811, no *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, na esteira do décimo artigo do Tratado de Aliança e Amizade, firmado no ano anterior entre os impérios Português e Britânico, que institui uma tentativa (não realizada) de abolição gradual. Em 1822, o fim do tráfico é defendido por João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*:

He para dezejar por todos os homens, que são dignos deste nome, a extincção do vergonhozo e barbaro trafico da Escravatura; são pretos, mas são homens, e não pode tollerar-se entre hum Povo Constitucional a escravidão: no dia em que se der principio á grande obra da extincção de tal commercio, que deve ser com toda a moderação e parcimonia, começará o Brasil a ser verdadeiramente livre e venturozo.³³⁴

Entre 1821 (ano em que uma série de escritos abolicionistas começam ser vertidos para o português, publicados em Londres³³⁵) e também 1822, a prática é criticada por

³²⁹ Agradeço à professora Luciana Suarez Galvão por ter me atentado a esse ponto.

³³⁰ Notado em ALENCASTRO, Luiz Felipe. “O sumiço dos africanos: notas sobre *Formação da literatura brasileira e Formação econômica do Brasil*”. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto (Orgs.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018, pp. 416-30.

³³¹ MORATO, Fernando Lima e. “A nojenta prole da rainha Ginga, em parte aos homens semelhante: Bocage e a representação de negros e afro-descendentes no Neoclassicismo português”. *Revista Letras*, n. 97, jan.-jun. 2018, pp. 92-93.

³³² NAVES, Rodrigo. “Debret, o neoclassicismo e a escravidão”. In: *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 44, 88.

³³³ Idem, p. 122.

³³⁴ *Correio do Rio de Janeiro*. n. 25, 8.5.1822, p. 100.

³³⁵ Ver, por exemplo, *Breve resumo sobre a natureza do Commercio de Escravatura e das atrocidades que d'elle resultam, seguido de huma relação historica dos debates que terminaram a final abolição*. Londres:

Costa e sustentada nas páginas do *Reverbero Constitucional Fluminense*, gerando, no ano seguinte, comentários em *O Espelho* e no *Diario do Governo*. Entre 1824 e 1825 (quando José Bonifácio publica, em Paris, onde se encontra exilado pelas complicações pós-dissolução de 1823, um discurso proferido na Assembleia Constituinte sobre o tema³³⁶), a última folha, o *Diario Fluminense* e o *Atalia da Liberdade* acompanham as discussões britânicas sobre o abolicionismo e se posicionam.³³⁷ Nesse apanhado resumido, vê-se a ampla circulação da escravidão nos periódicos e nas culturas visual e letrada, sendo debatida publicamente de maneira constante. Mesmo a fricção da racialização, que gera temor da uma revolução haitiana revivida na Bahia e em outras províncias,³³⁸ não cria tensões fortes o bastante para a interromper a discussão. Ou seja, não há impedimentos oficiais ou extraoficiais que limitem sua presença no campo poético. É certo que alguns compositores desta coleção são ou mantêm relações pessoais com escravizadores, como Januário da Cunha Barbosa, que dedica seu *Nicteroy: Metamorphose do Rio-de-Janeiro* a um filho de escravizador, e Firmino Guedes Monteiro, que, ao falecer em 1843, detinha nove escravizados,³³⁹ mas a sociabilidade da prática ainda não basta, já que ela, por si só, também não é impeditiva.

Mesmo assim, a escravidão (salvo engano, pois pesquisas apuradas precisam ser desenvolvidas no futuro) é uma ausência notável na prática poética até por volta de 1836, quando é abordada em um trecho de “Invocação a saudade”, de Gonçalves de Magalhães,³⁴⁰ demonstrando assim sua falta sistêmica no panorama durante das primeiras décadas do século 19. A racialização, por sua vez, é comentada muito brevemente por Américo Elysio (pseudônimo de José Bonifácio) em uma peça, publicada em 1825, chamada “O Brazil”, “remettid[a] da villa de Itú a S. Mag. O Snr. D. João VI, no faustissimo dia 13 de Maio de 1820”,³⁴¹ que conta com os seguintes versos: “Illumina teus Povos; dê socorro, / Pronto e seguro, ao Indio tosco, ao Negro, / Ao pobre

Ellerton e Henderson, 1821; e *Bosquejo sobre o commercio de escravos, e reflexões sobre este trafico considerado moral, politica, e christamente*. Londres: Ellerton e Henderson, 1821.

³³⁶ SILVA, Jose Bonifacio d’Andrada e. *Representação á Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a escravatura*. Paris: Firmin Didot, 1825.

³³⁷ YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2010, pp. 54, 68, 75-76, 83-84, 87.

³³⁸ QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa, 2017, op. cit., pp. 108-11.

³³⁹ SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007, p. 151.

³⁴⁰ MAGALHAENS, D. J. G. de. “Invocação a saudade”. In: *Suspiros poeticos, e saudades*. Rio de Janeiro/Paris: Em Casa do Senhor João Pedro da Veiga/Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, pp. 297-303.

³⁴¹ ELYSIO, Américo. “O Brazil”. In: *Poesias avulsas de Américo Elysio*. Bordeos: 1825, p. 58.

desvalido”.³⁴² Outras ocorrências pontuais que desconheço são possíveis, entretanto esses processos só começam a ganhar tração temática em meados da década de 1840, sobretudo em Gonçalves Dias.³⁴³

Resta, portanto, apenas uma explicação, material: os escravizados não são matéria poética nas primeiras décadas do século 19 por serem vistos como propriedade, como um motivo econômico. Mesmo se libertos, pela Constituição de 1824 (que sequer os cita, em mais um exemplo de sua alta autoconsciência linguística), não são cidadãos plenos, pois não podem nem votar nem se candidatar, limitando por inteiro suas interações com a institucionalização do poder, o que inscreve “a escravidão no coração da modernidade política do país”,³⁴⁴ cria uma “Constituinte nacional totalmente escravista”.³⁴⁵ Mesmo se libertos, são, como na cruel formulação de Soares Lisboa vista acima, “pretos, mas [...] homens”, com a raça, de jeito adversativo, sobrepondo-se sobre seus direitos. Assim como não se produz composições sobre inflação, cadeiras ou charretes, sobre objetos, não se faz sobre eles. Por mais que seus corpos agenciados criem regimes políticos divergentes de experiência que superam, pela ação, a observação (os quais seriam combatidos nas décadas seguintes por tentativas de disciplinarização³⁴⁶ que chegam ao extremo da pena de morte³⁴⁷), eles permanecem, para os que estão livres da possibilidade de escravização, na lógica objetiva daquilo que pode ser vendido ou alugado. Não são, assim, pessoas. Não merecem peças contra ou a favor de seu estado. O que ocorre não é um silêncio inconsciente, mas uma escolha. Essa poesia, embrenhada nos circuitos políticos e em seus conceitos elaborativos, apenas opta por não falar sobre aquilo que está fora – por mais que esse “fora” seja aquilo que, em última instância, possibilite sua própria existência, bem como a existência própria do Império do Brasil. Quem nota essa dinâmica, porém, não sou eu – é, como não poderia deixar de ser, Luiz Gama. Décadas depois, em 1859, ele publica aquele que talvez seja o inicial livro de poesia escrito por uma pessoa negra no território do Império do Brasil, *Primeiras trovas burlescas de*

³⁴² Idem, p. 59.

³⁴³ MARQUES, José Wilton. “Gonçalves Dias, a escravidão e o tapete levantado”. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, n. 12-13, 2013, pp. 469-82.

³⁴⁴ QUEIROZ, Marcos. *O Haiti é aqui: ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2022, pp. 316-18.

³⁴⁵ PARRON, Tâmis. “Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780-c. 1830”. *Topoi*, v. 23, n. 51, set.-dez. 2022, pp. 727-28.

³⁴⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 268 e seguintes.

³⁴⁷ ANDRADE, Marcos Ferreira de. “A pena de morte e a revolta de Carrancas: a origem da ‘lei nefanda’ (10 de junho de 1835)”. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio-ago. 2017, pp. 265-89.

Getulino. Um trecho de “N’um album” sintetiza a discussão: “Não borres um Livro / Tam bello, e tam fino; / Não sejas pateta, / Sandeu e mofino // Sciencias, e letras / Não sam para ti; / Pretinho da Costa / Não é gente aqui”.³⁴⁸ A poesia carioca de idos dos anos 1820 é este livro belo e fino, não borrado por aqueles que não são gente.

Essa, para mim, é a grande questão de fato deste ensaio, mais ética do que estética. Aquilo que está em todo lugar, menos na poesia. Aquilo que, por essa razão, revela a falha desta, seu caráter danificado. A prática poética do começo da ideia do “Brasil”, demonstra, sobretudo, a ruína da observação, a ruína do poder, a ruína do controle, a ruína autoritária – ruínas que continuam sua fantasmagoria desde então, em especial para os grupos minorizados. Seu aspecto avariado é um espectro que engendra toda a moderna poesia “brasileira”, que nela projeta terrores que alguns desejam que permaneçam subterrâneos.

³⁴⁸ GAMA, Luiz. “N’um album”. In: *Primeiras trovas burlescas*. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1859, p. 32.

Considerações finais

Em setembro de 1824, uma pequena nota, saída em *O Spectador Brasileiro*, cria um enigma final para a minha jornada: “Lord Byron morreu moço, e não deixou posteridade masculina: nisso offerece hum novo exemplo do destino dos grandes poetas, mais o que o differençava delles he que tinha huma renda de 250 mil libras”.³⁴⁹ Seu tom casual e galhofeiro, sem dar maiores explicações, é desconcertante. Byron, morto poucos meses antes nas batalhas pela independência grega, é o único compositor contemporâneo citado (fora o idílio de Taunay, Almeida Garrett e alguns outros luso-europeus; Chateaubriand e Goethe, relembro, aparecem pela via do romance) em todas as milhares de páginas de periódicos que li, salvo se deixei passar. É a piada por ele não ter filhos homens e pela sua riqueza, porém, que me incomoda de verdade. Aparentemente, os leitores da folha, se não tiveram acesso aos seus livros (que, inclusive, não aparecem anunciados em parte alguma), pelo menos sabiam dos seus fracassos e das suas façanhas, conheciam sua faceta de “celebridade escandalosa”.³⁵⁰ Esse ponto me leva a crer que há, na comunidade poética vivaz que escrutinei ao longo deste ensaio, muito mais para além da cultura letrada e impressa; que a poesia era discutida, comentada e criticada ao vivo, em empréstimos de volumes e de periódicos estrangeiros vindos moqueados nos navios, em encontros fortuitos (como na tipografia de Manoel Joaquim da Silva Porto, frequentada por letrados³⁵¹), em leituras públicas. Um circuito, assim, consideravelmente mais complexo do que é possível apurar pelos documentos, em níveis locais e internacionais. A própria referência às “250 mil libras”, que diferencia Byron dos demais “grandes poetas” (em um juízo de valor sobre sua obra que demonstra que ele era lido, reconhecido e, mais importante, entendido, ao menos por algumas pessoas), indica a percepção material da prática poética, indissociada do mundo comum, e certo caráter daquela nova experiência do capitalismo moderno.

Logo no ano seguinte, o britânico começa sua incorporação de fato, citado, em impressões francesas, tanto por Américo Elysio (“[...] quanto á monotônica regularidade das estanças, que seguem á risca francezes e italianos, della as vezes me apartei de

³⁴⁹ “Variedades”. *O Spectador Brasileiro*, n. 34, 17.9.1824, p. 4.

³⁵⁰ TUIITE, Clara. *Lord Byron and Scandalous Celebrity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

³⁵¹ SLEMIAN, Andréa, 2006, op. cit., p. 142.

proposito, usando da mesma soltura e liberdade, que vi novamente praticadas por hum *Scott* e hum *Biron*, cisnes da Inglaterra”³⁵²), quanto por Garrett:

[...] Também o não fiz por imitar o stylo de Byron, que tam ridiculamente aqui *macaqueião* hoje os Francezes a torto, e a direito, sem se lembrarem que para tomar as liberdades de Byron, e commeter impunemente seus atrevimentos, é mister haver um tal ingenho, e talento, que com um só lampejo de sua luz offusca todos os descuidos, e impede a vista deslumbrada de notar qualquer imperfeição.³⁵³

Dessas duas falas, destaca-se a presença do termo “liberdade”, caríssimo ao contexto político, mas também a absorção e a compreensibilidade de elementos estruturais e formais. Se isso retorna aos pés do Pão de Açúcar após 1825, todavia, é outra conversa, para a qual não tenho mais tempo agora, apesar do “despotismo do entusiasmo”, que também me arrebatava.

* * *

Este ensaio é um gráfico descendente, repleto de pequenas voltas. Começa no mais alto, com uma composição que comemora o independente Império do Brasil; termina no mais baixo, na escolha de não falar sobre as mãos que enriquecem aquele Estado e alguns poucos de seus cidadãos. Isso, porém, não é um plano tramado desde o início. A poesia carioca do começo dos anos 1820, por sua circunstancial falta de estudos prévios, me obrigou a constantes releituras, idas e retornos que se configuram na própria forma do texto. Apesar de seguir por uma linha principal, sua relação com o rudimentar conceito político de experiência e suas interações com os diferentes jeitos do poder, logo entendi que aquela está tomada por furos. Em um ambiente de vertigem, como é o Rio de Janeiro após agosto de 1820, toda ordem é uma ilusão esforçada. Dado o volume de material represado e o fato de este ser meu primeiro trabalho que ambiciona ser de fôlego, as limitações do estudo são evidentes. Porém, se as hipóteses que elaborei fazem algum sentido, outros textos (voltados tanto para demais periódicos, tipos de impressos e manuscritos, quanto para outras províncias, como a aqui ilustre coadjuvante Pernambuco) deverão complementá-las ou rejeitá-las.

³⁵² ELYSIO, Américo. “Dedicatoria”. In: 1825, op. cit., p. vi. Grifos do original.

³⁵³ GARRETT, Almeida. “Advertencia”. In: *Camões, poema*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825, pp. iii-iv. Grifo do original.

Apesar de tudo, há algumas conclusões diretas. Essa prática específica se divide em dois momentos, relacionados aos acontecimentos sociais, políticos e institucionais. Um primeiro, de ascendência temática concreta deliciada pelo liberalismo e pelo constitucionalismo, começa em torno de 1821 e segue por todo 1822; outro, mais voltado à abstração de imagens e metáforas, surge por volta do fim de 1823, quando o poder de dom Pedro I é consolidado na dissolução da Assembleia Constituinte e na Carta de 1824.

A prática é ligada inegavelmente aos contextos do momento e à sua contraparte luso-europeia, da qual decorrem elementos tópicos, organizacionais e teóricos (como a não autonomia e a subordinação à política), e a um espaço local em que as condições materiais se apresentam propícias, com o estabelecimento da imprensa e de uma série de veículos, os periódicos. Estes criam uma cultura particular e conflituosa de arena pública, ao mesmo tempo que lidam com novos aparatos pós-censura e seus redatores reconhecem a poesia como fator de reflexão intelectual, colocando-a no mesmo patamar de artigos e discursos, com ao menos um deles, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, acabando por assumir um papel claro de editor. Nisso se configura uma comunidade poética ativa, aberta e sofisticada, que, concentrada às margens da Guanabara, é tanto disseminada, quanto recebe objetos vindos de norte a sul do território da América portuguesa e do posterior Império do Brasil.

Ela se volta, preferencialmente, a três estruturas, soneto, peças longas (como a ode, praticada após 1825) e hino (que concentra vários gêneros de canção), as quais, apesar de sua longa história pregressa, estão, àquela altura, abertas para a experimentação. Uma veloz tempestade perfeita, cujos ventos sopram do Estado, da institucionalização do poder e da figura máxima do imperador, mas também falha: seus limites de compreensão do real são evidentes, sobretudo em elementos discursivos contra o próprio poder e na opção de não falar sobre a escravidão.

Essa narrativa, quando exposta de modo resumido, permite antever um desacordo grave: não há espaço de encaixe para essa poesia no arranjo tradicional da historiografia brasileira. Por mais que se queira dar uma pirueta conceitual e chamá-la de (como eu poderia ter feito logo no começo deste texto por fins de desembaraço) “neoclassicismo luso-americano/imperial liberal-constitucionalista” (uma óbvia contradição em termos, uma vez que aquele é inseparável do Antigo Regime – por isso, por exemplo, que a prática brasileira de meados dos anos 1940 e 1950 é dita como uma

“inflexão neoclássica”,³⁵⁴ e não como um “neoclassicismo quarto-republicano pós-guerra pós-estado-novista”) ou coisa que valha, isso ainda não supera a questão. Por mais que ela, em superfície, compartilhe o aspecto encomiástico e retórico do setecentos, o mundo que a cerca é radicalmente distinto. As ferramentas das décadas anteriores não passam de acessórios; meios, não fins.

Claramente também não “romântica”, o fato é que ela se inscreve em um limbo teórico (inclusive geográfico – a produção da província Cisplatina, tanto em português como em espanhol, é “brasileira” ou “uruguaia”?). Talvez seja esse aspecto que a tenha feito passar dois séculos escondida a olhos vistos; seus excessos de particularidade e de processo, seu caráter de bonde-que-troca-a-roda-enquanto-anda, tateando no escuro sua própria definição partida de objeto em si, são insuportáveis para a historiografia usual. Essa poesia constantemente ressalta sua incerteza, provinda do estado dos periódicos, em uma união formal. Tenho para mim que ela marca o começo difícil de uma aventura moderna por excelência, particular, contraditória e ciente do jogo entre ética e estética. Ela apenas existe sem refletir diretamente sobre si mesma, e essa existência cria, para nós, uma janela para uma outra história da poesia – menos esquemática, menos travada, menos interessada no valor (que, digo novamente, não é uma categoria histórica) e na grandeza do cânone; mais aberta, mais questionadora, mais experimental, mais afetuosa com aquilo que foi deixado de lado.

Para além de nossa própria experiência, “cousas as mais estranhas, e inesperadas” nos aguardam por aí.

³⁵⁴ CAMILO, Vagner, 2020, op. cit.

Bibliografia

Fontes primárias

Peças poéticas da coleção principal

“A S. M. I. o Senhor D. Pedro I. pelo feliz, e sempre memoravel Tratado do reconhecimento de Independencia do vasto Imperio do Brasil, publicado nesta corte do Rio de Janeiro no dia 7 de Setembro de 1825. Congratulação, e respeito por hum anonimo em 8 do mesmo mez, e anno”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 66, 19.9.1825, p. 268.

“A S. M. o Imperador”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 33, 9.8.1825, p. 130.

“Ao Dia 9 de Janeiro, homenagem de amor, e graditão a S. M. I. e Senhor D. Pedro I., Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil. ODE”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 7, 11.1.1825, pp. 26-27.

“Ao sempre fausto, e memoravel Dia doze de Outubro de 1822”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 36, 12.10.1822, p. 144.

ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e. “Aurea sorte Luzo neste hemisferio”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 20, 27.1.1825, pp. 78-79.

AZEVEDO, E. M. de. “Soprando as Tubas cem com ar garboso”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 38, 15.10.1822, p. 151.

_____. “Maravilha sem par da nossa idade”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822, p. 155.

_____. “Tres seculos depois de ser patente” *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, p. 159.

B. J. P. “Epistola. Em Applauso do Memoravel Dia, que se nomeiam os Nossos Deputados”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 21, 25.9.1822, pp. 82-84.

BARRETO, Francisco Ferreira. “Não mais escravidam; oh Patria exulta!”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 10, 12.9.1822, p. 37.

[BARROS, Domingos Borges de.] “Ode recitada aos 22 de Janeiro 1825 em Paris, em casa do Viador J M. Gonçalves”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 82, 15.4.1825, p. 330.

“Brasil, o Grande Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 43, 21.10.1822, pp. 170-71.

BRITO, J. T. S. “Santa Causa do Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 43, 21.10.1822, p. 171.

CRUZ, F. A. da. “Á futura Acclamaçam de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 25, 30.9.1822, p. 99.

“Divisa nacional brasileira. Independencia, ou morte”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 23, 27.9.1822, p. 89.

“Em honra de PEDRO, e em seu louvor”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 22, 26.9.1822, p. 86.

“Em o memoravel dia 7 de Setembro de 1825, em que se reconheceu a Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 81, 6.10.1825, p. 326.

FERNANDES, José Pedro. “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e offerecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242.

“Firmou Pedro a Sua Gloria”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 99, 5.5.1825, p. 397.

FRANÇA, Luiz Paulino Pinto da. “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”. *O Spectador Brasileiro*, n. 64, 29.11.1824, p. 4.

“He tão curta a expressão, como illusoria”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 73, 5.4.1825, p. 294.

“Hymno marcial”. *O Spectador Brasileiro*, n. 9, 17.7.1824, pp. 3-4.

“Hymno para as Senhoras Brasileiras cantarem aos seus Meninos”. *O Spectador Brasileiro*, n. 8, 15.7.1824, pp. 5-6.

“Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 34, 10.10.1822, pp. 134-35.

“Hymno. Patriotico brasilico”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 31, 7.10.1822, p. 122.

“Independencia, ou a morte. Glosa”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822, pp. 155-56.

“Inflexivel Catão! Serás meu Norte”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, p. 45.

J. A. S. M. “Os Mineiros, que não sabem”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 48, 26.10.1822, p. 191.

J. B. R. S. “Congratulação á patria. Pela occasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822.

J. P. F. “Mote improvisado. Independencia, ou morrer”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 133, 21.9.1822, p. 598.

J. P. F. “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”. *A Estrela Brasileira*, n. 20, 3.12.1823, pp. 77-78.

“Mais que tudo o coração”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, p. 160.

MAZINHO, Joaquim de Santa Anna. “Firme ao Ente que nos guia”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 37, 14.10.1822, p. 147.

MONTEIRO, Firmino Guedes. “Hymno ao Imperador”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 17, 20.7.1825, p. 66.

“Mote”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 36, 12.10.1822, p. 143.

“Musa d’antes lacrimosa”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 52, 31.10.1822, pp. 205-06.

“Não a Magnates, menos a Guerreiros”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, p. 46.

“Oh Brasil, tu a quem a forte amiga”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 20, 24.9.1822, p. 79.

OTTONI, José Eloi. “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I. no dia Anniversario da Independencia do Brasil. Congratulação e respeito, por José Eloi Ottoni, a 7 de Setembro de 1825”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 57, 7.9.1825, pp. 225-26.

_____. “A musgosa cabeça sacudindo”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 90, 17.10.1825, p. 363.

“Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 68, 21.9.1825, p. 274.

PORTO, Manoel Joaquim da Silva. “Ao faustissimo Reconhecimento da Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 75, 29.9.1825, p. 302.

POSSOLO, José Augusto. “Elogio a S. M. I., á Senhora D. Maria Leopoldina Jozefa Carolina, Arquiduqueza de Austria, e Imperatriz Constitucional do Imperio do Brasil, recitado por ocasião do Seu Feliz Anniversario, em o Dia 22 de Janeiro de 1825, em o Theatro da Cidade de Monte Video, por Victor Profirio de Borja, actor do Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara, na Corte do Rio de Janeiro; por José Augusto Possolo, Alferes de Cavallaria do Exercito”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 86, 20.4.1825, pp. 343-44.

“Quadras. Feitas por huma Senhora patriota, e Amante da Causa do Brasil, offerecidas a SUA ALTEZA REAL”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 33, 9.10.1822, p. 129.

“Que, vejo ó Ceos, que vejo! moribundo”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 51, 30.10.1822, pp. 201-02.

“Recitada em louvor do Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil, no Salão do Theatro da Cidade de S. Paulo, onde se juntarão os bons Brasileiros, para sahirem a cantar o Hymno no segundo dia da illuminação, pela faustissima noticia da Acclamação do mesmo

Senhor, por hum verdadeiro Patriota”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, pp. 159-60.

ROLAM, Antonio Aureliano. “Excelso Pedro, que o Ceo ha dado”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 49, 28.10.1822, pp. 194-96.

“Se acaso eu commettêra algum delicto”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 82, 22.7.1822, p. 354.

“Votos patrioticos no seguinte HYMNO”. *O Conciliador do Reino Unido*, n. 2, 12.3.1821, p. 20.

Demais livros e peças poéticas

“Ao Faustissimo Anniversario do Senhor D. PEDRO PRIMEIRO Imperador do Brasil em 12 de Outubro de 1825”. *O Spectador Brasileiro*, n. 190, 21.10.1825, pp. 1-2.

“Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. Pedro Primeiro Imperador, e Perpetuo Defensor do Brasil Ao Mesmo Augusto Senhor”. *O Spectador Brasileiro*, n. 55, 8.11.1824, p. 3.

“A Sua Magestade o Imperador”. *O Spectador Brasileiro*, n. 208, 5.12.1825, p. 2.

“As nova Irmãs, que o berço t’embalarão”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 105, 2.11.1824, p. 436.

“Á tomada de Itaparica”. *O Espelho*, n. 127, 4.2.1823, sem página.

AZEVEDO, Eugenio Maria de. “Ode ao Nascimento de S. A. I.”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 148, 27.12.1825, pp. 597-98.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Nicteroy: Metamorphose do Rio-de-Janeiro*. Londres: R. Greenlaw, 1822.

BARROS, Domingos Borges de. *Poesias oferecidas ás senhoras brasileiras por um bahiano*. t. 2. Paris: Chez Aillaud, Libraire, 1825.

BOCAGE, Manoel Maria de Barbosa du. “O desengano, versos epódicos”. In: *Rimas de Manoel Maria de Barbosa du Bocage dedicadas á amizade*. t. 2. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1802, p. 89 [1. ed. 1799].

“Brasil, oh Patria! surge, [altêa] a frente” *O Spectador Brasileiro*, n. 57, 12.11.1824, p. 4.

COSTA, José Daniel Rodrigues da. “Portugal, Portugal, eu lastimei-te!”. In: *O prazer dos lusitanos na regeneração da sua patria*. Lisboa: Impressão Regia, 1820, p. 15.

“Defender os Patrios Lares”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 95, 20.10.1824, p. 396.

DRUMMOND, Ignacio José Correia. “Quem á intringa cruel ouvidos presta”. In: *Continuação dos sonetos de Ignacio José Correia Drummond em applauso ao feliz*

successo da completa regeneração da nação portugueza. &c. &c. &c. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821, p. 9.

ELYSIO, Américo. “O Brazil”. In: *Poesias avulsas de Américo Elyσιο*. Bordeos: 1825, pp. 58-60.

“Estrangeiro, que á Barra agora apontas”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 105, 2.11.1824, p. 436.

“Exultai Pernambucanos!”. *O Marimbondo*, n. 1, 25.7.1822, sem página.

FERNANDES, José Pedro. “Ode ao suspirado Nascimento do Principe Imperial, composta e offerecida a S. M. I. o Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 132, 6.12.1825, pp. 533-34.

GAMA, José Basílio da. *O Uruguay*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1769.

_____. *O Uruguay*. Nova edição. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811.

GAMA, Luiz. “N’um album”. In: *Primeiras trovas burlescas*. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro, 1859, pp. 29-34.

GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araujo. “Ode. Offerecida a S. M. o Imperador do Brasil, no Faustissimo Dia 12 de Outubro, Natalicio do Mesmo Augusto Senhor, e Aniversário da Sua Gloriosa Acclamação”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 86, 12.10.1825, p. 346.

Hymno que o Quarto Batalhão dos Voluntarios Reaes do Principe cantou a bordo da Náo Vasco da Gama, no dia 31 de março de 1816, Na occasião em que ELREI Nosso Senhor lhes fez a honra na sua chegada de passar junto da mesma Náo. Lisboa: Impressão Regia, 1816.

“Hymno Marcial ás Tropas Brasileiras, em expedição para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 121, 23.11.1825, pp. 489-90.

“Hymno Marcial ás Tropas Brasileiras, em expedição para a Provincia de S. Pedro do Rio Grande”. *O Spectador Brasileiro*, n. 203, 23.11.1825, pp. 3-4.

J. A. F. “Fuja da terra já o Despotismo”. *Lysia Degenerada*, n. 9, fev. 1821?, p. 4.

J. J. S. G. “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I., Soberano Fundador do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 109, 9.11.1825, p. 439.

JORJE, José Paulo Dias. “Aos Faustissimos Annos de S. M. O Senhor D. Pedro, Primeiro Imperador do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 208, 5.12.1825, pp. 2-3.

MAGALHAENS, D. J. G. de. “Invocação a saudade”. In: *Suspiros poeticos, e saudades*. Rio de Janeiro/Paris: Em Casa do Senhor João Pedro da Veiga/Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, pp. 297-303.

- “N’humas das Captaes do alto Cruzeiro”. *O Spectador Brasileiro*, n. 132, 25.5.1825, p. 4.
- “Ode á morte do Illustrissimo e Eiscelentissimo Sr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bisbo de Coimbra, Conde d’Arganil, Reformador Reitor da Universidade, á qual e a todo o Bispado dedica hum Brasileiro saudoso e agradecido”. *O Espelho*, n. 132, 21.2.1823, sem página.
- “Pastoras do Tejo”. In: *Endexas patrioticas e constitucionaes*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1821, sem página.
- PAULINO, Luiz. “A teus Pés, Fundador da Monarchia”. *Jornal de Coimbra*, n. 22, out. 1813, p. 173.
- “Pelo Brasil dar a vida”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 71, 22.9.1824, pp. 297-98.
- PORTO, Manoel Joaquim da Silva. *Elogio por ocasião do fausto, e glorioso successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817.
- “Portugal em fim/Debalde se aprestão”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 19, 22.7.1824, pp. 81-82.
- “Quem vem lá? (o barqueiro perguntava)”. *O Espelho*, n. 146, 11.4.1823, sem página.
- “Não temas, ó Monarca, Pai da Patria”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 93, 18.10.1824, p. 389.
- “Roma quis devastar enfurecido”. *O Spectador Brasileiro*, n. 145, 4.7.1825, p. 4.
- S. A. P. S. “Ao Illustrissimo Sr. Albino-Gomes Guerra de Aguiar, Brigadeiro, e Commissario Geral do Exercito do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 117, 18.4.1825, p. 4.
- SÁ, Manoel Tavares de Sequeira e (Org.). *Jubilos da América, na gloriosa exaltação, e promoção do illustrissimo e excellentissimo senhor Gomes Freire de Andrada...* Lisboa: Officina do Dr. Manoel Alvares Sollano, 1754.
- “Salve dia feliz, augusto dia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 88, 12.10.1824, p. 369.
- SILVA, Luis Moutinho Lima Alvares e. “ODE. Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 177, 21.7.1825, pp. 1-2.
- SILVA, Martianno José de Andrade e. “O mundo ha de ver hum dia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 62. 11.9.1824, p. 262.
- SILVA, Tristão José d’Araujo. “Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. PEDRO IMPERADOR do Brasil, no dia 12 de Outubro de 1825, Natalicio de Sua Magestade Imperial, e da Sua Acclamação”. *O Spectador Brasileiro*, n. 188, 17.10.1825, p. 1.

_____. “Ao Muito Alto e Muito Poderoso Senhor D. JOAM O Sexto, Rey de Portugal e dos Algarves, Augusto Pay de Sua Magestade Imperial o Senhor D. PEDRO IMPERADOR do Brasil”. *O Spectador Brasileiro*, n. 188, 17.10.1825, p. 1.

“Soneto. Dedicado a S. M. o Imperador no dia 12 de Outubro”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 90, 14.10.1824, p. 378.

SOUZA, Bernardo Avellino Ferreira e. “Pelo Brasil dar a vida”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 135, 7.12.1824, p. 556.

“Traducção de huma Ode Franceza na Lingoa Portugueza, e Latina por hum Mineiro”. *O Espelho*, n. 155, 13.5.1823, sem página.

Livros, artigos, folhetos e documentos

“1. Proclamação. Publicada na revolta da cidade do Porto”. *Correio Braziliense*, set. 1820, pp. 317-18.

ADDISON, Joseph. *Cato, a Tragedy*. Londres: J. Tonson, 1713.

A Malagueta, n. 26, 18.5.1822, p. 109.

“Annuncio”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 80, 19.7.1822, p. 346.

“Annuncio”. *O Spectador Brasileiro*, n. 19, 11.8.1824, p. 4

“Annuncios”. *O Spectador Brasileiro*, n. 69, 15.12.1824, p. 4.

ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e. “Artigo communicado”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 20, 27.1.1825, pp. 78-79.

“Arte militar”. *O Spectador Brasileiro*, n. 9, 17.7.1824, pp. 2-3.

“Artigos não officiaes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242.

“Artigos não officiaes. Rio de Janeiro”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 16, 19.7.1825, pp. 62-63.

“Artigos não officiaes. Provincia Cisplatina”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 17, 20.7.1825, pp. 65-66.

BARBOSA, Januário da Cunha (Org.). *Parnaso brasileiro. Seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil, precedida de uma introdução histórica e biographica sobre a literatura brasileira*. t. 2. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario de lingua portuguesa, composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. t. 1. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BRASIL. “Decreto de 2 de março de 1821. Sobre a liberdade de imprensa”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-2-3-1821.htm. Acesso em 24.7.2022.

_____. “Decreto”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

_____. “Decreto de 3 de junho de 1822”. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38942-3-junho-1822-568265-publicacaooriginal-91649-pe.html. Acesso em 15.1.2023.

_____. *Constituição politica do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1824.

_____. “Decreto”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1825.

Breve resumo sobre a natureza do Commercio de Escravatura e das atrocidades que d'elle resultam, seguido de huma relação historica dos debates que terminaram a final abolição. Londres: Ellerton e Henderson, 1821.

Bosquejo sobre o commercio de escravos, e reflexões sobre este trafico considerado moral, politica, e christamente. Londres: Ellerton e Henderson, 1821.

Catalogo de algumas obras que se vendem na Loja de Paulo Martin, Rua da Quitanda n. 33. Vinds neste ultimo Navio de Lisboa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822?

Catalogo de livros gregos, latinos, hespanhoes, italianos, ingleses, etc. que se achão de venda em casa de P. C. Dalbin e C. Rio de Janeiro: 1820.

Catalogo de livros portugueses, que se achão de venda em casa de P. C. Dalbin e C. Rio de Janeiro: 1820.

CONSTANT, Benjamin. “Artigo XXXVI. Reflexões sobre as Constituições, e suas garantias publicadas em 24 de Maio de 1814 com hum esboço de Constituição”. *O Regulador Brasileiro*, n. 17, 1822, pp. 253-59.

Correio do Rio de Janeiro. n. 25, 8.5.1822, p. 100.

Correio do Rio de Janeiro, n. 82, 22.7.1822, pp. 353-54.

“Correspondencia”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 69, 22.10.1823, p. 275.

“Correspondencia”. *Diario Fluminense*, v. 4, n. 17, 20.7.1825, p. 72.

“Dia 9 de Janeiro”. *Diario Fluminense*, n. 7, 11.1.1825, p. 26.

DOM PEDRO I. *Manifesto de S.A.R. o Principe Regente Constitucional e Defensor Perpetuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1822?

_____. “Proclamação”. *Diario do Governo*, v. 2, n. 114, 14.11.1823, p. 533.

_____. “Artigos d’Officio. Manifesto de S. M. o IMPERADOR aos Brasileiros”. *Diario do Governo*, v. 2, n. 117, 18.11.1823, pp. 545-46.

“Edital”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 96, 24.11.1823, p. 382.

“Exame da Resposta defensiva e analytica à Censura, que o Redactor do Patriota fez ao Drama intitulado o Juramento dos Numes, &c”. *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro*. Terceira subscrição, n. 1, jan.-fev. 1814, pp. 63-92.

“Extracto do Correio Brasiliense de Fevereiro de 1822. Pernambuco”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822, p. 116.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Prelecções philosophicas sobre a theórica do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyna, e a cosmologia por Silvestre Pinheiro Ferreira*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.

FONSECA, Pedro José. *Tratado da versificação portugueza, dividido em duas partes*. 2. ed. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1817.

FREIRE, Francisco José. *Arte poética, ou regras da verdadeira poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juízo critico*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno, 1748.

GARRETT, Almeida. “Advertencia”. In: *Camões, poema*. Paris: Livraria Nacional e Estrangeira, 1825, pp. iii-vii.

GUERREIRO, Miguel do Couto. *Tratado da versificação portugueza, dividido em tres partes: A primeiro contém hum brevissimo Compendio das regras mais praticaveis da Metrificação; a segunda hum amplissimo Diccionario de Consoantes; e a terceira Instrucções para a perfeita Poetica*. Lisboa: Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno, 1784.

HUM FRANCEZ BRASILEIRO. “Correspondencias”. *O Spectador Brasileiro*, n. 34, 17.9.1824, pp. 3-4.

LISBOA, José da Silva. *Estudos do Bem-Commum e Economia Politica, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral industria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1819-20.

“Literatura e sciencias”. *Correio Braziliense*, jun. 1822, p. 623.

Noticia de algumas Obras modernas e Constitucionaes chegadas modernamente à Loja de Paulo Martin. Rua da Quitanda n. 33. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821?

“Nova Assembleia Geral Constituinte e Lesglativa do Brasil”. *A Estrela Brasileira*, n. 19, 1.12.1823, pp. 74-76.

O AMIGO DOS AMIGOS. “Correspondencia”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822, pp. 113-14.

O APRENDIZ DE HORÁCIO. “Correspondencia”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 48, 7.6.1822, pp. 194-95.

“Obras publicadas nesta Corte no mez de Outubro”. *O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro*. Segunda subscrição, n. 4, out. 1813, pp. 90-93.

O Espelho, n. 88, 20.9.1822, sem página.

O Tamoyo, n. 5, 2.7.1822, p. 21.

O Volantim. Periodico Diario, n. 34, 10.10.1822, pp. 135-36.

“Policia”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822.

POPE, Alexander. *Ensaio sobre a critica de Alexandre Pope traduzido em portuguez pelo Conde de Aguiar. Com as Notas de José Warton, do Traductor, e de outros; e o Commentario do Dr. Warburton*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810.

Prospecto de hum novo periodico intitulado O Compilador Constitucional, Politico, e Literario Brasiliense para o Anno de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

Protesto da tropa a Sua Magestade. Rio de Janeiro: Typographia Regia, 1821.

“Reflexões”. *O Papagaio*, n. 1, 4.5.1822, pp. 2-4.

“Reflexões”. *O Papagaio*, n. 11, 27.7.1822, pp. 41-44.

“Rio de Janeiro. Artigo d’Officio. Para a Junta Directoria da Typographia Nacional”. *Gazeta do Rio*, n. 8, 17.1.1822, p. 48.

Sabbatina Familiar de Amigos do Bem-Commum. n. 5, 5.1.1822, pp. 41-43.

“Sessão de 10 de setembro”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 70, 1823, pp. 743-54.

“Sessão de 13 de agosto”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 58, 1823, pp. 581-85.

“Sessão de 28 de junho”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 35, 1823, pp. 319-24.

“Sessão de 3 de maio de 1823”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 3, 1823, pp. 15-19.

“Sessão de 9 de maio”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 7, 1823, pp. 43-48.

“Sessão do 1. d’Outubro”. *Diario da Assembleia Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, v. 2, n. 11, 1823, pp. 143-56.

SILVA, Jose Bonifacio d’Andrada e. *Representação á Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brasil sobre a escravatura*. Paris: Firmin Didot, 1825.

SILVA, José Carvalho da. Folheto sem título. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1821.

SOCIEDADE PHILO-TECHNICA. “Plano da obra”. *Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura*, t. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Typographia de Santos e Souza, 1822.

“Solução da Questão de Direito sobre a emancipação da America por Joaquim Infante, natural de Cuba”. *Reverbero Constitucional Fluminense*, n. 17, 17.9.1822, pp 209-18.

“Variedades”. *O Spectador Brasileiro*, n. 34, 17.9.1824, p. 4.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (Org.). *Florilegio da poesia brasileira, ou collecção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos deles, tudo precedido de um Ensaio historico sôbre as letras no Brazil*. t. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1850.

VELHO, José Vaz; FREIRE, Agostinho José; FELGEUIRAS, João Baptista. “Decreto de 1 de setembro de 1821. Sobre a organização da Junta Provisoria e Governo das Armas da Província de Pernambuco”. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-1-9-1821.htm. Acesso em 11.8.2022.

WIRT, William. *Sketches of the Life and Character of Patrick Henry*. Filadélfia: James Webster, 1817.

Fontes secundárias

ABREU, Jean Luiz Neves. “Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII”. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, pp. 80-104.

ABREU, Márcia. “Os lugares dos livros – comércio livreiro no Rio de Janeiro joanino”. *Floema*, ano 3, n. 5, out. 2009, pp. 7-30.

_____. “Os arquivos, as ideias assentes e o elogio da desconfiança”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 24, n. 46, jan.-abr. 2022, pp. 114-30.

AGNOLON, Alexandre. *A festa de Saturno: o Xênia e o Apoforeta de Marcial*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

ALCIDES, Sérgio. “O lado B do neoclassicismo Luso-Brasileiro: patriotismo e poesia no ‘poderoso império’”. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007, pp. 103-40.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida privada e ordem privada no império”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil. v. 2. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 12-93.
- _____. “O sumiço dos africanos: notas sobre *Formação da literatura brasileira e Formação econômica do Brasil*”. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto (Orgs.). *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018, pp. 416-30.
- ALVAREZ, Beethoven. “Por uma edição crítica e um estudo do poema Nicteroy, de Januário da Cunha Barbosa”. *Revista Confluência*, n. 51, 2016, pp. 92-107.
- _____. “The Metamorphosis of the Giant Nicteroy in Brazilian Conservatism since 1822”. In *Gremium: Studies in History, Culture and Politics*, n. 15, 2021, pp. 201-29.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “A pena de morte e a revolta de Carrancas: a origem da ‘lei nefanda’ (10 de junho de 1835)”. *Tempo*, v. 23, n. 2, maio-ago. 2017, pp. 265-89.
- BARBOSA, Domingos Caldas. *A doença*. Org. Lúcia Helena Costigan e Fernando Lima e Morato. São Paulo: Ed. 34, 2018.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 1999.
- BICALHO, Maria Fernanda. “A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763)”. *História*, v. 30, n. 1, jan.-jun. 2011, pp. 37-55.
- BOMPARD, Jean-Jacques. *Livreiros do novo mundo: de Briançon ao Rio de Janeiro*. Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/Edusp/Ed. Unesp, 2021.
- BORRALHO, Maria Luísa Malato Borralho. “Metamorfoses do Soneto: Do ‘Classicismo’ ao ‘Romantismo’”. In: SILVA, Jorge Bastos da; CASTANHEIRA, Maria Zulmira (Orgs.). *Entre Classicismo e Romantismo. Ensaios de Cultura e Literatura*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, pp. 5-28.
- _____. “O que é o sublime?: um inédito de Correia Garção e a pré-história do melodrama”. In: PEREIRA, Belmiro Fernandes; VÁRZEAS, Marta Isabel de Oliveira (Orgs.). *Retórica e poética*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021, pp. 57-84.
- BOSI, Viviana. *Poesia em risco: itinerários para aportar nos anos 1970 e além*. São Paulo: Ed. 34, 2021.
- BUENO, Luís. “Depois do fim: ainda história de literatura nacional?”. *Matraga*, v. 19, n. 31, jul.-dez. 2012, pp. 205-17.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

_____. “O ‘Preciso’ e a retórica dos revolucionários de 1817”. *Revista Crítica Histórica*, v. 9, n. 17, 2018, pp. 7-26.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de (Orgs.). *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. v. 1. São Paulo: Edusp/Livraria Kosmos Editora, 1993.

CAMILO, Vagner. *A modernidade entre tapumes: da poesia social à inflexão neoclássica na lírica brasileira moderna*. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. “Percurso de um homem de letras nos oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte”. *Almanack*, n. 20, dez. 2018, pp. 10-37.

CARDOSO, Lino de Almeida. “Subsídios para a gênese da imprensa musical brasileira e para a história do *Hino da independência*, de Dom Pedro I”. *PER MUSI – Revista Acadêmica de Música*, n. 25, jan.-jun. 2012, pp. 39-48.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. “As *Aulas Régias* no Rio de Janeiro: do projeto à prática. 1759-1834”. *História da Educação*, n. 6, out. 1999, pp. 105-30.

CARIELLO, Rafael; PEREIRA, Thales Zamberlan. *Adeus, senhor Portugal: crise do absolutismo e a Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARVALHO, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Tópoi*, n. 1, 2000, pp. 123-52.

_____; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*. 4 v. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2014.

CAVALCANTE, Berenice. “Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII”. *Acervo*, v. 8, n. 1-2, 1995, pp. 53-66.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. “A livreria do Teixeira e a circulação de livros na cidade do Rio de Janeiro, em 1794”. *Acervo*, v. 8, n. 1-2, 1995, pp. 183-94.

CAVITCH, Max. “American Constitutional Elegy”. In: WEISMAN, Karen (Org.). *The Oxford Handbook of the Elegy*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 224-37.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SLEMIAN, Andréa. “‘Memorial’ às Cortes de Lisboa de Manoel Luís da Veiga (1821). Constitucionalismo e formas de governo no Brasil”. *Análise Social*, v. 218, LI (1), 2016, pp. 123-44.

- CULLER, Jonathan. *Theory of the Lyric*. Cambridge/Londres: Harvard University Press, 2015.
- DARNTON, Robert. *Censors at Work: How States Shaped Literature*. Nova York: W.W. Norton & Company, 2014.
- DIAS, Eurico José Gomes. “A paixão pela história nos primórdios da imprensa periódica no Brasil e a Revolução Liberal Portuguesa (1808-1820)”. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.). *Imprensa e mudança: Portugal e Brasil no primeiro quartel de Oitocentos*. Lisboa: Icnova, 2020, pp. 25-40.
- DURAN, Maria Renta da Cruz. *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746 a 1834*. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.
- _____. “Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784-1858)”. *Almanack*, n. 9, abr. 2015, pp. 115-35.
- EDLER, Flavio Coelho; FREITAS, Ricardo Cabral de. “O ‘imperscrutável vínculo’: corpo e alma na medicina lusitana setecentista”. *Varia Historia*, v. 29, n. 250, maio-ago. 2013, pp. 435-52.
- FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2015.
- FERRARO, Alceu Ravanello. “Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?”. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 81, dez. 2002, pp. 21-47.
- FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. *Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1801-1824)*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2017.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRANÇA, António d’Oliveira Pinto da (Org.). *Cartas baianas, 1821-1824. Subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Nacional/Núcleo Editorial da Universidade do Rio de Janeiro, 1980.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. “As ‘várias independências’: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824)”. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 36, jan.-jun. 2018, pp. 4-27.
- GOULARTE, Rodrigo da Silva. *Portos e sertões: a província do Espírito Santo e a emancipação da América Portuguesa (1815-1825)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2015.

- GUIDO, Ligia Souza. *Sob capas e mantos: roupa e cultura material na vila de Itu, 1765-1808*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. “Shall We Continue to Write Histories of Literature?”. *New Literary History*, v. 39, n. 3, verão de 2008, pp. 519-32.
- HALEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- HESPANHA, António Manuel. “Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808”. *Almanack Braziliense*, n. 7, maio 2008, pp. 80-101.
- _____. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2010.
- HORÁCIO. *Arte poética*. Trad. Guilherme Gontijo Flores. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- _____. *Odes*. Trad. Pedro Braga Falcão. São Paulo: Ed. 34, 2021.
- JANCSÓ, István. “Independência, independências”. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Ed. Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 17-52.
- JÚNIOR, Nelson Ferreira Marques. *O despertar do império independente: áulicos e a formação de um projeto de Brasil na corte fluminense (1822-1831)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Puc-Rio/Contraponto, 2006.
- KRAAY, Hendrik. “A invenção do sete de setembro, 1822-1831”. *Almanack Braziliense*, n. 11, maio 2010, pp. 52-61.
- LEVINE, Caroline. *Forms: Whole, Rhythm, Hierarchy, Network*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2015.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824)”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 3, 2005, pp. 611-54.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANSUR, João Paulo. “‘Com a minha espada, defenderia a Constituição se fosse digna do Brasil e de mim’! Leviatã, Argos e liberais na Assembleia Constituinte de 1823”. *Almanack*, n. 32, 2022.

MARQUES, José Wilton. “Gonçalves Dias, a escravidão e o tapete levantado”. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, n. 12-13, 2013, pp. 469-82.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. “Ilustração, medicina e circulação de ideias no mundo luso-brasileiro (séc. XVIII-XIX)”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, jun. 2017, pp. 138-59.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MORATO, Fernando Lima e. “A nojenta prole da rainha Ginga, em parte aos homens semelhante: Bocage e a representação de negros e afro-descendentes no Neoclassicismo português”. *Revista Letras*, n. 97, jan.-jun. 2018, pp. 90-105.

_____. *Um mestre na periferia da Arcádia: a obra poética de Manuel Inácio da Silva Alvarenga no contexto do Império português do século XVIII*. Tese de PhD. Ohio State University, 2019.

MOREIRA, Marcello. “Littera Manent: louvor, vitupério e política na Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Reel – Revista Eletrônica de Estudos Literários*, ano 4, n. 4, 2008.

_____. *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo: Edusp, 2011.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Murilo Marcondes de. *O mundo sitiado: a poesia brasileira e a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ed. 34, 2016.

NAVES, Rodrigo. “Debret, o neoclassicismo e a escravidão”. In: *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 41-130.

NETO, Helio Franchini. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

_____; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. “Booksellers in Rio de Janeiro: The Book Trade and Circulation of Ideas from 1808 to 1831”. In: SILVA, Ana Cláudia Suriani da; VASCONCELOS, Sandra Guardini (Orgs.). *Books and Periodicals*

in Brazil 1768-1930: A Transatlantic Perspective. Abingdon/Nova York: Modern Humanities Research Association/Routledge, 2014, pp. 35-51.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “A Carta de 1824 e o poder do monarca: memórias e controvérsias em torno da construção do governo constitucional no Brasil”. In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 219-50.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. “A idéia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824)”. *Tempo*, v. 9, n. 18, jun. 2005, pp. 43-63.

OLIVEIRA, Fernando Matos. *Poesia e metromania: inscrições setecentistas (1750-1820)*. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra, 2008.

PARRON, Tâmis. “Escravidão e as fundações da ordem constitucional moderna: representação, cidadania, soberania, c. 1780-c. 1830”. *Topoi*, v. 23, n. 51, set.-dez. 2022, pp. 699-740.

PÉCORA, Alcir. “Parnaso de Bocage, rei dos brejeiros”. In: *Máquina de gêneros, novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. 2. ed. São Paulo/Campinas: Edusp/Ed. Unicamp, 2018, pp. 203-45.

PEIXOTO, Alvarenga. *Obras poéticas de Alvarenga Peixoto*. Org. Caio Cesar Esteves de Souza. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

PESSOA, Ana; SANTOS, Ana Lucia V. “O inventário Maria Tomásia: liberalismo e distinção”. In: SANTOS, Amanda Basilio; AIRES, Anderson Pires; SANTOS, Carlos Alberto Ávila (Orgs.). *Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*. Pelotas: Claec, 2017, pp. 455-70.

QUEIROZ, Marcos. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2017.

_____. *O Haiti é aqui: ensaio sobre formação social e cultura jurídica latino-americana (Brasil, Colômbia e Haiti, século XIX)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2022.

RAMIRES, Mário Fernandes. “A cultura impressa durante os ‘Tempos Constitucionais’: uma breve análise de quatro periódicos surgidos na gênese da imprensa pernambucana”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: Anpuh, 2013.

REIS, Arthur Ferreira. “As matrizes intelectuais áulicas do Primeiro Reinado”. *Revista de História da UEG*, v. 7, n. 2, 2018, pp. 182-96.

RIBEIRO, Anna Christina. “Intending to Repeat: A Definition of Poetry”. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v. 65, n. 2, primavera de 2007, pp. 189-201.

RODRIGUES, Jaime. “Liberdade, humanidade e propriedade: os escravos e a Assembléia Constituinte de 1823”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 39, 1995, pp. 159-67.

RODRIGUES, Rejane Maria Freitas. *Representações políticas no Primeiro Império: a relação das Câmaras Municipais de Itu e Franca com o Governo Provincial*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, 2005.

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2017.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No calidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. “Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815”. *Almanack*, n. 24, 2020.

SARAIVA, Luis Manuel Ribeiro. “Manoel Ferreira de Araujo Guimaraes (1777-1838): From the Navy Royal Academy to the Royal Military Academy of Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de História da Matemática*, v. 11, n. 21, abr.-set. 2011, pp. 77-106.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da Capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2012.

SLAVE VOYAGES. *Slave Voyages* v2.2.13. Disponível em <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em 26.7.2022.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.

_____. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Ed. Hucitec/Fapesp, 2009.

SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, 2007.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo. 1780-1831*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. “Adaptações e livros baratos para a Corte: folhetos editados na Impressão Régia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822”. Manuscrito. *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 8-11.11.2004.

SÜSSEKIND, Flora; VALENÇA, Rachel Teixeira. *O Sapateiro Silva*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1983.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: Fapesp/Edusp, 1999.

TOPA, Francisco. “Cláudio Grugel do Amaral e Frei Bernardo de Brito: sentidos da paródia”. *O Eixo e a Roda*, v. 29, n. 3, 2020, pp. 19-35.

TUITE, Clara. *Lord Byron and Scandalous Celebrity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

VARGUES, Isabel Nobre. *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva Editora, 1997.

VILELA, Eugénia. “Do uso legítimo das emoções: apontamentos sobre a literatura pedagógica e higiênica setecentista em Portugal”. *MEDIAEVALIA: Textos e Estudos*, n. 17-18, 2000, pp. 197-212.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Pernambuco, 1817, ‘escruzilhada de desencontros’ do Império luso-brasileiro. Notas sobre as idéias de pátria, país e nação”. *Revista USP*, n. 58, jun.-ago. 2003, pp. 58-91.

VINCENT, K. Steven. *Benjamin Constant and the Birth of French Liberalism*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Trad. Carlos Alberto Nunes. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2021.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2010.

ZARAMIAN, Alain. *The Hymn and the Hymnal in Horatian Lyric*. Tese de PhD. University of Texas at Austin, 2021.

Apêndice

Apêndice 1: a coleção

Esta coleção de 50 peças foi transcrita manualmente a partir de fontes primárias encontradas na BNDigital, da Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro. Todos os itens se encontram em domínio público, com sua reutilização no presente trabalho configurada como não comercial. Os objetos são apresentados em sua integralidade, incluindo eventuais epígrafes. Ressalta-se, porém, que os pesquisadores interessados devem consultá-los também em seu ambiente primeiro de circulação, visto que eles, muitas vezes, são acompanhados de notas ou de discursos prévios. O caráter manual do colhimento igualmente deve ser levado em conta, não excetuando-se, portanto, erros de transcrição (apesar de repetidas revisões) em decorrência do alto volume.

Seguindo um modelo de antologia, ela se concentra entre 1822 e 1825, durante o ciclo de média duração do processo de independência da América portuguesa e de formação inicial do Império do Brasil, com foco em dois periódicos principais, *O Volantim* e *Diario Fluminense*, uma vez que estes trazem conjuntos mais completos para uma avaliação historiográfica. Algumas poucas outras peças foram extraídas de *A Estrela Brasileira*, *Correio do Rio de Janeiro*, *O Conciliador do Reino Unido* e *O Spectador Brasileiro*, em especial pela sua importância para os argumentos desenvolvidos ao longo desta dissertação.

A transcrição manteve a ortografia, a gramática e espaçamentos originais, sem estabelecer atualização ou correção. Todavia, ela é legível, sem maiores problemas, para o falante nativo do português brasileiro contemporâneo. Considerando o estado de conservação e a qualidade da digitalização de alguns dos materiais, nem sempre a compreensão segura foi alcançada. Nesses casos pontuais, optou-se pelo uso de chaves para uma reconstrução aproximada, [palavra], ou para a indicação de impossibilidade de entendimento, [ilegível]. Ao longo do documento, quebras de estrofes entre as páginas foram evitadas, exceto quando não era possível por limitação do processador de texto.

O conjunto é aqui apresentado em ordem cronológica e numerado, com seus respectivos dados bibliográficos (assinatura, quando consta; título original ou, na ausência deste, atribuído, com base no primeiro verso; periódico; volume e/ou número; data; paginação) inseridos em negrito acima de cada item. Há duas situações, nos itens 5 e 39, que as assinaturas são supostas, com base documental.

1. “Votos patrióticos no seguinte HYMNO”. *O Conciliador do Reino Unido*, n. 2, 12.3.1821, p. 20.

Reja a Lei; a Nação viva,

O Rei, Família Real;

O Brasil e Portugal

Liguem-se em firme UNIÃO.

Dai-nos PEDRO segurança;

Cesse de todo a opressão;

Sejamos livres, felizes

Por Santa CONSTITUIÇÃO.

A Justiça a Paz beijando

Traçarão Sociedade;

A Moral e Probidade

Entre nós florecerão

Dai-nos PEDRO segurança; &c.

Livres dos males antigos

Hymnos alegres cantemos;

Viver ditozos podemos

Brilhando a luz da Razão.

Da-nos PEDRO segurança; &c.

2. J. B. R. S. “Congratulação á patria. Pela ocasião da instalação do governo provisório de Pernambuco”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 28, 11.5.1822.

Já sou meu! Já sou livre! Eu obro! Eu penzo!

Existo agora! Agora a natureza

Brilha em mim, na razão: já não sou presa

Do despotismo atroz, medonho, infenso.

Monstros, estremecei!... Remorso intenso

Os tyranos assombra, escalda, infesa!

Olinda, oh Patria! Exulta! Immune, illesa;

Sagra ás Cortes, ao Rei, aras, incenso.

Na aurora do Brasil, Grão Nome obtendo

Em merito, em riqueza, em brilho, em gloria,

A Belgia te anhelou, fugio tremendo....

Ventura, e Fado teu dão lustre á Historia:

Prodigio, assombros teus te vão comendo

Loiros, Eternidade, Honras, Victoria.

3. “Se acaso eu commettêra algum delicto”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 82, 22.7.1822, p. 354.

Se acaso eu commettêra algum delicto,

Se o crime o meu martirio preparára:

Ainda assim me seria a sorte amára;

Ainda assim gemeria triste, e afflicto.

Mas ouvir da razão a voz, o grito;

Defender d’hum amigo a honra cara;

Que a torpe emulação, servil manchava;

He virtude, he razão, dever prescrito;

No mesmo tempo, em que o despotismo

Os animos illustres aterrava;

Esta acção não seria servilismo;

Mas então inda aqui não governava

Julião, João Antonio, o Atheismo;

Ainda a virtude em seu altar estava.

4. BARRETO, Francisco Ferreira. “Não mais escravidam; oh Patria exulta!”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 10, 12.9.1822, p. 37.

Não mais escravidam; oh Patria exulta!

Principe Egregio baseou teus Muros,
Nova Gloria nos da, novos Futuros,
Refrêa o Crime, os Despotas insulta.

Prospera, oh Liberdade! Cresce, avulta;

Longe, longe de nós, Fados escuros;
Já és Livre, oh Brasil!... Tremei Prejuros!...
Nam mais escravidam, oh Patria exulta!

Oh Joven Immortal de Gloria Infinda!

Bustos Te preste o Marmore Espartano,
Cultos e Insensos Te prepare Olinda.

Se nam Es Gallileo, Seras Trajano;

Es o Genio do Bem, Es mais ainda,
Es o Deos do Brasil! Eu nam me engano.

5. [PADILHA, José Marinho Falcão?].³⁵⁵ “Exultai Pernambucanos!”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 10, 12.9.1822, p. 38.

Exultai Pernambucanos!

Rompeu o Dia Immortal,

Que trouxe aos Brasilianos

Hum Congresso Paternal.

Escravidam

Colonial,

Fugi ligeira

Da Brasileira

Constituiçam

O Pendam da Liberdade

Surgiu do Brasil Austral:

A Lisia oferece amisade

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, & c.

Quebrarem Povos briosos

Tutella sempre fatal:

Vai fazer-nos venturosos

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, & c.

Assomou o feliz turno,

Que dos Climas de Cabral

Faça o reino de Saturno

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, & c.

³⁵⁵ Ver página 103 desta dissertação.

O Congresso Lusitano

Cêdo nos dardeja o mal:

Cumpre, que previna o damno

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Embora nos mova guerra

Esse Povo Liberal;

Pode haver em nossa terra

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Só nos prende livremente

Ao Povo de Portugal

Em o nosso Continente

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

Presida por annos mil

Pomposa Festa annual,

Quem deu ao Grande Brasil

Hum Congresso Paternal.

Escravidam, &c.

6. “Inflexível Catão! Serás meu Norte”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, p. 45.

Inflexível Catão! Serás meu Norte,
Amaldiçoando escravos corrompidos,
Que á fortuna dos Cesares vendidos
A Lysia querem dar de Roma a forte.

Teus Divinos Principios, Varão Forte!
Tem os homens de bem sempre esculpidos
Nos peitos generosos, decididos
A trocar pelos ferros sempre a morte.

Se ao alvo dos Catões não chega o tiro;
Se lhe escapa das mãos a felicidade;
Não cuidem, que endoudeço, ou que deliro:

Lendo do meu Platão = A Eternidade =
Confundirei meu último suspiro
C’o suspiro final da Liberdade.

7. “Não a Magnates, menos a Guerreiros”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 12, 14.9.1822, p. 46.

Não a Magnates, menos a Guerreiros,
Que o mundo assolão com cruel victoria;
De Urania aos Filhos de immortal memoria
Canticos não consagro lisongeiros.

Alcem ufanos Lusos sobranceiros
“Das famosas Avos a grande Historia”
Vencer digno he de mais sublime gloria
Meigas Bahianas a marciaes Pinheiros,

Bem como brilhão no alto firmamento
Em Cortes com Astrea as mais Estrellas,
Ellas são do Brasil o ornamento.

Os Louros Brasileiros mil capellas
Lhes rendem, olculando o pavimento;
Exotica Madeira trema ao ve-las.

8. J. P. F. “Mote improvisado. Independencia, ou morrer”. *Correio do Rio de Janeiro*, n. 133, 21.9.1822, p. 598.

Patria, Pedro, e Carolina
Protestamos defender;
Eis a divisa da Gloria,
Independencia, ou morrer.

Da brasilica assemblea
Supremas Leis vão nascer;
Tem por base inalteravel
Independencia ou morrer.

Para existir feito Escravo,
Que pode a vida valer?
Antes morte do que ferros,
Independencia, ou morrer.

O Brazil não retrogada,
Ou expirar, ou vencer;
Eia, avante, ó Brasileiros,
Independencia, ou morrer.

Este Reino outr’ ora Escravo,
Escravo não torna a ser;
Emancipou-se, está livre,
Independencia, ou morrer.

Tocamos no grande termo
Prescripto pelo dever;
Execração aos tirannos,
Independencia, ou morrer.

Corajosos Brasileiros,
Vosso juz deveis manter;
Sois Nação, deveis ser livre,
Independencia, ou morrer.

Os pendões da liberdade,
Tu, Brasil, soubeste erguer,
Sabe agora sustenta-los,
Independencia, ou morrer.

Ao DEFENSOR do Brasil
He tempo de conceder
Throno, Sceptro... o véo se rasgue,
Independencia, ou morrer.

Que prestão Leis promulgadas,
Sem Rei, que as faça exercer;
Novas Leis pedem Rei novo,
Independencia, ou morrer.

9. “Oh Brasil, tu a quem a forte amiga”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 20, 24.9.1822, p. 79.

Oh Brasil, tu a quem a forte amiga
Te prepara a meu ver alta ventura;
Proseguí como vás, e com candura
Ama sempre a Rasão, foge da Intriga.

Se te afastas daqui ve que periga
De teu grande Edificio a compostura;
Ficando vil Escravo da Impostura,
Sómente com a desgraça faras liga.

O teu risco porém não he imminente,
Tens remedio efficaz para salvar-te;
Os exemplos segui do teu Regente.

Isto feito, bem posso assegurar-te,
Que no Mundo terá grão excellente;
Porque Pedro te ama ha de elevar-te.

10. B. J. P. “Epistola. Em Applauso do Memoravel Dia, que se nomeiam os Nossos Deputados”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 21, 25.9.1822, pp. 82-84.

Que escuto...! oh! Ceos...! que estrondo he esse?

Que mavioso Canto entoar ouço!

Por ventura será este egrégio dia

Festejado por ti ao Deos Eterno?

Sera talvez de o veres entre assombros

Da Magestade Divina, Alta, e Suprema?

Que Concertos de Frautas sonoras!

São essas, que aos Corações encantão?

Não sei qual he a causa desse fausto,

De tanto prazer por ti anunciado!

Eu vejo o Sol seus raios espalhar,

Mimosa névoa ás plantas bafejando,

Ar agradavel, que reverdece os bosques;

O Mar pacifico, os Passaros cantando!

Sem duvida, o grande Author da Natureza

He collocado outras vez por mãos Angelicas;

N’outro Throno de Gloria mais Sublime.

Novos Iris de abrilhantadas cores;

Eu vejo nesse lucido Hemispherio;

Annunciando da Paz o doce fructo

Nesta Plaga feliz, aureo terreno,

Onde habita a rasão, onde a Justiça

Quer por força Imperar junto a seus filhos.

Dizei, dizei oh Ceos porque motivo
 Tanta Gloria se espalha entre este Povo;
 Mostrai-me ao menos hum signal sómente,
 Em que possa tambem conhecer hoje,
 Applaudir junto a ti do centro a Gloria,
 D'onde emanão delicias tão amaveis,
 Que a meus olhos mostraes com tanto assombro.

Eu vejo sim, eu vejo, e bem conheço,
 Que digno não sou desta Alta Graça;
 Bem basta devisar attentamente,
 O quanto me mostraes na face bella,
 Para certo ficar, que tudo isso
 He nascido sómente para a Gloria
 Deste Dia immortal, ditoso Dia
 Que marcado será, será lembrado
 Se o mundo existir, e houverem Ceos.

Eis ó Brasileiros, eis o Quadro!
 Da prospera ventura, que se ant'olha
 No vosso vasto Imperio rico, e nobre.
 O Ceo que encerra em si só virtuosos,
 Só limpos Corações em si contêm;
 Promette-nos fazer tambem ditosos.
 Enxuga o pranto teu; desterra as magoas,
 Que ha tempos vós jazeis entre ellas;
 O monstro da oppressão ja sem poder
 Despojado ficou dos nossos Lares.
 Já os ferros, que os pulsos nos prendia
 O despotismo cruel fero, e tremendo,
 Quebrarão-se d'huma vez; nem jámais podem
 Ligar braços sem crimes, e libertos.
 Nem os Satallites, os contrarios nossos
 Poderão outras forjar por astucia, ou arte;

Os Ceos raios guardou pr'a castigallos,
P'ra punir os seus crimes detestaveis;
E arrancar dos Coroçoens a vil cobiça.

Tremei, tremei harpias seductoras...
Guardai, guardai as vidas preciosas;
Vêde que a Mão do Omnipotente Joven
Pode hum dia no abysmo suplantar-vos,
Onde enfurecidos então, e mui raivosos,
Sem descanso sequer hum só momento;
E estraflagados pelas Furias todas;
Em chammas vos tornaes, em cinza em nada;
Mas ah!... não! para que castigos
Tão horrendos os Ceos quer preparar-lhes?
Bem basta, que espavoridos se envergonhem
De verem nossos bens, e a nossa Causa
Defendida por nós amantes della.
Alegrai-vos, Brasilienses! eis o tempo,
A época, e o momento sortunoso
Para Gloria immortal da Patria nossa.
Eis, os Heróes! os nomeados membros
Da escolha melhor, do melhor grado,
Que nos promettem tornar as Leis Sagradas
Da Sabia Constituição por nós jurada.
Confiai, confiai nesses amantes,
Amigos da Nação Braziliense,
Que já mais deixarão de ouvirem sempre
Nossas queixas formadas p'la justiça.
Nem elles deixarão de sempre firmes
Prosperarem. O Brazil em Alta Grandeza!;
Imploremos aos Céos, aos Céos benignos,
Lhes toquem os Coraçoens com a seta aguda
Da Virtude, Razão, e da Sciencia;
Sagrados Dons; que os mesmos Ceos bem podem

Entranhar-lhes nos peitos subtilmente.
Hum Principe temos nós; Hum Defensor..!
Tambem da nossa Cauza, grato amigo;
Numen singular de Alto Valor
Herde de grandes feitos Sublimado,
De Virtudes capaz, e a par de tudo
Quanto for para bem do Brazil fertil.
Soltemos hoje, os himnos sonorozos
De Paz, de União, Tranquilidade,
Que já livre dos horrores da Anarquia,
Resurge hoje o Brazil, resurge a Gloria,
Resurgem genios de apurado [ilegível];
Heróes, que ha longo tempo [ilegível] jazeis
Sem valer á desvalida Patria chára,
Vendo gemer nos ferros da ignominia,
Patria, que merecia hum Dom Sagrado!
Quebrem-se hoje os horrorosos ferros,
Q' a vil maledicencia nos forjava.
Frustrrem-se dos infames vozeadores
Contra a nossa presada, e justa Causa
Prognosticos d'inveja, de intriga, e odio.
O aurifero Brazil hirá á vante!...
Longe, longe os satellites austeros
Da vil cobiça, que detesta o Sabio.
Portugal...! Portugal...! Ah! que intentavas?
Zombar dos Irmãos teus, e escravisa-los?
Trata-los como imigos, e como ingratos
Habitadores d'hum ignoto clima?
Ah! não, não prosigas, vê, contempla
Nos dons, que a Mão Divina quiz doa los,
Na longiqua distancia, em que no Globo,
Collocada ficou por Mão Suprema
Sua Patria Gentil, do Clima vosso.
Seja, seja o Brasil, quaes são na Historia

Essas Grandes Nações, que altivas forão
Demandar Nome eterno além dos Astros.
Viva!... Viva o Brasil sempre elevado
Á Grão Posterioridade aos Seculos d'Ouro.

11. “Em honra de PEDRO, e em seu louvor”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 22, 26.9.1822, p. 86.

Quem me dera ser eu grande valido
Desse, que rege o Astro luminoso!
Para cantar com prazer em tom maviolo,
Feitos mil, de quem por Jove he protegido.

Isto dizia entre sonhos embebido
Recordando-me eu, assas vaidoso,
De Pedro, que nos he tão amoroso,
Que o ficar entre nós ha preferido

Eis que súbito Apollo me apparece,
E me diz, Mortal suspende o teu ardor,
Tal empreza mais cuidado me merece;

Eu mesmo vou com as Muzas já compor
Versos, que só a Marte se offerece,
Em honra de Pedro, e em seu louvor.

12. “Divisa nacional brasileira. Independencia, ou morte”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 23, 27.9.1822, p. 89.

Rasgue-se o véo, chegue ás Armas
 Quem dos Brasil segue a forte;
 E seja a sua divisa
Independencia, ou morte.

Do Perpetuo Defensor
 Protecção tem nossa forte;
 Como elle jurou juremos
Independencia, ou morte.

Tragão tambem nossos braços,
 Como traz seu braço forte,
 Symbolo da liberdade,
Independencia, ou morte.

Subditos fieis com Elle,
 Entre as lides de Mavorte,
 Desempenhe-se a legenda
Independencia, ou morte.

Cadêas d’ Escravidão
 Despedacemos de forte,
 Que se siga a liberdade,
Independencia, ou morte.

Guerra contra o Despotismo
 Decida da nossa forte;
 Brasileiros, união,
Independencia, ou morte.

Façamos causa commum
Contra as incursões do Norte;
Seja nossa eterna gloria
Independencia, ou morte.

Venhão os Escravos da Lysia
Vêr de seus irmãos a forte;
E como a tudo preferem
Independencia, ou morte.

Fiquem velhos, e meninos
Accompanhando a consorte;
Tudo o mais siga as Bandeiras;
Independencia, ou morte.

Haja Assembléa Geral,
Que melhore a nossa sorte;
Imperador, que nos [ilegível]
Independencia, ou morte.

13. CRUZ, F. A. da. “Á futura Acclamaçam de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 25, 30.9.1822, p. 99.

Quiz o Ceo compadecido

De nossa immensa dor
Dar-nos hum Imperador
De todos appetecido.
Este Heróe esclarecido,
De Bragança Geração,
Com Regio Coração
Atalhou trabalhos mil,
Veio livrar o Brasil
Da antiga Escravidão.

Já agora esses mal-quistos

Pódem estar descansados,
Pois lhe sahirão frustrados
Os seus planos sinistros;
Em todo o tempo mal vistos
Serão do Joven amado,
Que mandou que deste Estado
Se podem já retirar,
Pois que não quer conservar
Entre nós quem he malvado.

Vede pois a bisarria

De hum Principe idolatrado!
Seja pois Elle Acclamado,
Tudo respire alegria,
Vamos todos á porfia,
Não haja medo, nem susto,
Clamar a todo o custo,
Com o mais firme ardor,
Viva o nosso Imperador,
Viva o Grande Pedro Justo.

14. “Hymno. Patriotico brasilico”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 31, 7.10.1822, p. 122.

Às Armas, Bons Brasileiros,
Nossa Patria defendamos,
Ferros não mais consintamos,
Antes mil veses morrer.

Morrer pela Patria
He nobre morrer;
Tornar para escravo,
Antes não viver.

Pela honra expor devemos
Os bens, a fortuna, a vida;
He honra a Patria querida
Libertar da escravidão.

Liberta-la vamos,
Não mais paciencia;
Ou morramos todos,
Ou Independencia.

Quer Portugal Livre ser,
Em ferros quer o Brasil;
Promove a guerra civil,
Rompe os laços da União.

Muito embora os rompa
Por gosto, ou maldade,
Mas não rompera
Nossa Liberdade.

Phalanges contra Nós manda,
Como a Paiz inimigo;
Em vez de tratar amigo
Quem fez propria a causa sua,
Unidos a PEDRO
Nosso DEFENSOR,
Por nada contamos
O Luso furor.

Sem culpa nos proprios Lares
Corre impune o sangue nosso;
Da tyrannia ao colosso
Azos te dão, e louvores.
São estes os fructos
Da Regeneração?
São estes seos bens?
De certo não são.

Basta já de soffrimento;
A tyrannos guerra, guerra;
A salvar a Patria Terra
Ás Armas Bons Brasileiros,
Divisa nos seja
= Morrer, ou vencer =
Escravo he somente
Quem tal o quer ser.

15. “Quadras. Feitas por huma Senhora patriota, e Amante da Causa do Brasil, offerecidas a SUA ALTEZA REAL”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 33, 9.10.1822, p. 129.

PEDRO he Dativa dos Ceos,
 He Mimo do Grande Ser;
 Por Elle todos juramos
 Independencia, ou Morrer.

Tem de Mavorte o Valor,
 Tem de Minerva o Saber;
 Por tal Heróe conduzidos,
 Independencia, ou Morrer.

Com tão Forte Defensor
 Não ha perigos a temer,
 O seu valor imitemos,
 Independencia, ou Morrer.

Venhão as Nações do Mundo
 Do Sabio Heróe aprender
 A Dictar a hum Povo Livre
 Independencia, ou Morrer.

Disputar nossos Direitos
 He dos Heróes o Dever,
 Nossa Causa he Santa, e Justa,
 Independencia, ou Morrer.

Grande PEDRO! Honra, e Divisa.
 Que sempre eterna ha de ser,
 ‘Srá gravada em nossas Almas,
 Independencia, ou Morrer.

16. “Hymno. Para cantarem as Senhoras Brasileiras aos seus filhos, e as Amas aos Meninos”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 34, 10.10.1822, pp. 134-35.

Acalanta-te, oh menino,
Dorme já para crescer,
O Brasil precisa filhos,
Independencia, ou Morrer.

Cresce oh! filho da minha alma
Para a Patria defender;
O Brasil ja tem jurado
Independencia, ou Morrer.

Dos tirannos oppressores
Já não has de escravo ser;
Deo-nos PEDRO a Liberdade,
Independencia, ou Morrer.

Teu pai, a quem os tirannos
Tanto fizerão soffrer,
Te inspire contra o seu jugo
Independencia, ou Morrer.

Vai vigorando os pésinhos,
Começa a desenvlver
Os bracinhos para as Armas,
Independencia, ou Morrer.

Pelo leite que te alenta,
Dado com tanto prazer,
Jurarás servir á Patria,
Independencia, ou Morrer.

Vai crescendo, oh! meu menino
Já disposto a combater;
Aprende a dizer, meu filho,
Independencia, ou Morrer.

Aprende de pequenino
O teu sagrado dever,
Amar ao Imperador,
Independencia, ou Morrer.

O Descanço os bens da vida
He gloria tudo perder;
Pela Santa Liberdade
Independencia, ou Morrer.

Antes das primeiras letras
Deves menino saber
Esta Sagrada doutrina;
Independencia, ou Morrer.

Segue os briosos dictames,
Que a cara Patria te dar;
Présa a morte, mais que os ferros
Independencia, ou Morrer.

As meninas Brasileiras
Por exemplar devem ter,
CAROLINA IMPERATRIZ
Independencia, ou Morrer.

Tenros meninos em PEDRO
O Seu modelo hão de ver;
Seu amor lhe grite n'alma
Independencia, ou Morrer.

Pelo nosso IMPERADOR,
Para a seu mando vencer,
Este filho he já Soldado
Independencia, ou Morrer.

17. “Morrer coberto de Gloria”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 36, 12.10.1822, p. 143.

Morrer coberto de Gloria
He brasão do Sabio, e Forte;
Brasileiros denodados,
Independencia, ou a Morte.

Alça a Fronte Magestosa,
Independente Brasil,
Não te assuste a força hostil
Dessa Cohorte odiosa;
Temos rasão justiça,sa,
Temos de certo a victoria;
He digno d’alta memoria,
De suprema eternidade,
Quem por sua liberdade
Morrer coberto de Gloria.

Á face do Orbe todo
Clama o Brasil seus direitos;
Cadeias não soffrem peitos,
Que alenta valor denodo,
Ás armas... não d’outro modo
Se conhece o heroico porte;
Se da Patria pede a forte
Dar as fazendas, as vidas
Effeito he d’almas subidas,
He brasão do Sabio, e Forte.

Sim, temos á nossa frente
Das victorias o penhor
No Sabio Heróe Defensor,
Nosso adoravel Regente.
Negra Inveja embora attente
Á nosos direitos sagrados;
Seguindo os países honrados
Da rasão, da causa justa,
Nada temem, nada assusta
Brasileiros denodados.

Grande Deos da Natureza,
Que hum tal Bemfeitor nos deste,
Que no Brasil o pozéste
Para ser nossa defeza,
Protegei tão justa empreza,
Teu auxilio nos conforte;
Em respeitoso transporte,
Grande Deos, nós protestamos....
Por Ti, pelo Heróe juramos
= Independencia, ou a Morte. =

18. “Ao sempre fausto, e memoravel Dia doze de Outubro de 1822”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 36, 12.10.1822, p. 144.

Celebremos a poma deste dia,
Brasileiros fieis, no que convenhão,
Os que querem mostrar, quanto se empenhão,
Em applaudir os Vivas á porfia;

Soem nas caixas rufos de alegria,
De Marte os Esquadroens não se detenhão,
E presentar as Armas destros venhão,
A quem ser nosso Chefe principia;

Assentem-se tambem canhoens ardentes,
Que apregoem nas terras, e nos mares,
A alegria geral das nossas gentes;

Todos os Brasileiros Paisanos, Militares,
A Acclamação festejem assás contentes,
Do Grande Imperador dos nossos lares.

**19. MAZINHO, Joaquim de Santa Anna. “Firme ao Ente que nos guia”. *O Volantim*.
Periodico Diario, n. 37, 14.10.1822, p. 147.**

Firme ao Ente que nos guia,
Que he Senhor de Braço forte,
Pois nos livrou d’Anarquia
Co’ a Independencia, ou Morte.

Fui Vassalo de João,
Sou do Herdeiro da C’roa;
De fidelidade, em Lisboa
Jurei a Constituição
Por sympathica affeição
A jurei com alegria;
Porém vendo a tyrannia,
Que co’ o Príncipe tem uzado,
Do que jurei retrogado,
Firme ao Ente que nos guia.

Está chegado o Feliz Dia,
Em que foge a mágoa, a dor;
Vivos transportes de Amor,
Acclamem a Monarquia.
Huma celeste harmonia
Deseja o patrio Mavorte.
Da Virtude o amparo forte,
Da alliança o Penhor,
Existe no DEFENSOR,
Que he Senhor de Braço forte.

Imperador da Nação,
Em dizello não me assusto,
Se hoje livre está sem custo
O Brasil da Escravidão,
Ao Filho heroico de João,
E á sua Sabedoria,
Se deve. P'la primazia
Com que salvou o Estado,
Nos peitos seja gravado,
Pois nos livrou d' Anarquia.

De Portugal para a Bahia
Na Expedição fui mandado;
Não quiz insubordinado
Ser, por quem eu já morria.
Dever, Rasão, Sympathia,
Dirigirão-me o Norte;
E unindo minha sorte
Ás Armas do Grão Brazil,
Me abraçei varonil
Co' a Independencia, ou Morte.

20. AZEVEDO, E. M. de. “Soprando as Tubas cem com ar garboso”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 38, 15.10.1822, p. 151.

Soprando as Tubas cem com ar garboso,
Gloria da Russia, e da Suecia damno,
Eleva a Fama o Pedro Russiano,
De Petersburgo o Fundador famoso,

Ora na guerra o mostra bellicoso,
De Louros immortaes cingido ufano;
Ora em paz sobre o Throno, egregio, humano,
Sabio, experiente, justo, e cauteloso;

Mas hoje Imperador, que felicita
De Santa Cruz o solo prasenteiro,
Sendo-lhe em Nome igual, lhe excede em dita.

Do onde existe Alcáçar Sobranceiro,
Sente pasmado o Pedro Moscovita
Murchar-lhe a fama o Pedro Brasileiro.

21. AZEVEDO, E. M. de. “Maravilha sem par da nossa idade”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822, p. 155.

Maravilha sem par da nossa idade,
Excelso Imperador deste Thesouro,
Tu trazes ao paiz bafejado d’oiro,
Honra, riqueza, brio, e liberdade,

Ha de o tempo, ha de a gloria, ha de a verdade
Louvar-Te no provir, dar-Te ao vindoiro;
E tu serás com fortunoso agoiro
Maravilha sem par da nossa idade.

Por Ti, da Patria Arcantes Superiores,
Da gloria vão trilhar sublime estrada,
Vão ser nossos sem par Legisladores.

Hão de dar ao Brasil Gloria sagrada,
Para os louvores Teus, para os seus louvores
O Mundo he pouco, a Natureza he nada.

22. “Independencia, ou a morte. Glosa”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 39, 16.10.1822, pp. 155-56.

Valerosos Brasileiros
 Que em regaço de prazeres
 Desempenhaes os deveres
 De Nacionaes verdadeiros!
 Vós fosteis os primeiros
 Que nos Campos de Mavorte
 Manejando o braço forte
 Gravestes em bronze, e fedro,
 Para o Imperio de Pedro
 Independencia, ou a morte.

Elle he vosso Defensor,
 Vosso pai, e vosso amigo,
 Nelle haveis de achar abrigo,
 E hum paternal amor;
 He ja vosso Imperador
 Por Lei, por dever, e sorte,
 Não póde pois haver córte
 No seu Imperial poder,
 Porque sabeis defender
 Independencia, ou a morte.

Portanto tendes firmeza
 Nos vossos nobres projectos,
 Mostrando em vossos aspectos
 Valor, brio, e inteireza.
 A Tóxa tendes acceza,
 Que clareia o vosso Norte;
 Porque o vosso Imperio forte,
 Que venturas eternisa,
 Sustem por nobre divisa
 Independencia, ou a morte.

Viva o nosso Imperador
Valeroso, e justiceiro;
Viva Pedro Primeiro
Do Brasil o Defensor;
Viva a Assembléa; e em penhor
Da nossa perenne sôrte
Viva de paz em transporte
Carolina Soberana,
A Religião Romana,
Independencia, ou a morte.

23. AZEVEDO, E. M. de. “Tres seculos depois de ser patente” *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, p. 159.

Tres seculos depois de ser patente;
Tendo á frente hum Heróe d’alta valia;
Será este Paiz independente,
Disse hum Deos, do Brasil, quando o fazia;
Cumprio-se a Profecia altipotente,
Da Gloria do Brasil chegou o dia,
Já PEDRO lhe doou de Imperio a forte,
Já tem por timbre Independencia, ou Morte.

24. “Recitada em louvor do Senhor D. Pedro I. Imperador do Brasil, no Salão do Theatro da Cidade de S. Paulo, onde se juntarão os bons Brasileiros, para sahirem a cantar o Hymno no segundo dia da iluminação, pela faustissima noticia da Acclamação do mesmo Senhor, por hum verdadeiro Patriota”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, pp. 159-60.

Venturoso Brasil, em fim, triunfas...
Triunfas cara Patria... Os inimigos,
Que ha pouco te insultavão, já se callão.
Quanto custa o silencio!

Mordei-vos, viz algozes, que rebeldes
Ás leis da gratidão, beber querieis
O sangue desses mesmos, que á seus peitos
Contentes vos união.

De raiva esbravejai, vendo a ufanía,
Com que hum Povo, que sabe seus direitos,
Suas forças pezando, em fim levanta
Da Independencia o brado.

De raiva esbravejai, e envergonhai-vos,
Dessas tyrannias, que iniquas maquinaveis;
Os que são verdadeiros Lusitanos,
Nunca assim praticarão.

Ah! bem haja o Heróe, que nos protege;
Bem haja o sabio, o justo, o forte, o grande,
O sem par, sem segundo, o quasi Nume,
O nosso Augusto Pedro.

Pedro... Oh Nome immortal, oh Nome santo,
Delicias do Brasil, magico encanto,
Que tua occulta força me transporte,
Que teu fogo me inflamme.

Que minha debil voz voando altiva,
Arremede o trovão na fortaleza,
Seja digna de Ti, quando Te acclame
 Por nosso Imperador.

Que meu tosco pincel Te represente
Defensor do Brasil, seu terno Amigo,
Seu carinhoso Pai, sua alma, e vida,
 Seu anjo Tutelar;

Que minha debil voz, tomando forças,
Em nome do Brasil dizer eu possa;
= Protege-me o só Deos, Pedro me guarda;
Podem vir atacar-me. =

25. “Mais que tudo o coração”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 40, 17.10.1822, p. 160.

Viva o nosso Imperador,
Que he todo o nosso bem,
Viva a Consorte amada,
E Reaes filhas tambem,
Pois descendendo de Pedro
Estas lindas flores tão bellas
Vem a formar as Capelas
Da mais formoza união,
Pois o Brazil lhe offerece
Mais que tudo o coração.

Viva o nosso Imperador,
Viva a Esposa adorada,
Pois só de Deos he mandada
Prenda de tanto valor
O Brazil que hoje he Senhor
Da Liberdade perdida,
Ergue a cabeça abatida
Da tyranna escravidão,
Dando a D. Pedro Primeiro
Mais que tudo o coração.

Viva o nosso Imperador
Viva a Santa Religião;
Neste dia memoravel
Em que o anjo publicando
Com a trombeta na mão
A gloria dos brasileiros,
A mais luzida Nação,
Pois o Brazil de contente
Offere-se ao seo Augusto
Mais que tudo o coração.

Viva o nosso Imperador
Mimo do Ceo primozoso
Viva a Assemblea, e o Povo
Viva tudo que he de PEDRO
Por muitos seculos, e muitos
Pois o Brasil Orgulhozo
De tal prenda possuir
Contente estendendo a mão
Offere-se a Pedro amado
Mais que tudo o coração.

26. “Brasil, o Grande Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 43, 21.10.1822, pp. 170-71.

Brasil, o Grande Brasil
Não teme Luza Cosorte;
Em seu despeito jurou
Independencia, ou Morte.

Avante, avante
Bons brasileiros.

Proclamou a união
De Luza, falsa consorte;
Conhecendo o erro grita
Independencia, ou Morte.

Avante, &c.

Não julgou, que a ingrata Luza
Lhe desse tão grande cóрте,
Obrigando-o a proclamar
Independencia, ou Morte.

Avante, &c.

Mas poude a tempo suster
A traição, que soffre o Norte,
Aos filhos gritando he tempo,
Independencia, ou Morte.

Avante, &c.

Eis que seu grito relsoa;
PEDRO acode; e qual Mavorte
Embraça o Escudo trasendo
Independencia, ou Morte.

Avante, &c.

A seu exemplo os mais filhos
Cheios de vivo transporte
Jurão por Deos, e por PEDRO
Independencia, ou Morte.

Avante, &c.

Este Heroe dos nossos dias,
Que ao Brasil tocou em forte,
Da-lhe a vida quando jura
Independencia, ou Morte.

Avante, &c.

Viva O Nosso IMPERADOR
PEDRO O Grande, o Sabio, O Forte,
Que Promette sustentar
Independencia, ou Morte.

Avante, avante
Bons Brasileiros.

27. BRITO, J. T. S. “Santa Causa do Brasil”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 43, 21.10.1822, p. 171.

Santa Causa do Brasil,
 Que respeito, abraço, e sigo,
 Ditosos todos os Entes
 Se combinassem com tigo.

GLOZA.

Vejo Europa contemplar
 Do Brasil a Independencia,
 Que a Divina Providencia
 Fez bom dia proclamar.
 Sobre a terra, sobre o mar
 Te appresentas Senhoril,
 Imperiosa, e gentil
 Do jugo hum Deos te ergue e tira;
 Hum Deos he quem te remira
 Santa Causa do Brasil.

Portugal soberbo intenta
 Com manhas escravisar-nos;
 Portugal quer subjugar-nos
 Com civil guerra cruenta.
 Portugal teme, lamenta
 Teu destino, tem perigo
 Se pobre, fraco inimigo
 Queres com necia influencia
 Atacar a Independencia,
 Que respeito, abraço, e sigo.

Armas, nem machiavelismo,
Portugal, nós não tememos;
Tambem para a guerra temos
Coragem, força heroismo
Teme mortal parocismo,
Perdas, desgraças urgentes;
Teme em quanto o Deos das gentes
Propicio ao nosso Hemisferio
Faz do Brasilico IMPERIO
Ditosos todos os Entes.

Contra o Paiz Brasileiro
Raivoso te conjuraste,
Monstro, que nem respeitasse
De JOAM o Regio Herdeiro
Jugo de hum vil captiveiro
Forjavas ao Reino amigo
Ah! veria o Mundo antigo
No Brasil males nocivos;
E os Brasileiros captivos
Se combinassem com tigo.

28. J. A. S. M. “Os Mineiros, que não sabem”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 48, 26.10.1822, p. 191.

Os Mineiros, que não sabem
Do seu character descer,
Muito ha que proclamarão
Independencia, ou morrer.

Pelo bem da Liberdade,
Do mortal melhor haver,
Tem jurado eternamente
Independencia, ou morrer.

Nos nobres peitos jamais
O servilismo ha de ser
Cabiment’ onde so quadra
Independencia, ou morrer.

D’heroico Patriotismo
O seu brasão ha de ser
Firmeza, tendo por timbre
Independencia, ou morrer.

Do Brasil á santa Causa
Querem todos concorrer.
Eriosos com honra querem
Independencia, ou morrer.

Pelo Principe, que elegend
Par’ o seu Paiz reger,
Constantes serão no voto,
Independencia, ou morrer.

Às mais Provincias não cedem
Na gloria d' escolher
Para si, para seus filhos,
Independencia, ou morrer.

 Exult' a Patria, exultão
Os Mineiros de prazer,
Quand' em toda a parte soa
Independencia, ou morrer.

29. ROLAM, Antonio Aureliano. “Excelso Pedro, que o Ceo ha dado”. *O Volantim*. *Periodico Diario*, n. 49, 28.10.1822, pp. 194-96.

Excelso Pedro, que o Ceo ha dado
 Ao Brasilico Reino como Herança,
 Precioso fructo, fructo delicado
 Da Prole Augusta, da Real Bragança;
 O Ceo te escude, e te dê hum fado
 Tão feliz, venturoso, e sem mudança,
 Tantas ditas te cerquem, que ditoso
 Em tudo sejas sempre venturoso.

Meu estro, Grão Senhor, he mui rasteiro;
 Hum peito franco, hum coração sincero,
 O amor, o respeito, a obediencia;
 O dever, pelo qual eu morrer quero;
 Vós sois o Protector da innocencia,
 Vós amais a Justiça com esmero;
 E as vossas virtudes sublimadas
 Nos Brasilicos peitos stão gravadas.

Não, Augusto Pedro, a adulação,
 Não impera jamais neste meu peito,
 Nem tributo ficticia adoração,
 Por servilismo vão, por vil respeito;
 Eu adoro as virtudes se ellas são
 Natas, e reaes em hum sugeito;
 Tem sido sempre este meu bom Norte,
 Não sei viver no mundo d’ outra sorte.

Pode ser que esta nobre condição
Seja origem da minha desventura,
E que os longos annos de oppresão
Fizessem minha sorte amarga, e dura;
Mas agora o oppreso coração
Espera melhor sorte, pois m'augura
Hum Heroe que não tem viz protegidos,
Nem privados, e nem favorecidos.

Os ouvidos serraí, Senhor, por piedade
Aos intrigantes viz, viz detractores,
Olhai, Real Senhor, que a falsidade
He a mola real dos impostores;
A fim de illudir a sã verdade
Os meios só procurão os traidores;
Eu o sei, eu o sinto; eu o padeço,
E por meu mal, assas bem o conheço.

Os vossos Europeos, que Brasileiros
Se honrão por assim serem chamados,
Fieis sempre serão, e os primeiros
Com valor assombroso, e denodados;
Unidos a seus charos companheiros
Que neste gentil clima são gerados,
Vos jurão defender de toda a sorte,
A nossa Independencia, ou a morte.

Tudo tendes Senhor! Bravos Guerreiros
 Dos Hemispherios dois, e tão unidos
 Que em seus sentimentos verdadeiros
 Parecem neste clima produzidos;
 Ministros tendes habeis, que os primeiros
 Serão em te seguir leaes, e fidos;
 Andrada Illustre, Nobrega honrado,
 Fieis sempre estarão ao vosso Lado.

E na posse de Pedro, que temor
 Se póde difundir nas Povoações?
 E ao Lado do Joven IMPERADOR
 Que tememos? Não são suas acções
 O mais decidido, e Grão Penhor
 Que garante os nossos corações?
 Pois das suas virtudes sãs, Divinas
 Falle o Rio, S. Paulo, diga-o Minas!

Eis os votos, Senhor, dos Teus amigos,
 Dos amantes da Causa do Brasil;
 “Tremão de nós os nossos inimigos,
 Géle de fusto o Congresso hostile,
 Pouco monta se ostentem atrevidos,
 E expécção contra nós Phalanges mil;
 Que o valor Brasileiro calcará”
 Aos péz o seu orgulho, e trinfará.

“Viva o Grande Pedro, IMPERADOR,
 Viva a IMPERATRIZ gentil, virtuosa,
 Viva o grão Brasil que he já Senhor
 Da sua liberdade preciosa;
 Desterre-se o ingrato, o vil trahidor,
 E a turma malvada, e facciosa;
 Com Pedro viviremos satisfeitos,
 Porque elle mais Impera em nossos peitos.

Morrer por Pedro, pela Patria amada
 Eis o que cumpre ao Cidadão honrado,
 Manter briosos Causa tão Sagrada,
 He, Brasileiros, o que vos manda o Fado;
 Não temais do Congresso a vil cilada,
 Seja o vosso valor seguro, e ousado;
 Exemplos tendes que vos sirvão de clarão
 No bravo Henriques, intrepido Camarão.

Hum Luzo Brasileiro afeiçoado
 (Mas que vivido tem na obscuridade)
 Ingenuo vos offerece denodado,
 O sangue, a vida, a mesma liberdade
 A favor do Projecto abençoado
 Da Brasilica Causa, e com verdade
 Vos [offerecera] os bens se os lograra,
 Mas não lhos concedeo a sorte avára.

Perdoai o meu grande atrevimento
Amavel Pedro IMPERADOR Invicto
Perdoai-me, em que tão feliz momento
Eu devera também alçar meu grito;
Se de Alexandre tens o ornamento;
Mais te Illustras por ser hum novo Tito;
Perdoai por clemencia, por piedade,
Os versos que me dicta a ingenuidade.

Não sou Vate a quem gentis Camenas
Inspirem expressões lindas, mimosas;
As minhas produções não são amenas,
Mas sinceras, amantes, respeitosas;
Se algum dia gosar horas serenas,
Então eu as farei mais deliciosas,
Cantando em Louvor tem por toda a parte,
“Se a tanto me ajudar engenho, e Arte.

30. “Que, vejo ó Ceos, que vejo! moribundo”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 51, 30.10.1822, pp. 201-02.

Que, vejo ó Ceos, que vejo! moribundo
O Despotismo, e a Luza Monarquia
Eu vejo illuminada?.. Ó Ceos que dia!..
Não tem primeiro; não terá segundo.

Ah! Principe Immortal, Author profundo
Do Bem, que a bem da Patria se pedia;
Serás levado á mór Soberania,
Q’o mundo vira, se verá no mundo.

Teu Nome, Excelso Pedro, e tua Fama
Hirão de Polo, a Polo; a toda a parte
Do Feito ao lado, que os Laureis T’accama.

Já não precisas, para eternizar-te,
Do por-vir que o presente já T’acclama
Na Paz Minerva, na Campanha Marte.

31. “Musa d’antes lacrimosa”. *O Volantim. Periodico Diario*, n. 52, 31.10.1822, pp. 205-06.

Musa d’antes lacrimosa
 Gemendo á voz d’opozeição,
 Desafoga o peito e canta
 A nossa Constituição.

Estrebilho

Do Brasil a justa Causa
 Quem deixa de conhecer?
 He justa, he Santa, e por ella
 Independencia, ou morrer.

Tarde, ou cedo escuta o Ceo
 Dos homens a petição;
 Chegou em fim o Despacho,
 A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Quanto, ó Luzos, Brasileiros
 Se deve á potente Mão,
 Que tão liberal no deu
 A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

De nossas Leis melhoradas
 Ninguem s’opponha á fancção
 Respeitando [asãos], temendo
 A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Teme, e treme, Portugal,
Do furor de hum coração
Regio; Sacrário, que encerra
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Santa Catharina, Santos
Sorocaba, Maranhão;
O Pará, e outras, segurão
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Linhos, madeiras, ferragem
Estas provincias nos dão
Para levar aos teus Portos
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Da Industria, as bellas tintas,
A boa lã o algodão;
Temos tudo; não tem falta
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Legumes, carnes e fructas,
Mil qualidades de pão
Sustentão sem dependencia
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Temos mais, e o mais que tudo,...
O ouro, origem d'ambição,
Que t'[illude], quando encáras
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Os máres, rios, e peixes,
Pedras d' alta estimação
Enriquecem, baseficação
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Ah! Portugal, Portugal
Conhece quanto á illusão
Te choramos; e cantamos
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

Cada homem no Brasil
Vale por toda a Nação
Contra aquella que insultar
A nossa Constituição.

Do Brasil &c.

32. J. P. F. “Elogio. Offerecido a S. M. o IMPERADOR”. *A Estrela Brasileira*, n. 20, 3.12.1823, pp. 77-78.

*La gloire des mortels ne fait que des héros;
Mais la vertu, Seigneur, aux dieux les rend égaux.*

SOMMERIVE

Furtando o collo a vergonhoso jugo;
Longe lançando insoportaveis ferros,
Que nos braços robustos mal sofria;
Surgindo em fim do aviltador lethargo,
O Genio Brasileiro se aviventa;
Character Nacional se desenvolve;
E de improviso independente e livre,
Dando grande principio ao grande Imperio,
Por voto universal, mutuo consenso,
Por nobre escolha, voluntario impulso,
O Throno Augusto da mais Sacra origem
Consagra a PEDRO, Imperador Primeiro.

Ó Dia de prazer, Copia adoravel
Dos puros Dias, que no Olympo correm!
Perpetua duração no Globo alcances;
E teu Anniversario recordando
Ás novas gerações tua existencia,
Do remoro porvir nas longas Eras,
Seja qual hoje encantador principio
De paz, de gostos, de ventura, e gloria.

Debalde horriveis, execrandos Monstros
Atro veneno, que lhes ferve n'alma,
Forcejão por soltar nos peitos nobres
Do sempre honrado, Brasileiro Povo.
Debalde Furias, que nos crimes folgão,
Ousando tudo quanto há máo no Inferno,
Querem disseminar discordia, horrores,
Cubrir de luto, arremessar no cháos
De traições, de revolta, e de anarquia,
Das Plagas todas o extremoso apuro.

Ah! Miseros! Não sabem, não conhecem,
Que briosa Nação, que Throno insultão!
O Povo do Brasil de Heroes formado
Não cede a impulsos de escaldadas mentes,
Onde em delirios a razão se perde;
O Povo do Brasil não usa crimes,
Nem á voz do dever, ao grito da honra
Em perfida surdez se finge estranho.

Quem levantou a PEDRO sobre o Solio,
Hade no Solio sustentar a PEDRO.
E se acaso a traição roubar podesse
Forças, e vida aos Brasileiros todos,
Os Cadaveres seus recobrarão
Nova existencia por salvar o Throno,
Vingar a Patria, a Liberdade, e a Gloria.

Mas se PEDRO ao Brasil immenso deve,
 Deve immenso o Brasil tambem a PEDRO.
 Nos mares de politicas procellas,
 Regendo o leme do Baixel do Estado,
 Por entre as vagas de facções raivosas,
 O leva a salvo de naufragio horrivel.
 Seus Olhos Paternaes por toda a parte
 Na Publica ventura attentos velão.
 Ás vozes do infeliz nunca foi surdo,
 E podendo valer negar não sabe
 Ao desditoso bemfazeja dextra.
 Mortal exerce acções quasi divinas;
 E se no terreo Globo hovessem Deoses,
 De Deos o nome fôra dado a PEDRO.

Honrados Brasileiros, longe, longe
 Funestas distincções, fermentos de odio.
 No mais bello Jardim crescem, vegetão,
 Ou nascidas ali, ou transplantadas
 Flores diversas, variados fructos.
 Corações generosos não confundem,
 O que deu Natureza, e deu o Acaso.
 He de todo o Paiz Virtude, e Crime;
 Puna-se o Crime, e adore-se a Virtude.

Briosos Brasileiros, eia, avante.
 Do Amazonas ao Prata hum só principio,
 Amor ás Leis, é Liberdade, ao Throno,
 Em laços fraternaes unindo os Povos,
 De celeste prazer cubra seus Dias.
 A nossa Independencia os Ceos defendem;
 Fundada na Razão, e na Justiça,
 A Causa do Brasil he Causa sua.
 Venturosa Nação! Ditoso Imperio!

E Tu, Senhor, que Tens na Dextra Augusta,
Dos nossos Fados a opção mais bella,
Qual Pai, qual terno Amigo Impera sempre.
No affecto Nacional Throno escorado,
Seguro mais, e mais, nunca vacila.
Justa Constituição, Dativa Tua
Felicite o Brasil; serás Ditoso,
E Adorado serás ao longe, e ao perto.

33. “Hymno para as Senhoras Brasileiras cantarem aos seus Meninos”. *O Spectador Brasileiro*, n. 8, 15.7.1824, pp. 5-6.

Acalanta-te oh; menino;
Dorme já para crescer;
O Brasil precisa filhos,
Independencia ou morrer.

Cresce oh! filho da minha alma
Para a Patria defender;
O Brasil já tem jurado
Independencia ou morrer.

Dos tiranos opressores
Já não hás-de escravo ser
Deo-nos PEDRO a liberdade,
Independencia ou morrer.

Vai vigorando os pésinhos,
Começa a desenvolver
Os bracinhos para as armas
Independencia ou morrer.

Pelo leite que te alenta
Dado com tanto prazer
Jurarás servir a patria
Independencia ou morrer.

Vai crescendo, oh! meu menino,
Já disposto a combater;
Aprende a diser, meu filho,
Independencia ou morrer.

Aprendendo de pequenino

O Teu sagrado dever

Amar ao IMPERADOR

Independencia ou morrer.

O Descanço, o bem da vida

He Gloria tudo perder

Pela Santa liberdade,

Independencia ou morrer.

Antes das primeiras letras,

Deves menino saber

Esta Sagrada doutrina,

Independencia ou morrer.

Segue os briosos dictames,

Que a Cara Patria te der,

Préza a morte mais que os ferros,

Independencia ou morrer.

As meninas Brasileiras

Por exemplar devem ter

CAROLINA IMPERATRIZ

Independencia ou morrer.

Tenros meninos em PEDRO

O Seu modelo hão-de ver;

Seu amor lhe grite n'alma

Independencia ou morrer.

Teu Pay, a quem os Tiranos

Tanta fizeram sofrer,

T' inspire contra o seu jugo

Independencia ou morrer.

Pelo nosso IMPERADOR,

Para a Seu mando vencer,

Este filho he já Soldado

Independencia ou morrer.

34. “Hymno marcial”. *O Spectador Brasileiro*, n. 9, 17.7.1824, pp. 3-4.

Valentes guerreiros,
 Que a Fama buscais,
 E as armas alçais
 A novo esplendor.

Mostremos ao Mundo
 Bravura, Energia,
 A Patria confia
 No nosso valor.

Oh vós, que aos clamores
 Da Patria correstes,
 E nada temestes
 No Heroico fervor,

Mostremos ao Mundo etc.

E vós, que seguindo
 As novas Bandeiras,
 Antigas fileiras
 Deixastes sem dor.

Mostremos ao Mundo etc.

Ouvi de Bellona
 O grito que entoa;
 Ao longe já sòa
 Da Guerra o fragor.

Mostremos ao Mundo etc.

Se vive na Fama
Da Heroes a Memoria,
Salvou-os a Gloria
Do Tempo ao furor.

Mostremos ao Mundo etc.

Que horror nos combates!
Que p'rigos no assalto!
Mas falla mais alto
O bellico ardor

Mostremos ao Mundo etc.

Os Chefes zelosos
Vos vão excitando;
Marchai a seu mando,
Sem susto, ou temor.

Mostremos ao Mundo etc.

Fiel disciplina
De Marte he divisa,
Seguir-se precisa
A voz sup'rior.

Mostremos ao Mundo etc.

Do Principe augusto
A Mão paternal
Quiz ser liberal
Em vosso favor.

Mostremos ao Mundo etc.

Nos peitos honrados
Com zelo fervente
Ao nosso Regente
Guardai vivo amor.

Mostremos ao Mundo etc.

Em vós, oh Guerreiros,
A Patria descança;
Da sua esperança
Vós sois o penhor.

Mostremos ao Mundo etc.

Por vós não receia
Inimigos alphanes,
Nem teme as phalanges
De injusto oppressor.

Mostremos ao Mundo etc.

Corramos a Gloria,
Que assim nos convida;
Mais vale a vida
Da Patria o Louvor.

Mostremos ao Mundo etc.

Da Esposa, e dos filhos
Quem guarda o direito,
Não teme o seu peito
Aos tiros expor

Mostremos ao Mundo etc.

35. FRANÇA, Luiz Paulino Pinto da. “Eis já dos Mausoléos silencio horrendo”. *O Spectador Brasileiro*, n. 64, 29.11.1824, p. 4.

Eis já dos Mausoléos silencio horrendo
Me impede o respirar, a voz me esfria;
Eis chega a mórte eterna, eis morre o dia,
E ao nada a natureza vai descendo.

No da anniquilação passo tremendo,
Escudo me dá [saã] Philosophia,
Terror humilde o rosto não me enfia,
Como Cataõ morreo, eu vou morrendo.

Mas ah! tu d'alma nobre qualidade,
Saudade cruel co' o sofrimento
Me arremessas a mares de anciedade,

Molher, filhos, amigos n'hum momento,
No momento do – Adeos p'ra Eternidade
Vós sois o meu cuidado, o meu tormento.

Qual rapido tufão de oppostos ventos,
 O socegado mar alvorotando,
 Placidas ondas tormentoso agita,
 Assim o duro golpe,
 Então tumultuando affectos varios,
 Verte o fel da aflicção em mais de hum peito.

Ao – Cumpra-se – do Aresto abominavel,
 A ambição já calcula as sommas de ouro,
 Espolios dos motins, das traições lucro;
 Fingidos Pais da Patria
 Já nas forjas do crime ensaião raios
 Contra o docil Brasil, contra seus filhos.

Athlétas dos partidos, ufanando
 Despejo, prepotencia, atrocidades,
 Acicalão punhaes, tomão vinganças;
 E pungindo a discordia,
 Na mente affagão proscricções, horrores
 Dos tempos infernaes de Mario, e Sylla.

Eis divina impulsão alenta os povos;
 Ao alcaçar de PEDRO correm, voão;
 Pedem, instão, reclamão que não parta;
 E PEDRO, sempre Grande,
 Do Solio, e do Brasil mantendo a Gloria,
 Defere aos Povos, declarando – Eu Fico. –

Hum subito prazes succede ás magoas;
 Pulão dos olhos lagrimas de gosto;
 Filhos do coração ingenuos vivas
 Resoão de mil partes;
 Serenos dias o presente outorga,
 Porvir sem mancha fulgido resplendo.

Já medra, já respira desopresso
O Dominio das Leis, e das Virtudes;
Sacros principios de Moral Celeste
Na pratica vacejão;
Ressumbrão sobre os limpos horizontes
Puras delicias da Primeira Idade.

A Paz sazona da Abundancia os fructos;
O Corpo Social avulta, e ganha
Uteis bellezas, proveitoso ornato;
E florecendo em tudo,
Ovante, e mais segura, e mais ditosa
Repousa a Patria no Poder do Throno.

Pobres na origem, grandes na carreira,
Chegão mares ao mar diversos rios;
Assim de hum Dia só, de hum só – Eu Fico –
Dimanou gloriosa
A cheia ingente de Sublimes Feitos
Padrões honrosos do Brasil, e PEDRO.

37. ARANHA, Vicente da Costa Taques Goes e. “Aurea sorte Luzo neste hemisferio”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 20, 27.1.1825, pp. 78-79.

Aurea sorte Luzo neste hemisferio,
Que o presagio brilhante promettia;
Era Pedro essa Pedra em que este Imperio
Nesta época fundado ser devia.
Porque as obras de Deos são por misterio,
Em Pedro a Santa Igreja principia;
E outro Pedro nos cria, e nos ensina
Lealdade, pureza, e sã doutrina.

Recebe, ó Brasileiro, a Lei Sagrada,
Que essa mão Bemfazeja te offerece;
Se para defender-te he sempre armada,
Tambem obedecida ser merece.
Nessa forte columna bem fundada
Nossa doce esperança mais florece,
Do Throno Imperial vendo contentes
As venturas manar como torrentes.

Espera, soffre hum pouco, sê constante;
Porque sempre os principios são custosos;
Virá cedo essa Aurora rutilante,
Que nos faça para sempre venturosos.
Encara forte a Tropa armisonante
Desses lobos agora belicosos,
Tu verás em cordeiros convertidos,
E seus apaniguados confundidos.

Assaz tenho a dizer, porém suspendo;
Estimulo a teu brio he grave offensa.
Morrerei, não temo isso, pois morrendo
Por tão Sagrada Causa he gloria immensa.
Ao Soberano, e á Patria defendendo
A morte não he morte, he vida extensa;
Assim a eternidade [ilegível]
Os heróes que este exemplo praticarão.

38. “He tão curta a expressão, como illusoria”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 73, 5.4.1825, p. 294.

He tão curta a expressão, como illusoria
A esperança do bem, que a luz despreza;
Sem que brilhe a verdade, e singeleza,
Não entra a luz no Templo da Memoria.

Quando no seio imparcial da Historia
Se reúnem as graças, e a belleza,
A harmonia he expressão da natureza
E a virtude he, quem marca o rumo á gloria.

Tal he, Senhor, de Horóscopo vedado
A esperança feliz, e lisonjeira,
Que rega o louro, á Patria consagrado.

Enquanto nutre a gloria verdadeira,
A Patria tem por título sagrado
– Primogenita, Augusta, e Brasileira. –

39. [BARROS, Domingos Borges de.]³⁵⁶ “Ode recitada aos 22 de Janeiro 1825 em Paris, em casa do Viador J M. Gonçalves”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 82, 15.4.1825, p. 330.

Da gloria o enlevo nã subira a tanto,
Sem a doce esperança dos agrados
Da fagueira beleza.
Sem os carinhos da adorada esposa,
Suportaveis não forão penas, lidas
De que se a vida mina.
Além da tumba que emportara a fama,
Se na prole (inda hum mimo da consorte),
Não continuasse o homem?
Sexo querido, da virtude imagem,
A delicia he com tigo; se não foras,
Fôra o mundo hum deserto.
Se na choupana estás, lá estão deleites;
E se ao lado do heróe o throno ocupas,
Abrilhantas o throno.
Dado fôra sem ti vestir a purpura
A justiça, o valor; mas não vestira
As graças, a clemencia.
Heróe sem Leopoldina Pedro fôra,
Mas o Brasil o heróe deificando,
Gemera em orfandade.
Da Santa Cruz o Imperio não tivera
Sem Leopoldina as Prendas Preciosas,
Que lhe assegurã seculos.
Nossas tenrinhas Brasileiras Flores,
Guardai oh Deos! sómente hum pai conhece!
Mas que sagrada aurora!!!

³⁵⁶ A assinatura da peça não se encontra na publicação original. Todavia, ela é verificável, uma vez que a composição surge, com o mesmo título e algumas poucas diferenças, em BARROS, Domingos Borges de. *Poesias oferecidas ás senhoras brasileiras por um bahiano*. t. 2. Paris: Chez Aillaud, Libraire, 1825, pp. 189-91.

Dando a filha dos Cesares ao mundo,

Á Realeza meio mundo deste,

 Dia grato aos Monarcas!

La do Danubio as ninfas te saudavão,

Quando as ninfas Bahianas o seu Pedro

 A ve primeira virão.

Como lhe envesga os olhos a anarchia...!

[Io!] de Leopoldina a Prole Augusta

 De Pedro a obra firma!

[Io!] Dia sem par! outros nos derão

Tropheus, e Independencia, tu as Graças

 Adoração do Imperio.

40. POSSOLO, José Augusto. “Elogio a S. M. I., á Senhora D. Maria Leopoldina Jozefa Carolina, Arquiduqueza de Austria, e Imperatriz Constitucional do Imperio do Brasil, recitado por ocasião do Seu Feliz Anniversario, em o Dia 22 de Janeiro de 1825, em o Theatro da Cidade de Monte Video, por Victor Profirio de Borja, actor do Imperial Theatro de S. Pedro de Alcantara, na Corte do Rio de Janeiro; por José Augusto Possolo, Alferes de Cavallaria do Exercito”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 86, 20.4.1825, pp. 343-44.

*A perfidia lizonja pregoeira,
De Palmas, e Tropheos não merecidos;
Da minha vista foge mais ligeira,
Do que cruza os limites do Hemispherio.
O leve fuzilar do Fogo Etherio.*

Anonimo.

Invencivel padrão da eternidade;
Que o circulo magestoso revolvendo
Dos dias, e dos annos apressados;
Arrastas a poz ti, de rojo levas
Dos Seculos a Cadea immensuravel;
Mais ligeiro, que o raio; inda mais pronto,
Que o livre Pensamento corres, voas;
Á Homens, e Immortaes trazendo; ufano;
Irrevogaveis Leis sobre divinas,
Que de Cahós a Filha incorrutivel,
Lá na Urna fatal extrahe cançada;
Oh Tempo! Oh Num’ amigo! Eu te saudo,
Neste Dia famoso, que propicio,
Ao Povo Brasileiro tens marcado;
Para gloria sem pár do Novo Imperio,
Que a quem do Capro Signo a Méta estende;
Que inda além do Equador seu Mando alarga,
Salvem-te oh Dia os Orbes despedidos
Do Ethereo Campo no semfindo espasso;
Salva-te a Natureza ensoberbida

De haver no prazo teu ao Mundo dado
O producto melhor que do seu seio
Natura poderia haver tirado.....
Leopoldina....Dilicias dos Humanos,
Sublime emanação da Divinidade!
Dos Cesares a Filha esclarecida,
De Maria Thereza a Neta Augusta;
Mortaes; hoje nasceu; foi neste Dia,
Que o Ceo a transmittio á Humanidade....!
Esposa, Irmã de Jove; alta Lucina;
Que ao nascimento dos mortaes prezide,
Que a guia dos Imperios tem a cargo;
Bafejou-lhe o nascer, e ao Solio Augusto,
Fatidica, a votou á quem dos Mares;
Deslizou-se ao prazer de Jove a frente,
E lá d'Olimpo os Deuses Soberanos
Ao nobre vaticinio derão palmas!
Qual novo Promotheo, que o Sacro fogo
Ao Ceo roubando, os homens aviventa,
E a despeito de Jupiter sobido,
Deu a Terra hum Senhor que a governara;
Assim, oh Leopoldina, o Brasil todo
A serie dos seus Principes te deve,
No brilhante Porbir que os Ceos lhe guardão,
E a Dynastia estavel, permanente,
Sustentada por Ti, por Ti segura,
Dos vai vens da Fortuna dezabrida
Não teme o golpe vil, não mete o estrago!
Sim, Leopoldina, tua Prole Augusta;
Perenne Successão de Heróes preclaros;
Do Brasilico Imperio o Throno enchendo,
Só delle baixará, cahindo os Astros!
As Portas do Futuro esclarecido,
D'oppresso vate os olhos não fascinão,

C' o brilhante fulgor, que lhe disparão;
Eu vejo; não me engano; lá divizo;
A travez mil segredos escondidos,
Ao vulgo dos mortaes, impenetraveis;
Dos gratos Semi-Deozes o cortejo
Que em soberbo triunfo o longo giro
De assombrozos Destinos perfazendo;
Do Immortal Fundador d'hum Grande Imperio,
De Pedro no lugar virão colocar-se!
Dae lugar á Linhage ennobrecida;
Perturbadores vis, homens do nada,
Genios do mal, que a cólera celeste;
Para punir hum Povo criminoso
Permitte, as vezes, que do pó da terra
No Throno das Nações venhão sentar-se;
Impostores crueis, que incautos Povos
Seduzís, surprendeis, pregando astutos;
Da liberalidade as Leis Divinas,
Por vós unicamente a tropeladas;
Aos novos Paes da Patria abri caminho,
Volvei a escuridão; eia; arredaivos!
D'Austria, e Bragança assome a Stirpe..!
Dos Affonsos, Manoes, do Grande Henrique,
Dos Leopoldos, Eugenios, e Franciscos
Elles os Netos são, são seus Retratos;
Mais celebres, que os seus antepassados;
Na Paz, na Guerra os Povos dirigindo,
Á Gloria franquearaõ mas ampla estrada.
Venturoso Brasil, Nação ditosa!
Do extremo Occaso o Morador afoito,
Que outr'ora, em fragil lenho, destimido;
Por ingremes atalhos, duras lides,
D'Africa, e d'Azia as Terras conquistando
Os Mares submeteu dos dous Neptunos;

Que impellido de horrificas procellas,
Descobriu, venturoso, de Colombia
A populosa Plaga hospitaleira;
Que os pendões da victoria, altivo; ingente;
Denodado levou do Orbe áos Cancellos;
E se mais extensão nelle encontrára
Com as Armas vencedoras lá chegára;
Dirá, que pouco fez vendo cumpridos
Os Fados teus, Brasil afortunado,
Gigante das Nações, Povo brioso!
Dirá, que o mór brazão da gloria sua,
Foi ter ao Poder teu origem dado!

41. “Firmou Pedro a Sua Gloria”. *Diario Fluminense*, v. 5, n. 99, 5.5.1825, p. 397.

*Firmou Pedro a Sua Gloria,
E a nossa prosperidade,
Do Brasil na Independencia,
Do Brasil na Integridade.*

Gloza.

Heróes da Grecia, e de Roma
Foi vossa Fama illusoria,
Acima de vossos Nomes
Firmou Pedro a sua Gloria.

Firmou Pedro a sua Gloria,
Quando inda Joven na idade,
Só quiz o bem do Brasil,
E a nossa prosperidade.

E a nossa prosperidade
Tem tão restricta influencia;
Que toda ella se decifra
Do Brasil na Independencia.

Do Brasil na Independencia
Mais resplende a Magestade,
Quando o maior bem lhe adita
Do Brasil na Integridade.

42. MONTEIRO, Firmino Guedes. “Hymno ao Imperador”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 17, 20.7.1825, p. 66.

*Demonios infernaes negros e ardentes,
Cometerão com Vosco, e não duvido
Que vencedor Vos fação; e não vencido.*

L. C. X.

Oh! Nação venturiosa
Do Solo Brasileiro!
Que a joia tens preciosa,
Do Grande Pedro Primeiro!!!

POR VOS (diz) EU FICO.

Sua presença
Só, sem detença
Te faz brilhar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro (Povo)
Viva o Imperador!..... Viva.
Viva Pedro Primeiro!..... Viva.
Viva o nosso Defensor!..... Viva.

Scintilla de pollo a pollo!
No especioso das Zonas;
Resplandece como Apollo,
Do Prata ao Amazonas!

Com gentil garbo,
Com vibros olhos!
Os Demagogos,
Vai aterrar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Esquadras e Exercitos,
 Estão prontos a marchar;
 A castigar os procellitos;
 Huns por terra outros por mar.

Mas sua bondade
 Não lhe permite,
 Não lhes evite
 Lhes perdoar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Tudo o vê, tudo presença,
 O Bravo Imperador!!
 Foje a mascara a nuvem densa,
 Á vista deste Inspector!

Obra milagres!
 O futuro predice!
 A mesma velhice!!!
 Faz remoçar!

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

A hypocrisia algemada,
 Jaz em profundo Averno!
 Elle abate a esfuimada!
 E lhe jura odio eterno!

Grandes e sabios,
 Ricos, peregrinos;
 Os mesmos meninos
 Vão lhe fallar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Soberanos do velho mundo!
Vinde ao novo aprender,
Vede a Pedro sem segundo!!!
Seus deveres preencher.

Vinde adora-lo
Nações do globo!
Prostai-vos Povo!
E culto lhe dar.

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

Vede quão Sabios e justos
Seus Decretos são librados;
Se de Heróes temos os Bustos,
Memorias d'antepassados;

Pedro he o Grande!
Nada mais valle!
Tudo se deve,
Ja derrubar!!!

Coro.

Oh! Povo Brasileiro &c.

43. “A S. M. o Imperador”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 33, 9.8.1825, p. 130.

Oh! quão lindo se ostenta o Firmamento
 De estrellas seintilantes marchetado,
 Se a flava Cinthia com clarão radioso
 A noite aformozea!
 Mas que differença, quando a rubra Aurora
 As portas abre ao refulgente Phebo,
 E em plaustro de ouro, fervidos Ethontes,
 As sombras afugenta!
 Balsamica fragancia a flor exala;
 De matiz novo o prado se reveste;
 C’o dia Amor renasce; e a Natureza
 Mil graças novas brota.
 Dest’arte altas acções de Heróes tiverão
 Renome eterno nos Annaes da Historia;
 E a Fama, bocas cento, laureas c’roas
 Lhes poz leda nas frontes.
 Foi raro exemplo da clemencia Tito:
 De Sejano a traição perdôa; e pensa,
 Deixando o crime impune, de acção nobre
 O universo contemple.
 Mas a offensa da Lei, do Povo a offensa!....
 O nefando examplar d’hum crime absolto,
 Perdoado o traidor, da Patria em damno,
 Dá ansa inda a mais crimes.
 Não assim nosso Heróe, primeiro PEDRO,
 Sabio, prudente, reflectido, e forte,
 No cutélo do algoz deixa, que a offensa,
 Á Lei feita, se expie.
 Porém logo estendendo a Mão Piedosa
 Aos orfãos, á viúva, ao crime alheios,
 Socorro salutar proporcionando
 Seu Redemptor se ostenta.
 A Lei desagradada ao Povo agrada;

O exemplo do castigo aos vis preversos

Atemorisa e prende; a Patria folga

Com tão válido esteio.

Sim, meu Imperador; a acção de Tito

He nobre, qual a fluva Cinthia he grata:

Porém vossas acções são, qual he Phebo

No ponto meridiano.

44, 45. OTTONI, José Eloi. “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I. no dia Anniversario da Independencia do Brasil. Congratulação e respeito, por José Eloi Ottoni, a 7 de Setembro de 1825”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 57, 7.9.1825, pp. 225-26.

O presuroso Sol, que o Ceo rodéa,

A memoria do dia renovava.

Cam. Lus. C. 2.

Oitavas.

1.

Esse, que avaro as épocas consome,
 Dizia adusto Joven, na memoria
 Dos Vindouros, o Tempo exalte o Nome
 Do Cesar do Brasil, consagre a historia.
 Preludios sejam d’immortal renome
 A prudencia, e valor, virtude, e gloria;
 Seja hum presagio de tão alta idéa
 O presuroso Sol, que o Ceo rodéa.

2.

Alliança, e Commercio a Europa hum dia
 Ao trópico do Sul curvada implore;
 E no arrulho, que as Aguias annuncia,
 A esperança de paz, ou guerra escore.
 Arctos vaidosa, enregelada, e fria
 Do novo Imperio a Independencia adore.
 Dest’arte o Moço, despejando a aljava,
 A memoria do dia renovava.

* * *

Soneto.

Sinistro agoiro de moral quebrante
No pavez Andaluz erguia o brado;
O da Iberia Leão, como assanhado,
Rugio, estremeceu de horror, e espanto.
Perfidia, e susto desdobrava o manto,
Qu' envolve, e aquece a Purpura, e cajado.
O Téjo sobre a urna recostado,
Com a mão no rosto, vio da Iberia o pranto.
Da Virtude as primicias corrompendo,
Rapido impulso de contagio forte
Em Lizia faz, que sôe o grito horrendo.
O furor da explosão rimbomba ao Norte!....
E o Brasil, por salvar-se, a voz erguendo,
Proclama, e grita – Independencia, ou Morte. –

46. FERNANDES, José Pedro. “O Reconhecimento do Brasil. Canto composto, e oferecido a S. M. o Imperador, por José Pedro Fernandes”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 60, 12.9.1825, p. 242.

Accipe, daque fidem;..

Accipio agnoscoque libens.

Virg.

Domicillio do Fado, Estancia Augusta,
 Permite que eu penetre as sombras tuas;
 Deixa que passe o limiar vedado,
 Onde legisla o Nume Omnipotente,
 Que dos Povos, dos Reis, e dos Imperios
 Regula a sorte, determina a marcha;
 E que levando ao fim arrojado, e plano
 Das mãos lhe arranque as chaves do Futuro.

Sou Brasileiro, Subdito de PEDRO:
 Quero saber se tem de ser eternas
 As trevas do erro no Horizonte Luso;
 Se devem sempre as serpes da Discordia
 Roer o coração do velho Téjo;
 Se já.... Porém, que subita mudança!
 He certo; estou no Sanctuario Augusto:
 Encaro o Deos, que cerra com cem chaves
 O precioso cofre dos Destinos.
 Estes os penetráes, onde marcada
 Desde o nascer dos seculos existe
 A desmedida serie de successos,
 Que deve desatar a mão do Tempo.
 Qual será esse Dia, que na róda
 Deste robusto, encanecido Velho,
 Da fixa Eternidade imagem mobil,
 Fulge marcado em caracteres de ouro?

Por ventura será reproduzido
 O mesmo Dia, que servio de berço
 Á memoravel Fundação de Roma,
 De Roma, que do excelso Capitolio
 Sobre todos os Povos do Universo
 Lançou ferros, e leis, opprobrio, e gloria?
 Por ventura será aquelle o Dia,
 Em que pacificado o mundo inteiro,
 Fechou-se o Templo do bifronte Jano?
 Eu me aproximo.... sim.... vou ler de perto....
 Mas que potente voz, que sons escuto!
 Attenção, ó Mortaes, o Nume falla:
 “Na mente eterna do tremendo Jove
 “O Dia sete de Setembro, o mesmo
 “Que te motiva o repentino assombro,
 “Estava destinado a ser o Dia,
 “Em que o Brasil reconhecido fosse
 “Livre Nação entre as Nações do Mundo.
 “Alguns seculos tinhão de volver-se,
 “Longos talvez, primeiro que os Decretos
 “Por Jove promulgados se cumprissem;
 “PEDRO porém, os fados alterando,
 “Os Destinos dobrou, como se dobra
 “Em mãos de forte Athleta a debil vera;
 “Jove cedeu, e PEDRO realisa
 “Esse Dia immortal no dia de hoje.
 “Attende á Scena, que presenta o Mundo:
 “Lá se adianta já, lá vai sentar-se
 “A nova Capital do novo Imperio
 “Entre as provectas Capitães da Europa;
 “A marcha gloriosa lhe precedem,
 “Deixando as urnas de cristal, e de ouro,
 “Os dous Gigantes – Amazona, Prata –
 “Do Tejo olha a seu lado a Filha Augusta,

“Patria de Numes, inclita Lisboa,
 “E Albion, a Senhora do Oceano,
 “Hum ponto na extensão, hum Mundo em forças.
 “Artes, Commercio, Agricultura, e Gloria,
 “Cheias as mãos de immarcesciveis palmas,
 “Avultão no cortejo magestoso:
 “Repara como Febo sobre as nuvens
 “O carro de ouro para o ver demora,
 “E as Horas revezando-se risonhas
 “A estrada triunfal cobrem de flores.
 “Eis neste quadro a copia dos Elysios.

Callou-se o Nume; e enconstando a meu peito
 A fatidica dextra, me transmite
 Celeste enthusiamos, essencia sua.
 Delirio divinal me sóbe á mente....
 Ouve, ó Brasil, escuta os teus destinos:
 He este apenas o penhor primeiro
 Dos multiplices bens, que te pertencem;
 Vai para ti ficar de todo extinto
 Da inveja, e da Discordia o facho horrivel.
 Justiça e Liberdade no teu seio
 Teráõ eterno culto, eterno templo;
 Vai benigna Abundancia abrir-te os cofres,
 E Pluto franquear-te amplos thesouros,
 Que no centro da terra ferrolhava.
 Accurvando-se o Tempo ao teu dominio,
 Ha de quebrar a formidavel fouce.
 A doce Paz, de Gloria rodeada,
 Carinhosa afagando Artes, Sciencias,
 Ao Commercio dará valenta impulso,
 E tornará teus Subditos, por gosto,
 Os Povos do Universo, que fugindo
 Ao pestilento sopro de Bellona,

E aos golpes do infortunio, ou da indifencia,
Viráõ saborear no teu regaçõ
Os mimos da Virtude, e da Fortuna.

Não mais, não mais trataremos de prestigios
Emprezas de Jason, Feitos de Alcides,
Nem os [ilegível] de Thebas, e os trabalhos
Do filho de Agenor mudado em serpe.
Nada a Fabula tem para contar-te
Aos prodigios por PEDRO praticados.
Em menos de annos trez o Brasil todo
Feliz, Tranquilizado, Independente...
Inda mais, o Brasil Reconhecido,
São maiores, mais inclitos portentos;
São milagres á mão de hum Deos só dados,
E são tambem a verdadeira Historia
Do Grande, do Immortal PEDRO PRIMEIRO.

47. “A S. M. I. o Senhor D. Pedro I. pelo feliz, e sempre memoravel Tratado do reconhecimento de Independencia do vasto Imperio do Brasil, publicado nesta corte do Rio de Janeiro no dia 7 de Setembro de 1825. Congratulação, e respeito por hum anonimo em 8 do mesmo mez, e anno”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 66, 19.9.1825, p. 268.

1.

Só Tú Invicto PEDRO saberias,
Sustentar do Brasil o pezo ingente;
E só qual outro Cesar, poderias
De Palladio servir-lhe armipotente!
Só Tú ao novo mundo he Quem darias
Feliz Independencia, permanente,....
Deixando entre os mortaes Tua Memoria
Sem mais de Achilles, invejar-lhe a gloria.

2.

Rasgaste o véo!... fugio a escuridade!...
Veio Fébo dourar nosso Horisonte!
Appareceu em solemne liberdade
O Preclaro Brasil, do ouro a fonte!....
Com Tua Alta Grandeza, e Magestade
Confirmado assim Tens, no dia d’onte,
Por Tratados iguaes, e duradouros
De mil glorias enchendo, a Teus vindouros.

3.

Hés Heróe!... Mais que Heróe da nossa idade
Pelo Potente Jove Abençoado!
Excedes aos Herós da antiguidade
De mil viçosos louros Coroado.
Dos Lusos desfizestes a ambiguidade,
Pronto para á paz,... e em guerra armado,....
Levantas no Brasil, ora desta arte
Da juste Independencia, o Estandarte.

4.

Sempre o Ceo Te Prospere venturoso,
E chover sobre Ti, mil Graças Mande!...
O Brasil sempre grato, e amoroso
Te seja eternamente oh! PEDRO Grande?
No centro de Seu Seio carinhoso
A Tua próle Augusta, viva, e ande;
E a Ti pelo feito relevante
Inda mais outra Estatua; Te levante.

48. “Pelo faustissimo motivo do reconhecimento da Independência do Imperio do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 68, 21.9.1825, p. 274.

Aonde ó monstro da medonha guerra,
 Aonde arrojás o sanguineo carro?
 Contra quaes peitos despedir das tranças
 As aspides intentas?
 Ousarás contra nós armar ainda
 Os bravos Lusitanos? Contra Lysia
 Em nossos peitos atear o fogo,
 O rancor da discordia?
 Julgas a teu furor estreito campo
 O que na Europa e America devastas?
 Em todo o mundo recrear-te queres
 No prazer das ruinas?
 Apraz-te ver (que lastimosa scena!)
 Coalhado o nosso mar de mil destroços,
 Furibundo arrojar ás curvas praias
 Cadaveres exangues?
 Tem de ver as Brasilicas Nereidas
 Mais combates crueis em seus dominios?
 Da ferra artilharia ouvir o estrondo
 Gemer nos promontorios?
 Mais feliz Genio, mais ditosa estrella,
 Oh Ceos! Presida do Brasil aos fados!
 Outra vez para nós o mundo volvão
 Os tempos de Saturno!
 Numen propicio aferrolhar as portas
 Do formidavel Jano! Sobre as armas
 Ruja o furor sentado, e em vão forceje
 Por desprender os pulsos!
 As mãos, que aos peitos os filhinhos nutrem,
 Possão nelles fundar doce esperança:
 Não temão vê-los inda em flor cortados
 Pelo inimigo ferro!

Volvo aos campos as mimosas Ninfas:
Ali restaurem jogos, e chorêas:
As meigas solidões co' a voz resoem
 Das agrestes avênas!
 Venham, florença na Brasilia terra
Os seculos de Numa; as bellas Artes,
As sciencias gentis, e sobre os loiros
 Descancem os alfanges!
 Mas que descubro!... que brilhante nuvem
Me fere a vista, e subito a meus olhos,
Qual relampago breve, se evanece
 A terrivel Bellona!
 Oh Ceos, he PEDRO, que subjuga o fado,
Que entre de gloria os turbilhões se ostenta,
E mostra ufano para sempre firme
 O Brasilico Imperio!
 He PEDRO, he PEDRO, que dos Ceos descende
Co' a suspirada Paz!... graças ao Grande,
Graças, Brasil, ao Immortal, ao Justo
 Ao Bemfeitor da Patria.

49. PORTO, Manoel Joaquim da Silva. “Ao faustissimo Reconhecimento da Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 75, 29.9.1825, p. 302.

Lá do centro de Abysmo atro, e profundo,
De espanto, e dôr mansão desesperada,
Tôrva a frente, de serpes eriçada
A Discordia surgio monstro irancundo.

De flagicioso eis que elle sitibundo,
Vai em Lysia arrojjar serpe enraivada,
Corre ao Brasil, e nelle outra arrojada,
Arrufa Irmãos em hum, e em outro mundo.

PEDRO, e JOÃO, porém, que o Ceo destina.
A esmagar de huma vez a hedionda Féra,
Para sempre nos dão a paz divina.

Já do Brasil o Imperio alto prospera.
Graças ao Rei que em Portugal Domina,
Graças ao Grande Heróe que em nós Impera.

50. “Em o memoravel dia 7 de Setembro de 1825, em que se reconheceu a Independencia do Brasil”. *Diario Fluminense*, v. 6, n. 81, 6.10.1825, p. 326.

Só Tu oh grande Pedro, oh Sabio, oh Justo!

Poderias nossa sorte melhorar
Teu Nome digno he de eterno busto,
Pois que na redondeza he singular!
Já o mundo Te tem por Pedro justo!
Continua bom Senhor! no teu lugar.
Para que os Povos repitam com amor
Mil annos viva o Nosso Deffensor!

Dia de Setembro sete d'gloria dia!
Que remarcado deve ser em larga historia
Faustissima autora em que atrofia
Acabou de huma teima illusoria,
Congratulação sómente alegria
Nos trouxe este Dia de memoria!
Dia este em que o Ente Verdadeiro
De Gloria Te cobrio Pedro Primeiro.